UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

CÉSAR AUGUSTO DE ASSIS SILVA

**Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades
missionárias com surdos**

VERSÃO CORRIGIDA
SÃO PAULO

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades
missionárias com surdos**

César Augusto de Assis Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciência Social (Antropologia Social). (Versão original encontra-se disponível na Unidade que aloja o programa)

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani

VERSÃO CORRIGIDA
SÃO PAULO

2011

Aos meus pais
Por tudo o que sou

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que contribuíram nessa longa jornada.

Ao meu orientador, José Guilherme Cantor Magnani, por ter acreditado em meu potencial, desde a graduação. Agradeço também pelo modo generoso como me orientou, sempre presente e concedendo-me bastante autonomia, o que me permitiu ter uma trajetória muito particular. Sem o seu constante estímulo a uma análise antropológica, pautada na etnografia, este trabalho não teria sido possível. Além de um orientador, tive o prazer de ter um grande parceiro em muitas pesquisas de campo.

Aos professores Paula Montero, Júlio Simões, Cristina Pompa e Laura Moutinho, pela participação valiosa nas bancas de qualificação, respectivamente, do mestrado e do doutorado.

Aos professores Paula Montero, Júlio Simões, Cristina Pompa e Edlaine Gomes que compuseram a minha banca de defesa de doutorado. Sou muito grato pelas críticas e sugestões e a maneira atenciosa como leram e contribuíram com esta reflexão.

Aos funcionários do Departamento de Antropologia, Celso Gonçalves, Edinaldo Lima, Ivanete Ramos, Rose de Oliveira e Soraya Gebara.

Às minhas queridas amigas Jacqueline Teixeira e Priscila Almeida que contribuíram até o último momento com este trabalho. Vocês são minhas irmãs na academia e parte fundamental do meu processo de formação. Devo muito a vocês.

A todos os colegas que estão ou já passaram pelo NAU, em especial, os vinculados ao NAU Surdos, Jacqueline Teixeira, Priscila Almeida, Laura Soares, Angélica Durante, Renata Toledo, Bernard Guerrieri, Fernanda Squariz, Nrishinro Mahe, Leslie Sandes, Cibele Assêncio, Ivo Alves, Beatriz Oliveira e Andrea Cavalheiro. Obrigado pelas trocas, apoio e companhia.

Aos colegas do grupo de pesquisa Estudos da Comunidade Surda (ECS), sobretudo, Leland McCleary, Evani Viotti, Tarcísio Leite, André Xavier, Carolina Casati Digiampietri, Renata Moreira, Fábio Brito e Everton Pereira. Sempre foi ótimo aprender com vocês em nosso constante jogo de espelhos, às vezes tenso, mas sempre inspirador.

Aos muitos colegas do mundo acadêmico, especialmente, Eva Scheliga, Anna Catarina Morawaska-Vianna, Thaís Waldman, Enrico Spaggiari, Florbela Ribeiro, Adalton Marques, Glebson Vieira, Gláucia Destro, Adriana Silva, Cecília Sant’Ana, Jessie Sklair, Daniel DeLucca, Daniela Alfonsi, Alexandre Barbosa, Gabriel Pugliese, Thaís Brito, Rafael Marques, Pierina Jacinto, Carlos Gutierrez, Marcus Vinícius Avelar. Aos professores Paula Montero, Júlio Simões, Marta Amoroso, Dominique Gallois, Sandra Stoll e Jonh Dawsey.

Ao amigo Leonardo Siqueira Antonio, pelo apoio em assuntos de ordem gráfica.

Aos colegas que fiz em campo e também colaboradores desta pesquisa. Sou muito grato por terem partilhado um pouco de suas vidas comigo, especialmente, Ricardo Sander, Roberto Cardoso, Odirlei Roque de Faria, Álvaro Conceição, Marco Antonio Arriens, Neivaldo Zovico, Juliana Fernandes, Cyntia Teixeira, Neiva Aquino, Fernando César Capovilla, Felipe Barbosa, Andréa Barbosa, Ir. Marta Barbosa, Larissa Pissinati, Marli Celada, Eduardo Rocha, Tiago Bezerra, Sylvia Lia, Anahí Mello, Fabiano Campos, Marciel Alves, Rubenita Nascimento, Ricardo Ferreira, Renato Rodrigues, Gláucia Vermue, Missionária Ângela, Caio Travaglio, Marília Moraes Manhães, Rogério Timóteo, José Ednilson Jr., Valdir Balbueno, Marcus Vinícius Oliveira, Alexandre Melendez, Celso Badin, Paullo Vieira, Sandro Pereira, Ricieri Palha, Roberto Castilho, Tarcísio Castilho, Sibelle Traldi, Ernani Valeriano, Teresa Prada (em memória) e Anderson Ledesma (em memória).

Aos meus queridos grandes amigos Carlos Laurindo, Daniele Cristine, Jacqueline Teixeira, Maurício Rodrigues, Priscila Almeida, Ricardo Ferreira, Simone Toji e Thiago Rezende. Obrigado por estarem sempre por perto.

Ao Tito, pela companhia, apoio e estrutura durante a revisão final deste trabalho.

Agradeço à minha família. Em especial, aos meus pais, Tita e Nice, aos meus irmãos, Marcos e Rosana, à minha vó Ciana, ao meu cunhado Rogério e aos meus sobrinhos Fernanda e Felipe. Obrigado por todo amor e apoio que vocês me dão. Vocês são as pessoas mais importantes do mundo para mim.

Esta pesquisa foi possível graças ao financiamento, em diferentes momentos, da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

O objetivo desta reflexão é empreender uma análise sobre o processo de constituição da surdez como particularidade étnico-lingüística. Primeiramente, o foco privilegiado é a comparação etnográfica e histórica das práticas de algumas instituições religiosas - Igreja Católica, Igreja Batista e Testemunhas de Jeová – que têm se ocupado da atividade missionária com surdos. Como procedimento metodológico, a atenção esteve voltada para a dimensão performativa dos rituais dessas instituições, com a intenção de revelar como elas produzem diferenças entre pessoas em termos de audição, língua e cultura. Compõem também o universo empírico dicionários religiosos e manuais de evangelismo referentes à surdez. Em um segundo momento, a intenção é revelar a circulação de agentes com trajetória religiosa em outras instâncias, tais como, movimento social, instituições universitárias e mercado (que emerge relacionado à língua brasileira de sinais – libras). As trocas entre esses domínios religiosos e não religiosos foram constitutivas para o engendramento da surdez como particularidade étnico-lingüística traduzida em normatividade jurídica no interior do Estado-nação.

Palavras-chave: Surdez. Língua Brasileira de Sinais – Libras. Estudos Surdos. Atividade missionária. Movimento Social Surdo.

ABSTRACT

The aim of this study is analyze the process of deafness as ethno-linguistic particularity. First of all we built an ethnographic and historical comparison between the practices of some religious institutions - Catholic Church, Baptist Church and Jehovah's Witnesses - that have engaged in missionary activity with the deaf. As a methodological procedure, attention was focused on the performance of these institutions rituals, with the intention of revealing how they produce differences between deaf and hearing people in terms of language and culture. Also the empirical universe constitutes religious dictionaries and evangelism manuals relative to deaf. In a second moment, the intention is to reveal the movement of religious agents in other instances, such as social movements, academic institutions and markets (that emerge related to the Brazilian Sign Language – LBS). As will be shown, the exchanges between these domains religious and nonreligious were constitutive for the engendering of deafness as ethno-linguistic particularity in legal universe inside the nation-state.

Key-words: Deafness. Brazilian Sign Language. Deaf Studies. Missionary activity. Deaf Social Movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A PARTICULARIDADE ÉTNICO-LINGÜÍSTICA COMO UMA NORMATIVIDADE NA SURDEZ	16
2. OS AGENTES MEDIADORES DA NOVA NORMATIVIDADE: A HIPÓTESE DA PROEMINÊNCIA DE RELIGIOSOS	31
3. QUESTÕES DA TESE: O RITUAL E A MEDIAÇÃO	35
4. SOBRE O LEVANTAMENTO DOS DADOS EMPÍRICOS	40
5. ESTRUTURA DA TESE	42
<u>1. IGREJA CATÓLICA E SURDEZ: HETEROGENEIDADE DE NORMATIVIDADES</u>	<u>45</u>
1.1. HETEROGENEIDADES DE NORMATIVIDADES NOS RITUAIS CATÓLICOS	47
1.1.1. PASTORAL DOS SURDOS SÃO FRANCISCO DE ASSIS: O RITO DA MISSA PARA SURDOS ..	48
1.1.2. PASTORAL DOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE MOEMA: AS MISSAS COM INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS	55
1.2. O PARADOXO CATÓLICO NA SURDEZ: INCORPORAÇÃO DE NORMATIVIDADES EXTERIORES E REFERÊNCIA DE BASE.....	61
1.3. IGREJA CATÓLICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL RELATIVA À SURDEZ	67
1.3.1. AGENTES CATÓLICOS NA HISTÓRIA CANÔNICA DA SURDEZ.....	70
1.4. ASSOCIAÇÕES DE SURDOS E A IGREJA CATÓLICA	78
1.5. AS PUBLICAÇÕES DE PADRE EUGÊNIO OATES	81
1.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
<u>2. A MISSÃO PROTESTANTE COM O POVO SURDO: O ENGENDRAMENTO DA SURDEZ COMO PARTICULARIDADE ÉTNICO-LINGÜÍSTICA.....</u>	<u>89</u>

2.1. A SURDEZ COMO PARTICULARIDADE LINGÜÍSTICA DE LUTERANOS: A EMERGÊNCIA DA LINGUAGEM DE SINAIS DO BRASIL E DA COMUNICAÇÃO TOTAL	92
2.2. HISTÓRIA E DISSEMINAÇÃO DA ATIVIDADE MISSIONÁRIA BATISTA COM SURDOS	100
2.2.1. O MINISTÉRIO COM SURDOS DA JUNTA DAS MISSÕES NACIONAIS: DA COMUNICAÇÃO TOTAL AO BILINGÜISMO	102
2.2.2. AS OFICINAS DO PASTOR MARCO ANTONIO ARRIENS COMO AGÊNCIA DIVULGADORA DA PERFORMANCE DA INTERPRETAÇÃO.....	108
2.3. CARACTERÍSTICAS DAS CONGREGAÇÕES BATISTAS E FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA DO MINISTÉRIO COM SURDOS.....	112
2.4. A PERFORMANCE DA INTERPRETAÇÃO E A DISPOSIÇÃO DISCIPLINAR QUE SEPARA SURDOS E OUVINTES	114
2.5. O EFATÁ SIMBOLICAMENTE OPERADO: SENDO OUVINTE PARA COM OS OUVINTES	122
2.6. ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL E A PARTICULARIDADE LINGÜÍSTICA.....	124
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126

3. A UNIVERSALIDADE DO GOVERNO DO REINO DE DEUS E A PARTICULARIDADE DAS LÍNGUAS: AS CONGREGAÇÕES EM LÍNGUA DE SINAS DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ.....

128

3.1. A TEOLOGIA MILENARISTA DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ: DISTINGUINDO-SE DAS DEMAIS IGREJAS CRISTÃS	130
3.2. ESTÉTICA DA ELEIÇÃO: ORDEM E PUREZA	135
3.3. A CONGREGAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS	138
3.4. USOS DA LÍNGUA DE SINAIS: O DICIONÁRIO LINGUAGEM DE SINAIS	144
3.5. DIFERENÇAS NÃO MARCADAS ENTRE IRMÃOS.....	148
3.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152

4. AGENTES RELIGIOSOS DA LIBRAS EM CIRCULAÇÃO: MOVIMENTO SOCIAL, PRODUÇÃO CIENTÍFICA E MERCADO

155

4.1. AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A DENOMINADA COMUNIDADE SURDA	157
--	------------

4.2. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA FENEIS NA CONFORMAÇÃO DA PARTICULARIDADE LINGÜÍSTICA.....	164
4.3. INTELECTUAIS E A FENEIS NO ENGENDRAMENTO DA SURDEZ COMO PARTICULARIDADE ÉTNICO-LINGÜÍSTICA	173
4.4. MOVIMENTO SOCIAL SURDO E RELIGIÃO: CIRCULAÇÃO SISTEMÁTICA	176
4.5. O MERCADO DA <i>LIBRAS</i>.....	182
4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
<u>CONCLUSÃO.....</u>	<u>194</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>214</u>

INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico Facial publicou, em 29 de outubro de 2009, uma nota intitulada *ORL em prol da informação na TV Globo*¹. A matéria em questão informava que um grupo formado por quatro médicos otorrinolaringologistas – Prof. Dr. Ricardo Ferreira Bento, Prof. Dr. Silvio Caldas, Prof. Dr. Shiro Tomita e Prof. Dr. Rogério Hamershimidt – participou de um almoço com diretores do Marketing Social da Rede Globo de Televisão, Luiz Erlanger e Albert Alcouloubre, para conversarem sobre surdez, tema presente na então novela das 18 horas da emissora, denominada *Cama de Gato*². A novela contava com um personagem, de nome Tarcísio, que era pianista e perdeu a audição.

Informa o professor Dr. Ricardo Bento na nota, sobre os objetivos da comitiva que ele organizou:

“Entregamos uma carta ao Erlanger, assinada por dez professores doutores de várias universidades federais e estaduais – Prof. Dr. Rubens Vuonno de Brito Neto, Prof. Dr. Luiz Lavinsky, Prof. Dr. Shiro Tomita, Prof. Dr. Paulo Porto, Prof. Dr. Silvio da Silva Caldas Neto, Prof. Dr. André Luis Sampaio, Prof. Dr. Robinson Koki Tsuji, Prof. Dr. Rogério Hamershimidt, além de mim – pedindo que se preste atenção no implante coclear como tendência mundial em tratamento de surdez severa e profunda e que consideramos um retrocesso o uso de Libras na novela” (idem).

Na referida reunião, os médicos informaram aos diretores da Rede Globo os resultados positivos da cirurgia de implante coclear³ e o seu crescimento ao redor do mundo, contabilizando mais de 300 mil implantes. Informaram também sobre a portaria aprovada pelo Ministério da Saúde – SUS-MS 1.287 de 1999 – que garante tal tratamento gratuitamente para a surdez severa e profunda, sendo que já foram realizadas três mil cirurgias de implante coclear no Brasil.

¹ Disponível em: <http://www.sborl.org.br/conteudo/secao.asp?id=2092&s=51> Acesso em 09/03/2010.

² Essa novela foi ao ar de outubro/2009 a abril/2010.

³ A cirurgia de implante coclear consiste na introdução de eletrodos na cóclea com o objetivo de ativar artificialmente, por meio de eletrochoques, as células ciliadas. Esses estímulos são decodificados como sons pelo cérebro. No Brasil, essas cirurgias são realizadas, sobretudo, nos hospitais públicos vinculados a grandes universidades.

A carta entregue aos diretores da emissora foi encaminhada às autoras da novela, Duca Rachid e Thelma Guedes, para que elas obtivessem conhecimento sobre essa nova realidade da surdez. O objetivo da iniciativa dos médicos foi garantir que a novela global passasse a informar sobre tal tratamento, influenciando positivamente a escolha das famílias que possuem filhos com surdez para a realização da cirurgia do implante coclear. Afirma também o médico na nota:

“Os telespectadores da novela que vivenciam o problema poderão prejudicar a decisão de famílias que virão a tratar seus filhos surdos. Temos que respeitar a vontade daqueles adultos que não tiveram a oportunidade de serem implantados e hoje desejam continuar surdos. Mas não se pode negar às crianças pequenas, que ainda não podem decidir por si próprias, o direito de serem ouvintes” (idem).

Diante de tal posicionamento dos referidos médicos, em que se afirmou ser o uso da *língua brasileira de sinais (libras)*⁴ um retrocesso, sendo fundamental, portanto, garantir às crianças brasileiras com surdez a cirurgia de implante coclear para fazer valer o seu direito de ouvirem, outro grupo de intelectuais reagiu prontamente. Membros do Grupo de Trabalho Linguagem e Surdez da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPLL) juntamente com outros especialistas em língua de sinais⁵ enviaram, em 11 de novembro de 2009, outra carta⁶ aos mesmos diretores da Rede Globo, desaprovando alguns dos argumentos dos referidos médicos.

Afirmam os intelectuais da língua de sinais:

⁴ A categoria legítima atual para nomear a língua atribuída aos *surdos* brasileiros, presente na legislação e utilizada por intelectuais, missionários e ativistas políticos é *língua brasileira de sinais*, com abreviação *libras*. Apesar de geralmente ser escrita também como Libras ou LIBRAS, nesta análise será utilizada com fins de padronização a grafia em caixa baixa, *libras*, exceto em citações textuais em que esteja grafada de outro modo. As demais categorias também utilizadas para nomear essa língua sempre estarão nesta análise em itálico e referidas a contextos comunicativos e históricos bem determinados. O termo não marcado, genérico, será língua de sinais. Quando a análise referir-se somente ao léxico atribuído a essa língua, os termos utilizados serão “sinal” e “sinais”, que são os equivalentes lingüísticos a “palavra” e “palavras” em língua oral.

⁵ Assinaram essa carta: Dr. Tarcísio de A. Leite (UFSC); Dra. Ana Cláudia B. Lodi (UNIMEPI); Dra. Regina Maria de Souza (UNICAMP); Dr. Leland McCleary (USP); Dra. Wilma Favorito (INES); Dra. Rossana Finau (CEFET-PR); Dra. Marianne Stumpf (UFSC); Ms. Myrna S. Monteiro (UFRJ); Dra. Maria Cristina Pereira (PUC-DERDIO-SP); Dra. Ana Regina e Souza Campello (UFSC); Dr. Fernando Capovilla (USP); Dra. Maria Cecília Moura (PUCSP); Dra. Sandra Patrícia do Nascimento (FENEIS-DF); Dra. Clélia Regina Ramos (UFRJ); Dra. Ronice M. de Quadros (UFSC).

⁶ Disponível em: http://lutaolibras.blogspot.com/2009_11_01_archive.html Acesso em 23/06/2011.

“Os surdos brasileiros estão espalhados no país e formam a Comunidade Surda Brasileira. Esses surdos usam a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida por meio da Lei de Libras 10.436, de 2002. É uma língua que apresenta todas as propriedades lingüísticas de quaisquer outras línguas humanas, ou seja, por meio dela é possível falar sobre quaisquer assuntos (desde o mais trivial até o mais acadêmico, técnico e científico)” (idem).

Em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos – UNESCO⁷, citada na carta, os referidos intelectuais afirmam que qualquer comunidade lingüística tem o direito de usar a sua língua nativa. Além disso, mencionam que, conforme a Federação Mundial de Surdos, “o Brasil é um dos países mais avançados quanto às políticas lingüísticas de reconhecimento da língua de sinais” (idem). Assim, conclui esse segundo grupo de intelectuais:

“Portanto, a manifestação dos otorrinolaringologistas à REDE GLOBO, dizendo que a utilização da Libras na novela “Cama de Gato” é considerada um “retrocesso” é improcedente! Pelo contrário, a REDE GLOBO, como já fez em outros momentos, está incluindo uma das línguas nacionais do país em suas novelas. Fazendo isso, a REDE GLOBO, além de incluir os surdos brasileiros, usuários da Libras, na sociedade, está reconhecendo o estatuto lingüístico social de grupo social minoritário que faz parte do país. Essa atitude é louvável e representa, sim, uma postura atual e atenta à realidade brasileira” (idem).

Dando continuidade ao seu discurso marcadamente favorável à particularidade lingüística na surdez, os intelectuais da língua de sinais argumentam a favor da vantagem de ser bilíngüe em um mundo globalizado. Assim, desautorizaram qualquer sugestão médica de que a cirurgia do implante coclear deva estar atrelada à proibição do uso de língua de sinais. Para legitimar o seu argumento, mencionam na referida carta outras equipes médicas que recomendam explicitamente o uso de língua de sinais na reabilitação auditiva de crianças submetidas ao implante coclear, refutando a posição dos médicos brasileiros.

Assim, a controvérsia narrada demonstra de modo explícito o choque de duas concepções normativas de surdez. De um lado, intelectuais vinculados ao saber médico, professores de diversas instituições públicas federais e estaduais, amparados por uma portaria do Ministério da Saúde, procuram garantir a publicização da tendência mundial no

⁷ Disponível em: <http://www.linguistic-declaration.org/index.htm> Acesso em 03/03/2010.

tratamento da surdez, a saber, a cirurgia do implante coclear. Nesse caso, a língua de sinais é considerada um retrocesso, algo que, portanto, deveria ficar no passado, já que crianças brasileiras com surdez severa e profunda podem passar a ouvir. Em tal concepção, o *surdo* é um *outro*, que fundamentalmente não ouve, e precisa ascender à condição de igualdade do *ouvinte* (este sobretudo um ser humano que ouve), por meio de formas de reabilitação e normalização. Atualmente, o modo mais avançado em termos tecnológicos dessa normalização se dá via cirurgia de implante coclear, que é complementada com a oralização, a saber, o ensino da articulação oral e da leitura labial. No modelo médico, a desvantagem de ser *surdo* é explícita, pois é estruturante dessa concepção a falta de audição, o que compromete a plena comunicação com outras pessoas. Por conta disso, a língua de sinais é vista como um recurso último daqueles *surdos* que não tiveram a oportunidade de se tornarem *ouvintes* por meio do implante coclear.

Do outro lado, estão os intelectuais que mobilizam o saber lingüístico – também composto em sua maioria por professores universitários de instituições públicas federais e estaduais –, amparados na legislação do Estado sobre a língua de sinais e na convenção internacional de direitos lingüísticos. Esta parte argumenta a favor da igualdade possível entre *surdos* e *ouvintes* por meio do reconhecimento das particularidades lingüísticas em questão. Longe de ser um retrocesso ou algo a ser tolerado, a *libras* é um capital simbólico a mais que confere vantagens sociais, disponível, sobretudo, para as pessoas com surdez em tempos de globalização. Neste caso, é o implante coclear que pode ser tolerado – desde que ele não signifique a proibição do uso da língua de sinais –, contudo, ele jamais é visto como algo necessário. Os argumentos dos intelectuais da língua de sinais estão estruturados em um registro no qual a surdez está vinculada a uma particularidade lingüística, com pretensões igualitárias. Nesta concepção, o *surdo* é um *outro* que fundamentalmente utiliza uma língua específica e que somente pode se tornar um igual no interior do Estado-nação por meio do reconhecimento de sua particularidade, já que é membro de uma comunidade lingüística minoritária, a denominada *comunidade surda brasileira*.

Ambos os lados da controvérsia não poupam o adjetivo *brasileiro* – a controvérsia trata do *surdo brasileiro*, da *comunidade surda brasileira* – e da referência ao Brasil em suas argumentações. As duas partes estão igualmente legitimadas e institucionalizadas por aparatos estatais diversos, sobretudo os vinculados à saúde e educação, que desenham

políticas públicas específicas para a gerência da população com surdez, que de acordo com dados do IBGE 2000, soma 5.735.099 pessoas, perfazendo 3,38% dos brasileiros⁸. Ambas as políticas estão se posicionando a favor de uma determinada maneira de intervir diretamente no corpo surdo, quer seja pelo implante coclear – com procedimentos complementares vinculados à oralização –, quer seja pela exposição a uma língua gestual-visual que pode ser aprendida sem fazer recurso à audição, de maneira espontânea. Desse modo, de maneira paradigmática, o embate considerado explicita o choque de normatividades contemporâneas que se figuram como relativamente estáveis com relação à surdez.

Apesar do embate considerado acima, o qual opõe o que se convencionou chamar de a surdez no *modelo médico* contra a surdez no *modelo sócio-antropológico*, o objeto fundamental desta tese é este último modelo de surdez. Pretende-se investigar a recente emergência desse discurso normativo que afirma a surdez com particularidade étnico-lingüística. Assim, visa-se explicitar como a categoria *surdos* emergiu para fazer referência a um grupo falante de uma língua de sinais que recebeu, em um processo histórico, o nome de *língua brasileira de sinais (libras)*. Tal grupo, não raro, passou a ser referido também, por religiosos, intelectuais e ativistas políticos como sendo a *comunidade surda*, ou mesmo o *povo surdo*, grupo este com uma história particular, bem como uma cultura específica, a denominada *cultura surda*⁹.

1. A particularidade étnico-lingüística como uma normatividade na surdez

Em Padden & Humphries (1988:15-16 apud Wilcox & Wilcox 2005:90-91), há uma história que narra um dia memorável na infância de um garoto chamado Sam Suppala¹⁰, que afirma ser *surdo* e nascido em uma família de *surdos*:

⁸ A categoria utilizada pelo IBGE 2000 é *incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir*. O total de pessoas com pelo menos alguma deficiência no Brasil é de 24.600.256, perfazendo 14,5% da população.

⁹ As categorias *surdos*, *povo surdo*, *cultura surda*, *comunidade surda* e *libras* são categorias nativas. Em hipótese alguma devem ser vistas como entidades dadas ou pré-existentes ao discurso que as constitui. Tampouco devem ser vistas nesta análise como conceitos analíticos. Como categoria genérica não marcada para referir-se à pessoa que não ouve (ou ouve mal), será utilizada a expressão “pessoa com surdez”.

¹⁰ Educador de surdos e professor da Universidade do Arizona.

“Conforme seus interesses se voltaram para o mundo fora de sua família, ele percebeu uma garota que vivia ao lado e que parecia ser de sua idade. Depois de algumas tentativas de encontro, eles se tornaram amigos. Ela era uma companheira agradável, mas havia o problema de sua ‘estranheza’. Ele não podia falar com ela da mesma forma que falava com seus irmãos e seus pais. Ela parecia ter uma dificuldade extrema de compreender até mesmo os gestos mais elementares. Após umas poucas tentativas frustradas de conversa, ele desistiu e passou a apontar quando queria ir a algum lugar. Ele ficou curioso sobre essa enfermidade estranha que a amiga tinha, mas uma vez que eles haviam encontrado uma forma de interagir, ele contentou-se em se acomodar às necessidades peculiares da garota. Um dia, Sam lembra-se claramente, ele finalmente compreendeu que sua amiga era de fato excêntrica. Eles estavam brincando na casa dela, quando de repente sua mãe chegou até eles e começou a mover sua boca animadamente. Como que num passe de mágica, a garota pegou a casinha de bonecas e levou-a para outro lugar. Sam ficou intrigado e voltou para sua casa para perguntar a sua mãe de que mal, exatamente, a sua amiga vizinha sofria. Sua mãe explicou que ela era OUVINTE e, por esse motivo, não sabia sinalizar; ao invés disso, ela e sua mãe FALAVAM, elas moviam suas bocas para se comunicarem. Sam então perguntou se essa garota e sua família eram as únicas pessoas ‘desse tipo’. Sua mãe explicou que não, na verdade, quase todos eram como seus vizinhos. Sua própria família era incomum. Foi um momento memorável para Sam. Ele lembra-se de ter pensado como era esquisita a garota ao lado e, se ela era OUVINTE, como as pessoas OUVINTES deviam ser esquisitas também.

Essa breve história, muitas vezes narrada em cursos de língua de sinais, revela a produção da consciência de ser diferente pela audição e, por desdobramento, pela língua preferencial que se usa, algo realizado a partir de determinadas interações na vida desse garoto. Antes da relação com sua amiga *ouvinte*, Sam poderia designar-se de qualquer modo, como exemplo, alto ou baixo, feio ou bonito, natural da cidade a ou b, torcedor do time x ou y, entre outras características, mas jamais poderia se afirmar *surdo*. Ele apenas se tornou *surdo* após a explicação de sua mãe a respeito da relação contrastiva com uma garota *ouvinte*. Assim, essa narrativa demonstra de maneira exemplar o processo de aprendizado de uma condição auditiva particular, processo que se dá necessariamente de maneira relacional.

Não são poucos os relatos sobre os processos de tomada de consciência individual de ser diferente pela audição. Alguns filmes sobre o tema, como exemplo, os notáveis

documentários franceses *O país dos surdos* (Direção de Nicolas Philibert, 1992, 92') e *Sou surdo e não sabia* (Direção de Igor Ochrowicz, 2009, 70') revelam com riqueza de detalhes o complexo processo de aprendizado de que se é *surdo*, diferente dos pais e da maioria dos adultos. Também é comum, em narrativas biográficas de pessoas que se afirmam *surdas*, o comentário de que, durante a infância, acreditavam que se tornariam *ouvintes* posteriormente, na vida adulta, já que as pessoas mais velhas conhecidas eram todas *ouvintes*. Outras narram ter pensado que morreriam dentro de alguns anos, já que não havia *surdos* adultos em suas redes de sociabilidade. Também são bastante presentes as narrativas que expressam a falta de compreensão do fato de não conseguir estabelecer comunicação com as pessoas que ouvem. No segundo documentário citado, *Sou surdo e não sabia*, a personagem principal narra que, durante a infância, acreditava ser a comunicação travada por meio de balões que levavam o dito de uma pessoa a outra, no entanto, ela não conseguia realizar tal operação.

É importante considerar que não apenas pessoas que se afirmam *surdas* elaboram essas narrativas biográficas que expressam a descoberta de ser diferenciado pela audição. É comum pessoas que se afirmam *ouvintes*, nascidas em famílias audiológicamente discordantes – isto é, famílias nas quais há pessoas que ouvem e não ouvem – narrarem também o processo da descoberta de que são *ouvintes*. Em Padden & Humphries (1988) há diversas narrativas de crianças *ouvintes*, filhas de *surdos*, que expressam como descobriram a condição audiológica diferenciada dos membros de sua família. Assim, a condição audiológica definidora de um *self* não é auto-evidente, precisa ser produzida por meio de interações específicas, sempre históricas, as quais levam a um determinado aprendizado.

Esta análise tem por objeto determinadas relações sociais – necessariamente discursivas e históricas – produtoras de pessoas diferenciadas pela audição, marcação esta que implica outras diferenças que são vistas, pelos agentes sob análise, como também do plano da *língua* e *cultura*. Assim, de antemão, é importante ressaltar que no plano desta reflexão não há pessoas diferenciadas pela audição antes de relações discursivas históricas específicas, pois é somente por meio destas que pessoas podem designar-se e ser designadas como sujeitos diferenciados.

É importante considerar também que, em verdade, as relações produtoras de pessoas diferenciadas pela audição não designam apenas *surdos* e *ouvintes*, como postulam muitos

agentes atualmente. Historicamente elas produziram uma infinidade de outras categorias classificatórias e identitárias, em verdade, posições de sujeitos, tais como, *surdo-mudo*, *mudo*, *mudinho*, *deficiente auditivo*, *ouvinte*, *louco*, *normal*, *d.a.*, *mouco*, *hipoacústico*, *surdo duro*, *surdo leve*, *surdo moderado*, *surdo severo*, *surdo profundo*, *surdo falante*, *surdo oralizado*, entre uma miríade de outras marcações. Importante ressaltar mais que simplesmente categorias de designação, elas implicam determinadas formas disciplinares de regulação da surdez. Assim, apesar de essas categorias serem múltiplas, é necessário considerar a existência de padronizações na maneira como as pessoas se classificam e são classificadas diferenciadas pela audição, pois, historicamente, algumas normatividades – formas de regulação – estabilizam-se.

Esta tese visa tratar precisamente da invenção de uma nova normatividade vinculada à surdez, no Brasil, que emergiu a partir dos anos 1980, ganhou contornos mais claros a partir dos anos 1990 e traduziu-se em normatividade jurídica nos primeiros anos do século XXI, o que está atualmente em processo de institucionalização e estabilização. Como ponto de partida, é necessário considerar que a surdez nesta análise não é um dado da natureza pura e simplesmente e nem tampouco é algo que fundaria a unidade em um grupo de pessoas que não ouvem, os denominados *surdos*. De outro modo, sob influência do filósofo francês Michel Foucault e no bojo de reflexões posteriores a sua obra sobre corpo, sexo e gênero¹¹, nesta análise a surdez é concebida como um efeito de configurações discursivas de saber-poder nas quais uma gama complexa de agentes intervém. Assim, a surdez não pode ser entendida como algo dado antes, depois ou além do discurso, visto ser ela necessariamente um efeito de discursos históricos que conformam determinados sujeitos. O poder sobre esses sujeitos produz saber, o qual reforça as mesmas relações de poder. Como a plausibilidade desse discurso se faz na medida em que ele está presente em muitas camadas e instâncias sociais, em verdade, ele é uma configuração bastante complexa. Somente para adiantar a caracterização de como a surdez é concebida nesta análise, é importante considerar que os saberes, os agentes, as categorias, as disciplinas sobre corpos (em torno das técnicas de reabilitação, comunicação, cura e cuidados de si) e as normatividades jurídicas relativos à

¹¹ As referências fundamentais que inspiram esta reflexão são Foucault (1979, 1988, 1996, 2002, 2005, 2007) e estudos pós-foucaultianos como Butler (2008), Groz (2000), Haraway (1995, 2000, 2004), Rabinow (1999), Fausto-Sterling (2001) e Rubin (1975).

surdez estão em constantes redefinições, ou seja, são históricos mas possuindo sempre graus consistentes de estabilização.

Em um plano histórico de longa duração, muitas foram as configurações discursivas de saber-poder que produziram a surdez (por assim dizer)¹². Além disso, é importante ressaltar que, mesmo atualmente, diversas dessas configurações coexistem¹³. Como foi demonstrado na abertura desta Introdução, o embate em torno do implante coclear e da *libras*, como políticas para conformar corpos de crianças com surdez, bem espalha o choque de normatividades atualmente estabilizadas e vigentes. Dada a complexidade da questão, para uma compreensão certamente limitada e parcial desse fenômeno, o recorte que interessa a esta análise é precisamente uma determinada configuração discursiva de saber-poder que opera como uma normatividade na qual a surdez é afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística. Nesta reflexão, afirmar essa surdez implica a sua performatização prática e regulação de corpos. Ou seja, afirmar é performatizar e regular.

Assim, é necessário discorrer brevemente sobre os fundamentos dessa normatividade que se tem por objeto. Parte importante da análise que segue tem por foco o modo como determinados agentes impuseram um repertório de categorias engendrando essa nova regulação no âmbito da surdez. Está reflexão será introduzida considerando tal questão.

A categoria *surdos* emergiu como legítima para nomear o grupo – que uma grande quantidade de agentes afirma e performatiza a sua existência. Apesar de atualmente estar bastante naturalizada, o uso que se faz dela, indicando um grupo que possui *língua, cultura e história* particulares, é bastante recente. Como ficará claro ao longo desta tese, muitos agentes impõem tal categoria como correta, negando outras que possuem um fundo histórico bem maior de utilização, tais como *deficientes auditivos* e *surdos-mudos*, categorias estas também bastante disseminadas em nosso senso prático. As categorias *surdos-mudos* e *mudos* são rejeitas pois argumenta-se que *surdos* não são *mudos*. *Mudos* seriam aquelas pessoas que possuem comprometimentos nas funções do aparelho fonador, ou então, problemas de ordem neurológica impeditivos da fala. Ainda que muitas pessoas com surdez não falem, isso se dá devido à falta de estímulo auditivo e não por uma razão biológica que impeça a fala, ou seja, pessoas com surdez não seriam rigorosamente *mudas*. A categoria *deficientes*

¹² Em verdade, ainda estão para ser feitas as histórias da *mudez*, da *surdo-mudez*, da *deficiência auditiva* e da *surdez no modelo médico*.

¹³ Essas configurações são unicamente modelos explicativos e não entidades dadas.

auditivos também passa a ser rejeitada, pois está ligada à concepção médica da surdez, na qual se ressalta a falta de audição como traço fundamental da pessoa. Assim, a categoria *surdo(s)* emerge para nomear um grupo com particularidade étnico-lingüística¹⁴.

Na legislação que reconhece a *libras* como meio legal de expressão e comunicação – Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto Federal 5626, de 22 de dezembro de 2005 – a categoria utilizada para nomear as pessoas com surdez usuárias de *libras* torna-se *peessoas surdas*, ou seja, em termos jurídicos *surdos* passou por uma ligeira modificação, como segue abaixo:

“Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Contudo, apesar de a categoria *surdos* ser utilizada quase com unanimidade entre os agentes sob análise (religiosos, ativistas políticos e intelectuais), em certos contextos a categoria *deficiente auditivo* é mais legítima, como exemplo, sobretudo em âmbitos do Estado que tratam da questão da *deficiência* em geral (Saúde, Educação e Trabalho, entre outros), bem como no mundo corporativo, para o preenchimento de vagas para *peessoas com deficiência*. Ou seja, apesar de a categoria *surdos* se impor como legítima, há uma notória tensão contemporânea entre as categorias *surdo* e *deficiente auditivo* e, também, entre *surdez* e *deficiência auditiva*, como será explicitado ao longo desta tese.

Certamente, o elemento determinante para a emergência da concepção de que há um grupo particular de nome *os surdos*, muitas vezes chamado também de *comunidade surda* ou *povo surdo*, é a afirmação da existência de uma língua específica, atualmente denominada *língua brasileira de sinais*, com abreviação de uso corrente *libras*. Do ponto de vista legal, é absolutamente recente o reconhecimento dessa língua. Afirma a citada Lei Federal 10.436/2002, a qual reconhece a *libras*:

¹⁴ Importante considerar que nas recentes publicações acadêmicas que dão legitimidade à surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística é comum também que se use e reivindique a grafia *Surdo* (s em caixa alta), para afirmar a condição *sócio-antropológica* da surdez, em oposição à categoria *surdo* (s em caixa baixa), que se refere à condição *audiológica* de não ouvir (Padden & Humphries, 1988:2), algo incorporado por muitos intelectuais brasileiros.

“Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil”.

Esse dispositivo jurídico que reconheceu a *libras* como uma língua legítima no interior da nação é o coroamento de um processo bastante complexo que envolveu diversos saberes e agentes que configuraram a surdez em termos de particularidade étnico-lingüística. Em termos rigorosamente legislativos, ele se iniciou em 1996, com o projeto lei da então senadora evangélica Benedita da Silva (PT-RJ). Tal projeto é expressão da demanda de um movimento social liderado em grande medida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), com sede no Rio de Janeiro – RJ, entre outras associações de surdos, e conta com o apoio de intelectuais que têm fomentado há algumas décadas a afirmação do estatuto de língua natural¹⁵ dessa língua no Brasil.

As pesquisas científicas que revelam o estatuto de língua natural das línguas de sinais são bastante recentes no Brasil. No início dos anos 1980, no contexto da Escola Especial Concórdia – Centro Educacional para Deficientes Auditivos, escola vinculada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil, em Porto Alegre – RS, foi produzida uma publicação na qual se afirma o estatuto de língua do que então denominaram *Linguagem de Sinais do Brasil* (Hoemann *et al*, 1983). Integrava a equipe de publicação a lingüista luterana Gládis Rehfeldt, bem como outros intelectuais luteranos e educadores católicos vinculados a diversas escolas especiais voltadas para a surdez. É desse meio luterano que emergem, posteriormente, outras lingüistas das línguas de sinais, os quais atuam nesse campo com absoluta notoriedade, como exemplo, Ronice Quadros (UFSC) e Lodenir Karnopp (UFRGS).

Além dessa linhagem de pesquisa em língua de sinais proveniente do meio luterano, é necessário considerar as pesquisas vinculadas à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) levadas a cabo por Lucinda Ferreira Brito (1986, 1991, 1993). É atribuída a esta

¹⁵ A lingüística concebe como língua natural as línguas que emergem de forma espontânea de uma comunidade de falantes. De acordo com a lingüística das línguas de sinais, as línguas de sinais são tão naturais como qualquer língua oral, pois emergiram das comunidades surdas e são passíveis de análise lingüística em diversos planos: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático.

última a inauguração de uma reflexão sistemática em lingüística das línguas de sinais no Brasil. Suas publicações iniciaram-se ainda nos anos 1980 e foram capitais para o processo de reconhecimento da *libras* como língua legítima. É sob sua orientação, que emerge também a lingüista Tanya de Amara Felipe de Souza (1998), com trabalhos de referência para o reconhecimento dessa língua.

Nesse processo histórico, antes de a categoria *libras* se estabilizar como legítima, diversas foram as expressões utilizadas para nomear a comunicação gestual-visual atribuída aos *surdos*, como será analisado ao longo desta tese. Nos anos 1960, o padre católico Eugênio Oates utilizou os termos *mímicas*, *gestos* e *linguagem das mãos* (Oates [1969], 1988). Nos anos 1980, luteranos utilizam a categoria *Linguagem de Sinais do Brasil* (Hoemann *et al*, 1983). Também nos anos 1980, lingüistas das línguas de sinais utilizaram o termo *língua de sinais dos centros urbanos brasileiros* (LSCB) (Ferreira Brito, 1986, 1993; Felipe, 1992, 1993; Quadros, 1994 *apud* Quadros, 1997). Nos anos 1990, testemunhas de Jeová utilizaram *linguagem de sinais* (Testemunhas de Jeová, 1992) e batistas utilizaram *linguagem* e *língua de sinais* (Junta das Missões Nacionais, 1991). A categoria *libras* remonta aos anos 1980, como comprova o relatório de 1987 da FENEIS¹⁶ e, após isso, torna-se progressivamente a partir dos anos 1990 a categoria utilizada amplamente por intelectuais e religiosos, até ganhar normatividade jurídica no século XXI, sendo grafada muitas vezes, como foi afirmado, como Libras ou LIBRAS. Sendo então, a categoria legítima para nomear a língua que emergiu nesse processo.¹⁷

Outra categoria importante dessa normatividade é *comunidade surda*. Como será demonstrado nesta tese, essa também é uma categoria histórica recentemente inventada. Primariamente, agentes católicos utilizaram o termo *comunidade de surdos*, significando a paróquia onde há *surdos*. Posteriormente, luteranos ampliam a utilização dessa categoria, considerando ser a *comunidade de surdos* formada por escolas especiais, paróquias e associações de surdos, territórios vinculados à Igreja Católica. Por fim, batistas dão em grande medida o significado atualmente utilizado por muitos agentes, pois ampliam ainda mais o escopo dessa categoria, além de escolas especiais, igrejas e associações de surdos, a categoria refere-se a territórios como bares, shoppings, rodoviárias e praias que constituem

¹⁶ Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/relatorios.asp> Acesso em 05/05/2010.

¹⁷ Outra variante utilizada no presente século foi *língua de sinais brasileira*, com abreviação *LSB*.

pontos de encontro de *surdos*. É necessário considerar também que além de ser utilizada para nomear uma rede de sociabilidade e instituições, a categoria *comunidade surda* também é uma categoria política. Ativistas, não raro ocupantes de posições de poder na FENEIS, falam de maneira legítima em nome da *comunidade surda brasileira*.

Dado fundamental para análise que segue é a emergência de outra categoria que ganha bastante centralidade no contexto sob análise: *cultura surda*. O citado Decreto Federal 5.626/ 2005 faz referência à categoria *cultura*:

“Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Além disso, a Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão do Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, afirma no seu artigo sétimo:

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo....

Assim, o que ocorreu nas últimas décadas do século XX, foi a emergência da crença por parte de muitos agentes da existência de uma cultura particular dos *surdos*, a denominada *cultura surda*. Religiosos, ativistas políticos e intelectuais concordam precisamente no argumento de que em razão de *surdos* terem uma língua particular, a denominada *libras*, e, além disso, devido à ausência de um sentido – a audição – eles teriam outra *cultura*. O que fundamenta tal crença é um senso prático presente entre esses agentes, que faz da *língua* e *cultura* categorias que se implicam e estabelecem equivalências¹⁸.

¹⁸ É oportuno afirmar que tal senso prático tem a sua origem no romantismo alemão. De acordo com Elias (1994 [1934]) o nascimento da categoria *kultur*, no século XVIII, como o espírito de um povo, estava fortemente ligada à língua e as realizações artísticas, intelectuais e religiosas de um povo. Foi a *intelligentsia* de classe média burguesa, que falava e escrevia em alemão, em oposição à aristocracia de corte alemã – que falava francês e partilhava de valores universalistas franceses encarnados na idéia de *civilização* –, quem cunhou a *Kultur* alemã. Nesse processo, de certa maneira essas categorias *língua*, *cultura* e *povo* foram pensadas como irmãs. Nas obras de Max Müller, Humboldt e Herder, elas travam relações de equivalência, o que se desdobrou para a lingüística e a antropologia modernas, por meio de Franz Boas e Edward Burnett Tylor, assim como para a maneira como as missões cristãs operam (Montero *et al*, 2006). Em grande medida, este trabalho demonstra uma nova edição das relações entre as categorias *língua* e *cultura* em projetos missionários, produção científica e movimento social vinculados à surdez.

Importante considerar que a utilização da categoria *cultura* pelos agentes em questão está a serviço de um argumento étnico. Assim, toda e qualquer diferença percebida e produzida entre pessoas – as quais em relações específicas se definem como *surdas* e *ouvintes* – são indicializadas, em um jogo de espelhos, às categorias *cultura surda* e *cultura ouvinte*. Tal como se dá na produção de gênero e étnica, opera-se uma supressão de semelhanças (Rubin, 1975), de modo que diferenças percebidas de maneira situacional, política e contrastiva, como diria Barth (1997), compõem o argumento dos agentes sobre essas *culturas* particulares.

O que fundamentalmente caracterizaria *os surdos* e a *cultura surda*? De acordo com a pesquisa de campo que embasa este trabalho, uma grande quantidade de agentes (intelectuais, religiosos e ativistas políticos) afirma de maneira reiterada uma série de traços particulares que são plausíveis para conformar fronteiras simbólicas entre *surdos* e *ouvintes*. Segue uma relação, sem pretensão de ser exaustiva, expressando unicamente a visão de determinados agentes, constituindo, em verdade, um corpus de saber sobre o grupo em questão. Os *surdos* são usuários da *libras*; fazem um uso complexo e exacerbado da visualidade e da gestualidade; atrasam-se aos compromissos; gostam muito de bater papo, varando madrugadas; possuem grande acuidade visual, notável sensibilidade para vibração e olfato aguçado; possuem sexualidade exacerbada; são desconfiados quando o assunto é dinheiro; são sinceros e diretos, não usam meias palavras; campeonatos esportivos constituem práticas quase sagradas para eles; estão sempre de mochilas; são concretos (não abstratos); pensam por imagens e não por palavras; pensam de maneira dicotômica, sem realizar gradações; não dão carona; precisam aprender que a virgindade e a homossexualidade são tabus; quando se pisca a luz em recintos fechados são chamados à atenção; em restaurantes, colocam a garrafa pet no chão para não atrapalhar a conversa em sinais; possuem piadas específicas; possuem associações e calendários próprios; escrevem em português de modo particular, tendo um vocabulário restrito; usam tecnologias específicas, como campainha de luz, despertador com vibração, detector de choro de bebê; são endogâmicos; entre uma infinidade de outras marcações.

Como já foi afirmado, tais marcações são produzidas em um constante jogo de espelho com os ditos *ouvintes*. Em verdade, elas nunca são plenamente aplicáveis às pessoas com surdez em geral, além de, em grande medida, muitas das características atribuídas aos

surdos estão também presentes entre os denominados *ouvintes*. Ademais, a gigantesca coleção de traços em questão pode mesmo ser contraditória em alguns pontos. Contudo, a crença por parte de muitos agentes em uma descontinuidade dada entre *surdos* e *ouvintes*, em termos de *cultura*, garante a operacionalização e plausibilidade do discurso culturalista.

Importante considerar que as produções científicas são instâncias legitimadoras desse discurso que afirma a surdez como particularidade cultural. No Brasil, pelo menos duas referências são centrais nesse processo. Primeiramente, o livro de Oliver Sacks, *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos* (1998 [1989]), constitui uma obra mediadora fundamental entre intelectuais brasileiros e os *Estudos Surdos* norte-americanos, sobretudo o trabalho de Harlan Lane (1984), *When the mind hears*. Em tal publicação, presente praticamente universalmente na bibliografia de brasileiros, o neurologista apresenta a história canônica da surdez, bem como as irrefutáveis provas neurológicas e lingüísticas do estatuto de língua natural das línguas de sinais. Ademais, o par dicotômico *surdo/ouvinte* implicando uma descontinuidade dada em termo de *povo*, *língua* e *cultura* percorre todo o livro.

A segunda referência fundamental é obra de Carlos Skliar (1998, 1999a, 1999b e 2000), o que nomeou como *Estudos Surdos em Educação*, certamente o maior fomentador do debate intelectual pedagógico em prol da desmedicalização da surdez no Brasil. Dada a condição de particularidade lingüística e cultural dos *surdos*, tal autor, de maneira original, reivindica a retirada da educação de *surdos* do âmbito da *educação especial* e *deficiência* e a colocação dela no debate sobre educação e opressão de minorias (raciais, identitárias, lingüísticas e de gênero). Skliar faz crítica histórica ao *oralismo* – período pedagógico no qual o cerne da educação foi o ensino da oralidade – afirmado o mesmo como a forma institucionalizada do *ouvintismo*, visão etnocêntrica que colonizou a educação de surdos por mais de cem anos, oprimindo a *língua* e a *cultura* do grupo. Ademais, diante do fracasso do *oralismo* para garantir a plena inserção de *surdos* na sociedade, tal autor advoga em favor do modelo pedagógico bilíngüe.

Desse modo, retomando o argumento, o que esta análise postula é que emergiram diversas categorias que normatizam uma concepção de surdez na qual ela é afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística. Os termos legítimos para nomear o grupo passaram a ser *surdos*, *povo surdo* ou *comunidade surda*. *Libras* tornou-se a categoria

legítima para nomear a língua do grupo dotado de *cultura surda*. Outro dado fundamental para arrematar o desenho dessa normatividade foi a produção de uma história canônica da surdez que funda uma unidade entre *os surdos* no mundo e no Brasil.

Essa história é afirmada reiteradamente por intelectuais, religiosos e ativistas políticos, em congregações religiosas, dicionários, manuais de catequese e evangelismo, apostilas para cursos de língua de sinais, publicações científicas e eventos políticos e acadêmicos, a ponto de ser exaustiva. Em verdade, a narrativa é a história geral da humanidade, na qual *os surdos* emergem como personagens. Ela é narrada a partir das questões contemporâneas a favor ou contrárias às línguas de sinais. Trata-se sempre de posicionar os personagens, as práticas e os momentos históricos que contribuíram com ou atrapalharam o direito à *língua e cultura dos surdos*.

Geralmente, essa história inicia-se na Antiguidade Clássica, momento em que os *surdos* eram desacreditados, atirados de penhascos e navios em alto mar. Aristóteles emerge como um filósofo que teria duvidado da capacidade de reflexão dos *surdos*, devido à ausência de oralidade nessas pessoas. Durante a Idade Média, foi o momento de segregação em asilos, quando foram apartados da sociedade. A educação vinculada à surdez inicia-se no século XVI, com o padre Ponce de Léon, educador de *surdos* nobres na Espanha. Contudo, o uso da língua de sinais na educação inicia-se somente no século XVIII, com abade de l'Épée, na França.

Desse período até as últimas décadas do século XIX, narra-se a ocorrência de sucessivos avanços na educação especial voltada para surdez. Escolas especiais foram abertas tanto na Europa como nos Estados Unidos da América e, crescentemente, as línguas de sinais eram utilizadas em salas de aulas, muitas vezes com professores *surdos*. Durante essa *Idade de Ouro* da educação voltada para a surdez, foi fundada a primeira escola de ensino superior para *surdos*, em 1864, em Washington, hoje denominada Gallaudet University¹⁹. Contudo, o processo de sucessivos avanços é formalmente interrompido em 11 de setembro de 1880, data emblemática que marca o começo do sofrimento do *povo surdo*. Nesse dia, foi realizado o *Congresso de Milão*, em que estiveram presentes educadores de *surdos* do mundo todo, quando foi então definido que a educação especial relativa à surdez deveria ser oralista, ficando não recomendado o uso das línguas de sinais nas salas de aula.

¹⁹ Escola voltada também para *mudos e cegos*, dado geralmente omitido dessa história (Sacks. 1998:151).

Alexander Graham Bell teria sido um importante personagem contrário às línguas de sinais e favorável ao uso de novas tecnologias para o ensino da língua oral. A partir de então, a história mundial dos *surdos* que se seguiu até o final do século XX foi uma história de sofrimento e opressão no qual foram obrigados a aprender a falar. Em instituições totais, tiveram suas mãos amarradas, ou mesmo tinham que sentar-se sobre elas nas salas de aula, para que assim não sinalizassem. Além disso, eram punidos com tapas nas mãos, sempre que tentavam fazer uso de qualquer forma de sinalização. Um acordo entre escolas, clínicas e famílias garantia esse controle sobre o corpo surdo.

Essa história da pedagogia opressiva da surdez somente começou a se alterar nas últimas décadas do século XX. De acordo com essa narrativa, alguns estudos lingüísticos inovadores passaram a afirmar o estatuto de língua natural das línguas de sinais, o que garantiu o início das modificações. O trabalho de Willian C. Stokoe (1960) é um marco decisivo, um divisor de águas, pois esse autor demonstrou, pela análise dos sinais da *American Sign Language* (ASL), que as línguas de sinais eram também línguas naturais, uma vez que partilhavam com as línguas orais os mesmos princípios de estruturação²⁰.

Juntamente com essa história etapista, que funda uma unidade entre *os surdos* do mundo todo, conta-se também uma história complementar que explica o surgimento da *língua brasileira de sinais*, a *libras*: a história dos *surdos* brasileiros. Em 1855, veio para o Brasil Eduard Huet, um educador francês, nobre e *ensurdecido*²¹. Em 26 de setembro de 1857, o mesmo fundou, com autorização de Dom Pedro II, o Imperial Instituto de Surdos Mudos no Rio de Janeiro, que hoje se denomina Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Ao longo do século XIX e XX, esse colégio funcionou durante muitas décadas em regime de internato e lá estudaram *surdos* provenientes de diferentes estados brasileiros. Argumenta-se que os sinais utilizados nesse colégio foram disseminados para todo o

²⁰ Stokoe (1960) demonstra que é possível identificar nos sinais que constituem o léxico da ASL, uma combinação e recombinação de um número finito de fonemas, ou seja, de unidades desprovidas de significado, mas capazes de distingui-lo. A principal diferença entre as línguas orais e as línguas de sinais estaria no canal de expressão e recepção, já que a língua de sinais se expressaria de modo gestual-visual e não oral-auditivo. Levando em conta esse dado, Stokoe designou os fonemas das línguas de sinais por *quiremas* (do grego *quiros* ‘mão’) que, segundo o autor, teriam três formas fundamentais: i) *configuração de mão* (forma apresentada por dedos e palma quando da realização de um sinal), ii) *localização* (ponto no corpo ou em frente a ele em que um sinal é articulado) e iii) *movimento* (forma em que a(s) mão(s) se move(m) durante a produção de um sinal). São precisamente esses elementos que, tal como os fonemas das línguas orais, se organizam em um sistema produzindo o léxico de uma língua de sinais.

²¹ Essa é a categoria nativa geralmente utilizada para referir-se a pessoas que se tornam surdas após a primeira infância, quando já adquiriram uma língua oral.

território nacional, mesmo quando a língua de sinais não era um meio legítimo e autorizado de instrução e comunicação. Dada a origem do professor que fundou o colégio, alguns agentes afirmam similaridades entre as línguas de sinais francesa e brasileira.

Além disso, a história dos surdos brasileiros em grande medida é a história da educação de surdos e, portanto, é narrada reproduzindo os grandes modelos dessa educação: o *oralismo*, a *comunicação total* e o *bilingüísmo*.

O *oralismo* foi vigente até a década de 1980. Tal filosofia pedagógica tinha por objetivo não propriamente a transmissão de conteúdos escolares, mas, fundamentalmente, a reabilitação da *surdo-mudez*, pelo ensino da articulação oral, da leitura labial e do aproveitamento de resíduos auditivos. É comum a afirmação de que o processo de *oralismo* se consolidou a partir do *Congresso de Milão*, em 1880, quando se definiu como prioritário para a educação de *surdos* a aquisição de língua oral.

O *oralismo* como filosofia pedagógica dominante entra em declínio com a emergência da *comunicação total*. Nesse caso, o objetivo fundamental da educação deixa de ser a aquisição da língua oral e diversos modos de comunicação passam a ser utilizados conjuntamente, tais como a língua de sinais, a oralidade, a leitura labial, o desenho, a mímica, o teatro, a escrita e quaisquer outros modos de comunicação possível na sala de aula. O importante passa a ser o conteúdo a ser transmitido e não mais o modo²².

É somente a partir dos anos 1990 que emergem as produções científicas que vão pleitear o bilingüismo como outra etapa da educação especial relativa à surdez, como exemplo, Ferreira Brito (1995) e Quadros (1997). Nas reivindicações por uma educação bilíngüe, afirma-se que a educação de *surdos* deve se dar pela aquisição da língua de sinais como primeira língua (L1), pois essa é a língua que a criança pode adquirir de modo espontâneo, sem instrução específica, diferentemente da língua oral, que precisa ser aprendida por um rigoroso processo de aquisição artificial, que demanda mais tempo, recursos financeiros e uma terapia individual. Tendo a criança adquirido a L1, a língua oral seria aprendida como segunda língua (L2), ou seja, essas línguas seriam aprendidas em momentos diferentes e como disciplinas escolares diferentes.

²² Como será desenvolvido no segundo capítulo desta tese, a publicação de luteranos *Linguagem de Sinais do Brasil* (Hoemann *et al*, 1983) tem um papel fundamental na formulação desse modelo de educação no Brasil.

Nessa narrativa histórica canônica, quem fundamentalmente teria conseguido fazer as reivindicações da educação bilíngüe traduzirem-se em normatividade jurídica, em 2002 e 2005, foram *os surdos*, o *povo surdo* ou a *comunidade surda*, pessoas que lutaram na organização de um movimento social em defesa da *libras* e da *cultura surda*.

Essa história reiterada por muitos agentes em diversos domínios opera como um mito fundador de uma unidade entre *surdos* do mundo todo, apagando diferenças nacionais e fazendo do Congresso de Milão o evento fatídico explicador do sofrimento mundial dos *surdos*. De maneira complementar, a narrativa funda também a unidade nacional dos *surdos brasileiros*. Ela bem explicita algumas das questões fundamentais da surdez por meio de etapas de ascensão: a *Idade de Ouro* (século XVI ao XIX), a fase atual bilíngüe pós lei de *libras*; etapas de queda: o *oralismo*, o Congresso de Milão, as ameaças contemporâneas de fechamento das escolas especiais e do neo-oralismo que o implante coclear representa; etapas intermediárias: a *comunicação total*. Uma história de datas bem marcadas: 1855 (vinda do professor francês Eduard Huet para o Brasil); 11 de setembro de 1880 (Congresso de Milão); 26 de setembro de 1857 (a fundação do INES e, atualmente, data do Dia Nacional do Surdo²³); 1960 (publicação do trabalho de William C. Stokoe); 2002 e 2005 (respectivamente, ano da aprovação da lei de *libras* e ano de sua regulamentação). Uma história que possui também os seus heróis, aqueles que contribuíram para a educação de *surdos* e para o reconhecimento da língua de sinais: Ponce de Léon, abade de l'Épée, Eduard Huet, William C. Stokoe, Gallaudet, Lucinda Ferreira Brito, Ronice Quadros, entre outros; e possui também os seus carrascos: Aristóteles, Alexander Graham Bell, Samuel Heinicke e muitos outros educadores oralistas que historicamente não respeitaram a *cultura surda* e as línguas de sinais. Como foi afirmado, todos esses dados históricos são bastante disseminados por meio da bibliografia sobre surdez, manuais de evangelização e catequese e são sempre reafirmados em escolas especiais e em eventos públicos de reivindicação política. Sendo de fato a histórica canônica da surdez.

Por fim, não menos importante, é necessário considerar que a invenção dessa configuração discursiva de saber-poder que se impõe de maneira normativa produzindo a surdez como particularidade étnico-lingüística não implica, em hipótese alguma, o fim de outras configurações discursivas que também produzem a surdez. Como já foi afirmado, a

²³ Lei Federal 11.976/2008.

surdez produzida pelo saber médico vinculada a técnicas de reabilitação e cura não se extinguiu e continua a existir de maneira absolutamente presente na contemporaneidade.

2. Os agentes mediadores da nova normatividade: a hipótese da proeminência de religiosos

Como foi demonstrado no item anterior, emergiu um discurso presente em muitas instâncias que afirma a história de um grupo particular, com *língua* e *cultura* específicas. A questão que interessa a esta tese é colocar em discussão quais são as agências fundamentais produtoras dessa configuração discursiva de saber-poder que regula essa surdez. Em linhas gerais, é possível considerar que são três as ordens de agentes, a saber, religiosos, ativistas políticos e intelectuais. De antemão, é importante explicitar que não se trata de compreender tais agentes como grupos de pessoas, mas são fundamentalmente posições sociais podendo ser ocupadas pelas mesmas pessoas.

Como já foi afirmado, também no item anterior, como primeira hipótese desta análise, a surdez é um efeito de configurações discursivas de saber-poder. Assim, o que se pretende investigar é o processo de emergência de um novo discurso que cruza muitas instâncias, colocando em evidência o papel de determinados agentes como mediadores nessa formulação. Dando prosseguimento à análise, a segunda hipótese desta tese é que as configurações de saber-poder que produzem a surdez como particularidade étnico-linguística são em grande medida conformadas por agentes religiosos. Considere-se de maneira mais detida, o desenho desta hipótese.

No início desta Introdução, explicitou-se o embate atual entre o implante coclear e a *libras*. Como foi afirmado, o que estaria em questão seria a disputa entre distintos processos de disciplinamento de corpos de crianças surdas. Ambos os procedimentos, que ora se opõem, mas ora se combinam, em grande medida apontam para modos de abertura de corpos surdos para o mundo, o que se daria pela provisão de oralidade ou sinalização. É necessário considerar que tal questão revela um processo mais geral do que a controvérsia atual sinaliza, pois, historicamente, diversas foram as disciplinas e as técnicas corporais com

relação à surdez, muitas delas ainda em disputa, para realizar procedimentos de abertura em corpos surdos.

O que fundamenta grande parte dos procedimentos de abertura em corpos surdos é a referência ao milagre bíblico descrito no evangelho de Marcos (7.31-37). Em tal passagem, Cristo proferiu *effata*²⁴, que significa *abra-te*, o que teria feito a língua do *surdo-mudo* soltar-se e os seus ouvidos abrirem-se. Essa passagem bíblica é alvo de apropriações diversas para fundar ideais que estão na base de diversas concepções de educação e evangelização relativos à surdez e, inclusive, no cerne de todas as práticas médico-terapêuticas. Seja a prática de oralização institucionalizada em clínicas fonoaudiológicas, as recentes cirurgias de implante coclear que produzem ouvidos biônicos, os processos de cura das igrejas pentecostais e, sobretudo, os grandes modelos históricos de educação para *surdos* já citados, *oralismo*, *comunicação total* e *bilingüismo*, espera-se prover formas de abertura. Assim, é possível afirmar que essas disciplinas corporais em torno da surdez são transformações históricas do mesmo mito do *effata*, pois todas elas introduzem o corpo surdo em procedimentos de abertura. A surdez é um efeito sempre histórico na exata medida em que o *effata* institucionalizado também é.

É necessário ancorar esta reflexão em termos mais empíricos, demonstrando como instituições e agentes religiosos de fato e de direito conformam a surdez. Cabe considerar desde já, que tal investigação foi motivada em grande medida pela percepção da ampla presença de agentes religiosos no âmbito da surdez. Assim, são as instituições religiosas mais atuantes nesse meio que esta tese toma por objeto, a saber, Igreja Católica, Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Batista da Convenção Batista Brasileira e Testemunhas de Jeová. Certamente, no Brasil, são as instituições fundamentais para a produção da surdez como particularidade étnico-lingüística. Considere-se brevemente como se dá essa ampla presença de agentes religiosos nessa questão.

Desde 2002, no Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU-USP)²⁵ sob coordenação do professor Dr. José Guilherme Cantor Magnani, tem sido realizada uma

²⁴ Do grego εφφαθα.

²⁵ Esta pesquisa além de ser realizada no âmbito do NAU-USP, também está relacionada ao grupo de pesquisa Estudos da Comunidade Surda: língua, cultura e história, coordenado pelo professor Dr. Leland McCleary do Departamento de Letras Modernas da USP.

ampla etnografia em um circuito²⁶ relativo à surdez, formado, sobretudo, por escolas especiais, associações de surdos, pontos de encontros, instituições religiosas e eventos acadêmicos e políticos²⁷. Em diversas pesquisas de campo, logo foi identificada uma forte presença de agentes religiosos na surdez, atuando em muitas instâncias, a saber, em escolas especiais, no movimento social surdo (representado sobretudo pela FENEIS), em instituições universitárias, eventos políticos, política partidária e também atuando em um mercado que se consolidou após o reconhecimento jurídico da *libras* como língua, o *mercado da libras*, onde atuam professores e intérpretes dessa língua, consultores e intermediadores para colocação de profissional *surdos/deficientes auditivos* em empresas (para o preenchimento de cotas), bem como para a colocação profissional de professores e intérpretes dessa língua.

Essa forte presença de agentes com trajetória religiosa também se apresenta na mídia televisiva. Desde 1999, as missas da TV Canção Nova, vinculadas à Renovação Carismática Católica, apresentam o intérprete de *libras* no canto inferior da televisão. A partir de 2000, o mesmo passou a ser realizado pela Igreja Internacional da Graça de Deus, do Missionário R.R. Soares, comumente classificada como neopentecostal (Assis Silva & Teixeira, 2008). Após a regulamentação da *libras*, os agentes com trajetória religiosa já presentes no mercado de diversas maneiras, também passaram a atuar na televisão interpretando as comunicações oficiais do Estado, propagandas de partidos políticos e avisos sobre recomendação de faixa etária de audiência.

Além disso, agentes de trajetória protestante e testemunha de Jeová estão bastante presentes no *mercado da libras*, atuando sobretudo como intérpretes e professores de *libras*. De outro modo, a Igreja Católica está relacionada a outros domínios, sobretudo na constituição da educação especial relativa à surdez. A relação entre Igreja Católica e a surdez é uma história de longa duração que remonta ao século XVI, com o padre Ponce de Léon, educador de *surdos-mudos* (como eram referidos) nobres, na Espanha, e o século XVIII, com o abade de l'Épée, na França, o primeiro educador a utilizar sinais para a educação, como já foi afirmado. No Brasil, ao longo de século XX, foram fundadas, por

²⁶ Na definição de Magnani o circuito “une estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguos na paisagem urbana” (2000:45).

²⁷ Resultados parciais desta pesquisa podem ser vistos em Magnani (2003, 2007, 2008), Magnani *et al* (2008), Assis Silva & Teixeira (2008) e Assis Silva (2008).

congregações católicas diversas, que possuem carisma para o cuidado e a catequese de pessoas com surdez, escolas especiais. Como será demonstrado no primeiro capítulo, agentes católicos estão diretamente vinculados a constituições de territórios nos quais pessoas com surdez associam-se, de onde pode emergir formas de comunicação sinalizada.

Os agentes religiosos também estão muito presentes na organização de publicações que desempenham funções de dicionários de língua de sinais, antes mesmo de ela ter sido reconhecida com língua natural. A Igreja Católica produziu em 1969, o dicionário *Linguagem das mãos*, de padre Eugênio Oates. Em 1983, luteranos juntamente com católicos, publicaram o livro *Linguagem de sinais do Brasil*, que traz também uma coleção de sinais, livro que inaugura a afirmação da surdez como particularidade lingüística. A Igreja Batista, em 1987, publicou o dicionário *Comunicando com as mãos* e, em 1991, o dicionário de sinais bíblicos *O clamor do silêncio*. A instituição religiosa Testemunhas de Jeová, em 1992, produziu o dicionário *Linguagem de sinais*, reeditado em 2008. Recentemente, a Igreja Católica publicou um novo dicionário de sinais religiosos, em formato virtual²⁸. Além disso, agentes com trajetória protestante, em âmbitos laicos, em escolas e universidades, também produziram dicionários laicos, como exemplo, Capovilla e Raphael (2001) e Ronice Piantá (1990).

Outro ponto importante considerado nesta tese é a circulação de agentes com trajetória religiosa e sua atuação em instâncias como instituições universitárias, publicações acadêmicas, movimentos social, política partidária e *mercado da libras*. Como será explicitado, em grande medida, são protestantes que ocuparam posição de dominância nesses campos com relação à surdez e, em grande medida, são os agentes reguladores da surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística.

É importante considerar o local analítico da história/diacronia nesta reflexão. Há um diálogo crítico que precisa ser bem explicitado com o que se tornou a história canônica da surdez, expressa na bibliografia sobre o tema (cf. Moura, 2000; Sacks, 1998; Skliar, 1998; Quadros, 1997; Capovilla, 2001), precisamente o senso prático de religiosos, ativistas políticos e intelectuais. Como foi desenvolvido no item anterior, a história canônica supõe uma unidade dada entre os *surdos* do mundo e os *surdos* brasileiros. Além disso, narra-se uma história etapista do *oralismo* à *comunicação total* e desta ao *bilingüísmo*, na qual não

²⁸ Disponível em <http://www.surdosonline.com.br/> Acesso em 03/03/2010.

fica suficientemente claro como se deram as passagens entre tais etapas. A suposta vitória do *bilingüismo*, superando os outros modelos de educação, seria devida à tomada da história pelos *surdos* em defesa da *libras* e da *cultura surda*.

De outro modo, a análise que segue não toma como dados explicativos – causas – da história que se tem por objeto aquilo que, em verdade, é produto – efeito – da história. Em termos mais empíricos, nesta análise, não se toma como motores explicativos da história as entidades que os agentes afirmam, a saber, o *povo surdo*, a *comunidade surda*, os *surdos*, a *libras*, a *cultura surda*, as políticas pedagógica na surdez (*oralismo*, *comunicação total* e *bilingüismo*), uma vez que o objetivo analítico fundamental é precisamente compreender como determinados agentes (religiosos, ativistas políticos e intelectuais) formularam e rotinizaram na prática a performatização dessas totalidades que são tidas como dadas em suas crenças.

É precisamente nesse ponto que os agentes religiosos, como mediadores, possuem proeminência. O argumento central desta tese é que as passagens do *oralismo* para a *comunicação total* e desta para o *bilingüismo* é muito bem explicado atentando para a atuação de agentes religiosos como mediadores nessa questão. Focar nas trajetórias de tais agentes é fundamental pois revelam como determinadas pessoas, majoritariamente de trajetória protestante, ocuparam posições como ativistas políticos e intelectuais, fazendo circular a surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística em domínios como congregações religiosas, universidades, mídia, movimento social e mercado.

3. Questões da tese: o ritual e a mediação

Como foi desenvolvido nos itens anteriores, duas hipóteses alicerçam este trabalho. Na primeira, a surdez é efeito de configurações discursivas de saber-poder e a sua afirmação como particularidade étnico-lingüística é algo recente, produzido a partir dos anos 1980. Na segunda, são os agentes com determinada trajetória religiosa, sobretudo protestante, que desempenharam um papel mediador fundamental para a constituição e circulação dessa surdez e sua tradução em normatividade jurídica. Como será desenvolvido a seguir, para a resolução dessas duas hipóteses, duas são as questões que vão nortear esta análise

investigativa. A primeira questão consiste em evidenciar como as instituições religiosas consideradas em seus rituais produzem uma disciplina geradora que institui diferenças entre pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*. A segunda questão consiste em evidenciar como os agentes com trajetórias nessas instituições realizam mediações em outras instâncias tidas como não religiosas para fazer circular a produção dessa surdez, a ponto de produzi-la como normatividade jurídica. Consideremos mais detidamente essas questões.

Tendo por base os argumentos de Peirano (2003), esta análise não parte de uma concepção rígida de ritual. É pela análise etnográfica das três instituições consideradas – Igreja Católica, Igrejas Batistas e Testemunhas de Jeová – que o ritual será descrito, considerando os elementos pertinentes para os objetivos desta reflexão²⁹. Sendo uma das características fundamentais do ritual a sua função performativa (Tambiah, 1985:128, Bourdieu, 1998), isto é, a sua capacidade de instituir realidades por meio de reiterações, o que interessa a esta reflexão é demonstrar a disciplina relativa à surdez que esses rituais produziram performatizando descontinuidades entre pessoas.

É necessário justificar bem as razões pelas quais o ritual ocupa a centralidade da análise. De acordo com Bourdieu (1988), na tradição de análise de ritual que segue aos trabalhos de Arnold Van Gennep, como exemplo os trabalhos de Victor Turner, ele foi bastante descrito como um construto social que separa, daí o fato de estar associado a ritos de passagem. Contudo, de acordo com o sociólogo francês, a principal característica do ritual não seria separar pessoas e fases da vida, mas sim instituir, legitimar e consagrar fronteiras simbólicas, naturalizando novos estados sociais. É precisamente neste sentido que a análise de ritual interessa a esta análise, pois cabe verificar o que ele separa, institui e consagra como real. Como será demonstrado, ele é entendido como produtor de uma disciplina geradora que institui separações em termos de audição, *língua* e *cultura* entre pessoas.

Em linhas gerais, é possível considerar que os rituais, sobretudo protestantes, performatizam descontinuidade entre pessoas classificando-as como *surdas* ou *ouvintes*, dotando-as de língua e cultura que se opõem em um jogo de espelhos. As diferenças produzidas por meio dessas relações específicas se explicitam pelo uso de categorias que se

²⁹ A Igreja Evangélica Luterana do Brasil ocupa uma posição mais histórica sobre a análise da constituição de práticas missionárias protestantes com *surdos*.

tornaram legítimas, *surdo*, *ouvinte*, *libras*, *cultura surda*, entre outras. Nesse processo, ser *surdo* tornou-se sinônimo de ser usuário de *libras*, possuir determinadas características que são ditas como partes da *cultura surda*, tal como, o uso exacerbado da visualidade e da gestualidade, para citar um exemplo entre os vários já dados. É precisamente no jogo especular produzido pelos rituais que se afirma ser *o ouvinte* usuário da língua oral (português) e dotados de *cultura ouvinte*.

Como será explicitado ao longo desta tese, a constituição de pares de oposição solidários, a saber, *surdo/ouvinte*, língua de sinais/língua oral, *libras/português*, *cultura surda/cultura ouvinte* produziu outros efeitos que precisam ser considerados. Como já foi afirmado, *surdo* tornou-se a categoria mais legítima nessa nova regulação da surdez, negando outras categorias bastante espreiadas em nosso senso prático, como *surdo-mudo* e *deficiente auditivo*. Apesar disso, em algumas instâncias, como exemplo, domínios do Estado (Educação, Saúde e Trabalho, entre outros) e também em certas instâncias da Igreja Católica, a categoria *surdo* muitas vezes é utilizada como sinônimo da categoria *deficiente auditivo*.

Contudo, a invenção da categoria *surdo* implicou uma redefinição de sentidos da categoria *deficiente auditivo*. Se para muitos agentes *surdo* tornou-se a categoria legítima para nomear o usuário de *libras*, dotado de *cultura surda*, militante da língua de sinais, da educação bilíngüe e da necessidade de intérprete, como corolário, *deficiente auditivo* tornou-se um *outro* do *surdo*, categoria usada para nomear aquele que não ouve mas não é dotado das características de quem é *surdo*, ou seja, a pessoa que não é vista plenamente conforme ao que significa ser *surdo*. Para muitos agentes, ser *deficiente auditivo* significa ter perda auditiva mas não utilizar *libras*, usar o português, ou o *português sinalizado*, submeter-se às práticas de reabilitação, como o uso de aparelhos auditivos ou o implante coclear, ser oralizado, entre outras marcações possíveis, geralmente vistas como pejorativas por parte dos agentes que afirmam e defendem o ser *surdo*, falante de *libras*.

Se a categoria *deficiente auditivo* opera, em algumas instâncias, como uma categoria intermediária entre *surdo* e *ouvinte*, outra categoria também ocupará essa posição em relação às categorias *libras* e ao português, nesse caso, o *português sinalizado*. Não é intenção desta tese explicitar o que se constitui como a *libras* em oposição ao *português sinalizado*. Contudo, é importante considerar que a disciplina que separa *surdo*, *ouvinte* e *deficiente*

auditivo é solidária da separação entre *libras*, português e *português sinalizado*. Sendo assim, cabe minimamente explicitar o que consiste o *português sinalizado*.

O processo político e científico de reconhecimento de uma língua de sinais particular, a *libras*, fez emergir progressivamente um manejo específico de sinais visto como estigmatizado, isto é, não prestigiado, algumas vezes tido como incorreto, que seria o *português sinalizado*. Esse manejo consiste na desorganização da separação clara entre o que seria o português e o que seria a *libras*, pois se trata do manejo dos sinais justaposto na estrutura do português. Seguindo os argumentos presentes em Quadros (2004:84), o que caracterizaria o português seria a sua sintaxe linear, já *libras* teria uma sintaxe que faria uso do espaço (com sua própria linearidade), ou seja, nesta os sinais expressos não estariam na ordem da sintaxe linear do português³⁰. De outro modo, o denominado *português sinalizado* consistiria na expressão gestual-visual por meio de sinais, contudo, estes estão postos na sintaxe linear do português.

Um exemplo empírico pode clarear o argumento. Em português, um falante pode dizer a frase, “o cachorro entrou na casa”. Em *libras*, entendida como o manejo dos sinais independente do português, o falante sinalizaria: CASA + CACHORRO + ENTRAR³¹, ou seja, i) ele construiria espacialmente a casa, utilizando as duas mãos unidas pelas pontas dos dedos, ii) sinalizaria o cachorro, que consiste em utilizar uma mão sobre a boca e o nariz para marcar o focinho, por fim, iii) sinalizaria de forma direcional a ação do cachorro, com a mão direita entrando exatamente no espaço em que a casa foi colocada. De outro modo, em *português sinalizado*, um falante usaria os mesmo sinais usados na frase em *libras*, contudo, a ordem seria dada pela sintaxe linear do português, a saber, CACHORRO + ENTRAR + CASA³².

É necessário considerar que a disciplina corporal e espacial que performatiza a separação entre *surdo* e *ouvinte*, como pessoas usuárias de língua diferentes, tem também performatizado a *libras* como uma língua que maneja os sinais em separado do português. Do ponto de vista nativo, o *português sinalizado* seria uma espécie de sobreposição entre

³⁰ Para a autora, “a língua de sinais apresenta uma sintaxe espacial incluindo os chamados classificadores. A língua portuguesa usa uma sintaxe linear utilizando a descrição para captar o uso de classificadores” (Quadros, 2004:84).

³¹ Seguindo a marcação corrente na bibliografia sobre língua de sinais, nesta análise, quando houver referência aos sinais glosados para o português, a sua escrita estará grafada em caixa alta.

³² Essas distinções entre *libras* e *português sinalizado* são situacionais e contrastiva, não devem ser entendidas como entidades dadas.

essas línguas independentes. A tensão entre essas categorias, *libras* e *português sinalizado*, estará presente ao longo desta reflexão. Importante considerar que, em grande medida, os agentes religiosos sob análise são operadores do efeito teoria de que fala Bourdieu (1982), pois produzem na prática, traduzindo em realidade sociológica, o que ciência teoricamente postula.

Dando continuidade a esta análise, há uma segunda questão que precisa ser considerada. É necessário explicitar como essa disciplina – que opera como uma matriz geradora e institui fronteiras em termos de audição, *língua* e *cultura* – se desdobra para outras instâncias não religiosas. Para a resolução dessa segunda questão, este trabalho se inspira em grande medida nas reflexões de Montero *et al* (2006) – sobretudo nos trabalhos de Montero, Gasbarro, Pompa e Almeida (2006). De acordo com tais autores, historicamente, o religioso se constituiu como a linguagem privilegiada do Ocidente para pensar o outro. Por operar como uma ponta de lança na produção da alteridade, e, por conta disso, para poder realizar a tradução do cristianismo, a missão cristã sempre teve que se haver em um plano prático comunicativo com a sistematização/produção da cosmologia e da língua do outro. Por conta disso, a atividade missionária cristã, em sua experiência de longa duração, acabou por influenciar as ciências sociais nascentes no final do XIX que refletem sobre o *outro*, pois categorias como *religião* e *cultura* passaram a travar relações de equivalência ou mesmo de sinonímia. A maneira como a antropologia clássica concebeu a *cultura*, como um conjunto de valores, crenças e rituais, é, em certa medida, devedora das primeiras sistematizações missionárias sobre populações desconhecidas. Contudo, o trânsito de categorias, temas e problemas não é unidirecional, da religião para a ciência. Os conceitos que as ciências sociais desenvolveram, como exemplo, *cultura*, *religião*, *tradição*, *povo*, *etnia*, são apropriados tecnicamente pelas atividades missionárias, assim como, mais recentemente, essas categorias são apropriadas por movimentos políticos de auto-afirmação indígena.

Inspirado por esse problema e considerando as especificidades do universo empírico da surdez/língua de sinais, esta tese pretende analisar a circulação de agentes, categorias e disciplinas entre atividades missionárias, produções acadêmicas sobre surdez/língua de sinais e o desenho de um movimento social que reivindica o reconhecimento de particularidades étnico-linguística na surdez. Missionários protestantes (batistas e luteranos),

historicamente, apropriaram-se da produção científica que afirma o estatuto de línguas das línguas de sinais e produziram *os surdos* como um *povo não alcançado* pelo cristianismo, desencadeando o processo político de produção da surdez como particularidade étnico-lingüística. Além disso, o processo de reconhecimento do estatuto de língua das línguas de sinais por lingüistas, em grande medida também impulsionou o uso de categorias vinculadas à etnicidade – *cultura, povo, comunidade, identidade* – por outros intelectuais (notadamente lingüistas, pedagogos e psicólogos). De maneira circular, essa produção científica foi fundamental tanto para a legitimação das atividades missionárias com *os surdos* como um *povo não alcançado*, assim como foi apropriada pelo movimento social em questão, bem representado pela FENEIS.

Assim, a segunda questão perseguida por este trabalho é entender como formulações da surdez realizadas em âmbitos religiosos circulam em instâncias públicas tidas como não religiosas, como exemplo, o movimento social, a academia e o mercado. A circulação que se visa analisar é bastante dinâmica. Por um lado, as instituições religiosas incorporam produções acadêmicas sobre língua de sinais que conformam as suas práticas disciplinares. Por outro, os agentes com trajetória religiosa acabam por rotinizar determinadas práticas em suas congregações e para além, pois atuam em outras instâncias, como instituições universitárias, mercado e movimento social. É precisamente esse trânsito entre instituições religiosas, movimento social, produções acadêmicas e mercado que esta tese visa analisar, tendo por foco, sobretudo, os agentes com trajetória religiosa que cruzam esses domínios. Esse seria precisamente o processo de mediação que os agentes realizam nessa questão, ocupando as categorias da etnicidade centralidade nesse processo.

4. Sobre o levantamento dos dados empíricos

Para responder à questão de como os rituais instituem diferenças entre pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*, a base empírica fundamental desta reflexão consiste nos dados coletados por meio de pesquisa de campo nas instituições religiosas tomadas como objeto. Além disso, para responder à segunda questão – como agentes, categorias e determinadas práticas circulam em domínios tidos como não religiosos –, esta pesquisa

também organiza dados que revelam um cruzamento entre instituições religiosas, movimento social organizado, produções científica e o *mercado da libras*.

Com referência à Igreja Católica, os dados empíricos foram coletados em duas pastorais, a saber, Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis (Vila Clementino) – vinculada à Paróquia São Francisco de Assis, à Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e ao Instituto Santa Teresinha – e a Pastoral dos Deficientes Auditivos da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Moema, localizada no bairro de mesmo nome. Com menor investimento, outras paróquias católicas também foram consideradas³³, assim como excursões, encontros, seminários e congressos católicos sobre surdez.

No que se refere às congregações batistas vinculadas à Convenção Batista Brasileira, as etnografias foram realizadas nas Igrejas Batista de Vila Mariana e da Liberdade, além de outras congregações que sediaram encontros, seminários e congressos³⁴. O curso para *intérpretes de linguagem de sinais*, ministrado pelo pastor Marco Antonio Arriens, com formação teológica batista, também constitui uma fonte de dados importante para a análise.

Considerando a instituição religiosa Testemunhas de Jeová, a pesquisa de campo foi realizada nas Congregações em Língua de Sinais dos Salões do Reino da Vila Carrão e Santana, além de uma visita em um Salão do Reino de Santo André. Do mesmo modo, também foram pesquisados eventos que reúnem diversas congregações, além de uma visita ao Lar de Betel, em Cesário Lange – SP, sede brasileira da instituição, onde se produz materiais e publicações diversas.

Foram considerados também dicionários e manuais religiosos, que são constantemente agenciados nas atividades missionárias analisadas. Na análise, eles têm a função de historicizar ao máximo o presente dos rituais. No capítulo sobre a Igreja Católica, alguns dados históricos sobre a educação de surdos tornou-se primordial, bem como considerar as publicações pioneiras sobre a *linguagem das mãos* do padre Eugênio Oates. No capítulo sobre a atividade missionária protestante, a publicação católico-luterana *Linguagem de Sinais do Brasil*, de 1983, também é analisada, pois será alvo de apropriações posteriores diversas. Também compõem o universo empírico de investigação duas edições

³³ Igreja Nossa Senhora do Sagrado Coração, em Vila Formosa, São Paulo-SP. Paróquia São Domingos "O Pregador" Jardim Ester. Osasco-SP.

³⁴ Primeira Igreja Batista da Penha, Igreja Batista Boas Novas (Vila Prudente), Primeira Igreja Batista de Guaianazes e Igreja Batista Memorial (Osasco e Butantã).

da publicação batista *O clamor do silêncio*, de 1991 e 2002. No capítulo sobre as Testemunhas de Jeová, foram consideradas algumas de suas publicações e o dicionário *Linguagem de Sinais*, de 1992.

O segundo conjunto de pesquisa constituiu uma ampla investigação sobre a circulação de agentes em domínios diversos. Como exemplos, dados sobre as escolas especiais, associações, eventos políticos e acadêmicos vinculados à surdez e cursos de língua de sinais foram considerados. Além disso, foram analisados documentos como relatórios e atas que revelam dados sobre a constituição da FENEIS. A trajetória religiosa de intelectuais também foi contemplada.

5. Estrutura da tese

A tese está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, o foco da análise é a Igreja Católica. Serão demonstrados, sobretudo, dados empíricos referentes a duas pastorais, a Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis e a Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema. Pretende-se evidenciar como essa instituição em suas paróquias expressa uma heterogeneidade de normatividades relativas à surdez, no que se refere ao uso de categorias classificatórias, como exemplo, *deficientes auditivos* e *surdos*, bem como nas corporalidades de seus agentes de poder, que utilizam o que pode ser visto com o português (oralizado), o *português sinalizado* e a *libras*. Como será evidenciado, a separação ritual entre *surdo* e *deficiente auditivo* e *português sinalizado* e *libras* opera, na Igreja Católica, em grande medida pela migração de práticas protestantes. Além disso, este capítulo contempla a análise de dados sobre a relação histórica de longa duração entre a Igreja Católica e a surdez expressa, sobretudo, na fundação de escolas especiais por congregações específicas em diversas cidades brasileiras, na relação entre agentes católicos e as associações de surdos e nas publicações pioneiras de padre Eugênio Oates. Ademais, argumenta-se sobre a posição paradoxal da Igreja Católica nessa questão. Por um lado, é a agência fomentadora de territórios de onde pôde emergir formas de comunicação sinalizada e a sua cristalização em um dicionário produzido nos anos 1960, posteriormente apropriado por outras instituições religiosas. Por outro, é a instituição que

não está plenamente conforme a disciplina que ganhou normatividade jurídica, na qual *surdos* são concebidos como um *povo* com *língua* e *cultura* particulares, o que somente recentemente passou a incorporar por influência de protestantes e formulações científicas.

No segundo capítulo, parte-se para a análise de atividades missionárias protestantes. Para explicar as razões históricas pelas quais há uma relação de plena continuidade entre a surdez normatizada como particularidade étnico-lingüística e as práticas dessas atividades missionárias, foram consideradas três publicações religiosas – uma publicação católico-luterana, *Linguagem de Sinais do Brasil*, e duas edições da publicação batista *O clamor do silêncio*, de 1991 e 2002 – que revelam como instituições protestantes incorporam trabalhos científicos para configurar atividades missionárias que concebem *surdos* como um *povo* com *língua* e *cultura* a ser alcançado pelo cristianismo, desde o início dos anos 1980. O universo empírico pesquisado consistiu sobretudo no curso de formação de intérprete de *linguagem de sinais* do pastor Marco Antonio Arriens e no ministério com surdos da Igreja Batista. Como será demonstrado, o cerne dessa prática é uma disciplina geradora que marca diferenças entre *surdos* e *ouvintes* em termos de *língua* e *cultura*, sendo o intérprete *libras*/português um agente fundamental para regular, afirmar, performatizar, produzir e reiterar tal marcação.

No terceiro capítulo, tem-se por objeto de análise as congregações em língua de sinais da instituição religiosa cristã milenarista Testemunhas de Jeová. De modo semelhante a protestantes, em sua atividade missionária a surdez está plenamente performatizada como particularidade lingüística. Em tais congregações, seus membros, quer sejam pessoas com surdez, quer não, comunicam-se em língua de sinais, bem como suas publicações estão traduzidas para essa língua e editadas em vídeos. Contudo, nos rituais dessa instituição, como será demonstrado, não há marcação entre pessoas como diferenciadas pela audição, nem tampouco qualquer afirmação da surdez como particularidade étnica, o que a diferencia das congregações protestantes analisadas. Apesar disso, tal instituição destaca-se por ser uma grande produtora de vídeos em língua de sinais, por formar oradores e reunir multidões de falantes dessa língua, sendo também uma instituidora da surdez como particularidade lingüística no Brasil.

O quarto capítulo possui um objetivo bastante diferenciado com relação aos anteriores. Ele visa demonstrar a circulação de agentes, saberes, práticas e categorias, tudo o

que foi desenvolvido nos capítulos precedentes, em domínios não religiosos. Visa-se demonstrar como as instituições religiosas fazem parte do que os agentes sob análise denominam *comunidade surda*. Fundamentalmente, este capítulo explicita a intensa circulação entre agentes no movimento social – representado pela FENEIS –, instituições religiosas e universitárias e o emergente *mercado da libras*. Como é argumentado, essa circulação é fundamental para a tradução da surdez como particularidade étnico-lingüística em normatividade jurídica no interior do Estado-nação.

Por fim, na Conclusão, os principais pontos de todo o argumento da tese são retomados.

1. Igreja Católica e surdez: heterogeneidade de normatividades

Como foi afirmado na Introdução, a expressão *effata* está vinculada a um milagre específico descrito no evangelho de Marcos (7.31-37). Significa “abra-te” e, de acordo com tal passagem bíblica, Cristo a proferiu depois de molhar com saliva os ouvidos e a língua de um *surdo-mudo*, o que teria feito os ouvidos desse homem abrirem-se e sua língua soltar-se. Tendo por inspiração essa passagem, historicamente, a surdez coloca um problema para a universalização do cristianismo, o que tem originado procedimentos heterogêneos de abertura nos corpos de pessoas com surdez, consistindo diferentes modelos da operacionalização prática do *effata*.

Na Igreja Católica, a expressão *effata* não é usada exclusivamente quando em referência à surdez. Em verdade, ela está presente em um sacramento primordial da Igreja, o batismo, ritual universal que provê a introdução dos novos membros no que é tido como o corpo místico de Cristo, a própria Igreja. Nesse sacramento, em sua versão completa, que por vezes é facultativa, o sacerdote tocando a boca e ouvidos da pessoa, geralmente a criança, pronuncia: “*effata* – o Senhor Jesus que fez os surdos ouvirem e os mudos falarem lhes conceda que possa logo ouvir sua *Palavra* e professar a fé para louvor e glória de Deus Pai. Amém”³⁵. Assim, nesse sacramento de base, a referida categoria está vinculada ao chamado universal de toda humanidade ao cristianismo.

Efatá é a forma como geralmente protestantes enunciam e escrevem essa categoria. A sílaba tônica é no “tá” e a segunda sílaba tem pronúncia “fá”, como está também na *Nova Tradução da Linguagem de Hoje (Bíblia Sagrada, 2001)*. De outro modo, católicos preferem a pronúncia *éfeta*, mais próxima da pronúncia em grego, com sílaba tônica no “é” e a segunda sílaba recebe pronúncia “fê”. É comum também em escritos católicos a grafia heterogênea do termo, como exemplo: *ephphata*, *effata*, *effeta*, *efeta* ou *éfeta*. Diversos são os agenciamentos dessa categoria por missionários cristãos, sendo utilizada para nomear

³⁵ Ritual de batismo, disponível em: <http://www.cleofas.com.br/virtual/texto.php?doc=SACRAMENTO&id=sac0998> Acesso em 24/05/2010.

escolas especiais, ministérios protestantes, pastorais católicas, associações, sites vinculados à surdez, eventos religiosos, materiais de evangelismo e catequese, estampas de bandeiras e camisetas, vitrais de paróquias, entre outras apropriações³⁶.

Como se pretende evidenciar nesta tese, são diversas as instituições religiosas cristãs que atuam conformando a surdez. No Brasil, nenhuma instituição guarda relações de longa duração tão extensas com a surdez como a Igreja Católica, sendo mesmo uma história bastante plural, tornando-se difícil notificar desde quando atua nessa questão. Por conta dessa profundidade histórica, as pesquisas de campo nessa instituição revelaram que há uma heterogeneidade de normatividades com relação à surdez. Diferentemente de práticas de igrejas protestantes e Testemunhas de Jeová, como será demonstrado nos segundo e terceiro capítulos, as quais estão plenamente conformes à surdez afirmada como particularidade lingüística, a Igreja Católica possui uma relação bem mais múltipla, na qual camadas históricas de sua missão plural evidenciam-se.

As paróquias católicas pesquisadas expressam conformações da surdez que geralmente são tidas como relacionadas a diferentes momentos históricos da educação especial de *surdos*: *oralismo*, *comunicação total* e *bilingüismo*. Em seus rituais, é possível identificar que há pessoas surdas que se expressam exclusivamente por meio oral; outros utilizam sinais performatizados em estrita concordância com a sintaxe linear do português; outros também se expressam por sinais, mas realizados em uma sintaxe espacial (dotada de linearidade própria), como um código independente do português, o que se impõe como a *libras*.

Por conta dessa heterogeneidade de manejos lingüísticos em seus rituais, as práticas católicas não expressam um pleno ajustamento às normatividades relativas à surdez afirmada como particularidade lingüística, já que outras disciplinas estão corporificadas em seus fiéis. Além disso, as categorias que atualmente são tidas como legítimas e normatizam a surdez – *libras* e *surdos*, por exemplo – nem sempre estão plenamente incorporadas na fala de seus membros, de modo que a surdez entendida como particularidade étnico-lingüística, embora presente na Igreja Católica, é incorporada paulatinamente, não raro, por meio de

³⁶ Nesta tese, quando referida ao contexto católico será utilizada a categoria *effata*, termo que nomeia o site da Pastoral dos Surdos do Brasil. <http://www.effata.org.br/?s=apastoral> Acesso em 25/05/2010,

práticas advindas de outras instituições, acomodando-se em meio a outras normatividades concorrentes.

Este capítulo visa tratar precisamente dessa heterogeneidade de normatividades e dessa história que vincula a Igreja Católica a instituições tidas como referências de base na surdez: escolas especiais e associações. Como será demonstrado, a multiplicidade de normatividades está diretamente vinculada a camadas históricas de uma missão católica plural na surdez.

1.1. Heterogeneidades de normatividades nos rituais católicos

Na cidade de São Paulo há, em linhas gerais, duas formas de inserção, com utilização de sinais, de pessoas com surdez em paróquias católicas. O primeiro modo se dá por meio da realização de missas específicas para surdos, sendo esta prática mais antiga, já que algumas paróquias e congregações católicas estão historicamente vinculadas à educação especial relativa à surdez; o segundo modo se dá pela inserção de *surdos* em missas comuns, possibilitada pela presença de intérpretes, constituindo uma prática mais recente, desenvolvida sob forte influência de práticas advindas de congregações protestantes.

Os dados da análise que segue estão referidos sobretudo a duas pastorais relativas à surdez, as quais possuem centralidade na cidade de São Paulo. Para considerar o primeiro caso, as missas para surdos, a pesquisa de campo foi realizada na Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis, vinculado à Igreja São Francisco de Assis, ao Instituto Santa Teresinha e à Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC). No segundo caso, missas comuns com intérpretes, a pesquisa de campo trata da Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema, que muitas vezes também se denomina Pastoral dos Surdos de Moema. Ambas as pastorais integram a Regional Sul 1, seguindo a divisão do país da Igreja Católica, fazendo parte de uma rede nacional de paróquias que executam atividades de evangelização e catequese com *surdos* – algo que somente tem crescido nos últimos anos –, o que denominam Pastoral dos Surdos do Brasil.

1.1.1. Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis: o rito da missa para surdos

A Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis, que realiza *missas para surdos* em São Paulo, data a sua fundação de 1989 e está diretamente vinculada à catequese de alunos *surdos* de duas escolas especiais relativas à surdez, o Instituto Santa Teresinha – escola da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário³⁷– e a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC)³⁸. Tal pastoral surgiu de fato nos domínios desta última escola e, posteriormente, associou-se à primeira. Atualmente, as missas dessa pastoral realizam-se de modo relativamente itinerante, nos dois primeiros domingos do mês na Paróquia São Francisco de Assis, no bairro de Vila Clementino, nas proximidades da DEDIC, e no último domingo do mês na capela do Instituto Santa Teresinha, no bairro Bosque da Saúde.

Por conta dessa relação com as escolas, o público majoritário (não exclusivo) da pastoral é composto por alunos e ex-alunos das duas instituições referidas, bem como catequistas e professores vinculados a elas. Além disso, ele é majoritariamente jovem e o manejo que fazem dos sinais não está atrelado rigorosamente à sintaxe linear da língua portuguesa. Contudo, evidentemente, há exceções e o *português sinalizado*, também se faz presente na performance lingüística de alguns membros. Por meio da pesquisa nessa pastoral, identificou-se que, quando se considera o fator geração, há uma grande tendência em pessoas surdas mais velhas e escolarizadas, ocupantes de posições de poder, utilizarem os sinais em concordância com a sintaxe linear do português. A catequista que compõem essa pastoral e auxilia na realização das missas, uma senhora que estudou na escola especial das Calvarianas, é exemplar dessa performance lingüística.

A missa para surdos apresenta exatamente a mesma estruturação de qualquer missa católica apostólica romana comum, a saber: i) Ritos de Entrada (saudação sacerdotal, ato penitencial); ii) Liturgia da Palavra (leituras bíblicas, homilia, profissão de fé); iii) Liturgia Eucarística (ofertório, prefácio, oração eucarística); iv) Ritos de Comunhão (Pai Nosso, Paz

³⁷ Escola fundada em 1929.

³⁸ Esta escola foi fundada em 1954, quando se denominava Instituto Educacional São Paulo (IESP). Em 1969, foi incorporado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fonte: <http://www.pucsp.br/derdic/historico.html> Acesso em 05/05/2010.

de Cristo, Comunhão); e por fim, Ritos de Despedida (avisos, despedida do sacerdote). Tal como todas as missas católicas, são compostas por uma oralidade canônica rígida, definida mundialmente pela Santa Sé. Apesar de, no caso da missa para surdos, haver geralmente menos músicas do que as missas comuns, já que não há músicos presentes nesses rituais, é necessário considerar que ela não deixa de ser um ritual estruturado de modo absolutamente oral, em que os sinais acompanham essa oralidade.

Quem celebra a missa é um padre *ouvinte*, que assumidamente sabe bem poucos sinais. A sua fala, durante toda a missa, é interpretada para os sinais, tal como se dá em diversas denominações protestantes. Além disso, assim como na missa comum, a missa para surdos não se resume somente à fala do sacerdote, pois compõe o ritual um diálogo canônico estabelecido durante toda a missa entre este e a assembléia. Nas missas comuns, é constituinte desse diálogo que a fala da assembléia, em resposta a do sacerdote, seja em uníssono com algum integrante da paróquia, que fala no microfone, posicionando-se também no altar. No caso da missa para surdos, um rapaz que se afirma *surdo*, também integrante da paróquia, usando veste ritual tal como o sacerdote, sinaliza o que costuma ser dito no microfone, de modo que todos copiam os seus sinais para a plena realização do diálogo. Dessa forma, considerando apenas a língua de sinais, o diálogo se dá entre o intérprete (que traduz a fala do padre) e a pessoa surda auxiliar (que sinaliza o dito da assembléia). A resposta da assembléia, além de ser sinalizada, é também dita em português por pessoas *ouvintes* presentes e *surdos oralizados*.

A parte central da missa, a consagração, é um momento extraordinário da missa para surdos. Esse é a única parte em que o sacerdote além de falar, utiliza língua de sinais conjuntamente, reproduzindo as palavras (acompanhadas de sinais) e os gestos de Jesus na última ceia. Seguindo o ritual, ergue posteriormente a hóstia e o cálice, que, de acordo com a teologia católica, contêm o corpo e o sangue de Cristo, momento em que todos se ajoelham ou tomam postura de reverência. Nesse momento, o intérprete e o *surdo* ajudante da celebração deixam as suas funções de auxiliares da celebração e se ajoelham junto com a assembléia, estando desobrigados da sinalização, visto que o sacerdote o faz. Após esse momento, em que o sacerdote oralizou e sinalizou a parte central do rito de transubstancialização, o intérprete e o *surdo* auxiliar retornam para a sua posição de intermediação.

Apesar da proximidade estrutural com a missa comum, outras especificidades do ritual para *surdos* se explicitam, a começar pela homilia, momento em que o presidente da celebração fala para a assembléia, como na maior parte do ritual, em português, cabendo ao intérprete sinalizar o dito sacerdotal. Comumente, o sermão do padre trata dos textos bíblicos lidos na parte litúrgica (i - Velho Testamento na primeira leitura, ii - Novo Testamento na segunda leitura e, a parte principal, iii - o Evangelho), em linhas gerais, ele procura realizar uma mediação entre o livro sagrado e o cotidiano da assembléia. Do ponto de vista meramente formal, para auxiliar o padre na referência aos textos bíblicos de modo inteligível a essa assembléia, além da interpretação para a língua de sinais, é comum que membros da paróquia projetem alguns poucos desenhos em um telão, para ilustrar a passagem bíblica considerada, visando tornar a explicação do padre mais visual³⁹.

Além disso, a especificidade da composição da assembléia, o fato de ser majoritariamente de pessoas com surdez, é sempre um dado relevante no conteúdo de sua pregação. Desse modo, além da prédica bíblica católica habitual, algumas referências são reiteradas, inserindo a missa para surdos em uma história mais geral da Igreja Católica. Na homilia é comum que se faça referências, repetidas em cada missa, a nomes de religiosos católicos que trabalharam para a evangelização dos *surdos* ao longo da história, tais como São Francisco de Sales, Ludovico Pavoni, Felippo Smaldone, José Gualandi, Pedro Bonhome, entre outros e, sobretudo, aos nomes dos religiosos católicos que atuaram no Brasil evangelizando *surdos*, os padres Eugênio Oates (redentorista norte-americano) e Vicente de Paulo Penido Burnier (diocesano, sendo o primeiro padre *surdo* ou *deficiente auditivo* brasileiro), reverenciados como os *bandeirantes*⁴⁰ da Pastoral dos Surdos no Brasil⁴¹.

³⁹ O uso de desenhos na explicação de qualquer conteúdo para *surdos* faz parte da prática pedagógica intitulada *comunicação total*, que, como foi demonstrado na Introdução, é a filosofia pedagógica vigente entre o *oralismo* e o *bilingüismo*, algo valorizado pela catequista da pastoral

⁴⁰ Categoria pela qual são referidos.

⁴¹ Na publicação *Éfeta: Eu falo com Deus* da Congregação Pequena Missão para Surdos, de origem italiana, há uma *Ladainha dos Amigos dos Surdos* (s/d:75), que citam os seguintes religiosos católicos: São Francisco de Sales, São José Cotelengo, Beato Pedro Bonilli, Beato João Nepomuceno, Ludovico Pavoni, Felippo Smaldone, José Gualandi, Órsola Mezzini, Antonio Próvolo, Severino Fabriani e Pedro Bonhome. Estes também são referidos como os *Apóstolos dos Surdos*, isto é, pessoas santas religiosas que teriam se dedicado ao cuidado, à educação e à catequese de *surdos-mudos* em diversos países da Europa, atuação esta que se traduziu na fundação de congregações especializadas.

Além de a inserção no ritual de uma história plural da relação entre a Igreja Católica e surdez que remonta séculos, é comum que a fala do sacerdote, em algumas missas, tome um tom político, ainda que brando, referindo-se às injustiças sociais e à condição de exclusão das *pessoas com deficiência* na sociedade contemporânea. Assim, em consonância com ideais católicos que se desenvolveram após o Concílio Vaticano II, a sua prédica costuma incentivar a construção de uma sociedade mais justa e solidária, nesse caso, para *surdos* (ou *deficientes auditivos*) e também para as *pessoas com deficiência* em geral⁴². Tal preocupação com a condição de exclusão social da *pessoa com deficiência* tornou-se ainda mais presente após a Campanha da Fraternidade de 2006⁴³.

Outras especificidades do ritual da missa para surdos precisam ser consideradas. Quando a assembléia reza o Pai Nosso, presente em todas as missas na parte do rito de comunhão, ela o faz com as mãos, em língua de sinais, acompanhando a reza oralizada. Como estão com as mãos ocupadas, todos aproximam os pés, tocando-se uns aos outros, realizando correntes nas fileiras. Ademais, como também é de praxe em missas comuns, no início ou durante a celebração, entram pelo corredor objetos santificados do ritual, tais como imagens, a *Bíblia Sagrada*, os objetos da liturgia da comunhão, entre outros elementos. No caso da missa para surdos, é comum a entrada, pelo corredor, de objetos vinculados a essa pastoral e que ganham sacralidade, tais como bandeiras ilustradas com o brasão da Pastoral dos Surdos e com a categoria *effata* expressa e bem destacada e também desenhos de Cristo, ou apenas da mão de Cristo, tocando um ouvido e operando o milagre do *effata*. Além dessas bandeiras, publicações específicas para a catequese de *surdos* (ou *deficientes auditivos*), geralmente escritos exclusivamente em língua portuguesa, também costumam percorrer esse trajeto ritual.

É notável como na missa para surdos é prolongada a Oração dos Fiéis, também chamada Oração Universal ou Prece dos Irmãos, momento do rito católico em que os participantes podem individualmente fazer pedidos publicamente. Esse é o momento de

⁴² Na fala do sacerdote, como é comum na Igreja Católica, as categorias *surdo* e *deficiente auditivo* costumam ser intercambiáveis e mesmo a surdez relativa à *libras* não deixa de ser, geralmente, indicializada à categoria geral *deficiência*, posição análoga aos dispositivos jurídicos e âmbitos do Estado.

⁴³ O tema da Campanha da Fraternidade de 2006 da Igreja Católica foi *Fraternidade e pessoas com deficiência* e teve por lema “Levanta-se e vem para o meio” (Marcos 3.3.). No texto base de tal campanha (CNBB, 2005), há um levantamento histórico que demonstra as relações de longa duração entre a Igreja Católica e as denominadas *deficiências*. Nessa Campanha, a Igreja firmou o seu compromisso com a evangelização e a promoção social das *pessoas com deficiência*.

intensa participação da assembléia, em que os coordenadores do rito, sacerdote e auxiliares, não tolhem em nada a participação pública, deixando que ela se expresse à exaustão. O mesmo se processa durante a oração pela *Paz*, momento em que todos se cumprimentam e sinalizam PAZ⁴⁴ entre si. O sacerdote geralmente cumprimenta a totalidade da assembléia e muitos membros fazem o mesmo, sendo tal parte do rito mais demorada que o habitual. Nesse sentido, a *missa para surdos* é mais uma ocasião, entre outras, de encontro e sociabilidade. Como exemplo, é comum seus participantes chegarem antes da missa propriamente dita e demonstrarem que não têm pressa para ela começar. Após o término do rito, ficam conversando horas a fio, também sem pressa de irem embora da paróquia, de modo que isso parece ser uma estratégia dos organizadores do rito para possibilitar a sociabilidade do público em questão.

Uma característica importante da Igreja Católica precisa ser considerada para os objetivos desta análise. Os rituais que conformam os sete sacramentos⁴⁵ estão estruturados por uma oralidade rígida e estável. Além disso, a missa católica também é um ritual que possui uma padronização dada pela oralidade canônica e uma disposição corporal da assembléia estritamente regulada. De igual modo, as orações fundamentais que constituem as práticas católicas, o Pai Nosso, a Ave Maria, o Credo e a Salva Rainha, apenas para citar as mais presentes nas missas comuns, são também orações de oralidade fixa, que o fiel deve decorar e repetir cotidianamente. Assim, a canonicidade, a rigidez e a estabilidade conformam o modo como a Igreja Católica lida com a oralidade em suas práticas rituais.

Esse rigor sacramental está expresso em diversas práticas de seus membros. A própria leitura da *Bíblia* na Igreja Católica expressa o modo como a oralidade é sacralizada. Geralmente, na Igreja Católica, a *Bíblia* tende a ser lida como um ato eficaz em si mesmo, não precisando ser incorporada individualmente, por meio de leitura direta e compreensão individual consciente, tal como no protestantismo. A entrada habitual da *Bíblia* pelo corredor principal, sendo carregada por um fiel com as mãos erguidas, de modo a colocá-la no alto como se também fosse uma imagem, demonstra o modo como esse livro sagrado na Igreja Católica é, em si mesmo, um objeto mágico-sacramental.

⁴⁴ O sinal de paz geralmente é feito com a configuração da mão em P, em movimento de ziguezague na altura do tronco (descrição pessoal).

⁴⁵ Constituem os sete sacramentos da Igreja Católica: batismo, confirmação (crisma), eucaristia, reconciliação (ou penitência), unção dos enfermos, ordem e matrimônio.

Essas considerações são importantes, pois o manejo dos sinais na Igreja Católica está, em grande medida, conformado por esse rigor canônico mágico-sacramental da oralidade. Em termos mais explícitos: os sinais utilizados no rito católico geralmente são performatizados em estrita consonância com o que é dito em língua portuguesa. Assim, rigorosamente, o uso dos sinais nos rituais católicos não implica necessariamente a conformação de uma língua independente, uma vez que a sua expressão é tão-somente a expressão gestual-visual da oralidade canônica católica. Tudo se passa como se o dito, além de palavra, fosse também uma projeção gestual-visual, que é o sinal.

Desse modo, pode-se afirmar que os rituais católicos guardam afinidades com a performatização do *português sinalizado*, algo que está conformado nos rituais canônicos da instituição, sobretudo a liturgia da missa e as tradicionais orações católicas. Para exemplificar esse argumento, toma-se parte da oração do Pai-Nosso, que constitui um caso clássico dessa performatização lingüística. A expressão “não deixeis cair em tentação”, que compõe a oração, é sinalizada por alguns membros católicos da seguinte maneira: NÃO (negativa com o dedo indicador direito); DEIXAR (movimento das duas mãos como quem segura uma bola e a deixa do lado direito); CAIR (algo sinalizado com os dedos indicador e médio da mão direita em forquilha, sobre a mão esquerda, fazendo o movimento de cair, como se fosse uma pessoa em pé que caísse); EM (feito introduzindo os dedos unidos da mão direita, exceto o polegar, entre o polegar e os quatro dedos unidos da mão esquerda); TENTACÃO (um chifre, feito com a mão direita fechada e o dedo mínimo e o indicador aberto, vindo em direção à pessoa). Ou seja, nessa passagem da oração, toda a sinalização está em concordância estrita com o que é tido como a sintaxe linear do português⁴⁶.

Na redefinição dos sinais que compõem o Pai-Nosso – procurando desvincular os sinais dessa concordância explícita com o português – atualmente rezado também em paróquias católicas, a passagem “não deixeis cair em tentação” torna-se tão-somente TENTACÃO AFASTAR, feito primeiramente com a sinalização da TENTACÃO (as duas mãos fechadas com os polegares distendidos, movimentos de vai-e-vem em direção ao lado direito da barriga, insinuando uma provocação); e posteriormente se sinaliza AFASTAR (algo feito com a mão esquerda empurrando a mão direita para longe do corpo, encerrando o

⁴⁶ Esse uso dos sinais justaposto à sintaxe linear do português é algo idêntico ao que padre Eugênio Oates fez do que denominava *linguagem das mãos* em suas publicações dos anos 1960, como será demonstrado adiante.

movimento, afastando a TENTAÇÃO). Desse modo, se expressa a idéia principal da sentença no que se impõe como a *libras*, e, nesse caso, os sinais são performatizados como independentes da sintaxe linear do português.

A descrição do quanto a sinalização na missa para surdos está vinculada à oralidade canônica da Igreja Católica implicaria uma descrição minuciosa de todo o texto da missa, o que não é necessário para esta análise. De qualquer modo, é notável como uma série de sinais que não são vistos como necessários na *libras* (que é entendida como o uso dos sinais independente do português) é utilizada durante o rito. Como exemplo, o uso de sinais para as preposições “em” e “para” e o verbo de ligação “estar” expressam como a sinalização está em estrita consonância com a sintaxe linear da língua oral⁴⁷.

É necessário considerar que quem ocupa a posição de intérprete de língua de sinais pode passar a manejar, paulatinamente, os sinais como algo independente do português, o que se impõe como a *libras*. Tal processo tende a se acelerar com a prática da performance e a incorporação de produções acadêmicas referentes às línguas de sinais. O autocontrole e a vigilância dos pares também são elementos garantidores da performance que reitera tal uso de sinais. Por isso, o intérprete atua como um operador do efeito teoria, isto é, traduz em realidade sociológica o que a lingüística postula teoricamente. Fazendo com que, crescentemente, se idealize uma liturgia da missa para surdos em que os sinais não estejam em subordinação à oralidade canônica, dada em língua portuguesa, processo atualmente em curso, constituindo tal sinalização o que os agentes católicos chamam de *libras pura*.

Embora a Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis date a sua fundação de 1989, é necessário considerar que a prática de missa para pessoas com surdez é bem mais antiga. Evidentemente, a conformação ritual analisada acima é somente uma forma contemporânea da inserção de *surdos* nas missas. Durante o período de vigência do *oralismo* e da *comunicação total* não havia intérpretes nas paróquias católicas e a missa era, sobretudo, oralizada, tendo os sinais paulatinamente ganhado espaço, passando a ser utilizados conjuntamente com a oralidade. Como se pretende evidenciar, a inserção dos intérpretes é

⁴⁷ Para tornar mais clara essa questão, considere-se alguns exemplos do que os agentes sob análise classificam como *português*, *português sinalizado* e *libras*. Em português se diz: “eu estudo em casa”; em *português sinalizado*, manejando sinais: “EU+ESTUDO+EM+CASA”; em *libras*, também em sinais: CASA+ESTUDO, suprimindo a necessidade de sujeito e da preposição “em”, apesar de poder manter-se o “EU” se o falante quiser. Outro exemplo: em português se diz “eu estou feliz”; em *português sinalizado*: EU + ESTAR + FELIZ”; em *libras*: “EU + FELIZ”, não sendo necessário usar o verbo “estar” e, se estiver claro no contexto quem é o sujeito da oração, nem mesmo o pronome pessoal é necessário.

uma prática relativamente recente na Igreja Católica e está vinculada à incorporação de uma concepção de surdez e disciplina engendradas por protestantes, tendo por base elaborações científicas.

Assim, o que se deduz da etnografia da Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis e do ritual da missa para surdos é a presença branda de uma heterogeneidade de normatividades. A missa é intitulada para *surdos* e há intérprete de *libras*, mas a referência à *deficiência* e aos *deficientes auditivos* se faz presente na fala de leigos e sacerdote, em consonância com a publicação da Campanha da Fraternidade de 2006 da Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB), não representando qualquer contradição. Além disso, apesar de geralmente o intérprete procurar manejar os sinais em uma sintaxe espacial que se impõem como a *libras*, é comum que membros utilizem os sinais em consonância com a sintaxe linear da oralidade canônica católica. Dessa forma, no ritual considerado, há uma heterogeneidade de categorias classificatórias e corporalidades conformando as práticas.

1.1.2. Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema: as missas com intérprete de língua de sinais

Na análise do segundo modelo de inserção de pessoas com surdez em ritos católicos, a missa comum com a presença do intérprete de língua de sinais, os dados etnográficos estão referidos, sobretudo (mas não somente), à Pastoral dos Deficientes Auditivos da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Moema. Tal paróquia possui relativa projeção nesse circuito vinculado à surdez, sendo bastante referida por sua festa junina anual, que reúne um público muito numeroso e diversificado, transcendendo em muito a sua frequência habitual.

A característica fundamental dessa pastoral, quando contrastada com a Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis, analisada acima, é que ela costuma ser freqüentada por pessoas comumente classificadas como *surdos oralizados*, isto é, pessoas com surdez falantes de língua portuguesa, embora alguns possam sinalizar conjuntamente, utilizando geralmente o denominado *português sinalizado*. Além disso, há outra característica

importante, embora haja exceção: o seu público tende a ser mais velho do que a primeira pastoral analisada.

Geralmente, os membros a nomeiam de Pastoral dos Deficientes Auditivos, mas não raro, em muitos eventos e informativos, também denominam Pastoral dos Surdos. No site oficial da Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Moema lê-se Pastoral dos Surdos, e informa os seus objetivos: “reunir, instruir e promover eventos para os portadores de deficiência auditiva”⁴⁸. Como tal informe sugere, essas categorias são usadas de modo intercambiável, como geralmente ocorre em muitos meios católicos.

Foi fundada em 1989, por Teresa Prada, uma senhora que se definia como *deficiente auditiva* ou *surda oralizada*, tendo estudado no Instituto Santa Teresinha e se tornado professora do Estado em escolas regulares. Historicamente, Prada teve atuação política em favor do uso de legendas *closed caption*, assim como lutou a favor da oralidade e da leitura em língua portuguesa como veículos fundamentais de informação e da educação de *deficientes auditivos*⁴⁹. Apesar disso, em suas manifestações públicas, afirmava não ser contrária ao uso da língua de sinais, pois também militava a favor da presença de intérpretes e dizia-se fluente nessa língua.

Essa paróquia é paradigmática da participação ritual de *surdos oralizados* na Igreja Católica. No templo, eles ficam localizados no canto direito da igreja, em fileiras que estão dirigidas para o altar, perpendiculares às demais fileiras. As pilastras da edificação, de certo modo, escondem o grupo que participa da missa em sinais, de modo que pessoas sentadas na nave central da paróquia podem sequer notar a sua presença. O intérprete posiciona-se na frente dessas fileiras, também escondido por uma pilastra. Tal como ocorre na missa para surdos, todos participam sinalizando em consonância com o português canônico da liturgia e, conjuntamente, muitos também oralizam, articulando as falas junto com a maioria dos demais fiéis da paróquia. Se não fosse pela sinalização e a localização espacial separada, rigorosamente não haveria diferenças substantivas entre a participação de alguns desse grupo e os demais fiéis da igreja, já que todos falam português.

⁴⁸ <http://www.paroquiamoema.org.br/pastorais.html> Acesso em 05/05/2010,

⁴⁹ Com o reconhecimento jurídico da *libras* em 2002, Prada, juntamente com outros *surdos oralizados* de diferentes cidades do país, assinaram uma carta enviada para os senadores da República informando que nem todos os *surdos* são usuários dessa língua. Entre as reivindicações feitas, estava a legenda em português na televisão, que afirmaram ser bem mais inclusiva do que o intérprete de *libras*, visto que o português escrito tende a ser partilhado tanto por *oralizados* como por *sinalizadores*.

O modo como Prada militou a favor da performance da interpretação expressa-se na inserção pioneira de uma intérprete na Pastoral que fundou. Quando a pesquisa de campo nessa paróquia foi iniciada, no ano de 2002, quem interpretava as missas nessa paróquia era uma intérprete de trajetória batista trazida para essa igreja por Prada. Essa intérprete já tinha tido uma trajetória de fundação de ministério com surdos em uma congregação batista e também atuado na disseminação dessa performance sobretudo no meio protestante, sendo uma importante referência nos anos 1980 e 1990. Contudo, é necessário considerar que tal intérprete não estava atuando na Igreja Católica rigorosamente como religiosa, pois sua prática já era profissional, interpretava mediante pagamento nessa paróquia e em outros âmbitos, inclusive do Estado⁵⁰.

Nem todo o ritual era interpretado pela intérprete. As partes centrais da missa católica, a leitura do evangelho e o rito da consagração, eram sinalizadas por Teresa Prada, que, mesmo não ouvindo ou ouvindo mal (presume-se), sinalizava em estrita consonância com a fala do sacerdote, em *português sinalizado*⁵¹. Após o seu falecimento, em 2005, outras pessoas assumiram a interpretação nessa paróquia, tendo aquela intérprete de trajetória protestante deixado esse trabalho. A partir de então, identificou-se que o que caracteriza os raros intérpretes que passaram a atuar nessa paróquia é uma performance com um léxico extremamente reduzido do que é entendido como *libras*.

Após a missa, geralmente os membros dessa pastoral confraternizam-se em salas do prédio anexo à igreja. Nesses momentos, torna-se claro o quanto não há uma disciplina gestual-visual que os conforma. Em geral, conversam utilizando sinais, mas conjuntamente com a fala. Quando alguém precisa dar um aviso, a pessoa até pode sinalizar, mas sempre fala conjuntamente e o mesmo se dá com a participação do público. Assim, tal como ocorre nos ritos religiosos, jamais há nos encontros para a sociabilidade nessa paróquia uma disciplina sistemática que separa o que é entendido como *libras* em oposição à *língua portuguesa*.

⁵⁰ Esse dado revela como intérpretes de trajetória protestante iniciaram uma atuação profissional no nascente *mercado da libras*, antes de sua regulamentação estatal. Além disso, como será demonstrado, são agentes ou práticas protestantes que são incorporados para a constituição da performance da interpretação na Igreja Católica.

⁵¹ Na Igreja Católica, é comum a participação de pessoas com surdez ocupando a posição do intérprete nas orações (Credo e Pai Nosso) e na leitura do evangelho (utilizando o folheto com a leitura do dia).

A exemplo disso, quando da comemoração de 20 anos dessa pastoral, em novembro de 2009, tornou-se evidente o quanto a normatividade que o intérprete de língua de sinais implica – uma disciplina em que *surdos* e *ouvintes* se posicionam em espaços determinados no ambiente e se diferenciam pela *língua* que utilizam – não está plenamente conforme às práticas dessa pastoral. Em determinado momento da comemoração, muitas pessoas com surdez participaram do evento relatando a história da pastoral no palco do salão de festa. A maioria sinalizou, mas alguns tomaram o microfone para falar, inclusive pessoas com surdez. Diante do fato inusitado, para o intérprete, de pessoas com surdez falarem, este, proveniente de outra paróquia católica, por alguns segundos titubeou, ficou sem saber o que deveria fazer, uma vez que, geralmente, interpreta oralizando a fala (sinalizada) de *surdos* e, nesse caso, inversamente, ele teve que sinalizar a fala oralizada de pessoas com surdez. Ou seja, em rituais católicos não ouvir não implica ser diferenciado de quem ouve em termos de *língua*.

Essa comemoração explicitou o quanto essa pastoral especificamente está vinculada às pessoas com surdez de mais idade, geralmente de camadas sociais elevadas – o que se explica pela localização da paróquia, em Moema, um bairro nobre – e, por conta disso, são pessoas bem oralizadas⁵², muitas delas historicamente vinculadas a Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), como por exemplo, um ex-presidente. Contudo, evidentemente, há exceções em seu público, pois também é possível notar a presença de pessoas com surdez mais jovens, não tendo a mesma trajetória de classe dos membros mais velhos. De qualquer modo, certamente a Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema é um caso bastante paradigmático da associação de *surdos oralizados* na Igreja Católica⁵³.

Não é apenas essa pastoral que realiza missas comuns com a presença de intérpretes. Como exemplo, é necessário considerar que a Igreja Católica é pioneira na colocação sistemática da interpretação na televisão, por meio das missas da TV Canção Nova, movimento católico vinculado à Renovação Carismática Católica⁵⁴, algo que passou a

⁵² A terapia fonoaudiológica que possibilita a aquisição da fala por pessoas com surdez é algo que demanda tempo e recursos financeiros, além de um estímulo rigoroso e conjunto de pais, professores e fonoaudiólogos.

⁵³ Durante a comemoração de aniversário dessa pastoral, identificou-se que um dos motes de conversa que transitava nas rodas era a cirurgia de implante coclear, sendo esta sempre referida de maneira bastante positiva, ao contrário do que geralmente ocorre em outras rodas vinculadas ao reconhecimento da *libras*.

⁵⁴ De acordo com Prandi (1998), a Renovação Carismática Católica consolidou-se nas últimas décadas do século XX no Brasil em resposta ao crescimento pentecostal, incorporando deste alguns elementos simbólicos, tais como a glossolalia e a cura.

realizar a partir de 1999. Como já foi afirmado, tal performance foi posteriormente seguida pela Igreja Internacional da Graça do Missionário R. R. Soares, em 2000⁵⁵. Em verdade, a performance da interpretação para *libras* na Igreja Católica está em franca disseminação, como o aumento de eventos e cursos católicos revelam.

Tem ocorrido um revigorado investimento da Igreja Católica na surdez no bojo da Campanha da Fraternidade de 2006 em diversas paróquias. Em momentos extraordinários, como a fundação de uma nova pastoral dos surdos, a sinalização pode assumir centralidade no rito da missa dominical⁵⁶. Como exemplo, tais eventos podem contemplar a entrada ritual pelo corredor principal do templo de bandeiras que representam a pastoral dos surdos, tal como já foi mencionado, ilustradas com símbolos da cura do *surdo-mudo* e referências à categoria *effata*, bandeiras estas que ocupam o altar durante a missa, tornando-se objetos sacramentais. Além disso, é comum que padres atuantes especificamente nessa pastoral sejam convidados para celebrar a missa. Como geralmente sabem sinalizar pelo menos um pouco, o momento da consagração da hóstia, central no rito, é conjuntamente falado e sinalizado, ficando o intérprete desobrigado de sinalizar nessa parte, posicionando-se em reverência como toda a assembléia. Em certos casos, em outros momentos da missa, o padre pede para o intérprete, geralmente posicionado na altura das fileiras, subir ao altar e sinalizar ao seu lado. Em tais eventos, é também possível o padre pedir para a assembléia rezar o Pai Nosso também em sinais, o que é feito vagarosamente para todos copiarem a sinalização. Assim, essas ocasiões extraordinárias instituem a Pastoral e consagram os *surdos* como falantes de *libras* para toda a comunidade que a paróquia representa.

É necessário considerar que as pessoas que atuam na Igreja Católica como intérpretes de língua de sinais e também como normatizadores de uma surdez performatizada como particularidade étnico-lingüística, incorporaram tal prática por influência de protestantes, sobretudo batistas. Como já foi afirmado, no caso de Moema, Prada trouxe uma intérprete batista para a realização da interpretação. Outro exemplo precisa ser considerado: ainda nos anos 1980, um pastor luterano, pedagogo e atualmente o presidente da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores Intérpretes e Guiaintérpretes de Língua de

⁵⁵ Apesar de ser uma igreja comumente classificada como neopentecostal (Mariano, 1999), quem inicia tal performance na Igreja Internacional da Graça de Deus é também uma intérprete de trajetória batista (Assis Silva & Teixeira, 2008).

⁵⁶ Isso ocorreu, por exemplo, na fundação e no aniversário de um ano da Pastoral dos Surdos de Vila Formosa, criada por uma pessoa originária da Pastoral de Moema, em 2007.

Sinais (FEBRAPILS), Ricardo Sander, já tinha atuado como intérprete em encontros católicos. Ademais, é sobretudo freqüentando cursos de formação de intérpretes ministrados por protestantes que jovens católicos, inclusive alguns seminaristas, buscam formação para a evangelização de *surdos*.

Tal como protestantes de diversas denominações, católicos também participam das oficinas para a formação de *intérpretes de linguagem de sinais* do pastor batista, radicado em Curitiba-PR, Marco Antonio Arriens⁵⁷. É comum o relato de jovens católicos que freqüentaram essas oficinas e passaram inclusive a visitar algumas congregações batistas para analisar com pormenor a performance da interpretação. Além disso, passaram também a se apropriar de materiais dessa instituição, sobretudo dicionários e materiais de evangelismo, bem como de vídeos bíblicos em língua de sinais da Igreja Batista e Testemunhas de Jeová.

O pastor Arriens relata com freqüência a presença de católicos em suas oficinas⁵⁸. Ademais, não é apenas esse pastor que começou a ministrar cursos semelhantes. Outros protestantes passaram a dar suas próprias oficinas, assim como católicos, seguindo, de certo modo, aquele pastor. Desse modo, paulatinamente, a performance da interpretação, de origem protestante (batista e luterana, como será mostrado no segundo capítulo), tem sido incorporada na Igreja Católica.

A incorporação, no rito católico, da surdez como particularidade lingüística, não raro aprendida em oficinas protestantes, acaba por gerar conflitos entre normatividades. Em uma missa de domingo de ramos, na capela do Instituto Santa Teresinha, no ano de 2007, evento que reuniu diversas pastorais católicas, a freira da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, treinada nas oficinas do pastor batista Arriens, ocupou a posição de intérprete. Sua performance denotava o uso bastante abundante de expressões faciais e um corporalidade complexa e teatral. Durante toda a sua interpretação, não moveu os lábios articulando as palavras, bem como procurou, na medida de sua fluência, não submeter os seus sinais à sintaxe linear da oralidade canônica do rito católico. Diante de tal interpretação,

⁵⁷ No segundo capítulo serão analisadas essas oficinas. Por ora, basta informar que pastor Arriens afirma ter formado mais de 5600 intérpretes (dados de junho/2009), em diversos estados brasileiros e inclusive em outros países, por meio de suas oficinas, realizadas desde 1989. O referido pastor utiliza o termo *linguagem de sinais* pois não ensina a *libras* em seus cursos, mas, sobretudo, técnicas teatrais de interpretação.

⁵⁸ Quando foi feita pesquisa de campo nas oficinas desse pastor, em outubro de 2006, entre o público, estavam presentes uma freira da Congregação das Calvarianas, bem como a coordenadora pedagógica da escola especial desta congregação.

peessoas com surdez de geração mais velha, não raro da Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema, acostumadas com a leitura labial, em diversos momentos da missa pediram para que a intérprete também movesse os lábios, contudo, não obtiveram sucesso, já que a intérprete estava comprometida com o engendramento de uma nova normatividade no meio católico em que atuava. Como ela mesma informou após a missa, justificando a sua performance, “o *surdo* precisa aprender qual é a sua verdadeira *identidade, cultura, língua* e posição na sociedade”, concepção que está em estrita consonância com a visão aprendida com Arriens. Provavelmente, sua performance não causou os mesmos sentimentos em pessoas com surdez católicas mais jovens, também presentes na missa, pois estas tendem a estar mais ajustadas à utilização dos sinais em uma sintaxe espacial independente da língua oral.

Assim, é possível deduzir, a partir das pesquisas realizadas na Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema e do ritual de missas comuns com intérpretes, que a heterogeneidade de normatividades relativas à surdez está posta de maneira mais explícita do que na Pastoral dos Surdos São Francisco de Assis, analisada primeiramente. As categorias *surdez* e *deficiência auditiva* e *surdos* e *deficientes auditivos* estão sempre presentes, alguns agentes inclusive as utilizam de modo intercambiável. Além disso, pessoas com surdez manejam seus sinais tanto de acordo com uma sintaxe espacial, o que se impõe como a *libras*, como em uma sintaxe linear, próxima ao português. Do mesmo modo, como ocorre o uso da oralidade por pessoas com surdez.

1.2. O paradoxo católico na surdez: incorporação de normatividades exteriores e referência de base

Tudo se passa como se a Igreja Católica estivesse atualmente buscando fora de seus domínios institucionais a normatividade e o saber necessários para a evangelização de *surdos*. Nesse caso, intérpretes desempenham um papel fundamental. Estes assumem explicitamente terem sido influenciados por outras instituições religiosas e estar sistematicamente incorporando suas práticas, por meio de cursos e materiais, sobretudo de batistas e testemunhas de Jeová. Para eles, é como se a Igreja Católica tivesse ficado presa

ao passado, cristalizada em normatividades anteriores, como o *oralismo* e a *comunicação total*. Por conta disso, relatam que a Igreja Católica perdeu muito de seus membros *surdos* para a Igreja Batista e as Testemunhas de Jeová, que realizam trabalhos de evangelização mais conformes à concepção de surdez como particularidade lingüística. Para alguns, é com urgência que se faz necessária a atualização da atuação de católicos na surdez.

Os usos constantes de categorias classificatórias como *deficiente auditivo* e *deficiência auditiva* seriam exemplos de normatividades crescentemente vistas como não autorizadas e que estão presentes na Igreja Católica. É bem verdade que a categoria *surdo* tem sido cada vez mais utilizada, trata-se da Pastoral dos Surdos do Brasil, mas também é comum, em falas públicas de religiosos e leigos, a utilização de categorias que remetem à *deficiência*, conformando, de fato, uma tensão no interior da instituição. Por um lado, membros da Pastoral dos Surdos normatizam a categoria *surdo* como legítima, por outro, segmentos da instituição, como a CNBB ou a Pastoral das pessoas com deficiência, ratificam o compromisso da Igreja com a evangelização e promoção social das *pessoas com deficiência*, fazendo com que a categoria *deficiente auditivo* seja também uma categoria legítima⁵⁹. Tal tensão na Igreja Católica entre a surdez como particularidade étnico-lingüística, que nega a deficiência, e um discurso geral da *deficiência*, do qual a surdez faz parte, é análoga à tensão presente nas instâncias do Estado.

Certamente a diversidade de corporalidade é outra tensão sempre presente na Igreja Católica. A intenção de performatizar o manejo dos sinais fora da sintaxe linear do português, mais de acordo com o cânone lingüístico atual, no qual os sinais são manejados como independentes do português (o que se impõe com a *libras*), é algo que gera controvérsias na Igreja Católica, dada a cristalização do uso dos sinais justaposto à oralidade canônica dos ritos. Alguns de seus membros mais velhos, ocupantes de posições de poder, passaram por processos de oralização e outros tantos utilizam o que se denomina *português sinalizado*, não raro, tendo estudado em escolas católicas, de modo que a performance da

⁵⁹ As categorias *deficiência auditiva* e *deficiente auditivo* possuem um longo histórico de utilização na Igreja Católica. Vários foram os encontros de escolas especiais voltadas para a surdez, desde os anos 1970, em que se utilizou essa categoria para nomear os sujeitos em questão. Como exemplo, em 1974 ocorreu o *I Seminário Brasileiro sobre Deficiência Auditiva* (Rio de Janeiro-RJ). Em 1975, o *I Encontro das Escolas Católicas para Deficientes Auditivos* (Brasília-DF). Em 1977, o *II Encontro das Escolas Católicas para Deficientes Auditivos* (Curitiba-PR). Em 1985, o *III Simpósio das Escolas Católicas para Deficientes Auditivos* (Brasília-DF). Em 1988, o *IV Seminário Nacional de Educação e Ensino Religioso aos DA* (Londrina-PR). A partir de 1990, a categoria classificatória altera-se, tornando-se *surdos*, quando ocorreu o *V Seminário Nacional de Pastoral dos Surdos* (Vinhedo-SP) (Pastoral dos Surdos, 2006:69-70).

interpretação comprometida com um ideal normativo lingüístico, no qual os sinais são utilizados como um código independente, nem sempre é bem recebida e realizada sem disputas.

Além disso, paulatinamente, a Igreja Católica incorpora a concepção de *cultura surda* em sua evangelização. Como será analisado no segundo capítulo, protestantes batistas traduziram a lógica da missão transcultural para a surdez e, por conta disso, afirmam que os *surdos* compõem um *povo não alcançado* pelo cristianismo, com *língua, cultura e história*. Essa concepção de surdez é, historicamente, estranha à Igreja Católica, já que ela esteve comprometida com a educação e catequese voltada para a surdez, mas em um registro de correção e normalização, produzindo o *effata* por meio da oralização, ou seja, em nada afirmando formas de particularidade étnico-lingüística relativas à surdez.

Contudo, essa concepção também está presente atualmente na Igreja Católica, sendo incorporada ao ser posta em termos da lógica de uma *missão de inculturação*⁶⁰. Em uma publicação de 2006, intitulada *Pastoral dos Surdos: rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Brasil*, na parte intitulada *a Pastoral dos Surdos e a missão dos intérpretes*, os autores procuram definir a atuação do intérprete no registro da missão inculturada. Desse modo, assim como Deus encarnou-se na humanidade por meio de Jesus, assim como Este se inculturou nos homens, falando a língua deles, cabe ao intérprete inculturar-se na surdez:

“Assim como Deus, por meio da pessoa de Jesus, vivencia esse êxodo saindo de seu mundo e passando a viver como humano, tornando-se um de nós, o intérprete também procurar despojar-se de sua própria cultura para descobrir e mergulhar na cultura da pessoa surda, o mundo do silêncio. O intérprete assim como Jesus, se expõe física e emocionalmente, não empresta somente as mãos e os ouvidos, mas todo o seu corpo para transmitir sua mensagem. Todo o seu ser está a serviço da comunidade” (Pastoral dos Surdos, 2006:55)

⁶⁰ De acordo com Montero “a ‘inculturação’ é a reflexão teológica no contexto do pós-Concílio Vaticano II, realizado entre 1963-65, que afirmou a necessidade de desromanizar a Igreja Católica, principalmente no simbolismo e na liturgia e valorizar a diferença cultural. O pressuposto é de que na própria cultura existem dimensões positivas nas quais o cristianismo poderia ser inculturado enquanto valores: justiça, fraternidade, amor, solidariedade, etc (Montero, 1996 apud Almeida, 2002).

Seguindo a lógica da missão inculturada, para a Pastoral dos Surdos, toda cultura já espelha em si a santidade de Deus. Desse modo, justificam a emergência dessa cultura como uma expressão de Deus a um limite imposto pela natureza:

“Todas as culturas, como diz Jon Sobrino, são brilhos singulares de uma luz original. Cada pessoa é imagem única e irrepetível de Deus, cada povo, cada cultura é também imagem coletiva e diferente do Deus de todos os nomes, de todas as culturas. Cabe ao intérprete descobrir a beleza de cada sinal, perceber a cultura das comunidades de surdos como revelação do amor de Deus, possibilidade de vida, diante do limite imposto pela natureza. Assim como o mandacaru, planta típica do Nordeste, que floresce em meio à seca do sertão, a língua de sinais mostra a resistência da vida e a insistência de um Deus que deseja revelar seu amor, seu rosto, seu jeito, através da comunicação que fala e encanta no silêncio das palavras e do som” (idem, :56)

E cabe ao intérprete, não somente uma função técnica, mas também política:

“Não se pode deixar de lado o processo histórico e político de conquista dos surdos em nosso país, os preconceitos já sofridos, os direitos já conquistados, os direitos a conquistar, a subestimação e o menosprezo de sua língua, assim como sua valorização ao longo dos tempos. Isso nos mostra que a missão e a vocação do intérprete não se restringem somente à interpretação dos sinais, mas deve ir além e chegar ao entendimento do jeito do surdo em seu pensamento, em sua reflexão”. (idem, 56-57)

Essa publicação é a codificação mais contemporânea de uma certa visão que se dissemina na Igreja Católica, não raro vinculada à atuação dos intérpretes. Quem escreveu este capítulo foi Larissa Gotti Pissinatti (Pastoral dos surdos, 2006:55), então atuante na Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, a mesma freira que realizou as oficinas de Arriens e provocou o descontentamento entre as pessoas com surdez mais velhas quando pediam para ela mexer os lábios durante a interpretação. Tal freira fez uma mediação original entre o que se afirma nas oficinas de Arriens e a teologia da missão inculturada católica nessa publicação. Além disso, seu capítulo também cita o trabalho de uma pedagoga que escreveu sobre a atuação de intérpretes de língua de sinais, Andréa da Silva Rosa (2003), também de trajetória batista, tal como Arriens.

Evidentemente, esse trabalho de incorporação da categoria *cultura surda* é bem mais geral e complexo do que a publicação acima citada demonstra, pois, como foi dito na

Introdução desta tese, tal categoria está afirmada no Decreto Federal 5626/2005, que regulamenta a *libras*, além de ser uma categoria bastante utilizada em trabalhos científicos que dão legitimidade a essa língua. Desse modo, o caso explicitado é somente uma dentre as evidências de como a Igreja Católica tem incorporado uma normatividade aparentemente exterior à sua instituição, originariamente constituída por práticas e concepção advindas de denominações protestantes e formulações científicas. Esse processo tem ocorrido não sem tensões, devido ao fato de a Igreja Católica apresentar diversas normatividades sobrepostas relativas à surdez, reveladoras de seu fundo histórico maior de atuação.

Paradoxalmente, apesar de aparentemente muitos agentes católicos buscarem fora de sua instituição o que hoje é entendido como a *libras*, uma língua natural dotada de gramática própria, independente do português, como afirmam diversos linguistas de língua de sinais brasileiros (Ferreira Brito, 1993; Felipe de Souza, 1998; Quadros, 1997, 2004), é necessário considerar que a formação de um léxico atribuído a essa língua, que está disseminado em parte considerável do território brasileiro, não pôde prescindir da Igreja Católica, ou pelo menos de territórios que guardam afinidades com essa instituição. Apesar da incorporação católica de algo que é exterior, não raro com base em práticas protestantes e produções acadêmicas, a relação da Igreja Católica com a surdez é bem anterior.

Como será analisado nos segundo e terceiro capítulos, o processo de conformação de projetos missionários protestantes (luterano e batista), bem como de testemunhas de Jeová, deram-se em grande medida pela apropriação de um dicionário católico produzido nos anos 1960 pelo padre redentorista Eugênio Oates. Luteranos, no início dos anos 1980, por influência de intelectuais norte-americanos, passaram a afirmar o estatuto de língua do que chamaram de *Linguagem de Sinais do Brasil* e publicaram um livro juntamente com educadores religiosos católicos, entre eles, os padres Oates e Penido Burnier. De outro modo, missionários batistas pioneiros que passaram a evangelizar *surdos*, apropriaram-se também do livro de Oates para o aprendizado das *mímicas* e dos *gestos*, como chamavam a comunicação atribuída aos *surdos*. Testemunhas de Jeová, em 1992, publicaram o seu dicionário *Linguagem de Sinais*, espelhando em sua qualidade estética uma evidente apropriação do livro do padre católico. Desse modo, se atualmente são católicos que incorporam práticas e performances advindas de protestantes e testemunhas de Jeová – a

performance da interpretação, vídeos bíblicos, manuais de evangelismo e novos dicionários – durante os anos 1980 e 1990 ocorreu o inverso.

Além disso, é necessário considerar uma questão relativa à emergência do que hoje é entendido como *libras*. Como é comum em línguas de sinais de todo o mundo, estas se constituíram em territórios vinculados à surdez, sobretudo instituições totais, que emergiram no século XVIII e XIX e foram vigentes ao longo do século XX, as escolas especiais (Padden & Humphries, 1988; Lane, 1992; Sacks, 1998). Ainda que tenham surgido sobretudo com ideais corretivos, não constituindo geralmente a sinalização um meio legítimo de instrução, ainda assim, as escolas especiais desencadearam um processo associativo estabelecendo redes de sociabilidade de onde puderam emergir as língua de sinais. Quanto mais repressores foram os aparatos pedagógicos de poder contrários aos sinais, mais eles proliferaram e se densificaram. No Brasil, as escolas especiais também constituíram um local fundamental para a associação de pessoas com surdez, já que, geralmente, elas nascem em famílias em que todos ouvem⁶¹.

Entre as instituições religiosas consideradas nesta análise, nenhuma é mais intrinsecamente vinculada à conformação de territórios vinculados à surdez e às outras denominadas *deficiências* do que a Igreja Católica⁶². Há uma relação de longa duração entre a segregação de pessoas classificadas historicamente como *anormais* e o carisma de diversas congregações católicas. São diversos os exemplos de fundação de instituições totais que primeiramente funcionavam como asilos, mas também como instituições corretivas e, posteriormente, escolares, que estão vinculadas às *deficiências*. É o caso mais exemplar de surdez, cegueira, lepra (atualmente hanseníase), debilidades mentais, paralisia, entre outras (CNBB, 2005).

Por conta disso, a relação entre a Igreja Católica e a surdez é mais ampla do que o presente etnográfico revela. Apesar de, aparentemente, a Igreja Católica incorporar o manejo corporal que provém de igrejas protestantes e Testemunhas de Jeová – o uso dos sinais em uma sintaxe espacial não vinculado à oralidade – paradoxalmente, o léxico que é performatizado como a *libras* guarda estreitas relações com territórios católicos. Assim, é necessário considerar alguns dados históricos fundamentais que, em verdade, vez por outra

⁶¹ De acordo com estatísticas internacionais de 95% a 96% dos surdos nascem em famílias ouvintes (Skliar, 2000:129).

⁶² Território entendido tanto em seu sentido físico como institucional.

se anunciam no presente etnográfico. É necessário analisar o que está na base da conformação do léxico dessa língua, a saber, as escolas especiais católicas, as associações de surdos e a coleta lexical pioneira do padre Eugênio Oates.

1.3. Igreja Católica e educação especial relativa à surdez

As escolas especiais ocupam centralidade no circuito de instituições relativas à surdez, geralmente denominado pelos agentes sob análise *comunidade surda*, sendo peças-chaves em termos territoriais para a associação de pessoas com surdez. Estão presentes, sobretudo, nas grandes cidades, algumas são confessionais católicas e luteranas – nesses casos geralmente são privadas – outras são públicas e, historicamente, costumam atrair pessoas com surdez de outras localidades, cidades pequenas e médias do interior, onde geralmente não há instituições de tal tipo.

A função desempenhada por essas escolas especiais é ampla e diversificada, transcendendo unicamente a formação escolar. Tais escolas consistem locais de fundamental referência para a conformação de uma unidade simbólica integrativa. Ter essa trajetória garante a inserção em uma rede de sociabilidade bastante vasta relativa à surdez/língua de sinais, que transcende os limites da cidade, do estado ou até do país e, não raro, opera como um marcador de diferença. A circulação entre tais escolas se dá, entre outros elementos, pela prática de campeonatos esportivos. Além disso, a escola especial é um local de retorno periódico, para eventos tais como festas (com destaque para as juninas), mostras de cinema, debates políticos e acadêmicos, contatos para inserção profissional e assistência social, entre outras razões.

Embora existam diversas escolas especiais relativas à surdez em São Paulo⁶³ – algumas ocupando também importantes posições simbólicas nesse circuito – nenhuma tem a centralidade desempenhada pelo Instituto Santa Teresinha. A posição de destaque dessa escola se justifica por sua antiguidade. Foi fundada em 1929, em Campinas, e transferida para São Paulo em 1933. Estabeleceu-se em um grande terreno doado por um médico

⁶³ Na cidade de São Paulo são seis escolas municipais de educação especial: Hellen Keller (zona sul), Anne Sullivan (zona sul), Neusa Basseto (zona leste), Professora Vera Lúcia Aparecida Ribeiro (zona oeste), Madre Lucie Bray (zona norte) e Professor Mário Pereira Bicudo (zona norte).

otorrinolaringologista, o Dr. Otoni Resende Barbosa. Até 1990, tal escola adotou como método de ensino o *oralismo* e, durante décadas, funcionou em regime de internato⁶⁴.

Em abril de 2009 o Instituto Santa Teresinha completou 80 anos. Por conta disso, organizou uma comemoração, antecedida por uma missa especial para *surdos*. Em tal ritual, ficou nítida a sua posição de centralidade na surdez. Dado o longo investimento histórico nessa educação especial, tal instituto possui uma grande capacidade associativa intergeracional. Como exemplo, estavam presentes diversos alunos idosos, assim como seus alunos atuais. Além disso, professoras de outras épocas, religiosas trajando hábitos de freiras, assim como os professores de hoje, leigos formados em universidades. Ademais, dada a importância do evento, estavam presentes diversas pessoas que ocupam posições representativas políticas em associações como a FENEIS e a Associação de Surdos de São Paulo (ASSP). Em sua maioria, estudaram nesse colégio e, a despeito de alguns terem trajetória protestante, participaram do ritual em sua totalidade.

Assim, apesar do crescimento da atuação de protestantes e testemunhas de Jeová na evangelização relativa à surdez, certamente a Igreja Católica se destaca por sua capacidade associativa de pessoas conformadas por normatividades múltiplas relativas à surdez, que se definem de diferentes modos, para além de *surdos*. Além disso, estão conformadas por corporalidades múltiplas, vinculadas aos diferentes momentos da educação especial relativa à surdez, em linhas gerais em suas três grandes fases: *oralismo*, *comunicação total* e *bilingüismo*. Os mais velhos tendem a ser plenamente oralizados, outros falam e sinalizam conjuntamente, os mais jovens usam sinais como um código independente do português.

Essa não foi a primeira vez que o Instituto Santa Teresinha revelou a sua grande capacidade associativa. Anualmente, as escolas especiais relativas à surdez, tal como as escolas regulares, realizam festejos juninos. No caso das primeiras, essas festas acabam por se tornar eventos de grande importância. Indubitavelmente, essa escola católica se destaca nessa questão, pois as diversas festas de colégios de educação especial para *surdos* não reúne tantas pessoas quanto ela. De acordo com dados de sua direção, acima de duas mil pessoas comparecem anualmente nessa festa, que são abertas para um público maior desde os anos 1980. Como é tida como a festa mais importante da denominada *comunidade surda*,

⁶⁴ Seu nome de fundação foi Instituto Santa Therezinha para Meninas Surdas Mudas. Dados retirados de Teixeira (2008) e do site da instituição <http://www.institutosantateresinha.org.br/> Acesso em 10/05/2010.

é comum que as demais escolas especiais relativas à surdez somente agendem as suas festas depois da definição da data da festa do Instituto Santa Teresinha.

Além de mais numerosa, certamente é a festa que apresenta o público mais diversificado, constituindo mesmo uma expressão do que compõe a chamada *comunidade surda*. Embora o ambiente seja católico, pois se trata de uma escola confessional, além de padres e freiras, é possível notar a presença de pastores e fiéis protestantes realizando um proselitismo sutil, distribuindo folders e cartões de suas igrejas. A presença de pessoas que se afirmam testemunhas de Jeová é bem mais rara, já que as festas juninas constituem uma prática proibida para os seus membros. Contudo, ainda assim, é possível encontrar pessoas que, pelos menos, possuam trajetória religiosa nesta instituição. Além disso, comparecem ao evento surdoscegos, intelectuais pesquisadores da surdez, familiares e amigos dos *surdos*, professores de outras escolas especiais e regulares e ativistas políticos vinculados à FENEIS e ASSP.

Ainda na mesma comemoração de 80 anos dessa escola, outro fato a ser considerado é a prédica específica do padre. Dado o caráter extraordinário do evento, ele fez várias referências à história de longa duração da relação entre a Igreja Católica e a surdez, citando o nome de diversos religiosos e congregações que há séculos atuam na educação relativa à surdez. Essa é uma das especificidades da Igreja Católica em relação às demais instituições religiosas, pois em grande medida a história da educação especial relativa à surdez se confunde com a missão católica para *surdos-mudos*, *deficientes auditivos* e *surdos*.

Na questão em análise, a Igreja Católica reinventa a sua tradição de maneira bastante ampla e original em momentos diferentes. Ora seus agentes afirmam que a Pastoral dos Surdos data sua fundação dos anos 1980, como é o caso no Rio de Janeiro e Campinas, em 1981, e em São Paulo, em 1989, entendendo-se por “pastoral” as práticas rituais analisadas acima. Mas também afirmam que os *bandeirantes* de sua pastoral, padre Eugênio Oates e Vicente Penido Burnier, atuam desde o fim dos 1940 e mais fortemente a partir dos anos 1960. Além disso, como ao longo do século XX diversas congregações católicas, de origem européia – fundadas no século XIX e com carisma para a educação relativa à surdez –, passaram a atuar no Brasil, fundando uma série de escolas especiais, estas constituem outras marcações históricas possíveis para datar essa relação entre surdez e Igreja Católica. Ademais, a própria história canônica da surdez, reiterada em eventos e publicações políticos

e acadêmicos, acaba por se confundir com a atuação de educadores religiosos. Assim, é necessário fazer algumas considerações sobre a atuação de religiosos católicos nessa história de longa duração, para o entendimento dessa tradição católica plural.

Sem ter a pretensão de esgotar essa história, é necessário demonstrar a relação de afinidade entre a educação especial relativa à surdez e a Igreja Católica, sobretudo durante a grande vigência do *oralismo* – algo que vingou como política pedagógica oficial até os anos 1980 e 1990 –, seguindo a história canônica expressa em muitos lugares, inclusive em publicações católicas (CNBB, 2005 e Pastoral dos Surdos, 2006). Contudo, ela é bem mais nuançada do que esta apresentação, pois somente os dados realmente relevantes para a questão investigada foram trazidos para a análise.

1.3.1. Agentes católicos na história canônica da surdez

Nada demonstra de maneira mais exemplar as relações históricas entre a Igreja Católica e a surdez que o âmbito da educação. É consenso na bibliografia que o surgimento da educação de pessoas com surdez está relacionado à atuação de religiosos, sobretudo considerando certa linhagem latina e católica, que fundamentalmente interessa a esta análise. O mito de origem fundamental dessa forma de educação está no século XVI, com a atuação do monge beneditino espanhol Pedro Ponce de León (1520-1584), que viveu no mosteiro de San Salvador, em Oña, na Espanha, e teria sido o primeiro educador de *surdos-mudos* nobres da família Velasco y Tovar (Moura, 2000; Sacks, 1998; Reily, 2007).

De acordo com Reily (2007), que realizou uma investigação sobre o papel da Igreja Católica nos primórdios da educação relativa à surdez, o fato de Ponce de León ser beneditino é um dado relevante a ser considerado. Apoiada em Eriksson (1993), a autora argumenta sobre a existência de *sistemas de sinais* e *alfabetos manuais* já utilizados, durante a Idade Média, em mosteiros que seguiam votos de silêncio previstos pelas Regras Monásticas de São Bento (480-550). Há uma série de documentos de mosteiros preservados que comprovam a existência de um léxico em sinais utilizados por monges, limitado ao seu cotidiano. Concordando com Stokoe (1987), Reily argumenta que não é possível deduzir que as línguas de sinais atribuídas aos *surdos* sejam continuidades das línguas dos mosteiros beneditinos. Contudo, para a autora, certamente muitos dos alfabetos manuais ainda vigentes

teriam essa origem, bem como certa valorização religiosa da comunicação silenciosa. Ademais, Reily argumenta que a reprodução gráfica dos sinais, problema contemporâneo ainda não plenamente resolvido, já que as línguas de sinais não possuem sistemas consolidados de escrita, já teria sido um problema medieval nos mosteiros, pois monges precisavam sistematizar sinais em publicações para a comunicação silenciosa comum.

São bem poucos os registros acerca do método de educação de Ponce de León. Mas afirma-se que foi bastante reconhecido pela educação de *surdos-mudos* nobres. Ele trabalhava com rótulos, pregando nomes escritos nos objetos. Afirma-se também que teria utilizado um alfabeto manual proveniente dos mosteiros, mais especificamente da obra do frei franciscano Melchior de Yebra (1526-1586) *Refugion Informorum, por el Padre Fray Melchior de Yebra*, publicado postumamente em 1593.

O sucessor de Ponce de León na educação de nobres *surdos-mudos* espanhóis foi Juan Pablo Bonet (1579-1629). Este, filólogo, soldado e educador mercenário, é tido como um precursor da educação oralista. Publicou em 1620 *Reducción de las letras y arte de enseñar a hablar a los mudos* e, nesta publicação, apresentou um alfabeto manual semelhante ao atualmente presente em muitos países, inclusive no Brasil⁶⁵, que teria sido apropriado do frei franciscano Melchior de Yebra. Nessa publicação, Bonet apresentou uma metodologia fonética de alfabetização, que seria desenvolvida posteriormente por outros, e consistia na redução das letras do alfabeto a sons fonéticos, valorizando a representação sonora de cada elemento gráfico. Bonet tornou-se uma grande referência em toda a Europa e o alfabeto manual expresso em sua publicação foi apropriado posteriormente pelo abade de l'Épée, da França, tendo este transmitido tal alfabeto a outros educadores, fazendo-o migrar para os Estados Unidos por meio de Laurent Clerc. O método oralista de Bonet também foi apropriado por outros educadores fundamentais do método oralista, como o português Rodrigues Pereire (1715-1780), Johann Conrad Amman (1724-1811) e Jonh Wallis (1616-1703).

Abade de l'Épée (1712-1789), francês, é tido como o primeiro educador que, de fato, utilizou os sinais atribuídos aos *surdos-mudos* para a educação, fundando uma metodologia pioneira. Iniciou sua educação por meio de um método de associação entre objetos e

⁶⁵ O alfabeto manual de Bonet se assemelha com o alfabeto comumente vendido em *santinhos* nas conduções das grandes cidades brasileiras, o mesmo popularizado pela apresentadora infantil Xuxa Meneghel, por meio da canção *O Abecedário da Xuxa* nos anos 1980.

escritas. Ao perceber que os seus alunos já tinham uma forma de comunicação entre si, apropriou-se dela para ensiná-los. Não tratou propriamente essa forma de comunicação como uma língua, mas a enquadrou na gramática da língua francesa, inventando o que intitulou como *sinais metódicos*⁶⁶, um método combinado entre os sinais dos *surdos-mudos* e sinais que ele mesmo criou para adequar essa forma de comunicação a *regras claras*, como ele mesmo definia (Moura, 2000:34). Esse método representou uma mudança extremamente significativa na educação de *surdos-mudos* e na ampliação do léxico dessa forma de comunicação. L'Épée fundou seu instituto de *surdos-mudos* em 1755 e, em 1791, após sua morte, tornou-se o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris, de onde emergiram diversos educadores que fundaram institutos semelhantes em outros países. (Moura, 2000; Sacks, 1998; Reily, 2007).

Desse instituto francês, fundado pelo abade de l'Épée, veio o primeiro educador de *surdos-mudos* para o Brasil, E. Huet, um nobre *ensurdecido* que fundou o Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos, no Rio de Janeiro, em 1857, com aval de Dom Pedro II. Atualmente este colégio denomina-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo uma escola federal de ensino fundamental, médio e superior⁶⁷. De acordo com a história canônica, seria esta relação do INES com o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris que explicaria a semelhança entre o que é tido como a *língua brasileira de sinais* e a língua de sinais francesa, bem como os seus alfabetos manuais, ambos influenciados originariamente pelo alfabeto manual espanhol.

O INES certamente é a escola especial que ocupa centralidade na história da surdez no Brasil⁶⁸. Sua história é longa e complexa e sua metodologia pedagógica já esteve conforme a diversos modelos de educação, bem como já tendo funcionado como asilo e

⁶⁶ Guardadas as devidas distâncias, o manejo dos sinais do padre redentorista Eugênio Oates em suas publicações, enquadrando-os rigorosamente na estrutura da língua portuguesa, parece revelar proximidade com os *sinais metódicos* de abade de l'Épée, como será demonstrado adiante.

⁶⁷ De acordo com Rocha (2007:140) tal instituto recebeu as seguintes denominações: Collégio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1856-1857); Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1857- 1858); Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1858-1865); Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos (1865-1874); Instituto dos Surdos-Mudos (1874-1890); Instituto Nacional de Surdos-Mudos (1890-1957), por fim, a partir de 1957 Instituto Nacional de Educação de Surdos.

⁶⁸ É esse aspecto de centralidade histórica do INES que confere à cidade do Rio de Janeiro centralidade na surdez/língua de sinais. É também no Rio de Janeiro que está localizada a sede da FENEIS, bem como de onde emergiram pesquisas sobre língua de sinais da lingüista Lucinda Ferreira Brito da UFRJ. Importante considerar também a importância do Rio de Janeiro para a Igreja Batista, onde se localiza o Ministério com Surdos da Junta das Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, bem como para as Testemunhas de Jeová, que teve a primeira congregação em linguagem de sinais em Niterói, cidade localizada na Grande Rio de Janeiro.

também fornecido educação profissionalizante⁶⁹ (Rocha, 2007; Soares, 1999). Essa escola, de modo reiterado, é referida como tendo fundado a unidade lingüística nacional dos *surdos* no Brasil. Ocupa uma posição simbólica tão importante que a data de sua fundação oficial, 26 de setembro, foi escolhida para se comemorar o Dia Nacional do Surdo. É comum o relato de que pessoas com surdez de diferentes estados do país, desde o século XIX, teriam estudado nesse colégio. Mesmo durante o *oralismo*, quando formalmente a comunicação através de sinais era proibida, muitos sinais teriam sido formulados e aprendidos nos interstícios do poder pedagógico e, posteriormente, disseminados. Como exemplo, Albres (2005) justifica a presença da *libras* em Campo Grande - MS, por seus antepassados *surdos* terem estudado em tal escola no Rio de Janeiro - RJ.

É necessário considerar que, embora o INES tenha surgido no período imperial, não é referido como um colégio religioso na historiografia sobre o tema. Contudo, devido às suas estreitas relações com o poder imperial e, posteriormente, com o poder republicano – e também, dadas as estreitas relações históricas entre educação de pessoas com surdez e a Igreja Católica – agentes católicos estão presentes na história da instituição. São poucas as referências historiográficas do INES que explicitam essa relação. Rocha (2007) faz breves referências sobre atuação de congregações católicas nas primeiras décadas do instituto. Além disso, menciona que o ensino da doutrina cristã também esteve presente no currículo escolar em diferentes momentos da história da instituição (2007:31, 89). Ademais, algumas fotos de seu livro revelam a atuação de religiosos na educação desse instituto, bem como em Albres (2005:3).

Em Soares (1999), há também uma reflexão historiográfica sobre tal instituto, sendo poucas as referências das relações entre o INES e a Igreja Católica. Contudo, por meio da análise do relatório do diretor Dr. Tobias Leite – que ocupou tal cargo de 1872-1896 – Soares apresenta um dado relevante para esta análise. O relatório afirma que o rastreamento por *surdos-mudos* no território brasileiro se dava também via rede religiosa, pois geralmente o diretor enviava correspondências a bispos de diferentes territórios brasileiros solicitando o encaminhamento de pessoas com tal condição para o Instituto (1999:48).

⁶⁹ Entre os objetivos da fundação do instituto, afirma-se: “regenerar uma classe inteira de seres desgraçados muito tempo abandonados, pô-los na posse de uma instrução impossível de adquirir de qualquer outro modo, por meio de um methodo especial; restituí-los à sociedade, à sua família, e pô-los em estado de poderem um dia dirigir seus próprios negócios – tal tem sido o fim da fundação do estabelecimento” Rocha (2007:24).

Embora sejam ainda pouco claras as relações entre tal Instituto e a educação religiosa, há outros dados que precisam ser considerados. Os dois padres que são tidos como os pioneiros da pastoral dos surdos na Igreja Católica, Eugênio Oates e Penido Burnier, deram aulas nesse instituto, tendo este último lá estudado. Além disso, a publicação de Oates ([1969] 1988), o livro *Linguagem das mãos*, foi produzido por meio de vínculos com o INES, algo que se revela pelo prefácio escrito por um de seus diretores.

Em linhas gerais, essa é a relação entre história canônica da educação especial relativa à surdez no Brasil e a Igreja Católica. O INES é a instituição central desse processo, tendo estudado nesse instituto, desde o século XIX até hoje, pessoas com surdez de diversas regiões do país. Esse instituto vincula a história do alfabeto manual e da sinalização utilizados no país à Europa. Contudo, é necessário considerar que essa história é mais plural do que essa narrativa linear canônica supõe.

Há uma pluralidade de congregações católicas que atuam na surdez, revelando as estreitas relações entre a Igreja Católica e a educação especial. Essas congregações católicas, não raro, estão vinculadas aos referidos *Apóstolos dos Surdos*, citados na ladainha dos *Amigos dos Surdos*, expressa na publicação *Éfeta: Eu falo com Deus – Fez Ouvir os Surdos e Falar os Mudos* (Pequena Missão para Surdos, s/ data). São pelo menos sete as congregações que atuam na educação e catequese de *surdos* no Brasil, a saber: Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, Missionários Gualadianos da Pequena Missão para Surdos⁷⁰, Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, Associação das Obras Pavonianas de Assistência e, por fim, Congregação Filhas da Providência para Surdos Mudos. Embora elas estejam vinculadas à Igreja Católica, é necessário considerar que são independentes, tendo origem e trajetórias específicas.

Essas congregações atuaram na fundação de institutos educacionais para *surdos* ao longo do século XX no Brasil. Possuem origem européia, tendo sido fundadas, sobretudo, no século XIX. Da França, vieram as Calvarianas, as Filhas do Coração de Maria e as Franciscanas. Da Itália, vieram os Gualadianos, as Salesianas, os Pavonianos e os Fabrianos. A educação relativa à surdez é somente um de seus carismas, já que geralmente atuam

⁷⁰ Tendo por nome anterior Missionários Gualadianos da Pequena Missão para Surdos Mudos.

também na educação e assistência social em geral, sendo as calvarianas e as franciscanas também hospitalares. Assim como vieram para o Brasil, muitas delas estão em outros países da América Latina, África e Ásia, fundando escolas, hospitais e asilos. Considerando a totalidade da atuação dessas congregações, elas estão presentes nas cinco regiões do Brasil.

No que se refere à fundação de escolas especiais relativas à surdez, considere-se a atuação dessas congregações. A saber: 1) A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário está no Brasil desde 1906, tendo fundado o Instituto Santa Teresinha, em 1929, em Campinas – SP⁷¹; o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em 1959, no Rio de Janeiro – RJ e o Instituto Nossa Senhora do Brasil, em Brasília – DF (s/ data). 2) Os Gualadianos da Pequena Missão para Surdos atuam em Londrina – PR, Cascavel – PR e Campinas – SP, além de estarem vinculados ao Instituto Londrinense de Educação de Surdos, fundado em 1959, em Londrina – PR. 3) A Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações está no Brasil desde 1972, tendo fundado os Institutos Fellipe Smaldone, em Belém – PA, Brasília – DF, Riamola – GO, Anapólis – GO, Fortaleza – CE, Pouso Alegre – MG, Manaus – AM; 4) A Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria, que chegou ao Brasil em 1937, está em Curitiba – PR desde 1948 e fundou a Escola de Educação Especial Epheta em 1950⁷²; 5) A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida fundou, em 1956, a Escola de Ensino Fundamental Frei Pacífico – Educação para Surdos em Porto Alegre – RS⁷³; 6) Associação das Obras Pavonianas de Assistência fundou, em 1974, o Centro Educacional de Audição e Linguagem Ludovico Pavoni, em Brasília – DF. Por fim, 7) A Congregação Filhas da Providência para Surdos Mudos fundou o Instituto Severino Fabriani para crianças surdas (s/data) em São Paulo – SP.

Essas escolas especiais estão vinculadas ao período vigente do *oralismo*. Não raro, funcionaram como instituições totais vinculadas à correção via oralização. Além disso, as próprias narrativas que fundam os carismas das congregações católicas vinculadas a essas escolas expressam um ideal de *effata* a ser realizado via oralização. Por conta disso, estão comprometidas historicamente com a superação da *mudez*, mais do que da surdez, tendo a categoria *surdo-mudez* desempenhado um papel histórico fundamental nessas escolas.

⁷¹ Transferido para São Paulo em 1933.

⁷² Tendo por nomes anteriores Escola para Surdas Mudas e Escola para Surdos Epheta.

⁷³ Tendo por nome anterior Escola EPHPHETA – Instituto Frei Pacífico.

A narrativa que funda o carisma para o cuidado dos *surdos-mudos* faz da mudez, da voz e dos lábios dimensões centrais. Como exemplo, o que explica a constituição do carisma da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário é o fato de seu fundador, padre Pierre Bonhome, sofrer de laringite e, por conta disso, ter se tornado afônico por muitos anos. Devido a sua condição, o padre sensibilizou-se com a falta de comunicação dos *surdos-mudos*, fundando a partir de então institutos com tal finalidade na França (Mongrelet, 1892), o que foi desdobrado para o Brasil, no início do século XX.

Nesse mesmo sentido, de acordo com informativos da congregação da Pequena Missão para Surdos, durante a celebração da Festa do Coração Imaculado de Maria, em 1849, na Paróquia Santíssima Trindade, em Bologna, Itália, Dom Giuseppe Gualadi (1826-1907) teve sua atenção voltada para a presença de uma moça que, durante a missa, permaneceu com os olhos atentos e os lábios fechados. Seu nome era Carolina Gualuppini e era *surda-muda*. Desde então, Dom Giuseppe Gualadi dedicou-se à evangelização de *surdos-mudos*, objetivando abrir seus lábios, sua mente e seu coração. Seu instituto, chamado *Casa* ou *Família*, tornou-se um local de passagens de *surdos-mudos* de toda a Itália⁷⁴.

A fundadora da Escola de Educação Especial Epheta, Nydia Moreira Garcez, (1913), *ensurdecida* aos seis anos, oralizada e fluente em português e francês, entrou para a vida religiosa em 1947, integrando-se à Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria. Afirma ter fundado essa escola por ter ficado sensibilizada ao perceber que nem todas as pessoas com surdez ascendiam à língua oral, dedicando-se então à educação dos *deficientes auditivos*. É autora do livro “*E os surdos ouvirão: orientação para uma catequese aos deficientes auditivos*” (s/data)⁷⁵.

O hino da Escola Epheta, escrito na comemoração de 50 anos, em 2000, bem expressa a valorização da aquisição da oralidade:

“... No movimento labial/ Encontramos nosso caminho/ A atenção é primordial/ Não podemos perder
nem um pouquinho/ No silêncio de nossa estrada/ Soa a música no coração/ Seja sol ou madrugada/
Conquistamos a comunicação/ Para nós é uma aventura/ O que parece fácil aos demais/ Mas

⁷⁴ Disponível em http://www.gualandianos.org.br/dest_louvoren.htm Acesso em 05/03/2010.

⁷⁵ Disponível em: http://www.aefspr.org.br/index.php?con_id=21&menu=3&item=7 Acesso em 08/05/2010.

aprendemos com candura/ E sempre queremos mais/.... A,E,I,O, U: vamos todos cantar/ Das vogais para os fonemas/ Abre-te! E lá vem nossa voz/ Vamos nos comunicar”

De modo semelhante, uma saudação do Instituto Santa Teresinha, escola das Irmãs Calvarianas, também expressa a valoração da aquisição da oralidade:

“Salve, Instituto querido, onde tenho recebido a grande luz da instrução. Aos meus lábios tu abriste e sempre tu me seguiste com quanta dedicação! Eu era qual princesinha, encarcerada sozinha, nada podia entender. Tu, porém, me libertaste, tu foste que me ensinaste, a esperar, amar e crê!...” (Suplemento do Correio Popular, São Paulo, 2 de outubro de 1955 *apud* Teixeira, 2008).

A provisão dos bens de salvação às pessoas surdas por meio da oralidade e da língua portuguesa está expressa nas publicações dessas congregações. As Calvarianas publicaram um pequeno livro denominado *Só nós dois eu e você* (s/data). A Pequena Missão para Surdos publicou uma série chamada *Éfeta: abra-te – Fez ouvir os surdos e falar os mudos*, cujos livros são: i) *Eu falo com Deus* (s/ data); ii) *Jesus me ama* (s/ data); iii) *Vem Senhor Jesus* (s/ data); por fim, iv) *A Bíblia dos surdos* (1994). Essas publicações, destinadas à catequese de pessoas com surdez, estão escritas inteiramente em português e possuem muitas figuras ao longo das páginas. Não há qualquer menção à sinalização. Nas capas das publicações da Pequena Missão para Surdos, há uma imagem de Cristo realizando a cura do *éfeta*, tocando a orelha e a língua do *surdo-mudo*.

Ainda hoje essas instituições educacionais relacionadas a essas congregações guardam proximidades com o *oralismo*, certamente umas mais do que outras. É comum que seu sites institucionais afirmem, sobretudo, uma preocupação explícita com a aquisição oral, mencionando o atendimento fonoaudiológico e médico otorrinolaringologista, mais do que propriamente uma educação bilíngüe ou o uso da língua de sinais. É o caso mais explícito da Escola Epheta, em Curitiba-PR, e do Centro de Audição e Linguagem Ludovico Pavone, em Brasília-DF. Outras já explicitam a proposta pedagógica bilíngüe e fazem referências ao uso da *libras*, como é caso do Instituto Santa Teresinha e do Instituto Londrinense de Educação de Surdos.

O caso do Instituto Santa Teresinha é notável na mudança de paradigma. A oralização, historicamente, constituiu o cerne de sua proposta pedagógica. Nesse processo, a

prática de treino articulatorio por meio de terapia fonoaudiológica, algo que as religiosas iniciaram, foi transferida para profissionais não religiosos. Contudo, desde 1990, iniciou a implementação da educação bilíngüe. Se antes todos os alunos eram submetidos a essa terapia, atualmente, ela é opcional, não estando incluída no pagamento da mensalidade da escola. Além disso, a prática fonoaudiológica deixou de ocupar a centralidade da sala de aula ou salas mais centrais no prédio da instituição, passando a ser realizada em local absolutamente marginal.

Além dessas congregações, é preciso considerar que, historicamente, religiosos católicos de outras congregações também desenvolveram carisma para a educação e a evangelização de *surdos*, como são os casos de redentoristas, franciscanos, capuchinhos e diocesanos. Certamente, no imaginário católico vinculado à surdez no Brasil, os padres Eugênio Oates e Vicente de Paulo Penido Burnier ocupam posição de destaque.

1.4. Associações de surdos e a Igreja Católica

Dentre todas as instituições que compõem o que os agentes sob análise denominam *comunidade surda*, além das escolas especiais, certamente as *associações de surdos* ocupam posição de destaque. Chamadas também de *clube* ou *sociedade*, proliferaram a partir dos anos 1950, quando eram adjetivadas pelas categorias *de surdos-mudos*, e, mais tardiamente, pela categoria *de deficientes auditivos*. Atualmente, o termo mais usual e legítimo é *de surdos*, embora não seja rara a utilização *de deficientes auditivos*.

Estão bastante disseminadas em grandes e médias cidades do Brasil, e, salvo engano, estão presentes em todas as capitais. Constituem locais de recreação, festas, sociabilidade e, fundamentalmente, são organizadoras de campeonatos esportivos, sobretudo futebol. De acordo com Ramos (2004), as competições esportivas foram uma das molas propulsoras da disseminação dessas associações. É comum o relato de que essas associações, juntamente com as escolas especiais, constituem locais de descoberta da língua de sinais (Heredia, 2007) e da existência pública de outras pessoas de igual condição audiológica. Desse modo, elas também ocupam um papel chave na constituição de um circuito que relaciona instituições relativas à surdez, sendo também referidas nas narrativas políticas como o

primeiro território livre para o uso dos sinais, já que, historicamente, o uso de tal forma de comunicação foi proibida nas escolas especiais (Skliar, 1998).

Na cidade de São Paulo, há algumas associações desse tipo e, entre elas, destaca-se a Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), fundada em 1954. Um evento pesquisado nessa associação revelou dados fundamentais para esta análise. A festa de 52 anos da associação, realizada em abril de 2006, demonstrou como essa instituição está relacionada com a Igreja Católica. Estava presente no evento um padre que entronizou a imagem de São José, o padroeiro da Associação. Também estavam presentes pessoas com surdez majoritariamente mais idosas do que as que costumam freqüentar os eventos políticos e acadêmicos. O padre, que não sabia sinais, era auxiliado na comunicação por um rapaz, o mesmo que costuma ajudar na realização da missa para surdos, fazendo a voz da assembléia. Estavam presentes também no evento intérpretes de trajetória protestante, que ocuparam o papel de intermediação durante o pequeno rito católico entre o padre e os *surdos* presentes. Caso os intérpretes protestantes não estivessem presentes, as pessoas com surdez provavelmente sequer sentiriam falta deles, uma vez que participariam a seu modo do breve ritual católico, lendo lábios, falando as orações e usando os sinais. Contudo, com a presença de protestantes a fronteira simbólica entre *surdos* e *ouvintes* em termos de *língua* foi bem estabelecida. Ou seja, este evento pesquisado demonstrou a um só tempo, uma relação de continuidade entre a Igreja Católica e a Associação – era um evento comemorativo laico, mas contou com tal Igreja –, bem como o quanto a entrada de agentes protestantes instauram uma nova disciplina no local.

Essa relação entre a Associação de Surdos de São Paulo e a Igreja Católica foi identificada também em outras ocasiões. O *folder* da ASSP, divulgado na VIII REATECH – Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade – em 2009, revela também a proximidade entre as duas instituições. Entre as poucas fotos que compõem o *folder*, destaca-se uma que traz dois padres, Volmir Francisco Guisso e Vicente de Paulo Penido Burnier, ambos ora referidos como *surdos*, ora como *deficientes auditivos*. O texto do *folder* também revela uma proximidade com a Igreja Católica no modo como são manipuladas as categorias *surdez* e *surdos* de modo intercambiável com *deficiência auditiva* e *deficiente auditivo*. Além disso, foi identificada também uma relação entre freqüentadores e representantes dessa Associação e a trajetória religiosa católica, sendo também

freqüentadores da pastoral. Além disso, há uma relação direta entre aqueles que ocupam posição de poder nessa rede e a trajetória católica, ainda que somente escolar.

É bem verdade que não é a intenção desta análise uma pesquisa sobre essa vasta rede composta por essas associações no Brasil. Contudo, outras evidências revelam essa proximidade entre a Igreja Católica e associações em outras cidades. Em pesquisa de campo, realizada em Porto Alegre-RS na Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul, identificou-se a presença da imagem de Nossa Senhora Aparecida na sala principal da associação⁷⁶, tal como a imagem de São José na Associação de Surdos de São Paulo. Outro exemplo dessa proximidade entre a Igreja Católica e associações é o folder de divulgação do Clube dos Surdos de Jundiaí, onde consta que a sua primeira sede foi no salão paroquial da Igreja São Bento. Além disso, é comum em algumas associações o calendário anual de missas católicas da Pastoral dos Surdos fazer parte de sua programação, sendo o caso de Jundiaí bastante paradigmático nesse sentido.

Em encontros missionários católicos relativos à surdez, um nome é recorrentemente citado como fundamental para a história da Pastoral dos Surdos e também para a unificação das *comunidades de surdos* no Brasil: o padre Vicente de Paulo Penido Burnier. Burnier nasceu em 1921, em Juíz de Fora-MG⁷⁷, estudou no INES, no Rio de Janeiro-RJ e, em 1951 foi ordenado sacerdote, o primeiro padre *surdo* (ou *deficiente auditivo*) do Brasil e o segundo na história da Igreja Católica (Pastoral dos Surdos, 2006:19). É comum em encontros missionários a transmissão de um documentário sobre sua vida realizado pela Canção Nova. Narra-se que, devido à sua surdez, teve que pedir diretamente para o Papa Pio XII autorização para ser ordenado, tendo argumentado sobre um caso antecedente de um padre surdo espanhol. Além disso, afirma-se que teve de provar a fluência em português e latim, sabendo falar cinco línguas, ou seja, ele foi plenamente oralizado. Padre Vicente prestou assistência religiosa aos *surdos* de todo o Brasil, sendo um padre itinerante, viajando para ensinar catecismo, ministrar primeira comunhão, celebrar casamentos, entre outras

⁷⁶ Um dado relevante é que a congregação que fundou a Escola Frei Pacífico de Porto Alegre é a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, o que justifica a presença da imagem de Nossa Senhora Aparecida.

⁷⁷ Penido Burnier é de uma família de religiosos mineiros, entre eles destacam-se os padres Frei Martinho Penido Burnier e João Bosco Penido Burnier, tendo este último sido assassinado, em 1976, na Prelazia de São Félix do Araguaia, no contexto da Ditadura Militar.

atividades religiosas em escolas e associações relativas à surdez. Por conta disso, foi bastante conhecido em todo o território nacional.

A trajetória do padre Burnier se confunde com a história de algumas *associações de surdos-mudos*. Foi presidente por 17 anos da Associação Alvorada Congregadora de Surdos, a primeira associação de *surdos-mudos* do Brasil, fundada em 1953, no Rio de Janeiro. De acordo com Ramos (2004), presidiu também um processo de reativação da Associação Brasileira de Surdos-Mudos, fundada em 1930, mas desativada tempos depois. Esta esteve associada à *World Federation of the Deaf*. Esse padre, juntamente com outras instituições, inclusive escolas católicas, esteve vinculado à fundação da Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (FENEIDA), em 1977⁷⁸. É necessário considerar também a sua presença representando a Cooperativa Vicente de Paulo Penido Burnier (COPAVI) na Conferência de Cidadania e Direito dos Surdos do Estado de São Paulo (CONDICISUR), em 2001, importante evento político citado no processo legislativo para o reconhecimento jurídico da *libras*.

Dado o investimento católico de longa duração na educação relativa à surdez, torna-se fácil compreender a afinidade estabelecida entre a fundação e a manutenção de associações de surdos e a Igreja Católica, sendo o nome de Penido Burnier sempre referido como um importante agente unificador de escolas especiais, associações e paróquias católicas. Ademais, é possível afirmar que essa proximidade entre Igreja Católica, escolas e associações faz com que essa instituição religiosa seja uma organizadora da distribuição de capital social e político nessa rede.

1.5. As publicações de padre Eugênio Oates

Juntamente com padre Vicente de Paulo Penido Burnier, padre Eugênio Oates também recebe o título no meio católico de *bandeirante* da Pastoral dos Surdos. Ele é lembrado menos por seus feitos associativos e políticos, certamente qualidades de Burnier,

⁷⁸ Como será demonstrado no capítulo 4, a FENEIS, atualmente a instituição mais representativa do movimento social relativo ao reconhecimento da *libras*, foi fundada em 1987, a partir do encerramento da FENEIDA. Em sua fundação, estiveram presentes agentes religiosos da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, Gualadianos da Pequena Missão para Surdos e Associação das Obras Pavonianas de Assistência.

mas por suas pioneiras reflexões e publicações sobre o que denominou *linguagem das mãos*. Como foi dito, organizou um dicionário composto por sinais que atualmente são indicializados à *libras*.

Oates é sacerdote redentorista norte-americano, nascido em 1915, e veio para o Brasil nos anos 1940 para atuar como missionário nos estados de Amazonas e Pará. Como teve contato com a pastoral voltada para surdez em seu país de origem, a partir dos anos 1950, no Brasil, passou a atuar junto às instituições educacionais ligadas à surdez, entre elas, o INES e o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (da Congregação das Calvarianas), no Rio de Janeiro. A partir dos anos 1960, contando com o auxílio de Burnier, realizou uma ampla pesquisa, em todo o território nacional, sobre os *gestos* e as *mímicas* (como denominava o que atualmente são chamados de *sinais*), a partir da qual produziu algumas publicações sobre essa forma de comunicação. Nos anos 1970, foi escolhido para ser um dos três copresidentes da Comissão Espiritual para a Federação Mundial dos Surdos (1972-1977). No início dos anos 1980, esteve relacionado com luteranos de Porto Alegre, para a publicação que inaugura uma perspectiva diferenciada sobre essa forma de comunicação, chamada pelos luteranos de *Linguagem de Sinais do Brasil*, como será analisado no segundo capítulo.

Oates publicou em 1961 o livro *No Silêncio da Fé*, que traz as principais orações e doutrinas católicas nos *gestos* (ou *mímicas*), a saber: O Sinal da Cruz, Ato de Fé, Ato de Esperança, Ato de Caridade, Ato de Contrição, Pai-Nosso, Ave-Maria, Os Dez Mandamentos da Lei de Deus, Práticas Importantes da Vida do Bom Cristão, Os Sacramentos – fontes da Graça de Deus. O inovador nesse livro, é que Oates, por meio de fotografias, sinaliza palavra por palavra as orações e sacramentos católicos, de maneira metódica, não deixando nenhuma palavra sequer sem *gesto*. Algumas palavras que não possuem *mímicas* correspondentes são digitalizadas por meio do alfabeto manual.

A sua atuação pode ser vista como uma ilustração do que ganharia posteriormente o nome de *português sinalizado*. Além disso, Oates está também vinculado ao que posteriormente seria denominado *comunicação total*, o uso de diversos veículos para viabilizar a comunicação com *surdos*. Afirmo Frei Martinho Penido Burnier na apresentação do livro:

“Há longos anos que meus irmãos, Padre Vicente Penido Burnier e Padre Eugênio Oates, Redentorista, vêm se esforçando para levar aos surdos, seja pela palavra oral, seja pela palavra escrita, seja pela

palavra gesticulada (mímica) a Mensagem da Salvação [...] Estou mesmo convencido de que este livrinho do Padre Eugênio em colaboração com Padre Vicente é o verdadeiro eco, no século XX, daquele miraculoso “EPHPHATA” que abriu os ouvidos e desprende os laços da língua do surdo-gago da Decápole: ele permitirá que os surdos “ouçam” e “proclame” com ardor e entusiasmo a Salvação de nosso Deus” (Burnier *apud* Oates [1961] 1990:3)

É precisamente esse mesmo ideal de *effata* que inspira a confecção de sua obra mais disseminada. Em 1969, também com o auxílio de Burnier, publicou o livro *Linguagem das mãos*, um dicionário de correspondência entre palavras do português e *gestos* ou *mímicas* da *linguagem das mãos*. No Brasil, com finalidade de dicionário, é o segundo registro mais antigo noticiado, possuindo anterioridade apenas a publicação de Gama (1875). Contudo, certamente é o primeiro dicionário produto de uma vasta pesquisa (de acordo com o autor), com ampla circulação nacional, disponível ainda para venda em grandes livrarias comerciais. Sua primeira edição, em 1969, teve financiamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Ao todo, Oates expõe *gestos* (ou *mímicas*), como ele mesmo chamava, para 1258 palavras, além de sinais para números cardinais e ordinais. Tal como nas publicações anteriores, quem faz os *gestos* é o próprio padre, por meio de fotografias. Além da fotografia do *gesto* e a palavra correspondente em português, o dicionário conta com uma primorosa descrição minuciosa da elaboração de cada *gesto*. Algumas entradas apresentam o significado da palavra e referência para palavras equivalentes, que Oates julga ser da mesma *família*. O que é também interessante é a ampla coleta de *gestos* em campos semânticos diversos, estruturados em capítulos, a saber: *I Verbos; II Substantivos, adjetivos, advérbios, pronomes, preposições e conjunções; III Côres; IV Homem e Família; V Alimentos e bebidas; VI Animais; VII O mundo e a natureza; VIII Religião; IX Tempo; X Regiões do mundo, alguns países, - nacionalidade; XI Estados brasileiros, - territórios federais e capitais; XII Vestuário e acessórios; XIII Esportes e jogos recreativos; XIV Antônimos; e por fim, XV Números: - cardinais e ordinais*⁷⁹.

No livro, Oates faz uma embrionária reflexão lingüística sobre as *mímicas*. Considera os tempos verbais da *linguagem das mãos* da seguinte maneira: i) o presente seria composto

⁷⁹ Essa divisão semântica se assemelha com o posterior dicionário da Testemunhas de Jeová, publicada em 1992, como será demonstrado no terceiro capítulo.

pelo infinitivo do verbo para todas as formas do singular e do plural; ii) o passado seria composto pelo sinal JÁ antecedendo o infinitivo do verbo para todas as formas do singular e do plural; iii) o futuro seria composto pelo sinal IR antecedendo o infinitivo do verbo para todas as formas do singular e do plural. Desse modo, é como se os sinais JÁ e IR fossem auxiliares para a produção do passado e presente, respectivamente ([1969] 1988:15). A produção do plural é explicada do seguinte modo: “para formar o plural do substantivo deve-se repetir a mímica ou indicar o número” (idem:79) Afirma também: “em geral não se usa o artigo com o substantivo na forma do singular ou do plural” (idem:79).

Comenta que exageros nas expressões faciais devem ser evitadas. Mas afirma também:

“Certas mímicas, entretanto, se fazem com mais força e rapidez para melhor acentuar a idéia. Assim, colocar levemente o indicador na mão direita em letra “d” no lábio significa ‘silêncio’, e o mesmo gesto, feito com rapidez e olhar de reprovação significa ‘cale a boca’” (idem, 11).

Oates faz considerações sobre o modo como as *mímicas* podem reduzir em tamanho as frases do português:

“A linguagem mímica constitui uma comunicação relâmpago. Para se dizer, por exemplo: ‘você pretende ir à festa hoje à noite?’, o surdo-mudo, em três sinais mímicos, diz a mesma coisa mais resumidamente ‘vai festa hoje?’. Do mesmo modo, indica-se a profissão de alguém em frase relâmpagos, fazendo-se a mímica do verbo ou do substantivo que identifica a profissão e, a seguir, fazendo-se a mímica de ‘homem’ ou a mímica de ‘mulher’. Assim ‘alfaiate’ faz-se a mímica de ‘costurar’ e a mímica de ‘homem’ que quer dizer: ‘homem costurar’ que significa ‘alfaiate’...” (idem, ibidem).

Oates afirma também a existência de sinônimos nas *mímicas*. Um mesmo *gesto* pode significar diversas palavras da língua oral, e o inverso é verdadeiro, uma palavra pode receber mais de um *gesto*, caso que ganha a sua expressão mais freqüente no que chama de regionalismo:

“Os surdos adultos, egressos das escolas ou como membros de associações e clubes esportivos, sabem que existe ‘regionalismo’ na linguagem-mímica no Brasil. Há sinônimos de uma palavra falada. Há

também sinônimos da mímica, isto é, um jeito pouco diferente para fazer o gesto da mesma maneira” (idem, 12).

Apesar dessa publicação, em grande medida, preconizar questões lingüísticas futuras sobre as línguas de sinais e embora o padre não pareça duvidar da capacidade da *linguagem das mãos* em desempenhar funções lingüísticas, é necessário ressaltar que o autor em hipótese alguma advoga o estatuto de língua dessa forma de comunicação, como algo equivalente e independente da língua oral, o que luteranos posteriormente farão com mais evidência. Em verdade, Oates concebe tal linguagem como uma expressão natural do pensamento. Afirmo o padre:

“A linguagem de gestos, de mímica, é basicamente, uma linguagem natural e universal. É o primeiro idioma que aprendemos nos braços de nossa mãe. Durante toda a vida usamos as mãos fazendo gestos e sinais para expressar nossas idéias com mais ênfase e clareza e tal hábito é tão natural como chorar ou rir” (idem:11)

Aparentemente, os *gestos* deveriam ser usados, ou como meio de comunicação com os *surdos-mudos* que não aprenderam a falar em escolas especiais, ou como um recurso adicional para facilitar a comunicação, visto que eram considerados também a exata expressão do português em termos gestuais-visuais, não podendo o português ser preterido pela *linguagem das mãos*. Como adverte o diretor do INES, Murillo Rodrigues Campello, na apresentação do livro:

“considera o Padre E. Oates, que o melhor meio de comunicação entre os surdos deve ser a linguagem oral, ensinada pelos professores do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Levando em conta contudo, que muitos surdos nunca tiveram ocasião de freqüentar escolas, torna-se necessário um meio qualquer de comunicação para que se façam entender” (Campello *apud* Oates, 1988 [1969]:7).

Oates faz uma reflexão que justifica a diferença entre *surdos-mudos* e *surdos-falantes*.
Afirmo:

“Por meio de gestos e mímicas uma criança surda começa a compreender as coisas. É o início do caminho longo e árduo para tal criança ser finalmente uma ‘surda-falante’. O surdo que não consegue

falar, por uma razão ou outra, chama-se ‘surdo-mudo’, mas, mesmo assim, ‘fala’ com as mãos e ‘ouve’ com os olhos” (idem:11)

É notável o quanto as categorias mais legítimas para se referir à forma de comunicação em questão nessa publicação são os *gestos* e as *mímicas*. A categoria *sinais* ou *linguagem de sinais* são categorias posteriores. Em linhas gerais, esta é a publicação fundamental de Oates, posteriormente apropriada por outras instituições religiosas, como será demonstrado.

1.6. Considerações finais

O caminho percorrido por este capítulo foi da análise etnográfica dos rituais das paróquias pesquisadas para o modo com a Igreja Católica está relacionada historicamente com a constituição de uma rede muito ampla fundamental para a emergência dos sinais gestuais-visuais do que atualmente se denomina *libras*. Em todo o processo, a postura etnográfica foi mantida, tendo em vista os objetivos desta análise, compreender como se institui separações entre pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*. De modo geral, foi identificado que a Igreja Católica expressa em suas práticas uma heterogeneidade de normatividades relativas à surdez, todas elas vinculadas a sua história.

Essa heterogeneidade está expressa nos rituais analisados no modo como categorias classificatórias *surdo* e *deficiente auditivo* geralmente são utilizadas de modo intercambiável e, recentemente, também em termos de oposição. A categoria *surdo* tem se tornado dominante, sobretudo na Pastoral dos Surdos. Contudo, após a Campanha da Fraternidade de 2006, a categoria *deficiente auditivo*, que é bem anterior, também foi ratificada pela instituição como categoria legítima, posição análoga à do Estado. Assim, há uma tensão entre os agentes católicos com relação ao uso de tais categorias. *Surdo-mudo* é outra categoria que historicamente nomeou escolas e congregações católicas, mas há mais tempo foi substituída.

Como foi demonstrado, por conta da canonicidade da oralidade católica presente nos rituais (liturgia, orações e sacramentos), o manejo dos sinais em estrita concordância com a sintaxe linear do português é bastante presente, sobretudo na fala pública ritual. Tal

corporalidade, porém, tem sido crescentemente alterada pela inserção do intérprete em seus rituais, que funciona como um operador prático do efeito teoria separador de sintaxes e instituidor de *língua*. Geralmente treinado por protestantes ou tendo por modelo práticas protestantes ou de testemunhas de Jeová, fundamentadas na ciência lingüística, o intérprete católico progressivamente introduz no ritual o uso dos sinais em uma sintaxe espacial diferente do português, o que pretende ser a *libras*. Ademais, para além da fala ritual, a diversidade nos manejos de sinais sempre se expressa entre seus membros, bem como o uso da oralidade por pessoas com surdez.

A performatização que separa sistematicamente *surdos* de *ouvintes* e *surdos* de *deficientes auditivos* tem se dado pela incorporação de práticas advindas de outras instituições religiosas. Esse processo ocorre pela incorporação de materiais, como dicionários, vídeos bíblicos e realização de cursos (notadamente os do pastor batista Marco Antonio Arriens). Contudo, como foi argumentado, essa incorporação contemporânea por parte da Igreja Católica de práticas advindas de outras instituições religiosas é o inverso do ocorrido nos anos 1980 e 1990, quando o dicionário pioneiro de padre Eugênio Oates foi apropriado por outras instituições religiosas. O que bem explicita a posição paradoxal da Igreja Católica nessa história. Apesar de aparentemente ela tentar se atualizar na questão da surdez incorporando práticas e saberes que são exteriores a ela, em verdade, ela é a instituição fundamental que forjou a rede de onde pôde emergir os sinais gestuais-visuais do que atualmente se denomina *libras*.

Recorrendo à história, foi revelada a estreita relação da Igreja Católica com a educação relativa à surdez, tendo ela um papel fundamental para constituir territórios para associar pessoas com surdez. Compuseram esta análise as diversas congregações católicas nascidas no século XIX, as quais ao longo do século XX fundaram diversas escolas especiais em muitas cidades brasileiras. Importante considerar também a estreita relação entre Igreja Católica e associações de surdos, que floresceram a partir dos anos 1950, com destaque para a agência do padre *surdo*, ora *deficiente auditivo*, Penido Burnier. Assim, a Igreja Católica é uma fomentadora do associativismo civil na questão, bem como uma organizadora da distribuição de capital social e político.

Ainda hoje, a importância do território católico impõe-se quando festejos juninos são realizados em suas escolas, bem como em datas comemorativas, momento nos quais ela

demonstra o seu papel associativo único. Outro fator que bem explicita a posição de base da Igreja Católica está expresso na produção pioneira das publicações de padre Eugênio Oates, as quais em grande medida operaram como cristizador de um léxico, que será alvo de apropriação por protestantes e testemunhas de Jeová. Assim, a multiplicidade de performances lingüísticas e de categorias classificatórias – o que foi denominado heterogeneidade de normatividades –, está relacionada em grande medida a essa história de longa duração entre Igreja Católica e surdez.

Dando continuidade a esta análise, no capítulo seguinte será analisada a atividade missionária protestante com *surdos* em que se evidenciará uma normatividade homogênea que performatiza e afirma a surdez como particularidade étnico-lingüística.

2. A missão protestante com o povo surdo: o engendramento da surdez como particularidade étnico-lingüística

É notável a ampla atuação de agentes com trajetória religiosa protestante em diversos âmbitos não religiosos onde se afirma a surdez como particularidade étnico-lingüística. Como será desenvolvido no capítulo 4, esses agentes estão presentes no movimento social – representado sobretudo pela FENEIS –, em instituições universitárias, na mídia televisiva, na política partidária e no *mercado da libras*. Indubitavelmente, essa participação se faz mais marcada na atuação profissional de intérprete de língua de sinais. É possível afirmar que a maioria das pessoas atuantes nessa profissão possui trajetória religiosa, tendo as instituições de matriz protestantes um papel fundamental na disseminação dessa prática.

Em levantamento realizado com a intenção de compreender as instituições integrantes do circuito relativo à surdez, identificou-se diversas instituições que realizam atividades de evangelização com *surdos*, a saber: igrejas protestantes históricas (Batista, Luterana, Presbiteriana, Metodista); pentecostais (Assembléia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Batista Renovada, Comunidade da Graça) e neopentecostais (Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Casa de Oração para Todos os Povos, Universal do Reino de Deus), além de Testemunhas de Jeová, instituição geralmente não classificada como protestante, que será objeto de análise no capítulo 3⁸⁰.

No Brasil, entre todas as denominações de matriz protestante, certamente as congregações batistas vinculadas à Convenção Batista Brasileira⁸¹ destacam-se nessa questão. Geralmente a prática de evangelização de *surdos*, como um grupo étnico-lingüístico, conformada pela atuação do missionário, também intérprete, tem como ponto de partida agentes e congregações batistas, constituindo algo que tem se disseminado em uma

⁸⁰ Nesta análise, utilizou-se a tipologia para denominações protestantes de Mendonça & Velasques (1990) e Mariano (1999).

⁸¹ Órgão batista fundado em 1907, que associa congregações batistas cuja história está relacionada com a vinda de missionários da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos. Essa instituição é herdeira da Reforma e foi introduzida no Brasil no século XIX (Mendonça & Velasques, 1990).

rede que alcança inclusive a Igreja Católica. Cursos de formação de intérprete ministrados por batistas, bem como dicionários e vídeos religiosos batistas com essa performance, explicam a sua posição de agência disseminadora de tal prática.

Diferentemente das pesquisas de observação participante realizadas nas paróquias católicas, foi identificada nas congregações batistas uma normatividade homogênea relativa à surdez, que a performatiza de maneira reiterada como particularidade étnico-lingüística. Pessoas com surdez são referidas exclusivamente pela categoria *surdos* e são vistas como um *povo não alcançado* pela mensagem cristã. Além disso, a disciplina desenhada nas congregações é rigorosa, tal *povo* possui uma língua específica para se comunicar, a *libras*, bem como uma *cultura* gestual-visual, a *cultura surda*, que se expressa em todos os rituais, de modo que as práticas da denominação batista estão em relação de plena continuidade ao que se afirma na bibliografia científica legitimadora da surdez como particularidade étnico-lingüística. Há uma fronteira bem estabelecida entre as pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*.

Torna-se de fundamental importância para os objetivos desta análise questionar as razões históricas pelas quais a disciplina que normatiza e performatiza fronteira simbólicas entre *surdos* e *ouvintes* nessa instituição está em condição de plena consonância com o que recentemente ganhou normatividade jurídica. Assim, o caminho a ser percorrido neste capítulo é inverso ao do primeiro capítulo: parte-se da história para chegar ao presente do ritual. Tal procedimento faz-se necessário, pois agências protestantes estão intrinsecamente vinculadas à conformação da surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística. O ponto de partida desta análise não será as congregações batistas, mas sim outra denominação, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, comumente classificada como protestantismo de imigração (Mendonça & Velasques, 1990)⁸².

A Igreja Evangélica Luterana do Brasil constitui a dobradiça histórica exemplar entre a conformação católica da *surdo-mudez* e da *deficiência auditiva* e a conformação protestante da surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística. Assim como a Igreja

⁸² No processo analisado, foram os protestantes históricos que tiveram um importante papel na consolidação da evangelização de *surdos*, sobretudo batista e luteranos. A título de ilustração, de acordo com Jacob *et al* (2003), baseado do censo de 2000, os evangélicos de missão (Igrejas batista, adventista, luterana, presbiteriana, metodista, congregacional, menonita, anglicana e exército de salvação) constituem 4,1% dos brasileiros, somando 8.477.068. Entre estes, 37,31% afirmam-se batistas e 12,53% luteranos, sendo, respectivamente, a primeira e a terceira maior denominação no grupo de evangélicos de missão.

Católica, essa instituição está relacionada com a educação especial relativa à surdez. No início dos anos 1980, luteranos radicados em Porto Alegre, juntamente com católicos, publicaram o livro *Linguagem de Sinais do Brasil*, quando, de maneira pioneira, realizam uma crítica ao *oralismo*. Por conta disso, esse contexto tornou-se importante para a emergência no Brasil do intérprete de *linguagem de sinais* e da política pedagógica denominada *comunicação total*, que, como foi mencionado na Introdução, superou o *oralismo* como filosofia pedagógica.

Nesta análise, tornou-se imprescindível considerar essa publicação católico-luterana, pois ela explicita o desenho da *comunicação total* em uma linguagem religiosa, pedagógica e científica. Apesar de a Igreja Luterana ser uma instituição de pouca projeção no cenário brasileiro, ainda nos anos 1980 exerceu influência na questão da surdez em diversos domínios políticos e acadêmicos, o que se realiza até hoje. É precisamente nesse processo, que suas práticas, sobretudo da interpretação de *linguagem de sinais*, impactaram em algumas congregações batistas ainda nos anos 1980.

Assim, após demonstrar a formulação da *comunicação total* expressa na publicação de luteranos, parte-se para a análise de dados empíricos relativos à denominação batista. Dando continuidade à análise de publicações, serão consideradas duas edições de uma mesma publicação produzida pela Junta das Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, chamada *O clamor do silêncio*, de 1991 e 2002. O objetivo de iniciar a análise por essas publicações é que elas demonstram de modo cabal como essa atividade missionária esteve em um registro normativo da *comunicação total*, por influência inclusive de luteranos, e como passou a desenhar a sua missão em um registro bilíngüe posteriormente. Em seguida, será considerada a maior agência batista de disseminação da *missão com surdos* que atua de modo transversal no campo religioso, as oficinas de formação de intérprete de *linguagem de sinais* do pastor Marco Antonio Arriens. Por fim, nas partes seguintes do capítulo, demonstra-se como essa normatividade, que configura a surdez como particularidade étnico-lingüística, está expressa nas práticas rituais das congregações batistas.

2.1. A surdez como particularidade lingüística de luteranos: a emergência da Linguagem de Sinais do Brasil e da comunicação total

Para a compreensão das relações históricas entre a surdez afirmada como particularidade lingüística e denominações protestantes, é de fundamental importância considerar a atuação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, em Porto Alegre – RS, sobretudo no que se refere ao seu vínculo com a Escola Especial Concórdia – Centro Educacional para Deficientes Auditivos, fundada em 1966, hoje denominada Escola ULBRA Especial Concórdia para Surdos. A elaboração de uma publicação juntamente com católicos, o livro *Linguagem de Sinais do Brasil*, constitui um dado de base fundamental para o entendimento do processo sob análise. É notável como no início dos anos 1980, luteranos já manipulavam uma bibliografia que posteriormente ganharia o nome de *lingüística das línguas de sinais e estudos surdos*, ambos provenientes dos Estados Unidos da América. Tendo por base essa bibliografia, luteranos, de modo pioneiro no Brasil, afirmaram o pleno estatuto de língua da comunicação atribuída aos *deficientes auditivos/surdos* (a publicação utiliza indistintamente essas categorias), a qual, naquele momento, nomearam como *Linguagem de Sinais do Brasil*. Além disso, engendram uma crítica ao entendimento da surdez como *deficiência*, afirmando que seria mais apropriado o seu tratamento como uma diferença.

Tal como a Igreja Católica, essa instituição está vinculada à educação formal para *deficientes auditivos* no Brasil. Além da Escola Especial Concórdia, possui a Escola Evangélica Luterana São Mateus, em Sapiranga – RS, ambas se dedicando também à educação especial vinculada à surdez. De acordo com Warth & Warth (1983:93), de 1966, ano de fundação da Escola Especial Concórdia, até 1980, seguindo o cânone vigente – tal como nas escolas especiais católicas –, teve por filosofia pedagógica o *oralismo*. Contudo, por influência norte-americana, a partir do ano de 1980, emergiu uma concepção diferenciada de surdez, vinculada ao que ganhou o nome de *comunicação total*, que não se confunde com a política pedagógica anterior.

O processo de emergência de tal surdez inicia-se no ano citado, com a vinda de missionários norte-americanos para a escola especial referida. Afirma o Reverendo George

Kraus, presidente da associação Amigos Luteranos dos Surdos (Mill Neck, New York, USA):

“A sugestão para um manual de Linguagem de Sinais do sul do Brasil foi feita na Primavera de 1980 na Escola Especial Concórdia, uma Escola Luterana para os surdos em Porto Alegre, RS. Como presidente dos Amigos Luteranos dos Surdos, dirigi um seminário naquela ocasião sobre o emprego da Linguagem de Sinais nos Estados Unidos tanto na comunidade adulta de surdos como nas escolas para deficientes auditivos. Durante debates com os professores e alunos da escola, descobri que não havia manual sobre a Linguagem de Sinais do sul do Brasil. A professora Naomi Warth, fundadora e coordenadora do ensino religioso da Escola Especial Concórdia, sugeriu que a organização que represento elaborasse uma manual” (Kraus *apud* Hoemann *et al* 1983).

Dr. Harry Hoemann, professor de psicologia da Bowling Green University, foi eleito coordenador do projeto e Shirley Hoemann foi nomeada diretora do projeto. A publicação foi financiada por organizações luteranas norte-americanas, a saber, Amigos Luteranos dos Surdos, Mill Neck Foundation e Mill Neck Manor, e contou também com a colaboração da Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul. O produto final foram três mil cópias impressas destinadas à distribuição gratuita.

Embora tenha sido idealizada, planejada, coordenada, produzida, editada, publicada e distribuída por luteranos, outra peculiaridade dessa obra é que, juntamente com Harry e Shirley Hoemann, luteranos, assina a edição do livro o padre católico já referido, Eugênio Oates, autor do dicionário *Linguagem das mãos*. Desse modo, alguns capítulos que compõem o volume são de autoria de religiosos e educadores luteranos, enquanto outros são assinados por religiosos e educadores católicos. Como se afirma no prefácio, “o resultado é um conjunto heterogêneo de perspectivas, refletindo os pontos de vistas de surdos e ouvintes, profissionais e não profissionais, seculares e religiosos, homens e mulheres, americanos do norte e do sul” (Hoemann *et al*, 1983:11). É precisamente nesse encontro misto do ponto de vista religioso que se produz uma concepção bastante particular de surdez por parte de luteranos.

Vinculados à Igreja Católica, participam majoritariamente padres e freiras que atuavam na educação e catequese de *deficientes auditivos* nas escolas especiais católicas já citadas no primeiro capítulo, a saber, o padre diocesano Vicente de Paulo Penido Burnier (*surdo*); o padre redentorista Eugênio Oates; o padre espanhol Augustin Yanes Valer

(surdo); a Irmã Marisa Camana, vinculada ao Instituto Frei Pacífico (Porto Alegre, RS) da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida; a Irmã Nydia Moreira Garcez, *ensurdecida* fundadora da Escola Éphata para Surdos (Curitiba, PR) da Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria; Jorge Mário Barreto, ex-diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos e diretor na época do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (Rio de Janeiro – RJ) da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário. Erica Maria Maestri, presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Surdos (APAS) (Hoemann *et al* 1983:5-6).

Se do lado católico os autores do livro estão vinculados a escolas especiais de sua Igreja, o mesmo pode ser dito dos autores luteranos, pois todos estão vinculados à Escola Especial Concórdia. Contudo, uma diferença se acentua, já que os autores luteranos não possuem apenas formação religiosa, como majoritariamente são caracterizados os católicos, mas possuem também formação acadêmica em universidades brasileiras e norte-americanas, o que forjou uma produção discursiva diferenciada sobre a surdez, pois argumentos do campo da lingüística, pedagogia e psicologia, além de, evidentemente, teologia, conformaram os capítulos luteranos. Estes, de modo pioneiro, embasam de maneira científica a afirmação do estatuto de língua da *Linguagem de Sinais do Brasil*. A partir de então, essa apropriação da lingüística conformou em grande medida os projetos missionários protestantes dirigidos à surdez.

Como já foi afirmado, Harry Hoemann é professor de psicologia na Bowling Green State University (Ohio, USA) e já nos anos 1980 contava com diversas publicações sobre a *American Sign Language*. Beatriz Raymann é formada pelo Central Institute for the Deaf em St Louis, MO, USA, e também em letras e pós-graduada em lingüística. Gládis Rehfeldt é lingüista, mestre em letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutora em lingüística aplicada pela PUC-RS. Martin Warth é formado em teologia pelo Seminário Concórdia, em filosofia pela UFRGS, mestre e doutor pelo Concordia Seminary. Por fim, Naomi Warth, fundadora e professora da Escola Especial Concórdia, foi formada pelo Central Institute for the Deaf e Mill Neck Manor School for the Deaf (USA) e Nürenberg (Alemanha) (*idem*, *ibidem*).

O modo como a publicação citada está estruturada, em cinco partes, revela em grande medida a dimensão plural dos objetivos de luteranos. Na primeira parte, denominada

Estrutura da Linguagem de Sinais e seu uso pelos surdos, os autores explicitam processos gramaticais da língua tomada como objeto. Na segunda e terceira parte, argumentam sobre a aplicação, respectivamente, religiosa e educacional da *Linguagem de Sinais do Brasil*. Na quarta parte, apresentam glosas em português de conversas entre *surdos* em *Linguagem de Sinais do Brasil*, gravadas em vídeo. Por fim, na quinta parte, apresentam um léxico de 330 sinais, deduzidos a partir das gravações realizadas. Assim, essa publicação revela uma produção da surdez a um só tempo, científica, religiosa e pedagógica.

Com efeito, o contexto luterano pode ser compreendido como um dos pontos de emergência de uma reflexão propriamente lingüística sobre o que naquele momento deixou de ser denominado apenas como *mímicas*, *gestos* ou *linguagem das mãos*, categorias utilizadas pelo padre Eugênio Oates, e passou a ser também a *Linguagem de Sinais do Brasil*. O uso do termo *linguagem* por luteranos para nomear a forma de comunicação que tomam por objeto não parece implicar a afirmação de que esta seria uma língua menor do que as línguas orais⁸³. A categoria *Linguagem de Sinais do Brasil* é a produção espelhada do que os luteranos norte-americanos já conheciam por *American Sign Language*. É precisamente a partir desse contexto comparativo, entre Brasil e Estados Unidos da América, dados os autores envolvidos, que luteranos afirmaram a nacionalidade da comunicação atribuída aos *surdos* brasileiros. Além disso, explicitam ao longo do livro que acreditam ser essa língua bastante diversificada, com muitos dialetos, sendo o léxico apresentado no fim do livro referido como o dialeto porto alegreense.

Para o editor do livro, Harry Hoemann, essa língua deve ser vista como uma herança cultural das *comunidades de surdos*:

“Onde quer que pessoas surdas tiveram a oportunidade de se associar em clubes, igrejas e nas casas uma das outras, elas desenvolveram uma herança cultural rica e um meio de comunicação visual complexo conhecido como Linguagem de Sinais. O Brasil é um dos países em que as pessoas surdas

⁸³ É uma questão contemporânea a recusa sistemática da categoria *linguagem de sinais* por parte de muitos agentes, preferindo-se o termo *língua de sinais*. Ativistas políticos e intelectuais afirmam que *linguagem* é um termo mais geral, o qual se refere a sistemas comunicativos diversos, enquanto que o termo *língua* refere-se a um tipo de linguagem específica, passível de análise lingüística. Desse modo, a afirmação de que as línguas de sinais são línguas e, portanto, não somente linguagem, visa ratificar o estatuto de equivalência entre as línguas orais e de sinais. Há uma completa vigilância por parte de muitos agentes para garantir o uso correto do termo *língua de sinais* na mídia, e não *linguagem de sinais*.

gozam dessa liberdade de movimento, e a Linguagem de Sinais do Brasil é uma das importantes Linguagem de sinais no mundo hoje”. (1983:19).

Assim, nos trabalhos de luteranos, a *Linguagem de Sinais do Brasil* já é entendida como uma língua. Esses intelectuais estão influenciados por autores norte-americanos fundamentais da *lingüística das línguas de sinais* norte-americana, tais como Willian Stokoe (1960), Klima & Beluggi (1979) entre outros, como pode ser visto na bibliografia de seus artigos. Afirma Hoemann:

“Como resultado de seus estudos, linguistas estão convencidos que Linguagens de Sinais são línguas no sentido pleno do termo. Pessoas surdas que usam uma Linguagem de Sinais são capazes de desempenhar todas as funções sociais normais de comunicação que são associadas com o uso de uma língua” (1983:22).

Na medida em que afirmam o estatuto de língua da *Linguagem de Sinas do Brasil*, luteranos lançam as bases para uma economia discursiva na qual a surdez é afirmada como particularidade étnico-lingüística. Em consonância com essa visão, criticam a concepção de *deficiência* vinculada à surdez, já que, para Hoemann, ela deveria ser entendida como diferença, como a citada idéia de herança cultural enseja:

“Se tão somente as pessoas ouvintes considerassem a surdez uma diferença ao invés de uma deficiência, se apenas deixassem as pessoas surdas ser surdas, se apenas encorajassem as pessoas surdas a desenvolver os recursos necessários quando a visão substitui a audição, o mundo seria bem diferente para as pessoas surdas” (Hoemann, 1983:23)

Amparados no estatuto que a lingüística confere ao meio de comunicação atribuída aos *surdos* e considerando que estes passaram a ser vistos como parte do que denominam *comunidade de surdos*, categoria apropriada por luteranos de Carol Padden (1980), intelectuais luteranos engendram nessa publicação uma crítica à filosofia pedagógica do *oralismo*, expressa sobretudo em termos teológicos pelo agenciamento da oposição entre amor *eros* e *agape*. Explicam Martim e Naomi Warth:

“Há dois tipos de amor que aqui queremos mencionar: o ‘agape’ e o ‘eros’. O amor ‘eros’ busca na outra pessoa a função que o satisfaz. Quando cessa a função o ‘eros’ diminui e se apaga. Mas o amor ‘agape’ se entrega para servir a outra pessoa, valorizando a sua dignidade, especialmente porque Jesus Cristo lhe deu uma dignidade alheia”. (Warth & Warth, 1983: 76)

E continuam, traduzindo tal concepção teológica para a surdez:

“É possível ver uma amor ‘eros’ na ânsia de enquadrar o surdo na sociedade ouvinte, onde a função normal é entender a linguagem falada. Nesse caso, a surdez seria encarada, como uma disfunção a ser superada. A função que interessa a esse tipo de amor ‘eros’ é ser ouvinte ou, no mínimo, aparentar ser ouvinte ou não destoar como não-ouvinte. O amor ‘agape’ aceita o surdo como pessoa de elevada dignidade e se entrega a ele de tal forma que está disposto a aprender a sua linguagem de sinais, valorizando o esforço que o surdo precisa fazer para se adaptar ao mundo dos ouvintes. O amor ‘agape’ não discrimina pela função, mas valoriza a pessoa por sua dignidade conferida por Deus. Desta forma o amor ‘agape’ do cristão aceita a diferença da surdez e busca os melhores meios da comunicação total para servir o surdo na sua comunicação com a sociedade e com Deus” (idem, ibidem)

Desse modo, luteranos estão comprometidos com o desenho da filosofia pedagógica aplicada à surdez que ganhou o nome de *comunicação total*. O objetivo fundamental desta é a superação do *oralismo*, devendo o educador utilizar diversos meios de comunicação para a educação do *surdo*, entre esses meios, destacam-se a língua falada, a língua escrita, a leitura labial, o desenho, o teatro, a mímica e também a *Linguagem de Sinais do Brasil*. Assim como foi demonstrado, o fundamento dessa política pedagógica é, em grande medida, teológico. A oposição entre amor *eros* e *agape* se combina com a máxima de Paulo de Tarso, na qual ele afirma como necessário *ser fraco para com os fracos*⁸⁴, e seguindo esse modelo, é necessário que pais e professores de *surdos* sejam *surdo para com os surdos*. Para Warth e Warth, o próprio Cristo teria sido um precursor da *comunicação total*:

“Jesus Cristo também nos deu o exemplo. Mesmo sendo verdadeiro Deus, não hesitou em tornar-se verdadeiro homem e falar a linguagem dos homens da época para comunicar a mais importante mensagem do amor de Deus aos homens. Para falar com os homens Ele falou a linguagem deles, usou

⁸⁴ “Quando estou entre os fracos na fé, eu me torno fraco também a fim de ganhá-los para Cristo. Assim eu me torno tudo para todos a fim de poder, de qualquer maneira possível, salvar alguns” (I Coríntios 9:22, Bíblia Sagrada, 2001).

exemplos do mundo deles, falou em parábolas e história deles. Usou também a comunicação total, pois usou linguagem falada, usou linguagem pictórica nas parábolas e usou mesmo a linguagem dos sinais com o surdo que encontrou e curou (Marcos 7.34)” (idem, ibidem).

Não é possível dizer que os capítulos dos católicos no livro *Linguagem de sinais do Brasil* divirjam em substância dos capítulos de luteranos. A valoração da *comunicação total* e a recomendação da utilização de diversos meios para a educação de *surdos/deficientes auditivos* também estão presentes em seus escritos. Contudo, em relação aos luteranos, os católicos não têm um projeto de surdez afirmada em termos particularidade étnico-lingüística crítico ao *oralismo*. Seus escritos são mais ilustrativos da história da surdez e da *linguagem de sinais* e de aspectos didáticos em sala de aula para a educação e catequese de *deficientes auditivos*. A apropriação da lingüística para se referir à *Linguagem de Sinais do Brasil* é uma prerrogativa de luteranos.

Como foi afirmado, essa publicação contempla também um conjunto de sinais, pioneiramente referido como *léxico* da *Linguagem de Sinais do Brasil*. A parte do livro referente à aplicação dessa língua na educação religiosa contém dezenove sinais religiosos sinalizados em desenhos que representam a pessoa de padre Eugênio Oates. Na parte final do livro, como dito, há outros trezentos e trinta sinais, que foram retirados das gravações em vídeo das interações de alguns *surdos*, constituindo, no Brasil, uma iniciativa pioneira de tornar objeto esse modo de comunicação em um corpus de análise lingüística.

No conjunto do livro, é possível dizer que a categoria *surdo* é utilizada de maneira bastante intercambiável com as categorias *deficiente auditivo* e *surdo-mudo*. Contudo, nos escritos de luteranos, a categoria *surdo* acaba se destacando, ainda que sutilmente. Como exemplo, não se afirma *comunidade de deficientes auditivos*, ou de *surdos-mudos*, mas sempre *comunidade de surdos*. Além disso, são precisamente as categorias de oposição *surdo* e *ouvinte* que emergem para se referir às diferenças vinculadas a línguas (língua de sinais *versus* língua oral) e mundos (mundo dos surdos *versus* mundo dos ouvintes), o que se torna central na regulação da surdez em questão.

Desse modo, essa publicação parece explicitar a posição pioneira de religiosos, educadores e intelectuais de trajetória luterana na surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística. A publicação *Linguagem de Sinais do Brasil* foi distribuída para secretárias de educação, escolas, bibliotecas, associações, igrejas e qualquer pessoa que

solicitasse. Certamente, ela contribuiu para a consolidação da *comunicação total* como filosofia pedagógica da educação especial relativa à surdez, embora seja necessário considerar que esse processo tem influência norte-americana e também se dissemina por outros meios. É certo que a partir dos anos 1980, a exclusividade do *oralismo* como filosofia pedagógica entra em declínio e a *comunicação total* passa a ganhar espaço.

A alteração por parte dessa escola da filosofia pedagógica *oralista* para a *comunicação total*, além de afirmar o estatuto de língua da *Linguagem de Sinais do Brasil*, implicou um tratamento muito diferente, do ponto de vista pedagógico, a esse meio de expressão e comunicação. Como foi afirmado, no *oralismo* a sinalização foi alvo de proibição. Nos escritos do padre Eugênio Oates, as *mímicas* são complementares à língua oral, uma forma de dar maior projeção visual para a fala, mas não devendo ser substituída pela língua oral. De outro modo, nas práticas luteranas, a *Linguagem de Sinais do Brasil* torna-se veículo legítimo para a educação da *comunidade de surdos*. Por conta dessa mudança do estatuto social e simbólico desse meio de comunicação e expressão, o meio luterano tornou-se um local fundamental para a emergência do intérprete de *linguagem de sinais*.

De acordo com relatos de informantes, é precisamente nesse contexto que jovens estudantes de teologia do Seminário Concórdia – escola teológica luterana –, passaram a se interessar pelo que ganhou o nome de *missão com surdos*. A experiência desses jovens com a *comunicação total* cunhou algo que até então a Igreja Católica não tinha experimentado: a emergência do intérprete de *linguagem de sinais*. Nos cultos luteranos dessa escola, esses jovens ouvintes passaram a interpretar para a *linguagem de sinais* tudo o que se passava no culto, posicionando-se no fundo da igreja, de costas para o altar e de frente para uma roda de *surdos*.

É precisamente desse meio que emergem dois pastores que ocuparam posições fundamentais nos anos 1980 como intérpretes de *linguagem de sinais*, Ely Prieto e Ricardo Ernani Sander. O primeiro não trabalha mais nessa questão, mas o segundo é o atual presidente da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores Intérpretes e Guiaintérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS). Seu nome será por diversas vezes citado nesta análise, pois parece ser um agente que cruza esse processo em diversas instâncias. Como já foi afirmado no primeiro capítulo, ele exerceu influência com sua

performance de interpretação no meio católico, participando de eventos relativos à educação, bem como atuou nos anos 1980 divulgando a filosofia da *comunicação total* em igrejas, escolas especiais e escolas regulares. Ademais, esteve associado à Comissão pela Luta dos Direitos do Deficiente Auditivo nos anos 1980, bem como ocupou posições na FENEIS, como será demonstrado no capítulo 4.

Além disso, é desse meio que também emergem intelectuais importantes para a constituição de um campo intelectual relativo à surdez, entre eles, pode-se citar Ronice Quadros (UFSC)⁸⁵, Lodenir Karnopp (UFRGS), Otmar Teske (ULBRA) e Madalena Klein (UFPL). Por conta disso, há conexões dessa instituição religiosa com pesquisas que passaram a ser desenvolvidas no âmbito universitário, nas áreas de lingüística e pedagogia, sobretudo em universidades da região Sul, destacando-se UFRGS, PUC-RS, ULBRA e UFSC. Assim, luteranos iniciaram o que se tornou comum entre protestantes na questão da surdez, uma intensa circulação entre atividade missionária, produção científica, movimento social e atuação no mercado.

Apesar desses desdobramentos políticos e acadêmicos, é necessário considerar que a Igreja Evangélica Luterana do Brasil é uma instituição de pouca expressão no campo religioso brasileiro. Constitui protestantismo de imigração, de baixo proselitismo, com concentração nas áreas de colonização alemã na região Sul e do Espírito Santo, bem como Mato Grosso, área de migração de sulistas (Jacob *et al*, 2003). Por conta disso, sua capacidade de exercer influência em outras denominações protestantes é limitada. Não veio dela a ampla disseminação da evangelização de *surdos* no campo religioso brasileiro. O mesmo não pode ser dito em relação à denominação batista, como será demonstrado a seguir.

2.2. História e disseminação da atividade missionária batista com surdos

Segundo relatos de informantes, data do final dos anos 1970 a vinda de missionários norte-americanos batistas que possuem projeto evangelístico relativo à surdez – entre eles o

⁸⁵ Quadros possui outro capital nessa questão, afirma-se *ouvinte* filha de *surdos*.

casal Peterson⁸⁶ e Caroline Decker – para a região de Campinas-SP. A partir desse contexto, essa prática se disseminou em uma rede, primeiramente para cidades das regiões Sul e Sudeste e depois para outras regiões do Brasil. Contudo, é necessário considerar que esse não é o único núcleo irradiador de tal prática. Como a denominação batista organiza-se em congregações locais autônomas, essas estabelecem contatos independentes⁸⁷. Desse modo, conexões entre as congregações brasileiras e norte-americanas fomentaram também locais de emergência desse projeto específico. É o caso, por exemplo, da Igreja Batista de Vila Mariana, em São Paulo, que iniciou o seu Ministério com surdos Efata⁸⁸, em 1987, após a ida de membros dessa igreja para os Estados Unidos, de onde importaram tal prática.

A pesquisa de campo realizada nessa denominação protestante identificou pelo menos duas grandes instâncias de divulgação e padronização dessa atividade missionária, que serão analisadas a seguir: o Ministério com Surdos da Junta das Missões Nacionais (JMN) da Convenção Batista Brasileira e as oficinas de pastor Marco Antonio Arriens. As duas agências realizaram uma apropriação produtiva de trabalhos científicos relativos à surdez e os amalgamam em um discurso missiológico culturalista. No caso da primeira agência, serão consideradas as suas duas edições da publicação *O clamor do silêncio*, com a intenção de explicitar como se deu nessa atividade missionária a passagem da *comunicação total* ao *bilingüismo*⁸⁹. No caso da segunda, serão apresentados dados empíricos coletados por meio de observação participante nas oficinas, congressos e pregações do pastor Arriens.

⁸⁶ O casal de missionários Peterson está relacionado com a produção do dicionário *Comunicando com as mãos* (Igreja Batista, 1987).

⁸⁷ É um princípio batista fundamental a sua organização em congregações democráticas e autônomas. Cada unidade tem completa autonomia administrativa e financeira e seus membros tomam decisões coletivas por meio de voto em regime de assembleia. O conceito de igreja que funda essas congregações é que ela deve ser uma comunidade local formada por pessoas regeneradas e bíblicamente batizadas. De acordo com Fernandes (1992), o campo protestante brasileiro partilha do modo denominacionalista de organizar as igrejas. Esse tipo de institucionalização se caracteriza pela autonomia teológica e administrativa de cada congregação.

⁸⁸ Este é o modo como protestantes utilizam essa categoria, *efatá*, e como será utilizada neste capítulo.

⁸⁹ A publicação *O clamor do silêncio* possui ampla circulação entre as congregações batistas e demais instituições religiosas que evangelizam *surdos*. Por conta disso, é um bom indicativo das normatizações que embasam essa atividade missionária.

2.2.1. O ministério com surdos da Junta das Missões Nacionais: da comunicação total ao bilingüismo

O que motivou a publicação de *O clamor do silêncio* foi um encontro realizado em Petrópolis – RJ, em 1990, quando batistas definiram o objetivo fundamental para o ministério com surdos: “Alcançar o surdo, capacitando-o para o relacionamento com Cristo como Salvador e Senhor, promovendo a integração entre o surdo, a família, a igreja e a sociedade” (JMN, 1991:7). Ao longo dos anos 1990 e 1991 uma comissão de *missionários com surdos*⁹⁰, alguns com “atuação profissional na área” (idem, ibidem), trabalhou sob a coordenação da Junta das Missões Nacionais, órgão missionário da Convenção Batista Brasileira, na realização dessa publicação. Tais missionários já tinham experiência anterior na fundação de ministério com surdos em suas congregações, em diversas cidades brasileiras.

Em grande medida o objetivo de *O clamor do silêncio* foi sistematizar essas práticas missionárias dispersas em diversas congregações batistas e produzir um manual que orientasse a fundação de novos ministérios com surdos. No manual, argumenta-se que *os surdos* conformam um *grupo não alcançado*⁹¹ que está no meio urbano e que, portanto, cabe a missionários desenharem estratégias específicas para que eles possam *ouvir* a mensagem cristã. O manual procura descrever as principais características desse grupo e quais são os requisitos técnicos e espirituais para a formação da equipe que deve fundar o ministério em questão.

Em sua parte intitulada *Conhecendo o surdo*, o manual faz uma rigorosa separação dos sentidos atribuídos às categorias *surdo-mudo*, *deficiente auditivo* e *surdos*:

“Antigamente, no Brasil, usava-se o nome surdos-mudos para se falar a respeito das pessoas que não ouviam e que, por consequência, não falavam. Anos depois, alguns desses surdos-mudos começaram a falar, embora não deixassem de ser surdos. Hoje em dia, há quem chame o surdo de deficiente auditivo, fazendo com que alguns pensem que quem é surdo pode recuperar a audição. O surdo é aquele que já nasceu surdo com esse problema e, na maioria dos casos, vai continuar assim, pois ainda não há uma

⁹⁰ Os termos nativos protestantes para missionário que atua na surdez são: *missionário com surdos* ou *obreiro com surdos*.

⁹¹ Nessa publicação utiliza-se *grupo*, mas a categoria utilizada atualmente é *povo*.

maneira de “implantar” a audição. [...] O surdos são contra o uso da denominação deficiência auditiva para definir a surdez dos indivíduos que já nasceram surdos” (idem: 11)⁹².

De acordo com o manual, esse grupo teria características culturais próprias. O glossário que acompanha a publicação afirma que a *cultura do surdo* é “a forma especial que o surdo tem de ver o mundo devido à falta de um dos órgãos do sentido” (idem: 58). Entre as características do *surdo*, concluem:

“No geral, o surdo:

- 1) É muito franco e objetivo;
- 2) Tem vocabulário mais reduzido;
- 3) Procura vantagens pessoais de forma bem objetiva;
- 4) Responde a amizades fortes e sinceras;
- 5) É muito interessado no mundo dos ouvintes;
- 6) Usa os olhos como sentido compensador e dá ótimo artesão, desenhista, programador de computação, etc.” (idem: 14)

O manual também objetiva sistematizar o que deve ser o ministério com surdos. Ele é visto como uma série de atividades diversificada sob a coordenação do líder do ministério, a saber: realização de estudos bíblicos, interpretação dos cultos, visitação nas casas de *surdos*, formação de discipulado, fomentação de sociabilidade, treinamento de apresentações teatrais e interpretação de músicas. Para a formação da equipe que trabalhará nesse ministério, alguns requisitos técnicos e espirituais entrelaçam-se: i) é necessário ter um *chamado espiritual* para trabalhar com essa missão e desenvolver *o amor ágape*, amar o outro em sua especificidade, sendo capaz de *ser surdo para com os surdos* – inspiração paulina que luteranos já haviam sistematizado, – ii) além de dominar técnicas corporais necessárias para a evangelização desse grupo.

Boa parte do manual é dedicada à sistematização da interpretação do missionário. Sobre as características necessárias do intérprete, afirma-se:

“O intérprete deve ter a consciência de que não é apenas a ponte entre o pastor e o surdo, mas é também o canal para transmitir a mensagem de Deus. Humanamente falando, o surdo depende do intérprete para participar do culto e receber a mensagem do Senhor. Por isso, assim como a água não

⁹² Como o manual informa, tal explicação foi retirada de uma palestra de Fernando de Miranda Valverde, ativista político que se afirma *surdo*, presidente da FENEIS entre 1991 a 1993. Tal apropriação demonstra a relação de proximidade entre as congregações batistas e a FENEIS e, também revela como a categoria *surdos* torna-se mais legítima que *surdo-mudo* e *deficiente auditivo*.

pode passar pelo cano se estiver entupido, da mesma forma o intérprete não pode transmitir a mensagem de Deus se não estiver com a vida santificada (idem: 24)”

Desse modo, ser intérprete exige uma série de requisitos. Além de ter uma vida espiritual reta, ele deve dominar o *Livro de sinais bíblicos* (JMN, 1991), publicado juntamente com *O clamor do silêncio*, que traz um léxico específico de sinais vinculados à religião. Ademais, *O clamor* expressa uma normatividade referente à performance de interpretação, a saber: ela deve ser realizada no palco, com dois metros quadrados de espaço; o intérprete deve se posicionar em pé; deve estar vestido adequadamente, utilizando a própria cor da roupa como pano de fundo para as mãos (se ele for moreno deve usar roupa clara, se ele for branco, deve usar roupa escura, garantindo o contraste); deve saber antecipadamente quais músicas serão tocadas, quais passagens bíblicas serão lidas, qual será o mote da pregação; deve ter clareza e grande capacidade de expressão corporal; ser seguro, tranquilo, autoconfiante; usar adequadamente a língua, pois ela também é objeto da adoração; tomar devido cuidado com aparência, roupa, cabelo, acessórios; entre outras recomendações que visam disciplinar o corpo do intérprete no palco⁹³.

Outro dado relevante a ser considerado é que *O clamor* afirma a performance da interpretação no contexto da *comunicação total*, termo utilizado várias vezes ao longo da publicação. Por conta disso, uma série de referências é feita à comunicação oral em português com *surdos*. Quando considera aspectos técnicos para a formação do intérprete, o manual afirma ser necessário: ter boa caligrafia; participar de cursos de língua de sinais, alfabeto manual, comunicação total, teatro e expressão corporal e facial; conhecer os resíduos auditivos e o seu aproveitamento no trabalho com o surdo (idem: 19). Entre aspectos a serem considerados na interpretação também afirma:

“falar normalmente, articulando bem as palavras, porém evitando exagero nos movimentos labiais e faciais. Não vocalizar as sílabas e as palavras e nunca desfigurar as palavras. Caso não entendam, utilizar a dactologia (escrever a palavra com o alfabeto manual) como apoio” (idem: 27)

Além de um aquecimento com o braço, recomenda-se também um aquecimento com exercícios fonoarticulatórios para ajudar na articulação dos fonemas. No fim do manual

⁹³ Toda essa sistematização da regulação da performance da interpretação, um problema bastante debatido nas congregações protestantes, tornou-se posteriormente as técnicas da profissão secular.

(Anexo 4), há uma lista desses exercícios com o lábio, maxilar e língua (idem: 48). Ademais, afirma ser necessário “evitar barba ou bigode, [pois] isso só dificulta a leitura labial por parte do surdo. As mulheres devem usar um batom suave para dar vida e destacar os lábios” (idem: 28). Nessa edição de 1991, abundam passagens com referências ao uso dos lábios na interpretação, ou seja, a sinalização é, em grande medida, no contexto dessa publicação, realizada atrelada à expressão oral e leitura labial.

Além disso, a publicação revela que o processo de constituição do ministério com surdos está dado pela atuação da pessoa que ocupa a posição de intérprete, o missionário. Cabe a ele conscientizar a igreja e pastores da problemática da surdez e da urgência missionária que ela coloca, assim como buscar *surdos no mundo*, nos pontos de encontro, nas associações, nas escolas especiais e ampliar progressivamente um catálogo de endereços de *surdos*, precisamente o que foi identificado nas pesquisas de campo realizadas nas congregações dessa denominação. Além disso, para além do domínio religioso, cabe também ao missionário orientar as próprias famílias dos *surdos* sobre a especificidade lingüística e cultural desse *grupo*.

Assim, a primeira edição de *O clamor do silêncio* revela a produção de uma atividade missionária com *surdos* vinculada à lógica da missão transcultural, em que *surdos* são vistos como um *grupo não alcançado*, com *língua e cultura*. De acordo com esse modelo de missão aplicada, sobretudo, aos *povos indígenas*, para que um *povo* seja considerado alcançado pela mensagem cristã, afirma-se serem necessárias a tradução da *Bíblia* para a língua nativa e a conversão de autóctones, que devem levar adiante a missão cristã. Diferentemente de outros *povos não alcançados*, o *povo surdo* ocupa um segmento na própria congregação local, o que torna possível a realização de missão transcultural por estudantes de teologia em congregações batista nos centros urbanos. Como a língua de sinais não possui escrita, a formação de intérpretes vem suprir a função da tradução do cristianismo para *surdos*⁹⁴.

⁹⁴ De acordo com Almeida (2002, 2006), exemplos de organizações transversais ao meio evangélico que operam nessa lógica de missão transcultural são a Sociedade Internacional de Lingüística (SIL) e a Missão Novas Tribos (MNTB), ambas surgidas nos anos 1930 e 1940 nos Estados Unidos. Ainda de acordo com esse autor, referência fundamental sobre essa questão, para as agências de missão transcultural: “Cultura é entendida, por um lado, como as práticas baseadas nos costumes e no comportamento, por outro, como a visão de mundo de um grupo social codificado em sua língua. A *transculturalização* pretende fazer a tradução cultural (que também passa pela tradução lingüística) da religião evangélica de forma cadenciada e constante para um

A publicação *O clamor do silêncio* de 1991, a qual serviu de base para a análise precedente, passou por atualização e revisão e foi republicada em 2002⁹⁵. Essa re-edição foi realizada por Marília Moraes Manhães, pedagoga, pós-graduada em psicopedagogia, intérprete com bastante notoriedade e, atualmente, coordenadora do Ministério com surdos da Junta das Missões Nacionais. Tal missionária também já estava presente na comissão que integrou a produção da primeira edição da publicação, em 1991.

Nessa nova edição, a estrutura do texto e os objetivos da publicação permanecem os mesmos. Contudo, algumas modificações realizadas precisam ser consideradas para esta análise. Na publicação de 2002, não há qualquer referência às categorias *surdo-mudo* e *deficiente auditivo*; de outro modo, *surdo* é utilizada em todo o manual, sem necessidade de justificativa para tal uso. Outra modificação importante a ser considerada é que a edição de 1991 nomeia a forma de comunicação dos *surdos* na maioria das vezes como *língua de sinais*, mencionando poucas vezes a categoria *libras*, enquanto na segunda edição esta categoria passa a ser usada sistematicamente.

Diferentemente da primeira edição, a segunda explicita os fundamentos lingüístico da *libras*, demonstrando os elementos que desempenham funções de fonemas na produção de sinais, a saber: i) configuração de mão, ii) ponto de articulação no corpo, iii) movimento e iv) orientação da palma, em uma referência não explícita à fonologia de Stokoe (1960). Assim, esse é mais um indício da apropriação da produção científica sobre língua de sinais para a conformação da missão batista com *surdos*.

Certamente a modificação mais substantiva na edição de 2002 é que todas as referências à categoria *comunicação total*, bem como ao uso da oralidade, da leitura labial, da articulação e do aproveitamento de resíduos auditivos, foram retirados. Amparando-se na bibliografia sobre *educação de surdos*, essa edição incorporou a história canônica da surdez, afirmando que ela comporta quatro fases: *oralismo*, *comunicação total*, *bimodalismo* e *bilingüismo*:

- a. “*Oralismo*: preocupa-se com o ensino da língua oral através de vários métodos, tais como verbo tonal, leitura labial e outros. Aqui no Brasil, as pessoas que seguem a corrente oralista só ensinam a língua

determinado grupo étnico” (2006:480). Por conta disso, as ciências lingüística e antropologia são ensinadas em faculdades de teologia como técnicas para a missão.

⁹⁵ A segunda edição não possui data de publicação, mas, de acordo com Marília Moraes Manhães, coordenadora do Ministério com Surdos da Junta das Missões Nacionais, sua publicação ocorreu em 2002.

portuguesa e geralmente não aceitam a Língua Brasileira de Sinais, trazendo grandes prejuízos à comunidade surda.

- b. Comunicação Total: procura desenvolver todas as habilidades da comunicação: a fala, a audição, os sinais, a leitura, escrita e outros recursos. Os usuários da comunicação total utilizam o bimodalismo.
- c. Bimodalismo: é a utilização simultânea das duas modalidades de língua: a oral-auditiva e a gestual-visual. Na maioria dos casos ocorre uma grande dificuldade no aprendizado de ambas as línguas, deformando-as.
- d. Bilingüismo: a prática de utilizar duas línguas de forma alternativa. Na educação, é a proposta mais adequada e utilizada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar, considerando a língua de sinais como a língua natural, partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita”. (s/data: 19).

No trecho acima, há uma crítica explícita ao *oralismo*, à *comunicação total* e ao *bimodalismo* e um elogio ao *bilingüismo*. O *oralismo* passa a ser visto como algo que traz prejuízo à *comunidade surda*. O uso do *bimodalismo* pela *comunicação total* torna-se uma prática deformadora das línguas, dificultando o seu aprendizado. O *bilingüismo* é afirmado como a forma adequada de utilizar as línguas em questão e educar os *surdos*.

Desse modo, nessa publicação a *libras* emerge como a língua por excelência dos *surdos*, a qual deve ser utilizada para a evangelização desse *povo não alcançado*, evidenciando, assim, uma alteração normativa da *comunicação total* para o *bilingüismo* a se processar sobretudo na performance da interpretação. Qualquer recurso à língua oral deixou de ser feito, pois os sinais tornaram-se definitivamente os componentes de uma língua de sinais autônoma, separada da língua oral. De modo semelhante aos luteranos na publicação *Linguagem de Sinais do Brasil*, essa edição de 2002 também está amparada em publicações científicas de lingüistas e pedagogos que produzem essa passagem da *comunicação total* para o *bilingüismo*, a saber, Carlos Skliar (1998), Ronice Quadros (1997), Lucinda Ferreira Brito (1991), entre outros.

Ademais, é necessário considerar que a coordenadora da Junta das Missões Nacionais, Marília Moraes Manhães, é uma intérprete de reconhecida atuação profissional, com ampla circulação política e acadêmica nos âmbitos do INES, da UFRJ e da FENEIS. O *clamor do silêncio* de 2002, editado por ela, também está amparado em publicações desta última instituição, o que justifica o modo como esse projeto missionário está em relação de plena continuidade com o que ganhou normatividade jurídica em 2002.

2.2.2. As oficinas do pastor Marco Antonio Arriens como agência divulgadora da performance da interpretação

Pastor Marco Antonio Arriens é gaúcho, radicado em Curitiba, formado em Teologia Exegética (Grego e Hebraico) pela Faculdade Teológica Batista do Paraná, além de possuir em sua formação cursos de regência, canto e artes cênicas. Teve o seu *chamado* para trabalhar com *surdos* em 1984, no Seminário de Bethânia, em Altônia-PR. Tomou conhecimento dessa atividade específica por meio de uma missionária, de nome Ângela, que já tinha tido o seu *chamado* devido ao contato com missionários norte-americanos – sendo a primeira missionária com *surdos* da organização *Jovens com uma missão* (JOCUM). Seguindo o modo como essa atividade foi importada dos Estados Unidos da América, pastor Arriens passou a ocupar a posição de intérprete, tendo adquirido a comunicação atribuída aos *surdos* por meio do dicionário de padre Eugênio Oates, *Linguagem das mãos*⁹⁶, e, como relata, aprendeu tal língua em 26 dias. Ao voltar para Curitiba, em uma época em que intérprete das *mímicas* era algo raro, participou como membro colaborador da *Comissão de Luta pelos direitos dos Deficientes Auditivos de Paraná*, em 1986⁹⁷. Além disso, foi o primeiro membro *ouvinte* da Associação de Surdos do Paraná.

Desde o fim dos anos 1980, Arriens passou a visitar diversas igrejas com o seu ministério com surdos para apresentações teatrais e a performance do *coral de mãos*, na qual ele era o regente⁹⁸. De acordo com seus relatos, suas oficinas iniciaram-se a partir de 1989, em São Paulo, na Igreja Batista Memorial de Osasco e, desde então, passou a ministrá-las em muitas congregações. De acordo com sua secretaria, já formou em torno de 5600 intérpretes em diversas cidades de diversos estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, DF, BA, CE, MS, MT, RO e AC) e também em outros países, a saber, Argentina, Bolívia, Cuba, Chile, Venezuela, Egito, Estados Unidos, Holanda, Suíça, Inglaterra, Escócia, Coreia do Sul, Alemanha, Israel e Jordânia (dados de junho de 2009).

⁹⁶ É o mesmo dicionário referido no primeiro capítulo que se tornou objeto de circulação entre missionários protestantes.

⁹⁷ É o mesmo movimento político ao qual também esteve ligado o referido pastor luterano Ricardo Sander.

⁹⁸ Mais adiante, neste capítulo, será demonstrado o que consiste o *coral de mãos*.

Suas oficinas de formação expressam um amálgama discursivo bastante peculiar. O objetivo fundamental das oficinas de Arriens é prover a formação do intérprete tanto em um sentido prático como teórico. Assim, elas compreendem aulas teóricas baseadas em trabalhos acadêmicos da *lingüística das línguas de sinais* e dos *estudos surdos* – intelectuais como Lucinda Ferreira Brito, Ronice Quadros, Carlos Skliar são as referências – e aulas práticas inspiradas em técnicas teatrais. Além disso, o argumento fundamental do pastor é missionário, já que o objetivo da formação técnica e teórica é prover de habilidades o intérprete para a evangelização de *surdos*, tidos como um *povo não alcançado*.

Assim, na parte teórica, Arriens visa instrumentalizar o aspirante a intérprete com a bibliografia sobre surdez. Argumenta-se sobre o estatuto de língua da língua de sinais e são explicados alguns dos seus fundamentos teóricos. Por meio de argumentos da psicologia e considerando a especificidade do problema familiar que a surdez coloca, Arriens argumenta em favor de uma *identidade surda*. O *surdo* seria um ser intrinsecamente gestual-visual, bastante direito em suas colocações e com tendência a ser mais egoísta e dependente do outro do que o *ouvinte*, sobretudo por razões familiares⁹⁹. Compõe também esta parte teórica informações sobre a legislação referente à surdez e à deficiência, bem como sugestões de livros e filmes sobre o tema.

Essa narrativa com inspiração científica é amalgamada com um discurso missiológico culturalista e uma retórica do sofrimento. *Surdos* passam a ser vistos como constituindo um *povo* sofrido, excluído e oprimido pelos *ouvintes*, o que já foi pior durante o período vigente do *oralismo*. O pastor relata casos de *surdos* que não sabem língua alguma, de meninos *surdos* que foram criados como cachorros, meninas *surdas* morando em galinheiros, *surdos* trancados pelas famílias, que não estudam ou são escondidos quando a família recebe visitas. Em consonância com esses relatos, afirma-se que cabe, muitas vezes, ao missionário levar não apenas a mensagem cristã ao *surdo*, mas também a sua verdadeira *língua, história e cultura*.

A parte prática de suas oficinas consiste em vivências corporais que são inspiradas em técnicas teatrais. Durante a semana das oficinas, objetiva-se quebrar as corações

⁹⁹ É oportuno considerar que, de acordo com Digiampietri (2009), é comum um período de luto nas famílias no momento seguinte à descoberta de que seu filho é *surdo*. As entrevistas que a autora realizou com *pais ouvintes de filhos surdos* revelam que tal luto cessa na medida em que elas incorporam narrativas orientadoras que normatizam e explicam a surdez.

corporais e faciais dos intérpretes. Entre as técnicas que compõem suas oficinas, destacam-se: fazer caretas, vitrines-vivas, *slow motion*, *clown*, incorporação de animais e personagens caricatos, mímicas, estabelecimento de correspondência entre som e imagem, expressões corporais de sentimentos/emoções (sem recurso à língua alguma), alongamento, dança e antidança. Durante essas oficinas, as igrejas tornam-se algo semelhante a uma academia de ginástica. O intérprete aprende a se desinibir, a se abandonar, a incorporar diversos personagens e a ampliar suas expressões. Além disso, aprende a ouvir variações rítmicas e a traduzi-las em termos gestuais-visuais. De acordo com as motivações teológicas, já consideradas, todo esse aprendizado está em um rigoroso registro paulino: trata-se de aprender a *ser surdo para com os surdos*.

Como foi identificado, ao realizar etnografia em diversas congregações evangélicas¹⁰⁰ e inclusive paróquias católicas, essas vivências corporais não se limitam ao período das oficinas desse pastor. Seus discípulos, geralmente jovens religiosos protestantes ou católicos, ao retornarem para suas congregações/paróquias, reproduzem os exercícios dessas oficinas com outros membros da igreja, ampliando em uma progressão geométrica essa atividade. Muitos intérpretes, inclusive, passaram a ministrar suas oficinas, fundando suas próprias linhagens de intérprete de língua de sinais. Ocupando Arriens uma posição de grande referência nessa rede disseminadora da performance da interpretação.

Outras instâncias importantes de divulgação para além do meio batista da atividade missionária com *surdos* são os acampamentos internacionais e interdenominacionais que Arriens realiza¹⁰¹. Além de um grande número de participantes, é notável a presença de membros de diversas denominações protestantes e inclusive de católicos de diversos estados brasileiros. Palestram nesses eventos missionários norte-americanos e de outros países da América do Sul, bem como ativistas políticos vinculados ao reconhecimento da *libras*¹⁰².

Certamente, dada a quantidade de intérpretes que Arriens afirma ter formado, mais de cinco mil, sua atuação parece ser um importante fator de difusão da surdez como

¹⁰⁰ Esta pesquisa compreendeu também algumas idas a campo nas neopentecostais Igreja Renascer em Cristo (Vila Matilde), Comunidade da Graça (Vila Carrão) e Casa de Oração para Todos os Povos (Penha).

¹⁰¹ Outras denominações protestantes que evangelizam *surdos* também realizam acampamentos, congressos e seminários pluridenominacionais, como os que são realizados periodicamente pela Associação Evangélica Nacional de obreiros com surdos (ASSENOS), com sede em Goiânia-GO.

¹⁰² No Congresso Internacional do Instituto Keiriahuguai de 2007, em Sumaré-SP, esteve presente a atual presidente da FENEIS, Karin Strobel, também professora da UFSC, doutora em educação pela mesma universidade.

particularidade étnico-lingüística no meio religioso. Além disso, é necessário considerar que a disseminação desse projeto missionário para outras instituições religiosas ocorre pela migração de práticas e pessoas de denominações protestantes históricas para pentecostais e neopentecostais¹⁰³. Como exemplo, é necessário considerar que o próprio pastor Arriens esteve, entre os anos de 2001 a 2005, na Igreja do Evangelho Quadrangular, denominação de linha pentecostal, retornando posteriormente à Igreja Batista da Convenção Batista Brasileira.

Importante considerar que uma das principais características do campo religioso brasileiro da virada do século é o crescimento do protestantismo pentecostal no Brasil¹⁰⁴. Por conta disso, a plena disseminação desse projeto missionário relativo à surdez está diretamente vinculada à sua capacidade de inserção em igrejas pentecostais, já que a denominação batista, apesar de sua penetração histórica considerável em grandes e médias cidades, não tem atualmente a mesma visibilidade pública. Assim, as práticas rituais de Arriens crescentemente passaram a estar dirigidas a esse público pentecostal. Nos acampamentos que organiza, Arriens, motivado por sua passagem na Igreja do Evangelho Quadrangular, manipula elementos rituais centrais do pentecostalismo (também vinculados ao judaísmo), tais como a arca da aliança, o candelabro de sete velas, a valorização de festas judaicas com membros usando véus e quipás, uma pregação com emocionalidade mais marcada, com fiéis realizando o repouso no espírito (quando se deitam no chão), além de pedidos de cura (mas jamais da surdez). Ora, historicamente essas não são práticas rituais de congregações batistas tradicionais vinculadas à Convenção Batistas Brasileira, contudo Arriens, em sua condição de pastor, acaba por introduzi-las em suas pregações em congregações dessa denominação. Assim, Arriens trouxe alguns elementos do pentecostalismo para o projeto missionário batista vinculado à surdez, ampliando significativamente o seu raio de atuação. Dada a disseminação desse projeto entre pentecostais, pastores dessa linhagem protestante vinculados à surdez acabam por participar

¹⁰³ Fenômeno já identificado por Almeida (2004)

¹⁰⁴ O que deslocou a atenção dos cientistas sociais da religião para o crescimento do protestantismo (Montero, 1999; Mariz, 1999).

de cultos em igrejas protestantes históricas, intensificando ainda mais a circulação de práticas nesses domínios de matriz protestantes¹⁰⁵.

Esse processo paulatinamente se dinamiza e dissemina-se entre as instituições religiosas cristãs. A performance da interpretação desdobrou-se para os carismáticos católicos e as denominações neopentecostais. No primeiro caso, jovens católicos tomaram protestantes como modelos a serem copiados nas paróquias católicas. No segundo, jovens de congregações protestantes históricas migraram para pentecostais e neopentecostais, como foi o caso de Rebeca Nemer, oriunda do meio batista, posteriormente se tornou a primeira intérprete televisiva da Igreja Internacional da Graça de Deus do missionário R.R. Soares. Por serem instituições mais afeitas à tecnologia de mídia (Mariano, 1999; Montero & Almeida, 2000), carismáticos e neopentecostais colocaram tal performance na televisão, fazendo com que ela ganhasse visibilidade pública cotidiana.

2.3. Características das congregações batistas e fundamentação teológica do ministério com surdos

A segmentação no interior da congregação é uma característica batista fundamental. Seus membros dividem-se em grupos para o estudo da *Bíblia* e para a organização, treinamento, ensaios e execução de diversas atividades específicas, inclusive burocráticas. Essas segmentações recebem o nome de *ministérios*. Estes são organizados por diversas motivações: étnico-lingüísticas (japoneses, chineses, hispânicos, judeus); faixas de idade (infantil, juniores, jovens, adolescentes, terceira idade); estado civil (solteiros, casais); atividades administrativas (finanças, comunicação, informática, patrimônio); atividades de adoração (música, teatro, intercessão); atividades de evangelização específicas (drogados, prostitutas, portadores de HIV/AIDS, moradores de rua, presidiários); entre muitas outras razões específicas. Em verdade, cada congregação acaba por engendrar o seu quadro específico de ministérios, de acordo com interesses e necessidades locais.

¹⁰⁵ Fenômeno identificado por Magalhães (2000), que analisa o impacto do pentecostalismo no protestantismo histórico brasileiro.

É necessário considerar que, de acordo com valores teológicos batistas, fazer missão em outro país, evangelizar algum grupo específico ou até mesmo comprometer-se com qualquer atividade burocrática na congregação em que se é membro não é uma escolha meramente pessoal. Para dedicar-se a uma atividade é necessário ter um *chamado* de Deus, que funda uma *vocação*. É comum delimitar o dia ou a situação em que se teve o *chamado*, quando Deus revelou ao indivíduo regenerado que deveria evangelizar algum grupo ou realizar alguma atividade específica para Sua obra. A partir de então, a execução de tal atividade, a que se teve o *chamado*, é exercida com um respeitoso dever religioso, bem caracterizando a ascese puritana inspiradora da teologia batista.

Desse modo, o *chamado missionário* por Deus também é prática constituinte do ministério com surdos. É comum missionários relatarem como e quando tiveram o *chamado* para evangelizar *surdos*, momento em que decidiram consagrar a Deus seu dom da audição e suas mãos, fazendo de seus corpos instrumentos para a propagação da mensagem cristã. Narram o encontro fortuito com *surdos* na cidade, a visita de um ministério com surdos em sua congregação, o contato com a performance da interpretação, um caso de surdez na família, eventos que contribuíram para despertar o *chamado*. De certo modo, protestantes reencenam o *chamado* católico presente nas narrativas que demonstram como alguns sacerdotes dedicaram-se de modo pioneiro para a educação, cuidado e catequese de *surdos-mudos*, em séculos passados, como São Francisco de Sales (Séc. XVII), padre Pierre Bonhome e padre José Gualandi (século XIX), entre outros. Entretanto, uma diferença importante entre os *chamados* de católicos e protestantes precisa ser considerada. No caso dos primeiros, esse parece ser um processo que envolve pessoas instituídas como *religiosas*, sobretudo padres, e no caso protestante torna-se em grande medida um movimento de *leigos* – por assim dizer, já que, no protestantismo, todos podem ser vistos como *sacerdotes*. Por conta disso, a atividade missionária com *surdos* nas congregações batistas parece ser um movimento que se consolidou pela base da igreja, com poucas exceções.

Uma característica importante do ministério com surdos das congregações batistas, é o investimento reiterado em outra significação teológica da categoria *surdez*. No contexto de seu ministério com surdos, ser *surdo* não significa não ouvir, mas sim desconhecer a *palavra* de Deus, estar com os ouvidos tampados para a *verdade do cristianismo*. Há uma leitura específica dos diversos versículos bíblicos em que se afirma o dia em que os surdos ouvirão

(Isaías 29:18 e 35:5 e Mateus 11:5) e a cura do *surdo-mudo* operada por Cristo (Marcos 7:31-37). Essas passagens recebem a interpretação bíblica em que a cura da surdez torna-se de ordem espiritual e metafórica. Em termos práticos, tal como já tinha sido desenvolvido nos livros de padre Eugênio Oates, o *efatá* (abra-te) buscado nessa prática missionária é lingüístico. Não se espera que o *surdo* passe a ouvir com os ouvidos, tal como na passagem bíblica, mas que ele passe a *ouvir com os olhos* a mensagem cristã, por meio da língua de sinais e, não raro, pela mediação do intérprete, superando a *surdez espiritual* em que se encontrava antes da conversão.

A leitura dessas passagens bíblicas, que ilustram a cura biológica do *surdo-mudo*, assim como a sua teatralização reiterada nos palcos dos templos e encontros missionários, não são vistas de forma alguma como incompatíveis com a ausência contemporânea de cura biológica da surdez nas congregações batistas. O que se espera é que a superação da surdez espiritual, no presente, leve, no porvir, da salvação, no Céu, à cura de fato da surdez biológica do *surdo* que estiver salvo, por ouvir com os olhos a *palavra*¹⁰⁶.

2.4. A performance da interpretação e a disposição disciplinar que separa surdos e ouvintes

A constituição de uma disciplina que opõe sistematicamente pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura* nas congregações batistas se dá pela atuação central do missionário-intérprete. Cabe a ele negociar com pastores e membros a fundação e manutenção desse projeto na congregação local, de modo que ele é um mediador fundamental entre aqueles que são vistos como *surdos* e a congregação de *ouvintes* como um todo. Assim, objetiva-se nesse item analisar a disposição disciplinar, espacial e corporal, que constitui esse ministério, para entender como se afirma e performatiza diferenças entre

¹⁰⁶ Essa posição teológica batista é análoga a de testemunhas de Jeová que esperam a cura no porvir da salvação, no paraíso terrestre. De outro modo, dada a posição central que a cura assume na prática de instituições neopentecostais, como a Igreja Internacional da Graça de Deus, do missionário R.R. Soares, nesse caso, pelos menos nas falas de pastores, a intenção primordial de inserção de *surdos* em seu ritual é a cura biológica (Assis Silva & Teixeira, 2008).

sujeitos *surdos* e *ouvintes*, num constante jogo de espelhos, marcando distâncias e separações em termos de *língua e cultura*¹⁰⁷.

No palco, geralmente do lado esquerdo, o intérprete de língua de sinais coloca-se em pé, interpretando para um código visual-gestual tudo o que apreende como a totalidade sonora do culto. Nas primeiras fileiras, em frente ao intérprete, estão sentados os membros desse ministério, *surdos* e intérpretes. Apesar de relativamente institucionalizada, essa é uma disposição disciplinar que precisa ser reposta continuamente, reiterada na dinâmica social e política da congregação. O missionário que pleiteia o palco como local de sua performance precisa dividir esse espaço com outros agentes que ocupam também posição de destaque nesse contexto da congregação, a saber, pastores, diáconos, outros ministros, membros da congregação que eventualmente participam dos cultos e membros do ministério de louvor, composto por músicos e cantores, de modo que o uso do palco, um espaço de poder, geralmente é negociado permanentemente.

Identificou-se nas pesquisas realizadas que, com o objetivo de garantir uma atuação mais livre do ministério de louvor, o qual possui notável destaque nos cultos batistas – dado que a música é um bem religioso central no protestantismo (Pinheiro, 1998) –, não é rara a solicitação para que a performance da interpretação seja feita fora do palco. Muitas vezes solicita-se que a pessoa que ocupa a posição de intérprete desça alguns degraus ou mesmo que sinalize na altura dos assentos. O que exige dela uma reiteração constante da posição alcançada.

Não é apenas pelo espaço ocupado no palco que o intérprete costuma zelar. Geralmente, ele procura garantir a plena redução de qualquer poluição visual que comprometa a qualidade de sua performance. Por isso, é de seu interesse qualquer alteração no palco que se traduza em modificações visuais, como a redefinição de disposição de móveis, utensílios e instrumentos, pinturas na parede, colocação de enfeites de natal, páscoa, entre outros adereços. Em algumas congregações é comum que membros desse ministério coloquem um painel com fundo de cor única para que a sinalização possa se destacar no palco, o que pode gerar críticas pelos outros membros que também se importam com a conformação estética do palco, notadamente pastores e músicos. Além disso, é comum que o

¹⁰⁷ Nesta análise de rituais das congregações batistas, mais do que pessoas, *surdos*, *ouvintes* e *intérpretes* são posições de sujeitos ocupadas em uma disciplina.

missionário responsável pela interpretação dê constantemente avisos para que, durante as etapas do culto, as pessoas não passem em sua frente, pois isso compromete o entendimento de sua performance pelos membros do ministério com surdos.

Algo semelhante também ocorre com relação aos assentos reservados para o ministério com surdos, pertencentes às primeiras fileiras, posicionadas em frente ao intérprete. Embora, em grande medida, institucionalizado, esse é um privilégio que também precisa ser repostado, argumentado em favor desse ministério, contra os interesses de outros membros, pois as primeiras fileiras constituem local de destaque e outros também têm interesse em ocupá-los.

A própria alteração estética no culto protestante que a performance da interpretação implica precisa passar por um processo de reivindicação por parte do ministério com surdos e aceitação por parte da congregação, até a sua definitiva rotinização. Ora, a sobriedade do culto protestante, em que a atenção principal está voltada para a retórica do ministrante da *palavra*, precisa se adaptar à presença do intérprete no palco, geralmente teatralizando leituras, pregação, músicas e testemunhos, com uma grande quantidade de expressões faciais e corporais, incorporando inclusive personagens da narrativa bíblica, o que costuma deslocar o foco de atenção dos membros da congregação durante o culto.

Geralmente quem resolve as possíveis controvérsias entre o espaço ocupado pelo ministério com surdos e outros membros da congregação é o intérprete. A justificativa fundamental para a consolidação dessa disposição disciplinar privilegiada nos cultos batistas é um discurso composto por um ideal missionário que afirma a especificidade lingüística e cultural desse *povo* a ser alcançado. Geralmente argumenta-se que membros desse ministério são pessoas de *cultura* visual-gestual e, portanto, todo esse cuidado detalhado com a localização da interpretação, o fundo em que se interpreta, a redução da poluição visual, os assentos reservados, entre outros elementos, é para bem proclamar a *palavra* de Deus. Além disso, afirma-se que não seria cristão relegar para esse grupo lingüístico e cultural outro lugar na congregação, tendo o *surdo* o direito de ver tanto o que o intérprete sinaliza como tudo o que está se passando no palco, como os demais membros¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Essa posição de representante político dos *surdos* na congregação local para a defesa de espaços específicos treinou em grande medida a atuação do intérprete na conformação disciplinar que separa as pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*, o que foi desdobrado posteriormente para outras instâncias sociais.

Além de constatar essa relativa tensão da institucionalização dessa disposição disciplinar, pois ela precisa ser reiterada na congregação local continuamente, é necessário considerar para os fins desta análise que ela é uma constituição histórica bastante recente. De acordo com relatos de missionários batistas que fundaram ministério com surdos em suas congregações, era comum que a performance da interpretação ocupasse o fundo do templo, ou que fosse realizada nas galerias superiores, ficando o intérprete sentado, de costas para o palco, e pessoas que ocupam posição de *surdos* sentados a sua frente. As agências do pastor Marco Antonio Arriens e da Junta das Missões Nacionais foram importantes para a disseminação da performance da interpretação no palco, desenhando a disposição disciplinar que aos poucos tem sido naturalizada¹⁰⁹.

Essa diferenciação da localização de *surdos* em meio a uma congregação de *ouvintes* é de fundamental importância para uma constante e reiterada marcação de diferença em um jogo de espelhos. Essas marcações de espaço servem para a constituição de fronteiras simbólicas entre os membros em termos de diferenciação pela audição, *língua* e *cultura*. Certamente o intérprete funciona como um aparato tecnológico fundamental para essa disciplina.

No palco, o intérprete assume a posição simbólica de ponte, canal comunicativo, entre aqueles que, nessa relação, estão instituídos como *surdos* e *ouvintes*. Como todas as partes que compõem os cultos batistas são, sobretudo, orais, a saber, testemunhos, oração, louvor, pregação, leitura bíblica e avisos, a atuação do intérprete consiste em transformar essa oralidade complexa em visualidade/gestualidade. Dada a distância entre intérprete e a platéia de *surdos* e para não atrapalhar o andamento do culto, o seu meio de expressão no palco deve ser exclusivamente gestual-visual.

Como não há no protestantismo batista uma oralidade litúrgica canônica, tal como na Igreja Católica, o dito nos cultos dessas congregações é, em certa medida, sempre imprevisível e bastante heterogêneo, com uma grande margem de possibilidades, o que exige uma notável capacidade de improvisação da pessoa que ocupa a posição de intérprete

¹⁰⁹ A incorporação da performance da interpretação em paróquias católicas diversas, muitas delas desvinculadas das congregações que há décadas atuam nessa questão, faz com que se torne uma questão também controversa o posicionamento do intérprete na missa católica, ritual bastante regado que tem por centro absoluto o sacerdote.

para sistematicamente transformar o que é apreendido como som e língua oral em imagem e língua de sinais¹¹⁰.

De acordo com a lógica da missão transcultural, que embasa essa atividade missionária, a interpretação nos cultos batistas não é apenas lingüística, mas também é vista como *tradução cultural*, sendo necessário atentar para o modo como a categoria *cultura* é agenciada. O jogo de espelhos que a disciplina espacial e corporal das congregações batistas engendra faz com que tudo aquilo que seja do plano da oralidade e do som seja indicializado à categoria *cultura ouvinte*. E inversamente, aquilo que é expressão da performance da interpretação, isto é, a corporalidade imagética da pessoa que ocupa a posição do intérprete – algo que ela acredita ser de propriedade do *grupo* que tem a sua frente – é indicializada à categoria *cultura surda*. Assim, mais do que comunicar *mundos* e *grupos*, o intérprete em verdade é o agente instituidor de fronteiras simbólicas na congregação entre pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*.

A interpretação nos cultos batistas pretende dar conta com precisão de tudo o que é aprendido como sonoro no culto. A publicação já analisada, *O clamor do silêncio*, afirma ser necessário “falar para os surdos tudo o que estiver acontecendo na igreja, inclusive momentos em que tenha somente música instrumental, para que eles fiquem totalmente integrados ao grupo de ouvintes (1991:28)”. Assim, mesmo músicas marginais ao culto, como prelúdio, poslúdio ou que acompanham vídeos, são consideradas relevantes na prática da interpretação. Além disso, dimensões puramente sonoras das músicas, como volume, tom, velocidade, são também traduzidas para termos visuais-gestuais. Para cada variação rítmica, compatibilizam variações corporais. Músicas em que há duetos, ou alternância entre solos, foram adaptadas em performances visuais com mais de um intérprete. Não raro, muitos desses intérpretes também possuem formação musical, o que permite uma experimentação bastante conectada com a musicalidade dos louvores, sendo possível, inclusive, afirmar que desenvolveram uma musicalidade silenciosa nessa língua¹¹¹.

O clamor do Silêncio também faz algumas considerações a respeito dessa prática, fazendo alusão à *cultura do surdo*:

¹¹⁰ Disciplina em nada similar ao que historicamente se consolidou na Igreja Católica, um uso dos sinais colados na sintaxe da oralidade canônica do ritual (liturgia, orações e sacramentos).

¹¹¹ Essa interpretação rigorosa de todos os elementos sonoros também não possui paralelo no meio católico.

“A igreja precisará entender e aceitar o estilo próprio da cultura do surdo para o seu melhor relacionamento com Deus. Os ouvintes apreciam a música pelo ouvir, conseguindo com isto o enlevo espiritual. O surdo, por sua vez, não tem a audição como recurso para isso, precisando visualizar pelos movimentos, sentir a música pelas vibrações. O intérprete, então, torna-se responsável por passar essa música com expressões corporo-faciais para transmitir a beleza e a musicalidade do louvor” (1991:23)

Tal como nas interpretações dos louvores, a interpretação da pregação do pastor não consiste exclusivamente na tradução de apenas o conteúdo lingüístico da fala, mas também o tom, a ênfase, a velocidade, algo que caracteriza a retórica. Toda a gradação do tom de voz em uma pregação ou oração, que começa lentamente, em um volume mais baixo, e vai a um crescendo, aumentando o volume e a velocidade, até atingir um ápice que leva a comoção da platéia, teve que ser traduzida para outros termos. Para cada variação de tom, uma variação corporal, de modo que as mesmas emoções que o ministrante incita na platéia geral possam ser experimentadas por aqueles que ocupam a posição de *surdos*. Missionários perseguem a excelência nessa prática de tradução da prosódia da língua oral para a língua de sinais. Geralmente utilizam em seus treinamentos cultos gravados em áudio de maneira que outros intérpretes possam opinar se a velocidade e a intensidade da sinalização estão de acordo com a oratória do pregador.

Além disso, é necessário considerar que, embora não seja regra geral, é comum que uma interpretação no plano dos sentidos também seja operada nos cultos. Geralmente, palavras relativas à audição e à oralidade, sempre valorizadas nas passagens bíblicas, tais como, *ouvir, escutar, falar, gritar, clamar*, entre outras, sejam traduzidas por sinais relativos à visualidade e à sinalização, tais como, *ver, perceber, sinalizar e sentir*. E mesmo referências a qualidades do som, tais como *barulho estridente, som grave, som agudo*, são traduzidas por referentes visuais. O intérprete traduz a realidade do que ouve para sinais que julga fazer sentido no que acredita ser o *mundo dos surdos* ou a *cultura surda*.

A pessoa que ocupa a posição de intérprete está acostumada a incorporar todas as personagens da narrativa, tornando-se homem, mulher, criança, personagens sagrados ou profanos, animais, fenômeno da natureza, objetos e qualquer elemento passível de incorporação. Geralmente, uma mudança no sentido de sua sinalização, à direita ou à esquerda, acompanhada de uma alteração na expressão facial ou postura corporal indica a alteração de personagens. Associada a essa prática de alternância de personagens, o espaço

ao redor do corpo também deve ser tomado para a marcação de tópicos importantes para a compreensão da narrativa. O alto/direito é o local de colocar o sinal que representa “Deus”, em oposição, o baixo/esquerdo é local de posicionar sinais que representam o “diabo” e “seres malignos”. “Povos em luta”, “bem e mal”, “convertido” e “não convertido” e “crente” e “desviado”, constituem pares antagônicos diversos que devem ocupar posições opostas ao redor do intérprete, para tornar clara a interpretação da pregação, da leitura bíblica ou do testemunho.

No processo analisado, o corpo da pessoa que ocupa a posição de intérprete parece ser alvo de controle bastante sistemático, rigorosamente vigiado por todos e exposto para avaliação pública constante, tanto em sua expressão oral como gestual-visual. Seus movimentos devem expressar com clareza as intenções cristãs de adoração e evangelização, já que o seu corpo é, em grande medida, somente um instrumento da *palavra* de Deus. A corporalidade do intérprete não deve exceder as necessidades da mensagem cristã e nem das características lingüísticas e culturais do *grupo* que se pretende evangelizar. Esses limites, postos pela congregação como um todo, são constitutivos da performance.

O fato de geralmente o intérprete batista estar informado, por meio de trabalhos científicos, do que se afirma ser a *libras* e o *português sinalizado*, faz com que ele sistematicamente coloque os seus sinais em uma sintaxe espacial (com linearidade própria), distanciando da sintaxe linear do português, além de utilizar cada vez mais o espaço ao redor de seu corpo e expressão faciais e corporais. Evidentemente, esse processo é progressivo, são a prática dos cultos, o treino, o autocontrole e a vigilância dos demais intérpretes que garantem uma performance de interpretação no que se impõe como a *libras*, o que bem caracteriza a atuação secular dos profissionais que possuem essa trajetória religiosa.

É necessário considerar que nem sempre pessoas com surdez ocupantes nos cultos batistas da posição de *surdos* são usuárias da *libras* que o intérprete atribui aos *surdos*, assim como, muitas vezes, elas não estão plenamente ajustadas a essa disciplina puramente gestual-visual das congregações batistas. Identificou-se a presença de pessoas com surdez que se comunicam de maneira bastante particular, jamais expressando com clareza o que comumente classifica-se como língua portuguesa ou *libras*, demonstrando o quanto essas normatizações teóricas podem estar distantes das práticas heteroglóssicas dos falantes. Apesar disso, a esperança dos missionários é que, aos poucos, essas pessoas não plenamente

ajustadas ao que se imagina ser a *libras* ou português, alguns muitas vezes chamados de *surdos lobos* – isto é, *surdos* que não têm língua – incorporem, com o passar do tempo, não apenas o cristianismo, mas a sua verdadeira *língua, identidade e cultura*.

Dada a centralidade que a interpretação língua de sinais/língua oral tem no ministério com surdos das congregações batistas, quando algum *surdo* faz alguma participação pública nos cultos, isso se dá impreterivelmente pela mediação do intérprete, que ocupa a posição literal de porta-voz do ministério, traduzindo o sinalizado para língua oral. Inversamente, todas as demais participações públicas de *ouvintes* chegam aos *surdos* pelas mãos do intérprete. De modo que, nesse caso, pessoas posicionadas como *surdas* e *ouvintes* sistematicamente se confrontam nos cultos dominicais como usuários de línguas diferentes e, por desdobramento, em termos nativos, tais pessoas são dotadas de *culturas* particulares.

Ademais, na normatividade que se engendra na congregação local, aqueles que ocupam posição de *surdos* têm local certo para sentar-se e língua definida para comunicar-se. Por conta disso, quando algum novo membro classificado como *surdo* não se senta no lugar que é tido como destinado aos membros desse ministério e, além disso, insiste em comunicar-se oralmente, ele pode ser alvo de críticas, como se desconhecesse a sua verdadeira identidade e a posição que deve ocupar na sociedade. Tudo se passa como se o português falado fosse tabu para aqueles que ocupam a posição de *surdos*, mesmo quando eles o sabem¹¹².

Assim, pode-se afirmar que nas congregações batistas desenhou-se uma disciplina espacial e corporal geradora na qual se marcam constantemente diferenças entre pessoas, que ocupam a posição de *ouvintes* ou de *surdos*, por meio das categorias *língua* e *cultura*, as quais operam como índices fundamentais do processo analisado. O que é digno de nota é que para além das marcações de diferenças mais evidentes entre *surdos* e *ouvintes* – como exemplo, a *libras*, a gestualidade, a visualidade, a cinestesia como componentes da *cultura surda* e, inversamente, o português, a oralidade, a audição como componentes da *cultura ouvintes* – uma série de outros traços particulares, muitos deles descritos na Introdução desta tese, são afirmados como próprios da natureza dos *surdos*, tais como o atraso aos compromissos, a dificuldade em usar a língua portuguesa, a impulsividade, a concretude do

¹¹² Essa normatividade foi incorporada por aqueles que ocupam posição política representativa do grupo. Mesmo quando sabem falar português, esses *surdos*, em público, jamais o farão; suas falas são sempre em língua de sinais, traduzidas por intérpretes para língua oral.

pensamento, a fala direta (sem rodeios ou meias palavras), o hábito de bater papo prolongadamente, entre outros.

2.5. O efatá simbolicamente operado: sendo ouvinte para com os ouvintes

Desde a constituição da *comunicação total* por luteranos, a máxima de inspiração paulina de ser *surdo* para com *surdos* norteou a atividade de protestantes na surdez. Todo o investimento de batistas – inclusive a formação propiciada pelos cursos do pastor Arriens –, na formulação do intérprete procurou garantir a efetivação da transformação ritual do *ouvinte* em *surdo*. Há algumas práticas rituais batistas que produzem de modo simétrico e inverso o feito de *ouvintes*, momento no qual o *surdo* torna-se *ouvinte* para com os *ouvintes*. Tal participação pública de *surdos* nas congregações batistas é reiterada sistematicamente. A atuação do *segmento do silêncio* performatiza o *efatá*, a cura simbólica da surdez, já que *surdos* miraculosamente dançam e cantam com as mãos ritmados com os *ouvintes*. Tudo se passa como se, de fato, eles ouvissem

A expressão mais geral e sistematizada dessa performance pública é o *coral de mãos*. As pessoas que geralmente ocupam a posição de *surdos* se posicionam como em um coral no palco e cantam em língua de sinais utilizando luvas brancas, em consonância com a música que é tocada, como se ouvissem. O intérprete torna-se o regente do coral, ritmando as mãos dos membros do ministério com surdos com a música que apenas os *ouvintes* apreendem¹¹³.

Outras performances semelhantes parecem reproduzir a concepção fundamental de *fazer o surdo ser tal como o ouvinte*. De maneira praticamente despercebida pela congregação e durante a interpretação de uma música, duas pessoas, que geralmente ocupam a posição de *surdo* e de intérprete, trocam literalmente de lugar. O intérprete desce do palco e senta entre os membros do ministério com surdos, imergindo como um *surdo* entre *surdos*,

¹¹³ A performance de *coral de mãos* está plenamente incorporada por escolas, universidades e agências concessionárias de serviço público, consistindo, em grande medida, performances de formatura de cursos de língua de sinais, não raro, ministrados por pessoas de trajetória religiosa. O pastor Arriens, entre outros protestantes, teve um papel fundamental em sua disseminação. Atualmente também está presente na Igreja Católica.

e, inversamente, o *surdo* sobe no palco e ocupa a posição de *intérprete*. O *surdo-intérprete*, no palco, *interpreta* para *libras* e dança a música que está sendo tocada/cantada pela congregação e, como de praxe, os membros desse ministério copiam a sinalização/dança do louvor. Tudo se passa como se a pessoa que geralmente ocupa a posição de *surdo* presente no palco como intérprete, de fato, fosse capaz de ouvir a música. Contudo, a *fictio* é possível, pois o *intérprete-ouvinte*, nesse momento ocupando a posição de *surdo*, dá as devidas coordenadas ao *intérprete-surdo*, que, no ritual, age como se fosse um *ouvinte*.

Além disso, teatros, ou mesmo apresentações dançantes, criam a ilusão de que *surdos* estão ouvindo, ocupando a posição de *ouvintes*, pois dançam, sapateiam, sinalizam, contracenam, entram e saem de cena, sempre ritmados com a música que está sendo tocada. Contudo, isso também é possível, pois *intérpretes* estão estrategicamente posicionados na platéia, ou no fundo do templo, dando as devidas marcações de maneira quase imperceptível para os demais membros da congregação. Ademais, em certos casos, outro intérprete opera o som, muitas vezes adequando o som à performance corporal dos apresentadores, criando na platéia a impressão de que é o inverso que se passa.

Os louvores têm centralidade nas práticas batistas. Paradoxalmente, esse *ministério do silêncio* acaba por ter uma relação intensa com a música. É necessário considerar que, não raro, líderes de ministérios com surdos têm alguma formação musical, o que inspira essa relação de justaposição entre ministérios com surdos e ministério de louvor. É mesmo comum que, em muitos ensaios, intérpretes marquem as coreografias das performances de *surdos* utilizando partituras, de modo que, em uma operação milimétrica, definem-se movimentos corporais plenamente ajustados às partes de músicas.

Assim, a musicalidade transformada em visualidade constitui o cerne da disciplina sobre os corpos dos membros desse ministério, bem como constitui o momento mais performático em que a cura da surdez está simbolicamente operada. Essas apresentações musicais levam ao extremo a equalização entre língua oral e língua de sinais, fazendo com que seja possível a existência de musicalidade em uma língua silenciosa. Além disso, é a música o local de encontro entre *surdos* e *ouvintes* nas congregações batistas, momento de intensa comunicação simbólica, já que todos estão ritmados igualmente: *surdos* dançam e cantam como se *ouvissem*.

2.6. Escola bíblica dominical e a particularidade lingüística

Tal como é comum aos segmentos das congregações batistas, o ministério com surdos reúne-se antes ou depois dos cultos dominicais para a realização da escola bíblica dominical (EBD). Além disso, seus membros geralmente se encontram também em outro dia da semana, não somente para o estudo bíblico, mas para uma série de outras atividades complementares, entre elas, o treino da prática de interpretação, organização de eventos e acampamentos, ensaio das apresentações dançantes dos *surdos* e, até mesmo, momentos de sociabilidade, como festas e jogos de futebol.

Nos estudos bíblicos da EBD e desses encontros semanais, há uma performance da leitura da *Bíblia* que se repete em inúmeras congregações batistas. Primeiramente, recomenda-se uma leitura individual do texto, cada indivíduo com a sua *Bíblia*. Em seguida, o coordenador do estudo lê o texto, muitas vezes utilizando um projetor de texto. Em sua leitura pública, ele sinaliza palavra por palavra, expressando-se na sintaxe linear do português, o denominado *português sinalizado*. Esse é um momento muito específico, quando surgem muitas palavras em português, cujo significado os membros do ministério não sabem. Nesse caso, geralmente eles tiram suas dúvidas sobre o significado de tais palavras recorrendo aos *ouvintes* presentes. É precisamente nessa relação de estudo bíblico sistemático que emergem as especificidades lingüísticas das pessoas que ocupam a posição de *surdos* nesse ministério. É muito comum que palavras vistas como cotidianas, banais, sejam desconhecidas por elas, o que geralmente se explica pela barreira física que a surdez implica para o *input* lingüístico.

Após essa leitura, na qual o coordenador procura estabelecer correspondência entre todas as palavras do texto e sinais e também solucionar dúvidas dos membros presentes sobre os significados das palavras, parte-se então para a explicação propriamente dita da passagem bíblica. A partir de então, a explicação, em sua expressão lingüística, pode se descolar do texto escrito, embora o sentido teológico deva ser preservado, evidentemente. Com efeito, para a garantia do entendimento, é comum que se recorra a teatros, realizando-se encenações improvisadas com membros que já estudaram tais passagens bíblicas e as compreenderam. Narrativas individuais e comparações entre o que é tido como o tempo bíblico e o mundo contemporâneo também são agenciadas para auxiliar o entendimento.

Esse costuma ser um momento de bastante liberdade para participações performáticas em língua de sinais, teatros e mímicas.

É precisamente nesse contexto que se percebe hierarquias entre os membros do ministério, de modo que é necessário fazer algumas considerações sobre o processo de diferenciação dos *surdos* no ministério. Ocupa a posição de coordenador do estudo bíblico e também, em certos casos, líder-surdo do ministério – exercendo uma co-liderança com um líder-ouvinte intérprete – o *surdo* que pode desempenhar plenamente a posição de mediação entre os textos bíblicos e o grupo de *surdos* do ministério. Ou seja, para ser líder torna-se necessário ler bem o português da *Bíblia* – assim como ter um entendimento de acordo com os cânones da instituição – e também ser capaz de transmitir com clareza esse conhecimento para que outros *surdos* compreendam a verdade da *Bíblia*, tornado-se ele, tal como o intérprete, um missionário com surdos, ou seja, um discípulo e também um discipulador.

A habilidade de leitura em português dos membros do ministério com surdos também é um problema para essa atividade missionária. Sendo um princípio batista fundamental o contato individual com as escrituras, *surdos* que não sabem ler precisam ser alfabetizados, de modo que intérpretes também podem complementar essa educação¹¹⁴.

Assim, o que é apreendido nessa atividade missionária como a especificidade lingüística de *surdo* torna-se objeto de reflexão lingüística por essa instituição. De certo modo, naturaliza-se a concepção de que *surdos* utilizam o português de modo específico, e por conta disso, a Junta das Missões Nacionais passou a produzir materiais com um português simplificado, muitas vezes sendo a glosa do que é entendido como *libras*, para garantir o entendimento dos estudos bíblicos¹¹⁵. Tal concepção de uma singularidade lingüística intrínseca ao sujeito surdo está posta na legislação que reconhece a *libras*.

¹¹⁴ De acordo com Camargo (1973:139), historicamente, o analfabetismo brasileiro já tinha sido um problema para as igrejas protestantes (presbiteriana, metodista e batista), o que exigiu a implementação de colégios para saná-lo e a associação de evangelização a ensino.

¹¹⁵ Como exemplo de glosa da *libras* para o português utilizado em materiais de evangelismo: “Deus faz você mudar vida. Você quer mudar vida, aceita Deus no coração de verdade agora” (Manhães *et al*, 2005: 10).

2.7. Considerações finais

O objetivo central deste capítulo foi demonstrar as estreitas relações entre a atividade missionária protestante com *surdos* e o engendramento da surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística. O caminho percorrido procurou explicar as razões pelas quais atualmente há uma disciplina nos rituais das congregações batistas, na qual *surdos* são afirmados e performatizado como um *povo* com *língua*, *cultura* e *história* particulares, o que está em plena continuidade com a surdez que ganhou normatividade jurídica.

A análise iniciou-se pela publicação *Linguagem de Sinais do Brasil*, livro produzido pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil, juntamente com educadores católicos, no início dos anos 1980. Como foi demonstrado, nessa publicação emergiu um projeto crítico ao *oralismo* em uma linguagem religiosa, científica e pedagógica, além de se afirmar o estatuto de língua do que, então, chamaram de *Linguagem de Sinais do Brasil*. Tal língua foi referida como a herança cultural das *comunidades de surdo*, entendidas como uma rede de escolas, paróquias e associações. Além disso, essa instituição tornou-se um pólo importante de irradiação da *comunicação total* para o Brasil, política pedagógica que se vale de todos os meios de comunicação para a instrução, inclusive língua de sinais, a qual superou o *oralismo*. É desse meio que emergem intelectuais com notável notoriedade na questão, bem como um intérprete fundamental no processo histórico em análise, o pastor e pedagogo Ricardo Sander.

Na sequência, partiu-se para a análise da atividade missionária com surdos das congregações batistas vinculadas à Convenção Batista Brasileira. Foram consideradas as duas edições de *O clamor do silêncio* produzidas pela Junta das Missões Nacionais, de 1991 e 2002, com a intenção de demonstrar como, nessa instituição, pela incorporação de trabalhos científicos, ocorreu uma alteração de seu projeto missionário da *comunicação total* para o *bilingüismo*. Como foi demonstrado, o maior impacto, certamente, foi o modo como se alterou a performance da interpretação, que passou a se pautar por um manejo dos sinais distanciados do português expresso pela articulação. Além disso, as oficinas de Arriens foram também objeto de análise para demonstrar como essa atividade missionária tem se disseminado no meio religioso cristão como um todo – entre protestantes históricos,

pentecostais, neopentecostais e Igreja Católica –, ao mesmo tempo em que é um amálgama discursivo entre publicações científicas sobre surdez/língua de sinais, teorias do teatro e um projeto missiológico culturalista, produzindo na prática *os surdos* como um *povo não alcançado*, com *língua*, *cultura* e *história*. Ainda com referência a essa instituição, foi explicitado como a lógica da missão transcultural presente nessa atividade faz com que seus rituais performatem e afirmem de maneira reiterada e sistemática, em uma disciplina geradora, descontinuidades entre *surdos* e *ouvintes*, fazendo com que estes se diferenciem, em termos nativos, pela *língua* e *cultura*.

No capítulo seguinte, será considerada outra instituição religiosa que também desenvolveu uma atividade missionária em rigorosa consonância com a concepção de surdez afirmada e performatizada como particularidade lingüística, as Testemunhas de Jeová. Contudo, diferentemente de batistas, suas práticas rituais não marcam a surdez em termos de *cultura*, como será demonstrado.

3. A universalidade do Governo do Reino de Deus e a particularidade das línguas: as congregações em língua de sinais das Testemunhas de Jeová

Como foi desenvolvido no capítulo anterior, projetos missionários de congregações protestantes afirmam e performatizam a surdez como particularidade étnico-lingüística. Dando continuidade a esta análise, neste capítulo toma-se por objeto outra instituição que, de modo semelhante às denominações protestantes, afirma a surdez como particularidade lingüística em suas práticas evangelísticas: as Testemunhas de Jeová¹¹⁶.

Identificou-se que entre as pessoas que atuam profissionalmente como intérpretes ou como professores de língua de sinais, além de muitas possuírem trajetória religiosa protestante, é comum que outras tantas possuam trajetória religiosa de testemunhas de Jeová, de modo que essa instituição também se configura como fundamental para a problemática analisada: o engendramento da surdez como particularidade lingüística.

Algumas especificidades dessa instituição no que se refere à surdez precisam ser consideradas de antemão. Como foi demonstrado, protestantes realizam a inserção de *surdos* em seus cultos preferencialmente investindo na performance da interpretação, de modo que o missionário com surdos batista é, em grande medida, a pessoa que ocupa a posição de intérprete. Apesar de testemunhas de Jeová conceberem, tal como protestantes, que *surdos* (ou *deficientes auditivos*, como algumas vezes utilizam) precisam ser evangelizados pela *língua de sinais*, elas, de outro modo, preferencialmente não utilizam intérpretes em suas reuniões. A presença da performance do intérprete e a disciplina que ela implica até podem ocorrer eventualmente e, de acordo com relatos, até muito recentemente ocorriam com bastante frequência. Contudo, no processo de evangelização de *surdos* nas congregações das Testemunhas de Jeová, a prática da interpretação é substituída por outra prática mais

¹¹⁶ Quando a expressão “Testemunhas de Jeová” for grafada com a primeira letra maiúscula, ela faz referência à instituição religiosa. Quando for grafada com a primeira letra minúscula, refere-se aos membros da instituição.

apropriada ao modo como essa instituição operacionaliza a universalização do cristianismo em todo globo terrestre, a saber, a fundação de novas congregações.

No que se refere à surdez, a partir das congregações dessa instituição são fundadas outras congregações específicas em língua de sinais, ou seja, congregações em que todos os membros utilizam essa língua em seus rituais, independente de ouvirem ou não e da posição que ocupam na hierarquia da instituição. De acordo com dados da instituição (de agosto de 2009), ao todo somam 310 congregações desse tipo em todo o Brasil. Para o desenho dessa atividade evangelística específica relativa à surdez, foi fundamental a produção de suas principais publicações em vídeos em língua de sinais, pois estas ocupam centralidade em suas práticas.

O objetivo deste capítulo é compreender como as Testemunhas de Jeová produziram uma atividade de evangelização específica vinculada à surdez. Tal como em outras instituições religiosas cristãs, a surdez constitui um impeditivo a ser superado para a plena universalização do cristianismo. Assim, na primeira parte deste capítulo, será explicitado um quadro de suas teologia e práticas para a compreensão de algumas das condições sociais que permitiram a emergência de tal atividade. Na segunda parte, argumenta-se como as práticas dessa instituição desenha uma separação sistemática entre os seus membros, filhos escolhidos de Jeová, e as criaturas do *mundo*. Isso se dá, entre outras maneiras, pelo modo como desenharam uma estética de ordem e pureza. Na terceira parte, serão analisadas as congregações em língua de sinais, demonstrando como essa instituição engendrou um contexto bilíngüe, no qual língua de sinais e oral são equivalentes do ponto de vista lingüístico e sociológico. Na quarta parte, é analisado brevemente o dicionário da instituição, *Linguagem de Sinais*, de 1992, reeditado em 2008, quando passou a se chamar *Língua de Sinais*. Por fim, na quinta parte, será explicitado como essa instituição, em seus rituais, não marca diferenças entre *surdos* e *ouvintes*, de modo que, diferentemente de batistas, a marcação sistemática de diferença étnica, para além de lingüística, não está presente em suas práticas. Não há em tal instituição uma apropriação múltipla da expressão *effata*, tal como na Igreja Católica e congregações protestantes, tão pouco a formulação de um discurso culturalista aplicado à surdez.

Antes de prosseguir para análise das práticas das testemunhas de Jeová, um dado precisa ser considerado. A pesquisa de campo a partir da qual a reflexão foi efetuada deu-se

sobretudo em congregações em língua de sinais. Como tudo o que se passa em tal ambiente está em língua de sinais, rigorosamente nesse local não está em questão a definição das categorias legítimas, em língua portuguesa, para nomear o *grupo* e a *língua*, objeto desta análise. Apesar disso, a partir das interações efetuadas com os membros de tal instituição, bem como a análise de suas publicações, é possível afirmar que há um movimento que, progressivamente, substitui o termo *deficiente auditivo* por *surdo*, bem como *linguagem de sinais* por *língua de sinais* e, em menor grau, por *libras*. Na análise que segue, será utilizado o termo *língua de sinais*, por ser o mais comum atualmente nessa instituição.

3.1. A teologia milenarista das Testemunhas de Jeová: distinguindo-se das demais igrejas cristãs

Essa instituição¹¹⁷ surgiu em 1872, na Pensilvânia (EUA), no contexto do avivamento religioso norte-americano. Foi fundada por Charles Taze Russel (1853-1916). Russel realizou, juntamente com um grupo de estudantes da *Bíblia*, uma nova tradução e interpretação da *Bíblia*, visando restaurar o verdadeiro cristianismo. Ao longo de sua história, a instituição já adotou diversos nomes, como exemplo, Estudantes da Bíblia, Estudantes Internacionais da Bíblia, Sociedade Torre de Vigia de Sião, Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, sendo hoje oficialmente a Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, embora comumente autodenomine-se e seja também conhecida como Testemunhas de Jeová. A trajetória religiosa de seu fundador, Russel, um presbiteriano convertido ao adventismo, revela algumas das características da instituição, já que ela combina uma ascese de inspiração puritana com um sectarismo talvez mais marcado que o da Igreja Adventista.

De um ponto de vista teológico e ritual, é possível perceber algumas semelhanças entre práticas protestantes e de testemunhas de Jeová, a saber, a valoração do contato individual com as escrituras, o salvacionismo, o proselitismo conversionista, a clareza entre ser ou não convertido, a bibliocracia, o anti-catolicismo, a crítica a qualquer ritual

¹¹⁷ São poucas as pesquisas em ciências sociais da religião sobre essa instituição religiosa. Os dados apresentados neste capítulo estão pautados sobretudo pela análise de suas publicações (TJ 1992, 1996, 2001, 2010) e pesquisas de campo nas congregações. Alguns dados também foram retirados de Faillace (1990).

sacramental-mágico, a adesão individual voluntária à congregação por parte de adultos batizados e regenerados, entre outros elementos que revelam com clareza a sua herança de origem reformada. Apesar disso, esses elementos jamais implicam a sua indicialização à categoria protestante. Tanto na classificação de cientistas sociais da religião, como nas estatísticas do IBGE, essa instituição ocupa a posição de *outras instituições religiosas cristãs*¹¹⁸.

Não raro, no interior do campo religioso cristão, as Testemunhas de Jeová recebem a acusação de *seita*. Como não faz parte de sua teologia a afirmação da unidade da trindade, crença partilhada por protestantes e católicos, é comum que estes últimos afirmem que essa não é uma instituição cristã. Muitas vezes, a acusação de *seita* extrapola o meio institucional religioso. Como exemplo, Giumbelli (2002) demonstra como na França, após determinadas batalhas judiciais, tal instituição recebeu a classificação de *seita*, e não de religião, tendo a acusação afirmado que as Testemunhas de Jeová ludibriam consciências individuais por meio de suas publicações, atentando contra a saúde de seus membros, por proibirem a transfusão de sangue, além de fomentarem posicionamento anticívico prejudicial à unidade da nação.

A acusação por parte de terceiros de que essa instituição é uma *seita* está pautada em grande medida na imensa especificidade teológica e prática das Testemunhas de Jeová, que se posicionam de modo bastante sectário em relação a outras instituições religiosas. É constitutivo de sua dissonância em relação a outras igrejas cristãs a especificidade de seu léxico para fazer referência a temas e questões religiosas. Seus membros referem-se a Deus pelo que afirmam ser o Seu verdadeiro nome, a saber, *Jeová*, além de, preferencialmente, não utilizarem a categoria *igreja*, nem como categoria geral para referir-se à instituição, nem para a unidade local que a congregação representa. Para o primeiro caso, utilizam a categoria *instituição religiosa*, para o segundo referem-se ao *salão do Reino* ou simplesmente *salão*. De modo semelhante, denominam os seus encontros semanais de *reuniões* e seus membros possuem uma identidade religiosa bem marcada, afirmando serem *testemunhas de Jeová*. Entre outras especificidades que delimitam as suas fronteiras com outras igrejas cristãs, não

¹¹⁸ No IBGE 2000 ela é classificada no grupo de Neocristãos, juntamente com a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons) e Legião da Boa Vontade. As Testemunhas de Jeová somam ao todo 1.104.879 adeptos (Jacob *et al*, 2003).

afirmam que Cristo foi crucificado, mas que foi morto e preso em uma estaca de tortura, com as mãos unidas.

Há uma hierarquia bastante valorizada conformando a totalidade da instituição, abarcando tanto seres sagrados como pessoas no plano terreno, de modo que todos ocupam posições bem demarcadas. Essa hierarquia vai desde *Jeová*, que ocupa a primeira posição, passando por *Jesus* ocupante da segunda, até a última, ocupada por *estudantes*, pessoas que estão sendo iniciadas nas doutrinas da instituição. A posição superior da hierarquia da instituição, ocupada por pessoas do plano terreno, denomina-se *corpo governante*. Ela é formada por homens *ungidos*, isto é, escolhidos por Deus, que fazem parte dos 144 mil que terão vida celestial após a morte, de acordo com a teologia da instituição. A posição superior no interior de cada congregação é a de *ancião*. Além disso, todos os membros devem completa obediência à hierarquia da instituição e as designações para a ocupação das posições provêm de superiores¹¹⁹.

É necessário considerar também o milenarismo dessa instituição. Tal como em outras teologias cristãs, o mundo é visto como um local de constante degradação, tendo a queda sido iniciada com o pecado original e a expulsão de Adão e Eva do paraíso. Para as testemunhas de Jeová, essa degradação somente cessará com o retorno de Cristo em espírito. É quando se iniciará o *Armagedom*, que colocará fim a esse *sistema de coisas*, que não implica o fim do plano terrestre, mas a sua regeneração. Uma *grande multidão*, compostas pelas *outras ovelhas* de Jeová, será salva, formada por *justos* (conhecedores da verdade e que nela vivem) e *injustos* (pessoas que desconhecem a verdade, mas que serão salvas pela misericórdia de Jeová), que construirão, juntamente com Cristo e por meio do trabalho, o *paraíso* ao longo de mil anos. Os *iníquos*¹²⁰ serão eliminados eternamente. A partir de então, começará o *governo milenar de Cristo*, quando *Satanás* permanecerá encarcerado. Além disso, nesse período, o que denominam um *pequeno rebanho* composto por 144 mil *ungidos* (salvos escolhidos por Deus) subirá ao *céu*, para governar o paraíso terrestre com Cristo. Passados esses mil anos, ao final do qual estará consolidado o *paraíso*, Cristo entregará

¹¹⁹ De acordo com Almeida (2010) a hierarquia da instituição segue a seguinte ordem: Jeová, Jesus, Anjos, Demais criaturas espirituais, *Corpo governante*, Demais ungidos ou Escravo Fiel e Discreto, Superintendente de Distrito, Superintendente de Circuito, Ancião, Betelitas, Servos Ministeriais, Pioneiros Especiais (missionários), Pioneiros Regulares, Pioneiros Auxiliares, Publicadores Batizados, Publicadores Não-batizados e, por fim, Estudantes. Em muitas dessas posições, é possível ainda haver hierarquias específicas e especializações diversas.

¹²⁰ Os *iníquos* são aqueles que pecaram deliberada e conscientemente e não se arrependeram de seus pecados

novamente a Terra para Jeová. A partir de então, os bons viverão para sempre e os maus estarão mortos para sempre. Não haverá mais doenças, miséria, guerras, velhice, morte, deficiências, nação e nem governos humanos, os sinais que evidenciam a natureza pecaminosa dos descendentes de Adão e Eva estarão eternamente eliminados.

É necessário considerar que a teologia das Testemunhas de Jeová combina a teoria da predestinação calvinista com a teoria da salvação arminiana¹²¹. Como para essa instituição o fim desse *sistema de coisas* está muito próximo, há uma grande urgência em fazer com que mais indivíduos conheçam a *verdade* para que possam se arrepender de seus pecados, sendo essa a condição da salvação. Assim, cabe a todas as testemunhas de Jeová proclamarem as boas novas, impulsionando a pregação metódica de casa em casa e a fundação de congregações no mundo todo¹²².

É central nessa instituição a leitura, o estudo sistemático individual, a discussão pública na congregação – estruturada em perguntas e respostas – e a divulgação de suas publicações. Entre estas, destaca-se *A Sentinela – Anunciando o Reino de Jeová*, publicada desde 1879 e que seus membros afirmam ser o maior periódico religioso do mundo, possuindo uma tiragem quinzenal de 28 milhões de cópias (em alguns países sua edição é mensal), sendo traduzida para 180 idiomas e distribuída em 236 países¹²³. Ademais, possuem uma tradução específica da *Bíblia*, além de diversos livros, revistas e vídeos doutrinários produzidos pelo *corpo governante*, os quais são tidos como os provedores espirituais da instituição. Todos esses materiais são traduzidos para diversos idiomas.

As testemunhas de Jeová realizam estudos bíblicos guiados por temas de suas publicações. Entre estas, o periódico *A Sentinela* é de um didatismo ímpar. Seus artigos são acompanhados de uma lista de questões a serem respondidas, funcionando como um guia de leitura. Para facilitar o entendimento do texto, cada parágrafo traz em seu começo o número da questão relacionada a ser respondida.

Como as publicações da instituição constituem o meio por excelência de homogeneização e controle mundial da prática de seus membros e, também, como todas são produzidas em inglês pelo *corpo governante*, a tradução lingüística de seus materiais ocupa

¹²¹ No protestantismo a teoria da predestinação opõe-se a teoria da salvação arminiana. No primeiro caso, a salvação ocorre por vontade divina, no segundo, ela ocorre pela consciência de culpa e um ato voluntário de aceitação do perdão divino (Mendonça & Velasques, 1990).

¹²² A Testemunhas de Jeová possui 105.298 congregações em 236 países (TJ, 2010).

¹²³ *Anuário das Testemunhas de Jeová* de 2009 (TJ, 2010).

papel central em seu projeto de universalização do cristianismo, pois elas devem chegar igualmente aos 236 países onde estão presentes.

Suas publicações são produzidas em locais que centralizam a administração e a coordenação da instituição que ganham o nome de *Lar de Betel*¹²⁴. O Lar de Betel de Nova York é a sede mundial da instituição, de onde provêm todas as publicações e normas da instituição, bem como local em que reside o *corpo governante*. Alguns outros países podem centralizar a reprodução de suas publicações, como é o caso do Brasil. O Lar de Betel no Brasil está localizado em Cesário Lange-SP, onde se traduz suas publicações do inglês para outras línguas, como o português, e deste para a *língua de sinais*.

O que motiva a prática da evangelização é a crença de que o verdadeiro cristão deve dar o seu testemunho e anunciar as boas novas, para que outros possam ser igualmente salvos para a vida eterna no paraíso. Muitos de seus membros dedicam-se ao trabalho de evangelização de casa em casa, práticas estas que as fazem conhecidas mundialmente. Geralmente cada congregação possui um mapa de sua localidade, em um quadro de vidro preso à parede do *salão*, esquadrinhado por bairros, vilas, ruas, partes de rua, casas, para que grupos determinados realizem a evangelização de casa em casa maneira absolutamente organizada.

A instituição religiosa Testemunhas de Jeová possui um modo de organizar as suas congregações bastante particular que precisa ser considerada. Dada a centralidade que a evangelização de casa em casa possui nessa instituição, visando garantir a plena eficiência dessa prática, quando uma congregação aumenta de maneira significativa o seu número de membros, ela passa por uma divisão, surgindo dela outra congregação. Essa divisão se processa de acordo com o mapa territorial em que o evangelismo é realizado. Como exemplo, se a congregação do bairro X, reúne membros da vila Z e da vila Y, com o crescimento, ela se divide em duas congregações que recebem o nome das respectivas vilas. Em decorrência da divisão fundadora, horários diferentes garantem que o mesmo espaço seja partilhado para assistências, anciãos, hierarquias e caixas independentes, que constituem as respectivas congregações, cujos territórios para o evangelismo passam a ser devidamente demarcados em mapas diferentes. Essa prática é tão constitutiva do modo como essa

¹²⁴ Expressão originária do hebraico *Behth- 'Él* que significa a *casa de Deus*.

instituição amplia o seu modo de evangelização, que foi identificado casos de *salões do Reino* com até cinco congregações.

Há ainda outros elementos bem marcados que caracterizam as Testemunhas de Jeová. Seus membros são mundialmente referidos por sua posição contrária à utilização de sangue nos alimentos e na medicina, sendo contrários à transfusão de sangue e ao consumo de animais que não foram devidamente sangrados. Para seus membros, a vida está no sangue, sendo este, portanto, sagrado. O consumo do sangue é visto como uma violação das leis de Deus.

Além disso, seus membros são contrários à valorização de organizações políticas mundanas. Como exemplo, não cantam hino nacional, não juram bandeira, não prestam serviço militar e não votam. Como Jeová é apenas um e somente um o seu *povo*, acham incorreto a divisão entre nações, pois elas devem obediência somente ao *governo universal do Reino de Deus*. Não se representam politicamente, não participam de movimentos sociais e nem se envolvem em controvérsias sociais, pois acreditam que estas somente serão solucionadas com a segunda volta de Cristo e o seu reinado milenar, quando a paz e harmonia serão instituídas eternamente.

Outras marcações que distinguem as testemunhas de Jeová das pessoas do *mundo* estão ligadas às celebrações. Os membros dessa instituição não comemoram aniversários, páscoa, natal e festejos juninos. A única data que celebram anualmente é a *Comemoração da morte de Cristo* ou *Refeição noturna do Senhor*, quando realizam a comunhão. Nesta ocasião, apenas os que professam ser *ungidos* podem beber o vinho e comer o pão, que representam o corpo e o sangue de Cristo¹²⁵.

3.2. Estética da eleição: ordem e pureza

O projeto universalizador do cristianismo das Testemunhas de Jeová implica em grande medida uma constante e reiterada separação do *mundo*, que é visto como impuro. Essa separação é performatizada, em grande medida, em uma valoração estética específica expressando-se de diversas maneiras na conduta de seus membros e nas próprias unidades

¹²⁵ Tal celebração ocorre de acordo com o calendário judaico, no dia *14 de nissã*.

da instituição que, em verdade, devem espelhar a própria pureza e santidade tidas como de Jeová.

A expressão da pureza em todos os sentidos é um valor explícito da instituição. Seus ensinamentos pregam, como está expresso na publicação *O que Deus requer de nós* (TJ, 1996), que, além da pureza mental, espiritual e moral, seus membros devem purificar-se fisicamente por meio da higiene e de um metódico cuidado de si. Recomendam aos membros de maneira explícita que lavem as mãos após usar o sanitário e antes de preparar os alimentos, bem como incentivam a conservação de corpos e roupas limpas. Além disso, as próprias residências de seus membros devem ser limpas e apresentáveis, destacando-se na comunidade.

Essa valorização estética que leva a uma aparência asseada de seus membros pode ser percebida no modo como os membros costumam vestir-se para as reuniões no *salão*. Geralmente os homens vestem-se de social completo, isto é, terno, gravata e sapato¹²⁶. As mulheres vão trajadas de vestido ou *taller*, geralmente calçando um sapato de salto baixo. Costumam vir com uma maquiagem leve, bem penteadas, usando adornos (brincos, colares e pulseira) e bolsas. Algumas usam inclusive chapéus. Elas podem usar calças compridas em seus cotidianos, mas jamais no *salão do Reino* e na condução de assuntos religiosos. Assim, os membros se vestem de modo específico para ir ao *salão* e para realizar as atividades de evangelização.

Essa estética das testemunhas de Jeová no cuidado com a higiene, vestimentas organização de ambientes domésticos também é visível nas fotos de membros que ilustram as suas publicações. Estas demonstram as testemunhas de Jeová em seus estudos domésticos, reuniões e visitas evangelizadoras de casa em casa sempre bem vestidas, arrumadas, com um semblante alegre e sereno, em ambientes limpos e organizados.

Além disso, o próprio *salão do Reino* performatiza em grande medida uma estética da escolha divina, em que a limpeza e a ordem são estruturantes. O local em que fica o púlpito geralmente é acarpetado, compostos por móveis bem conservados e sofás confortáveis de cores bem destacadas (azul, vermelho, entre outras). Os assentos para a assembléia geralmente são almofadados e também confortáveis e conservados. Pode haver

¹²⁶ A valoração do uso de vestimentas sociais está expressa inclusive no sinal em *língua de sinais* para *ancião*, que é o mesmo sinal que *gravata* (TJ, 1992:311)

pinturas bem realistas, quase fotografias, representando o passado bíblico, decorando o fundo do palco. A conservação da pintura das paredes costuma ser impecável, bem como a limpeza dos pisos. Quando possível, na porta de entrada de cada *salão do Reino*, há um jardim metodicamente cuidado.

A sua sede, o Lar de Betel, é a expressão máxima desse cuidado extremo com a ordem. É constituído por uma grande área externa comum, composta por um extenso gramado impecavelmente aparado, assim como árvores e arbustos metodicamente modelados de maneira uniforme. As ruas internas são limpas e circundadas com cercas de madeira pintadas de branco. Há placas sinalizando os caminhos que levam às partes que compõem o local.

Além disso, a arquitetura do próprio prédio inspira a ordem e a obediência. A construção é bastante ampla – já que mil pessoas, os *betelitas*, residem nela – e circunda o pátio principal (um amplo gramado). As janelas são grandes, quadradas e uniformes, lembrando uma rigorosa arquitetura militar. A organização e limpeza nesse caso também são impecáveis. As cores que decoram os ambientes internos são tons escuros e pastéis e objetos decorativos são utilizados, mas o mínimo necessário. Assim, todo o ambiente também está “vestido de social”.

Os locais em que realizam assembléias e congressos expressam também um grande zelo pela ordem e limpeza. Nesses encontros, no caso de congregações em língua de sinais, geralmente são exibidas em um telão fotos de refeitórios e de portas de banheiros tiradas em eventos semelhantes de anos anteriores para demonstrar o quanto houve higiene e organização naquela ocasião, o que deveria repetir-se neste evento. É comum que os membros narrem com orgulho que, quando realizavam encontros em estádios de futebol, reunindo dezenas de milhares de pessoas, as testemunhas de Jeová entregavam o estádio completamente limpo.

Essa ordem metódica também se expressa pelo menos em duas outras questões, o modo como se relacionam com o tempo e a língua. A pontualidade é bastante respeitada pelos seus membros: não há atrasos sequer de minutos para começar ou terminar qualquer atividade. No Lar de Betel, *betelitas* realizam atividades coletivas praticamente cronometradas de modo mecânico, seguindo rigorosamente horários estipulados. Nos *salões do Reino*, como geralmente o espaço é dividido com diversas outras congregações, há estrita

observância na duração de cada atividade. O mesmo pode ser dito em relação à atividade de evangelização de casa em casa, já que, de acordo com a posição na hierarquia da instituição, há determinada quantidade de horas a ser cumprida.

Essa estética de ser testemunha de Jeová também se expressa no modo como concebem a língua de seus membros. Eles devem ter uma conversa pura, pautada pela verdade: não contam piadas tidas como obscenas nem histórias impuras. Além disso, em suas reuniões praticam sistematicamente a oratória para a realização de pregações e discurso público por meio da publicação *Beneficie-se da Escola do Ministério Teocrático* (TJ, 2001), que sistematiza esse treinamento.

De acordo com a teologia das Testemunhas de Jeová, os seus membros precisam destacar-se por sua ordem e pureza para além do ambiente propriamente religioso. No trabalho, elas devem destacar-se pela honestidade, pontualidade, obediência, retidão de caráter e excelência no profissionalismo. Cada membro deve espelhar em si a sua condição de ser testemunha de Jeová. É menos pelo que dizem e mais pelo que fazem que devem dar o exemplo de sua condição de *escolhidos* e, desse modo, levar a todos a verdade do *reino de Deus*.

3.3. A congregação em língua de sinais

De acordo com relatos de informantes, os trabalhos de congregação e evangelização voltados para a surdez iniciaram-se no início dos anos 1980 na cidade de Niterói - RJ¹²⁷. Tal como se deu com luteranos e batistas, a influência de práticas advindas dos Estados Unidos foi constitutiva dessa atividade específica. A primeira congregação em linguagem de sinais foi fundada em 1982 em Niterói - RJ¹²⁸. Em São Paulo, a primeira foi fundada no bairro da Liberdade, em 1987. Apesar de essas congregações terem sido criadas ainda nos anos 1980, de acordo com relatos, a performance da interpretação foi dominante ao longo dos anos 1990, tendo a prática de formação de congregações em língua de sinais se fortalecido sobretudo no século XXI.

¹²⁷ Como já foi afirmado, é importante ressaltar a centralidade do Rio de Janeiro para a surdez.

¹²⁸ Essa era a categoria utilizada *linguagem de sinais*.

De maneira semelhante a protestantes, no início desse processo, em algumas congregações o intérprete não se posicionava sobre o palco em que fica o preletor. Ele interpretava no meio do *salão*, em um dos corredores que cortam o *salão* paralelamente ao palco, de modo que as pessoas que se sentavam do meio para frente, sequer viam o intérprete durante a reunião. Os membros que precisavam da interpretação sentavam-se nas cadeiras que ocupavam as fileiras a partir do meio até o final do *salão*. Em algumas congregações o intérprete ficava na frente do palco, mas no nível das cadeiras, jamais no palco. De acordo com relatos, alguns membros sugeriam que *surdos* deveriam ficar em outra sala, de modo que o intérprete não atrapalhasse a reunião. Contudo, como as práticas dessa instituição são altamente padronizadas, a questão controversa do posicionamento do intérprete foi resolvida por uma determinação de Betel, definindo que o intérprete deveria ficar no palco, do lado esquerdo, de maneira que *surdos* pudessem ver tanto o preletor quanto o intérprete¹²⁹.

Atualmente, esse não é o modo predominante de inserção de *surdos* em suas congregações. Em caráter temporário, é comum que a congregação que esteja iniciando a sua atividade de evangelização em *língua de sinais* possua intérpretes de língua de sinais. Contudo, na medida em que ela obtém um número razoável de pessoas fluentes nessa língua, a performance da interpretação é superada. A intenção é possibilitar que o veículo fundamental de comunicação na congregação seja a *língua de sinais* e que seus membros possam ocupar-se unicamente do evangelismo de casa em casa utilizando essa língua.

O modo como esse projeto evangelístico em *língua de sinais* se expande está diretamente vinculado ao modo como essa instituição se dissemina, por meio da lógica da divisão de congregações. A congregação em língua de sinais emerge a partir de outras congregações. Ela é fundada a partir de uma divisão da congregação nos moldes como se realiza quando do aumento da congregação, de modo que surge outra congregação no sentido pleno do termo. Ou seja, anciãos e devidas hierarquias, assim como o caixa e seus

¹²⁹ As diferenças entre congregações batistas e de testemunhas de Jeová com relação ao processo de definição da posição da performance da interpretação são mais de grau do que de substância. Ambas tiveram que combinar, em algum grau, normas da instituição e demanda de membros. Contudo, no caso da denominação batista, esse processo foi negociado em cada congregação local, entre missionário, pastor e demais membros, não tendo uma determinação central que de fato padronizasse a performance da interpretação, como é o caso da Testemunhas de Jeová.

respectivos controles, também são divididos, tornando-se uma nova congregação absolutamente subordinadas ao Lar de Betel.

Como já foi afirmado, essa é uma instituição que tem por centralidade as suas publicações e, por conta disso, traduzem-nas para diversas línguas. Nesse sentido, as línguas de sinais de diferentes países têm sido incluídas em seu projeto global de proclamação do *Reino*. A tradução de seus materiais também se consolidou em um processo. Em 1996 passaram a produzir os *dramas*, filmes bíblicos em que todas as personagens comunicam-se em *língua de sinais*; em 2000 as publicações *Os Cânticos* e a série *O Verdadeiro Conhecimento*; em 2004 o periódico *A Sentinela*.

O ritual das reuniões das congregações em língua de sinais precisa ser considerado, pois constitui um dado fundamental para esta análise. Como todo ritual, as reuniões são absolutamente padronizadas, o que permite uma descrição etnográfica muito próxima de sua realização empírica. Em verdade, as reuniões em *língua de sinais* são exatamente como as de língua oral, apenas utilizam outras tecnologias e, evidentemente, línguas diferentes.

A reunião, em *língua de sinais*, inicia-se com a (1) *saudação* de um ancião. Após isso, o servo ministerial – auxiliar dos anciãos – que opera um aparelho de DVD coloca um vídeo que contém o (2) *cântico espiritual*. Este cântico é transmitido na televisão que ocupa o canto esquerdo do palco e consiste em uma música silenciosa em *língua de sinais*. O tema da música sempre está vinculado ao *discurso público* que será realizado na sequência e é escolhido pelo orador dessa preleção. Toda a assistência, em pé, canta conjuntamente e silenciosamente com as mãos, copiando os sinais desse cântico. Após isso, passa-se para a (3) *oração inicial*, realizada por um ancião.

Inicia-se então a primeira parte da reunião, composta pelo (4) *discurso público*, geralmente realizado por um ancião de outra congregação. Na congregação em língua de sinais, costuma-se utilizar também um *DVD* ou o *data show*. Geralmente, são ensinadas as principais doutrinas e o tom do discurso costuma ser apocalíptico, mostrando os *sinais* de que o fim desse *sistema* está próximo e finalizando com imagens do *paraíso* em que viverão os salvos.

Após o discurso público, é realizado mais um (5) *cântico espiritual*, normalmente vinculado ao (6) *estudo da publicação A Sentinela*. O estudo dessa publicação é iniciado na sequência, constituindo a segunda parte da reunião. Na revista, estão predeterminadas as

datas e os artigos que serão discutidos, de modo que as testemunhas de Jeová de todo o mundo estudam os mesmos textos no mesmo período¹³⁰. Para os membros da congregação em língua de sinais, os textos de *A Sentinela* estão também em vídeos em *língua de sinais*. Como já foi afirmado, os textos dessa publicação possuem perguntas que servem como guia de leitura. Todos os membros costumam vir com as questões estudadas e respondidas, para possibilitar um maior aproveitamento no estudo. Os vídeos da publicação seguem o mesmo padrão do texto escrito, há indicações numeradas no canto superior esquerdo do vídeo de quais questões devem ser respondidas, com o conteúdo que está sendo sinalizado.

Um ancião preside esse estudo e um servo ministerial controla o aparelho de *DVD* dando os necessários *pause* e *play* do vídeo do texto de *A Sentinela*¹³¹ em *língua de sinais*. Inicia-se o estudo com a questão a ser respondida e na sequência é transmitido no vídeo o parágrafo que contém a resposta. Após isso, estando o texto pausado, o ancião que está presidindo o estudo comenta o exposto e recoloca a questão para a assistência. Esse é o momento em que todos os membros participam. Vários, que sabem a resposta, levantam a mão e, desse modo, o ancião decide quem responderá, indicando a outro servo ministerial, que opera uma câmera gravadora, para que ele focalize a pessoa escolhida, de modo que sua resposta seja transmitida na mesma televisão que está sendo transmitindo o texto, para que todos possam vê-la¹³². Para algumas questões, o ancião coleta respostas de mais de um membro. Todos respondem, sem exceção, em *língua de sinais*. Após a resposta, geralmente, o ancião faz algum comentário e volta-se novamente para o texto, até que todas as perguntas estejam respondidas pela assistência e todo o texto compreendido. Após isso, o próprio vídeo propõe uma recapitulação de tudo o que foi discutido, por meio de novas questões a serem respondidas, o que se realiza de maneira mais breve. Sobre essa televisão que transmitiu o artigo sinalizado, as questões e as participações das pessoas, há outra televisão menor virada para o ancião no palco, para que ele também possa ver o que está sendo transmitido para a assistência.

¹³⁰ Por isso a tradução e a reprodução de suas publicações são centrais na organização das Testemunhas de Jeová.

¹³¹ De outro modo, a reunião de congregações ordinárias, isto é, em língua oral, o servo ministerial ou outro membro batizado designado lê os trechos de *A Sentinela* no microfone (Almeida, 2010)

¹³² Na reunião em língua oral, ao invés de focalizar com a câmera a pessoa que irá participar, outro membro leva o microfone até essa pessoa (Almeida, 2010).

Esse aparato tecnológico composto por um aparelho de DVD, uma câmera gravadora e duas televisões, o que exige que pelo menos três pessoas executem tarefas – um preletor que preside, um *câmera man* que focaliza as pessoas para as respostas e um operador de vídeo que executa as operações – permite que todos possam ver o que está sendo sinalizado por quem responde a questão em pauta. Tal aparato tecnológico visa, em grande medida, reproduzir de maneira metódica a disciplina que rege as congregações ordinárias em língua oral¹³³.

Após o estudo de *A Sentinela*, encerra-se com a (7) *oração final* feita por um ancião. Terminada a reunião, todos conversam e trocam experiência no *salão*, sempre em *língua de sinais*, como foi em toda a reunião. Como será desenvolvido um pouco mais adiante, como todos utilizam língua de sinais na congregação durante o ritual da reunião, sequer torna-se uma questão o fato dos presentes possuírem ou não surdez. Em termos gerais, essa é a estrutura da reunião da congregação em língua de sinais das testemunhas de Jeová.

Nas assembléias e congressos anuais que realizam, reunindo diversas congregações em língua de sinais, a performance é bastante semelhante. Aproximadamente mil pessoas reúnem-se em um local apropriado para assistências numerosas. Nesses eventos, realizam batismos, discursos públicos, apresentações de teatro e ocorre o lançamento anual do *drama*. Assim como nas congregações, tudo se passa em *língua de sinais*, de modo que não é possível saber de antemão quem ouve ou não. Mesmo as pessoas que fazem a preleção, não é possível saber se possuem surdez ou não, já que esse não é um dado relevante. Apesar da assistência numerosa, o que impera é o silêncio, apenas quebrado por barulho de crianças.

Embora geralmente a metade da assistência seja *ouvinte*, é bastante notável como não fazem recurso algum à língua oral ou qualquer forma de som no recinto da reunião religiosa. Nos refeitórios essa normatividade é relativizada. Como rigorosamente não há intérpretes, a utilização de sons para comunicar não seria eficaz para grande parcela do público. Desse modo, a ordem e a disciplina vigentes nesses eventos prescindem de qualquer marcação que não seja visual. Como exemplo, nos intervalos que possuem tempo determinado para acabar, o público é avisado de que as atividades vão recomeçar por meio de um cronômetro que

¹³³ Antes do desenvolvimento dessa disciplina, as testemunhas de Jeová utilizavam o que chamavam de *espelho*: um membro ficava no palco copiando os sinais de quem respondia a questão, de modo que todos pudessem ver.

marca o tempo no telão. Sem aviso oral-auditivo de qualquer espécie, no tempo preciso, o público dirige-se e posiciona-se sentado para o começo das atividades.

Outro dado precisa ser considerado com relação às congregações em língua de sinais das Testemunhas de Jeová. Dada a centralidade que a evangelização de casa em casa assume nessa instituição, ela tende a empreender um trabalho específico de mapeamento de residências em que há *surdos*. Nesse ponto, as testemunhas de Jeová aproximam-se do modo como os batistas concebem sua atividade missionária. Diferentemente dos católicos, que historicamente estão mais vinculados à provisão de bens de salvação ofertando os sacramentos às pessoas com surdez nos domínios de suas instituições, notadamente, as escolas especiais, batistas e testemunhas de Jeová empreendem uma busca por *surdos* fora de suas instituições, isto é, no *mundo*. Missionários batistas com surdos concebem a sua atividade como, sobretudo, urbana, sendo a cidade composta por locais estratégicos em que há *surdos*, a saber, escolas, associações, praças de alimentação de *shopping centers*, rodoviárias, praias, pontos de encontros, entre outros lugares específicos de cada cidade. Por meio desses pontos estratégicos da cidade, procuram ampliar em uma rede o contato com esse povo não alcançado.

No caso de testemunhas de Jeová, essa busca por *surdos* é ainda mais metódica, pois realizam o que denominam *rastreamento*. Elas costumam ir a diversas residências, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, secretarias da educação e levantam o máximo de informações sobre a localização de residências em que há *surdos* na região da congregação. Nem sempre se identificam como testemunhas de Jeová, muitas vezes afirmam apenas pertencer a uma instituição que presta auxílio aos *surdos*. Além disso, membros de outras congregações ordinárias, ao saberem de residências onde há surdos, também informam aos membros da congregação em língua de sinais. Desse modo, paulatinamente, realizam um esquadrinhamento rigoroso da região, residência por residência, em busca de *surdos*¹³⁴.

Essa busca sistemática por *surdos* na cidade de certo modo provoca narrativas de testemunhas de Jeová semelhantes a de missionários com surdos batistas. É comum que membros que evangelizam de casa em casa e aplicam estudos bíblicos domiciliares narrem

¹³⁴ Na congregação em língua de sinais em que foi feita a pesquisa de campo, havia na parede do *salão* um mapa da região em que todas as residências onde havia *surdos* receberam tachinhas marcadoras. Desse modo, contabilizaram 296 *surdos* no bairro, sendo que dois eram *publicadores batizados*.

casos de *surdos* que não sabiam *língua de sinais* e eram pouco ou nada alfabetizados em português. Nesse caso, os estudos bíblicos orientados por suas publicações acabam por prover tanto a *língua de sinais* como o português.

Tal como no caso de protestantes, a prática religiosa fomenta uma fluência nessas línguas, pois essa é uma instituição que provê um rigoroso estudo de suas publicações, com recomendações de leituras diárias. O estudo de *A Sentinela* é exemplar de um método bastante escolar, com texto e perguntas a serem estudadas em casa, para a posterior resposta pública nas reuniões. Além disso, nos encontros realizados durante a semana, há treinos sistemáticos para a apresentação pública e para a evangelização de casa em casa.

Há outra semelhança que precisa ser considerada entre testemunhas de Jeová e batistas no que se refere à fluência nas línguas oral e de sinais, entendidas como dois sistemas lingüísticos independentes. Nas congregações batistas, geralmente, pode ocupar a posição de líder a pessoa que possui domínio do português expresso na *Bíblia* – e também da leitura canônica da instituição – e da *língua de sinais* – em verdade, a língua necessária para a comunicação com os membros de um determinado ministério com surdos. Assim, o líder deve ser um bom mediador, sendo ele intérprete ou *surdo*. No caso de testemunhas de Jeová ocorre algo semelhante. Nas congregações em língua de sinais, destacam-se como bons oradores, sobretudo, os homens que dominam os dogmas da instituição e também a *língua de sinais* pública necessária para as preleções. A carreira no segmento de língua de sinais dessa instituição, *a priori*, está igualmente aberta para *surdos* ou *ouvintes*, não sendo esta uma marcação relevante. Por conta disso, essa é uma instituição formadora de oradores públicos em *língua de sinais*.

3.4. Usos da língua de sinais: o dicionário Linguagem de Sinais

A exemplo de católicos (Oates, [1969] 1988), luteranos (Hoemann *et al*, 1983) e batistas (JMN, 1991; Igreja Batista, 1987; Igreja Batista de Goiânia, s/d), as testemunhas de Jeová publicaram, em 1992, seu dicionário intitulado *Linguagem de Sinais*. Em sua reedição em 2008, embora o dicionário tenha permanecido exatamente o mesmo em conteúdo, o título foi alterado para *Língua de Sinais*. Como indica tal fato, a categoria *linguagem de*

sinais é também uma categoria utilizada para se referir à comunicação atribuída aos *surdos* ou *deficientes auditivos* nessa instituição, embora ela tenha um uso crescentemente desestimulado, como a re-nomeação do dicionário sugere. Contudo, não é incomum que as categorias *língua de sinais* e *linguagem de sinais* sejam usadas de maneira intercambiável¹³⁵.

Esse dicionário guarda estreita semelhança com o livro de padre Eugênio Oates ([1969] 1988), *Linguagem das mãos*, analisado no capítulo 1, tanto do ponto de vista da estrutura dos capítulos que organiza o léxico apresentado, quanto dos objetivos expressos em seu prefácio, bem como no modo como os sinais são apresentados e descritos.

Consideremos as partes que compõem esse compêndio, como denominam. A saber, *Prefácio*; 1. *Alfabetização*; 2. *Verbos*; 3 *Substantivos, Adjetivos, Pronomes, etc.*; 4. *Assuntos bíblicos*; 5. *Alimentos e Bebidas*; 6. *Animais*; 7. *Família*; 8. *Tempo*; 9. *Estados do Brasil*; 10. *Regiões do Mundo*; 11. *Cores*; 12. *Natureza*; 13. *Vestimentas e Acessórios*; 14. *Números Cardinais e Ordinais*; *Índice por Assunto*; *Índice Alfabético*. A delimitação de tais campos semânticos reproduz em grande medida a realizada em *Linguagem das mãos* (ver item 1.5 desta tese).

Além disso, o modo como os sinais estão apresentados é praticamente idêntico ao livro de Oates. O dicionário das testemunhas de Jeová é composto por fotografias de uma pessoa sinalizando trajando paletó e gravata e, ao lado de cada fotografia, há uma rigorosa descrição de como realizar o sinal. O enquadramento do corpo nas fotografias é exatamente o mesmo de Oates, dividindo-se em quatro focos: i) sinalização na altura da cabeça; ii) sinalização na altura do tronco, tendo a cabeça alguma função (como exemplo, expressão facial); iii) sinalização na altura do tronco, não aparecendo a cabeça; iv) sinalização apenas das mãos, não aparecendo a cabeça e o tronco. Tal como em Oates, alguns sinais compostos são realizados por meio de duas fotografias. Uma diferença destaca-se entre os dicionários considerados, o fundo das fotografias do padre católico é preto, ao passo que no livro das testemunhas de Jeová é branco. Além disso, desenhos realistas coloridos, bem característicos das publicações das Testemunhas de Jeová, estão próximos a alguns sinais, sobretudo os de temas religiosos, complementando o seu sentido¹³⁶.

¹³⁵ Mas com a crescente vigilância sobre a categoria *linguagem* vista como pejorativa para nomear a língua de sinais, ela tende a desaparecer.

¹³⁶ Diferentemente dos dicionários de católicos, luteranos e batistas, não há qualquer menção a nomes dos membros testemunhas de Jeová que produziram tal publicação, de modo que ela se apresenta como uma

Para auxiliar a realização de cada sinal de acordo com a descrição apresentada no compêndio, na parte intitulada *Alfabetização* (primeiro capítulo), além do alfabeto manual e de uma fotografia de uma mão aberta com os nomes dos cinco dedos – algo que Oates também apresentou de modo idêntico –, uma série de fotografias demonstra metodicamente as partes da mão e braço que compõem os sinais. Como exemplo, há fotos indicando o que é o antebraço, o braço, o dorso das mãos, o dorso dos dedos, os lados da mão, a palma para direita, a palma para a esquerda, a palma para baixo, a palma para cima, a palma para dentro (para trás), a palma para fora (para frente), a palma da mão, a palma dos dedos, o pulso e o punho, ou seja, as partes constituintes dos sinais.

No *Prefácio* do livro, justificando a realização de tal compêndio, há referência ao porvir em que os ouvidos dos *surdos* serão destampados (Isaías 35:5,6) e comentam explicando teologicamente a existência da surdez:

“Todos nós esperamos ansiosamente esta maravilhosa profecia inspirada! Todavia, enquanto aguardamos o Novo Mundo sob o Reinado Milenar de Cristo, temos de enfrentar as duras conseqüências do pecado de nossos primeiros pais, Adão e Eva. Assim, vemo-nos confrontados com problemas como o da deficiência auditiva” (TJ, 1992:6).

Diante disso, apresentam os objetivos da publicação, dirigida aos *deficientes auditivos* e aos *ouvintes*, em consonância às práticas da instituição:

“Assim, este compêndio destina-se a ajudar mais pessoas a terem conhecimento da linguagem de sinais, de modo que muitos deficientes auditivos de coração sincero, que anseiam pela verdade, recebem as boas novas da Palavra de Deus e possam integrar-se à associação inteira dos irmãos do mundo (1 Pedro 5:9). Consequentemente, tanto pessoas ouvintes quanto deficientes auditivas poderão ser beneficiadas.” (idem, ibidem)

Continuam, fazendo referência aos *deficientes auditivos* que não conhecem essa língua:

produção despersonalizada da instituição, tal como concebem suas atividades religiosas, sem marcar carismas individuais.

“Um dos objetivos do compêndio é ajudar as Testemunhas de Jeová a ensinar a linguagem de sinais aos deficientes auditivos que ainda não a conhecem. Por outro lado, alguns destes talvez nem mesmo sejam alfabetizados. Assim, o compêndio provê algumas noções de alfabetização através de sinais. Após este início, as lições de alfabetização poderão ser continuadas com o uso da cartilha *Aprender a Ler e a Escrever*.” (idem, *ibidem*).

De acordo com o *Prefácio*, é possível identificar que embora o compêndio não faça referência à filosofia pedagógica da *comunicação total*, de certo modo ele sugere um uso combinado de diferentes meios de comunicação com o *deficiente auditivo*, o que está em completa consonância com aquela política pedagógica:

“Seria bom, também, mencionar que o ensino será feito pela conjugação do texto com as fotografias acompanhantes. Lembramos adicionalmente que as palavras sempre devem ser articuladas.” (idem: 5-6)¹³⁷

De modo igual ao livro de Oates o objetivo da publicação é realizar uma homogeneização nacional da *língua de sinais*, só que, nesse caso, referem-se à língua da instituição. Além disso, visam um objetivo propriamente teológico na definição de alguns sinais, como afirmam:

“Um outro alvo é unificar a linguagem de sinais entre as Testemunhas de Jeová quanto a palavras de origem bíblica. Afinal, uma mesma palavra pode ser traduzida por sinais diferentes em lugares diferentes. Além disso, certos sinais, comumente aceitos para palavras de cunhos religiosos, não se coadunam com os verdadeiros ensinamentos bíblicos. Assim, espera-se que as Testemunhas de Jeová no Brasil passem a utilizar os sinais apresentados neste compêndio.” (idem:6)

Desse modo, como as Testemunhas de Jeová posicionam-se em contraposição a outras igrejas cristãs no campo religioso e, também, como historicamente os sinais têm sido bastante experimentado nas atividades missionárias de católicos e protestantes, esse dicionário também postula uma sinalização específica para alguns sinais de cunho religioso.

¹³⁷ Essa é uma prática abandonada por testemunhas de Jeová. Nas pesquisas de campo que foram realizadas, jamais se percebeu o uso da sinalização em conjunto com a articulação oral. Tal como é o caso de protestantes, provavelmente a absorção do conhecimento da linguística das línguas de sinais que afirma a independência no manejo dos sinais também impactou no controle dos corpos dos membros dessa instituição.

Dada a crença de que, após a morte, o corpo, ou ficará eternamente na sepultura, ou ressuscitará com a segunda volta de Cristo, para as testemunhas de Jeová a alma é o próprio corpo em sua materialidade. Por conta disso, o sinal que dão para a palavra “alma”, é o mesmo que católicos e protestantes dão para a palavra “carne” (idem:171), de modo que, em sua *língua de sinais*, alma é carne. De maneira semelhante, como para elas não há inferno, a tradução dessa palavra recebe o sinal de “sepultura” (idem: 209). A palavra em português “cristão” tem por tradução o sinal de TJ (idem:190) e o sinal que católicos e protestantes atribuem a palavras do português “*Bíblia*” ou “crente” torna-se “salão do Reino” (idem:233) em suas práticas.

Além disso, como o léxico da instituição, mesmo em língua portuguesa, é bastante específico, há uma série de sinais que rigorosamente não são utilizados por católicos e protestantes. Contudo, alguns sinais apresentados por este compêndio, por vezes são abandonados e outros exteriores à instituição são incorporados. Como exemplo, é o caso de “Amém”, que era sinalizado pela digitação das letras A, M, E, e M. Posteriormente foi incorporado o sinal de “Amém” de protestantes (realizado com a mão direita agarrando a mão esquerda fechada). O mesmo pode ser dito do sinal para “diabo”, que era o sinal de “dragão” – pois é o dragão que simboliza o diabo nas ilustrações das Testemunhas de Jeová – mas que, atualmente, é sinalizado com o sinal de “chifre”. Seus membros, justificando essa incorporação, comentam que alguns costumes pagãos, por sua força, são incorporados pela instituição, tal como é o caso do uso de alianças matrimoniais¹³⁸.

3.5. Diferenças não marcadas entre irmãos

Nos rituais dessa instituição realizados em *língua de sinais*, a saber, reuniões, estudos bíblicos, congressos, assembléias, dramas (filmes bíblicos), entre outros, não há marcação alguma entre *ouvintes* e *surdos* ou *deficientes auditivos*. É muito rara nos discursos públicos qualquer marcação que faça referência ao fato de alguém se diferenciar pela audição. Como todos sinalizam, não é possível saber de antemão a condição audiológica de preletores,

¹³⁸ Identificou-se também que a especificidade do léxico utilizado por membros dessa instituição não se limita a temas religiosos, sendo ainda necessária a realização de uma pesquisa sobre o modo como tal instituição organiza sinais particulares em *libras*.

membros e participantes dos *dramas*, de modo que, rigorosamente, ninguém é *surdo*, *ouvinte* ou *deficiente auditivo* nesses rituais.

Há uma marcação fundamental estruturando as suas práticas, o fato de serem testemunhas de Jeová e, desse modo, integrarem uma nação universal de irmãos regenerados, diferenciando-se das pessoas do *mundo*. Essa é a principal performatização que conforma a prática dos membros dessa instituição, expressando-se sobretudo, como foi demonstrado, em uma estética de ordem e pureza espiritual, moral, mental e física, tendo a testemunha de Jeová, seguindo o exemplo de Cristo, uma conduta reta em todos os domínios da vida, inclusive na atuação profissional. Assim, os filhos escolhidos de Jeová espelham em si a pureza e a santidade que os distanciam das criaturas do *mundo*.

Diferentemente do que foi identificado em paróquias católicas e congregações protestantes que evangelizam *surdos*, em momento algum nas congregações das Testemunhas de Jeová são valorizadas a passagem bíblica da cura milagrosa do *surdo-mudo* operada por Cristo e a manipulação da categoria *effata*. Como as reuniões são realizadas em estrita consonância de conteúdo com as reuniões de todo o globo terrestre, as referências à surdez ou ao milagre da cura do *surdo-mudo* nelas apenas surgem quando estão postas para todas as congregações, ou seja, ocasionalmente.

Por conta disso, identificou-se que não é possível apreender nesses rituais quais são as categorias tidas como mais legítimas para nomear as pessoas que se diferenciam pela audição e a comunicação atribuída às pessoas surdas. Como, em seus eventos em *língua de sinais* tais categorias não entram em pauta, pois, de fato, nada é dito de modo oral, não é possível saber se há um consenso entre os membros de quais desses termos são mais legítimos em língua portuguesa. Contudo, como já foi afirmado, fora dos rituais da instituição, é possível perceber que as categorias *surdo*, *língua de sinais* e *libras* impõem-se como mais legítimas, desautorizando o uso de categorias como *deficiente auditivo* e *linguagem de sinais*, apesar de essa não ser uma questão relevante.

Além disso, uma série de categorias propriamente étnicas não é marcada nessa instituição, diferentemente do que ocorre em congregações protestantes e paróquias católicas. Não há qualquer referência nesses rituais a categorias como *cultura surda*, *comunidade surda* e *povo surdo*. Em seus discurso e publicações, as categorias *nação* e *povo* são utilizadas para marcar a universalidade das testemunhas de Jeová, como *nação* e *povo*

escolhidos, e não como entidades particulares que devem ser evangelizadas, como o é para católicos e protestantes na surdez. Ademais, tampouco há qualquer discurso propriamente mais político, afirmando particularidades e direitos do grupo em questão, algo que sempre está presente em cultos protestantes e missas católicas para *surdos*.

Como foi demonstrado no capítulo anterior, o processo de formação de um projeto missionário protestante com *surdos* se deu pela incorporação sistemática de trabalhos científicos vinculados à surdez. Quer seja considerada a publicação a *Linguagem de Sinais do Brasil* de luteranos, a publicação *O clamor do Silêncio* da Junta das Missões Nacionais ou a atuação do pastor Arriens, a referência a trabalhos científicos é constitutiva de um ideal de missão com surdos no protestantismo. O mesmo não acontece na instituição religiosa das Testemunhas de Jeová. Como ela é altamente centralizada e as práticas dos membros são fortemente controladas e definidas pelo *corpo governante*, as atividades específicas relativas à surdez assumem, sobretudo, justificação teológica. De certo modo, é provável que a incorporação teórica de pesquisas acadêmicas esteja vinculada a uma atividade da alta hierarquia da instituição, ou seja, o *corpo governante*. A concepção de surdez como particularidade lingüística é mobilizada sobretudo para justificar esse trabalho evangelizador específico, que deve estar em estrita consonância com a tradução realizada para outros grupos lingüísticos. Dessa forma a tradução que se realiza é rigorosamente lingüística, e não pretende ser cultural, tal como é o caso de protestantes e mas recentemente católicos.

Se é bem verdade que no ritual não se marca diferença entre *surdos* e *ouvintes* de maneira sistemática, é necessário considerar também que isso não abarca a totalidade das interações que são travadas no interior das congregações em língua de sinais. O processo de rastreamento, de estabelecer os primeiros contatos nas residências e de evangelizar *surdos*, certamente faz com que os publicadores, sobretudo os que se definem como *ouvintes*, realizam afirmações generalizantes sobre os traços particulares dos *surdos*, e, nesse ponto, opera-se algo muito semelhante com as relações estabelecidas nas congregações protestantes. Como exemplo, foram identificadas marcações de diferenças referidas aos *surdos*: a dificuldade com o português, o isolamento na família, a falta de pontualidade e diferentes concepções de tempo, o comportamento nervoso de alguns, a ausência de moralidade sexual, entre outros elementos. Nesse jogo de espelhos, essas características que são arbitrárias, situacionais e contrastivas, podem ser indicializadas à categoria *cultura*

surda, mas, nesse caso, isso não é fundamental. O importante é que os *estudantes*, quer sejam pessoas com surdez ou não, o mais rápido possível incorporem a verdade fundamental da *Bíblia* e, nesse processo, passem a performatizar a certeza da escolha divina, separando-se das pessoas do *mundo*.

Rigorosamente, não importa a nacionalidade da testemunha de Jeová, todas devem portar os mesmos sinais da salvação: a aparência asseada, a higiene, a pontualidade, a retidão de conduta, o estudo sistemático, a obediência à hierarquia, a moralidade sexual, uma conduta profissional exemplar, a honestidade, o comprometimento, além de a incorporação de dogmas fundamentais da instituição.

Testemunhas de Jeová performatizam em seus rituais o porvir da salvação no paraíso terrestre. Tudo se passa como se os governos dos homens, representados pelas nações, já tivessem sucumbido perante o governo teocrático que emana do centro de sua instituição. Não há nessa instituição marcação política de forma alguma, reinando soberana a universalidade da condição de irmãos obedientes ao *corpo governante*. As diferenças de língua e raça (fenótipo) podem permanecer, mas elas não devem gerar qualquer forma de controvérsia ou falta de entendimento, pois todos devem viver em completa harmonia.

As ilustrações que representam o paraíso terrestre, presentes em suas publicações e também em quadros que decoram alguns de seus ambientes espelham em grande medida esse ideal de universalização do *Governo do Reino de Deus*. Esses desenhos costumam ser bem realistas, geralmente são pinturas realizadas sobre fotografias. Nelas, há uma diversidade humana bem marcada espelhando pessoas provenientes de diferentes locais do globo, como exemplo, pessoas negras, pardas, brancas, loiras, orientais; trajando vestimentas que denotam também diversidade nacional, como exemplo, pessoas portando chapéus mexicanos e vietnamitas, roupões japoneses e africanos, véus femininos, etc. Ademais, outras ilustrações espelham a diversidade de profissões, como médicos, esportistas, professores, cozinheiros, entre outras. Essas figuras representam a vida no paraíso com pessoas realizando alguma atividade coletiva, sobretudo ceando com fartura, felizes e serenas, em meio a uma natureza exuberante, com gramados, árvores, riachos e cachoeiras, cercadas de animais, inclusive alguns ferozes, como leões e ursos, mas que podem ser abraçados até por crianças, pois estão mansos na eternidade do paraíso.

3.6. Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi tratar da atuação bastante particular da instituição religiosa cristã milenarista Testemunhas de Jeová na evangelização de *surdos*. Dois elementos foram fundamentais para conformar o modo como essa instituição passou a fundar congregações em línguas de sinais. Primeiramente, tal instituição é uma grande tradutora para línguas do mundo todo e suas práticas estão organizadas em torno de suas publicações. Em segundo lugar, ela possui um modo particular de expansão mundial: novas congregações são fundadas a partir da divisão de outras. Assim, a lógica produtora da universalização do cristianismo de tal instituição possibilitou a fundação de congregações em língua de sinais e a publicação de materiais nessa língua, produzindo uma disciplina específica na qual a língua de sinais é utilizada de maneira equivalente às línguas orais em suas congregações.

Como foi argumentado, essa é uma instituição que se posiciona de maneira bastante sectária no campo religioso cristão. Apesar de explicitar em sua teologia e práticas diversos elementos provenientes do cristianismo reformado – valoração do contato individual com as escrituras, salvacionismo, proselitismo conversionista, bibliocracia, anticatolicismo, crítica a qualquer ritual sacramental-mágico, adesão individual voluntária à congregação por parte de adultos batizados e regenerados – ela jamais é classificada como protestante. De outro modo, seus membros afirmam uma identidade bem marcada, denominam-se testemunhas de Jeová.

As testemunhas de Jeová são guiadas por uma estética de ordem e pureza e afirmam-se escolhidos por Jeová, o que garante uma sistemática separação em relação aos não convertidos. Entre outros elementos que as distingue das demais criaturas do *mundo* estão a neutralidade política (não votam e não se representam politicamente), a distância de controvérsias sociais (não participam de movimentos sociais), o anticivismo (não cantam hino nacional, não juram bandeira, não servem ao exército, não pegam em armas, não entram em guerra), a não comemoração de aniversários, natal, festejos juninas e páscoa e a proibição do uso do sangue. Importante considerar para os objetivos desta análise, que elas utilizam as categorias *povo* e *nação* em um sentido universalista, não estão aplicadas a um

uso que remete à particularidade cultural. Desse modo, as testemunhas de Jeová conformam um *povo e nação* dos filhos escolhidos de Jeová.

Na disciplina engendrada na congregação em língua de sinais, todos são usuários da mesma da língua, independente de ouvirem ou não, não havendo no plano ritual marcação de diferenças entre *surdos*, *ouvintes* ou *deficientes auditivos*, diferentemente das práticas de católicos e de protestantes. No ritual protestante batista analisado no segundo capítulo, desenha-se um jogo de espelhos no qual diferenças são marcadas sistematicamente entre pessoas que ocupam posição de *surdos* em oposição aos *ouvintes*, em termos de *língua e cultura*. Além disso, há a formulação de um discurso missiológico culturalista na qual *os surdos* são afirmados como um *povo com língua e cultura*, tendo a figura do missionário-intérprete função central no processo de constituição dessa disciplina nas congregações protestantes. Toda essa formulação na qual a surdez é afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística progressivamente tem sido incorporada em paróquias católicas, o que tem gerado tensão, como foi analisado no primeiro capítulo. Além disso, as produções da surdez pela Igreja Católica e por protestantes também giraram em torno da categoria *effata*. Essa produção étnico-culturalista não possui paralelo nas Testemunhas de Jeová. Nessa instituição são desprezadas as marcações de nacionalidade, civismos e raças, já que, para elas, todos são iguais perante Jeová e devem obediência somente ao *governo universal do Reino de Deus* que fará com que os outros governos mundanos sucumbam.

Contudo, apesar de não formularem um discurso culturalista na surdez e, além disso, apesar de manterem-se à parte das controvérsias sócias e não atuarem explicitamente no movimento social surdo, é evidente que as Testemunhas de Jeová funcionam como uma grande instituidora da surdez como particularidade lingüística na nação. Apropriaram-se do léxico em sinais organizado por Eugênio Oates nos anos 1960 e produziram um dicionário próprio em 1992, re-editado em 2008. Ademais, são formadoras de oradores públicos nessa língua, disciplinadoras de multidões silenciosas, bem como, provavelmente, é a maior instituição social produtora de vídeos em língua de sinais no Brasil, já que publicam com regularidade quinzenal o periódico *A Sentinela*. Ademais, mapeiam de maneira rigorosa todas as residências nas quais há *surdo*, o que faz dela uma instituição absolutamente eficaz no processo de propagação e homogeneização dessa língua. Tal esquadrinhamento faz com

que mais pessoas com surdez entrem nessa rede usuária dessa língua, por meio da utilização de seus materiais.

Ao romper com o modelo disciplinar centrado na figura do intérprete língua oral/língua de sinais, elas engendraram algo muito próximo ao modelo educacional bilíngüe, almejado nas reivindicações do movimento social surdo. As testemunhas de Jeová desenham configurações sociolingüísticas em que o veículo fundamental de comunicação é gestual-visual. Instruir, debater, dialogar, formar, educar, comunicar, palestrar e publicar são práticas executadas por meio da *língua de sinais*.

Como as práticas das congregações em língua de sinais não estão centradas na figura do intérprete, uma vez que todos são usuários de tal língua, é bastante comum que as testemunhas de Jeová atuantes nessa congregação desempenhem qualquer outra atividade profissional não relacionada à surdez, o que é mais raro entre protestantes que evangelizam *surdos*, já que o missionário com surdos é necessariamente intérprete de língua de sinais, atuando geralmente dessa maneira no mercado de trabalho. É precisamente dessa questão, o modo como as atividades missionárias consideradas nos capítulos anteriores estão relacionadas com domínios não religiosos, que o próximo capítulo trata.

4. Agentes religiosos da libras em circulação: movimento social, produção científica e mercado

Nos capítulos anteriores, realizou-se uma análise etnográfica em que o foco esteve concentrado na dimensão performativa dos rituais de três instituições religiosas: a Igreja Católica, a Igreja Batista e as Testemunhas de Jeová. Foi identificado nas paróquias e congregações dessas instituições o modo diverso como elas desenham disciplinas que instituem diferenças entre pessoas em termos de audição, *língua* e *cultura*.

No caso da primeira instituição, demonstrou-se que há em seus rituais uma heterogeneidade de normatividades relativas à surdez. Categorias classificatórias como *deficiente auditivo* e *surdo*, bem como manejos dos sinais nas sintaxes linear e espacial, no que é entendido respectivamente como *português sinalizado* e *libras*, estão presentes nos rituais das paróquias pesquisadas. Além disso, em suas práticas, é comum a indicialização da surdez tanto à categoria *deficiência* como *cultura*. Afirmou-se também que tal heterogeneidade de normatividades explica-se sobretudo pela relação de longa duração da Igreja Católica com surdez, bem expressas na fundação de escolas especiais por congregações particulares, a relação dela com associações de surdos e a sistematização das *mímicas* (ou *gestos*) da *linguagem das mãos* pelo padre Eugênio Oates.

Considerando a atividade missionária batista, demonstrou-se que essa instituição está em relação de plena continuidade com a surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística que ganhou normatividade jurídica. Em seus rituais, marcam-se sistematicamente em um jogo de espelhos diferenças entre pessoas que se afirmam *surdas* ou *ouvintes* em termos de *língua* e *cultura*. Além disso, o intérprete ocupa uma posição fundamental para engendrar essa disciplina, tanto como um realizador prático como também um agente histórico que atua em prol da constituição dessas normatividades nas congregações locais. Ademais, demonstrou-se que a denominação batista e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil constituem instâncias protestantes fundamentais para a afirmação e disseminação da surdez como particularidade étnico-lingüística. Ambas as instituições incorporaram produções

científicas que ratificam o estatuto de língua das línguas de sinais e a disciplina corporal de seus membros passou do *oralismo* para a *comunicação total* e desta para o *bilingüísmo*. De modo que protestantes formularam na prática *os surdos* como constituintes de um *povo com língua e cultura*.

No caso da instituição religiosa Testemunhas de Jeová, demonstrou-se que suas congregações também estão em consonância com a surdez afirmada como particularidade lingüística. Entre suas práticas, há uma intensa produção de materiais em língua de sinais, bem como os rituais de suas congregações em língua de sinais estão unicamente nessa língua, não sendo necessário fazer recurso a intérpretes. Contudo, diferentemente das congregações batistas, em seus rituais não há marcações entre *surdos* e *ouvintes*, nem mesmo a formulação teológica do discurso da *cultura surda*, pois a performatização fundamental em seus rituais é ser testemunha de Jeová, não havendo marcações particularistas como *nação*, *cultura* e *povo*. Tais categorias referem-se à condição universal de ser testemunhas de Jeová, um *povo* universal escolhido por Jeová.

O capítulo que segue terá outro foco de investigação. Primeiramente, trata-se de compreender como em contextos tidos como não religiosos, têm sido engendradas normatividades que garantem a afirmação e performatização da surdez como particularidade étnico-lingüística. Em segundo lugar, a questão é compreender como, nesse processo, agentes com trajetória religiosa têm atuado, ocupando posições de mediação fundamentais. Assim, a atenção está voltada para processos vinculados ao movimento social surdo¹³⁹, a agência de intelectuais e a conformação de um novo mercado, que nesta análise será chamado de *mercado da libras*.

Na primeira parte, tendo por recorte empírico a cidade de São Paulo, será analisado o modo como as igrejas pesquisadas integram o circuito de instituições relativas à surdez que se tem por objeto, o que geralmente os agentes que circulam nesses domínios denominam *comunidade surda*. O foco será propriamente a dinâmica urbana. Na segunda parte, o foco é a análise da representação política na afirmação da *libras*, considerando, sobretudo, a instituição social que ocupa a posição de porta voz legítima dos interesses dos *surdos brasileiros* (entendidos com sujeitos de direito) ou a *comunidade surda brasileira*, a saber, a

¹³⁹ Como será explicitado neste capítulo, por movimento social surdo entende-se o processo político que demanda o reconhecimento jurídico da *libras*, liderado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entre outras associações, com a colaboração de intelectuais e religiosos.

FENEIS. Na terceira parte, será considerada a aliança estabelecida entre os membros dessa instituição política e intelectuais vinculados a instituições universitárias. Na quarta parte, será explicitado como agentes com trajetória religiosa, historicamente, estão relacionados a essa instituição. Por fim, na quinta parte, será analisado o mercado que emerge com a regulamentação da *libras*, demonstrando como agentes com trajetória religiosa posicionam-se nesse domínio.

4.1. As instituições religiosas e a denominada *comunidade surda*

Uma categoria emerge com bastante evidência no processo de afirmação da surdez como particularidade lingüística: *comunidade surda*. Na lei que reconhece a *libras*¹⁴⁰, tal categoria é citada no plural, afirma-se que essa língua é oriunda das *comunidades de pessoas surdas* do Brasil. Contudo, o modo mais comum como ela tem sido utilizada por ativistas políticos, religiosos e intelectuais é no singular. Em linhas, é possível dizer que ela é agenciada em dois sentidos fundamentais: i) para referir-se ao circuito¹⁴¹ que integra as instituições e pontos de encontros de *surdos*; ii) como uma categoria política utilizada para exprimir os direitos dos *surdos*, entendidos como sujeitos de direito.

Apesar de, atualmente, a categoria *comunidade surda* estar bastante disseminada e naturalizada, ela é muito recente. Os autores católicos e luteranos do livro *Linguagem de Sinais do Brasil* não a utilizam. Embora próximo, a expressão utilizada foi *comunidade de surdos*. É desse modo que denominam os contextos de emergência da língua atribuída aos *surdos*, que afirmam ser constituído por escolas, clubes e igrejas (Hoemann, 1983:19). Embora atualmente seja pouco utilizada, a categoria *comunidade de surdos* é afirmada por missionários católicos nessa questão. Em suas recentes publicações produzidas durante a Campanha da Fraternidade de 2006, é possível encontrar o uso dessa expressão, como afirmam, referindo-se à atuação de agentes católicos no país: “hoje somam mais de 200 *comunidades de surdos* no Brasil, provocando com isso grande impulso na catequese das *pessoas com deficiência*” (CNBB, 2005: 49-50, ênfase minha). Na publicação realizada pela

¹⁴⁰ Lei Federal 10.436/2002.

¹⁴¹ Circuito é a categoria analítica utilizada para referir-se ao conjunto de instituições relativas à surdez afirmada como particularidade lingüística, ao passo que *comunidade surda* é a categoria êmica dos agentes.

Pastoral dos Surdos do Brasil (2006), no mesmo contexto, essa também é a categoria amplamente utilizada. O modo como católicos a usam, *comunidade de surdos*, é, em verdade, sinônimo para se referirem às paróquias em que há *surdos*, ou seja, territórios católicos aos quais *surdos* estão associados.

De outro modo, na publicação *O clamor do silêncio* de 2002, produzido pela Junta das Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, utiliza-se a categoria *comunidade surda* (s/d: 19). Como foi demonstrado, essa publicação religiosa batista foi realizada com a incorporação de trabalhos científicos da lingüística das línguas de sinais e estudos surdos que afirmam o estatuto de língua da *libras*, notadamente, os trabalhos de Eulália Fernandes (1990), Ronice Quadros (1997), Lucinda Ferreira Brito (1991) e Carlos Skliar (1998). Na publicação batista referida, em consonância aos intelectuais citados, a categoria *comunidade surda* expressa sobretudo a concepção de uma comunidade lingüística.

É com referência a alguns intelectuais norte-americanos (Padden, 1980; Sacks, 1998), entre outros, que se consolida uma visão do que é a *comunidade surda*. Em grande medida, ela é a categoria utilizada para classificar um circuito bastante complexo de instituições sociais diversas. Essa concepção não é diferenciada em substância da cartografia que religiosos conceberam em seus projetos missionários. Como já foi afirmado, luteranos afirmam a *comunidade de surdos* como composta por escolas, clubes e igrejas. Batistas alargam um pouco essa concepção, incluindo também pontos de encontro como bares, praças de alimentação de shoppings, terminais de ônibus e praias, isto é, locais em que missionários deveriam alcançar *os surdos* para a evangelização. Em grande medida, são esses os territórios fundamentais que compõem o circuito do que se denomina *comunidade surda*, a saber, escolas especiais, associações, igrejas, pontos de encontro e de lazer.

Como afirma Magnani, problematizando a relação entre espaço público e surdez:

“Se o espaço público é o lugar onde esse grupo adquire visibilidade como dotado de uma particular modalidade de comunicação e de cultura, não se trata do espaço público em geral – esse espaço é modulado e é preciso treinar o olhar para ver as diferentes formas de apropriação. Dependendo da forma como se dá essa apropriação, a dinâmica torna-se diferente” (2003: 89-90).

Nesse sentido, o circuito que relaciona instituições vinculadas à surdez é composto por hierarquias e centralizações que precisam ser explicitadas, pois algumas instituições

possuem um poder associativo maior, são objetos de apropriações múltiplas, outras não. Como será demonstrado, paróquias católicas e congregações batistas integram-se de maneira mais múltipla no que comumente se denomina *comunidade surda* do que as Testemunhas de Jeová.

Tendo por foco de análise a dinâmica urbana da cidade de São Paulo, é possível dizer que a Igreja Católica está vinculada a diversas instituições referidas como parte da *comunidade surda*. Há uma rede católica que associa escolas especiais, associações de surdos e paróquias. Como exemplo, duas importantes escolas especiais – a Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Instituto Santa Teresinha – estão vinculadas a Pastoral dos Surdos da Paróquia São Francisco de Assis, como foi demonstrado no primeiro capítulo. Além disso, é comum circularem nesses domínios – escolas especiais e paróquias – pessoas que ocupam ou já ocuparam posições representativas políticas na Associação de Surdos de São Paulo e FENEIS. Não raro, ativistas políticos estudaram nesses colégios católicos. Ademais, considerando sobretudo a dimensão da sociabilidade, certamente são esses espaços vinculados à Igreja Católica que possuem um grande poder associativo revelado sobretudo em suas festas juninas anuais, como as do Instituto Santa Teresinha, DEDIC e Pastoral dos Deficientes Auditivos de Moema. Assim, há uma relação de intensa troca entre domínios da paróquia, da escola especial e da representação política em relação à Igreja Católica. Sendo esta, certamente, uma organizadora da distribuição de capital político na rede em questão.

Se há uma centralidade evidente da Igreja Católica na surdez, é necessário considerar que algumas congregações batistas têm também uma grande capacidade de colocarem-se como instituições de referências nesse circuito, como exemplo, no caso da cidade de São Paulo, as Igrejas Batistas de Vila Mariana e da Liberdade. É necessário considerar que essas congregações possuem certa historicidade¹⁴², o que faz com que sejam bastante conhecidas e referidas, tendo sido também instituições a que alguns ativistas políticos que se afirmam *surdos* estiveram associados. Além de local de culto e estudo bíblico, elas também são pontos de referência para jogos de futebol, festas, viagens, acampamentos, atividades de férias, contatos para inserção profissional e também apresentações teatrais *de e para*

¹⁴² Seus ministérios foram fundados em 1987 e 1989, respectivamente.

*surdos*¹⁴³. Como exemplo, as diversas visitas do pastor batista Arriens em São Paulo, com seu teatro de *surdos*, fazem com que pessoas que não sejam membros da Igreja Batista visitem a congregação que o está recebendo. Sendo assim, se habitualmente o ministério com surdos local associa apenas cerca de dez a vinte *surdos*, nesse dias extraordinários, pode ter sua frequência aumentada para duzentos *surdos*. Por essas razões extra-religiosas essas congregações batistas compõem também um local de importante referência na denominada *comunidade surda*¹⁴⁴.

As congregações em língua de sinais das Testemunhas de Jeová também compõem esse circuito, contudo, é necessário dizer que tal instituição religiosa não constitui um objeto de integração tão múltipla quanto às duas outras consideradas. Em consonância com suas doutrinas, não há relação entre essa instituição religiosa e a organização de representação política para o enfrentamento de controvérsias sociais relativas à surdez. É bem verdade que suas congregações não se resumem somente aos estudos bíblicos, pois é comum que algumas delas organizem também passeios para parques públicos, por exemplo. Mas esse lazer está separado de outras instituições que integram esse circuito, tais como as festas juninas das escolas especiais, os pontos de encontro de bares e shoppings, práticas que não são motivadas pela instituição, quando não proibidas. Não há também nessas congregações atividades *de surdos para surdos*, como os teatros batistas e suas atividades de férias, pois essas marcações sequer existem em suas práticas rituais, como foi demonstrado no terceiro capítulo. Assim, uma posição relativamente sectária faz com que muitos de seus sinais circulem menos nesse circuito de instituições, a rede de sociabilidade em questão.

De acordo com o modo como realizam atividades missionárias específicas relativas à surdez, os agentes dessas três instituições estão inseridos de modo específico em uma ampla rede de sociabilidade. Como foi demonstrado, a Igreja Católica está vinculada à educação formal de *surdos* e a provisão de bens de salvação em suas escolas, paróquias e associações. Rigorosamente, não são proselitistas e não foi identificada nas paróquias pesquisadas uma busca organizada e sistemática por *surdos* para além de seus domínios institucionais com fins de evangelização. De outro modo, o que caracteriza fundamentalmente a atividade de

¹⁴³ Os palcos das congregações batistas são importantes locais de formação de atores *surdos* que atuam no mercado da *libras*. Como exemplo, o ator surdo Sandro Pereira possui trajetória nessa instituição religiosa, assim como outros.

¹⁴⁴ As congregações batistas também constituem um importante local para que *surdos* consigam auxílio gratuito de intérpretes.

evangelização de batistas e testemunhas de Jeová é o proselitismo sistemático, organizado racionalmente, tendo por objetivo o alcance do maior número de *surdos* no *mundo* para a salvação.

Como foi demonstrado no terceiro capítulo, as testemunhas de Jeová empreendem uma busca metódica de casa em casa por *surdos*, realizando cadastros e marcações em um mapa da região da congregação, para que realizem a evangelização de maneira dirigida em língua de sinais. Missionários com surdos batistas, de certo modo, procuram fazer algo semelhante, recomendando também que se faça um cadastro de endereços de *surdos* a ser ampliado com a ajuda de membros *ouvintes* e *surdos* da congregação; contudo, o seu esquadrinhamento não visa ser exaustivo como o das congregações das Testemunhas de Jeová.

Missionários batistas relatam em eventos ter ido a lugares ermos, distantes, como áreas rurais ou bairros de periferia, em busca de *surdos* que não possuíam língua alguma. Contudo, essa busca em residências individuais não ocupa a centralidade do investimento da missão. Eles procuram, sobretudo, realizar visitas missionárias em locais em que há concentração de *surdos*, ou seja, na própria *comunidade surda*, como afirmam. O cadastro de endereços utilizados para a evangelização deve compreender não apenas residências, mas sobretudo associações, escolas especiais e pontos de encontro, sendo necessário um mapeamento dos territórios da cidade em que se sabe haver *surdos*¹⁴⁵.

Assim, os agentes religiosos estão presentes em outros domínios relativos à surdez em grande medida conformados ao modo específico como cada instituição religiosa considerada operacionaliza a universalização do cristianismo. Como a atividade missionária protestante impulsiona um alcance sistemático de *surdos* nos locais vinculados à *comunidade surda*, é notável como as poucas pessoas *ouvintes* usuárias de língua de sinais presentes nesses pontos de encontro tidos como *de surdos* possuem essa trajetória religiosa. Além disso, é comum em eventos tais como festas juninas das escolas especiais, praça de alimentação em shoppings e manifestações políticas públicas, os *ouvintes* envolvidos, geralmente atuantes como intérpretes, possuírem trajetória religiosa protestante.

¹⁴⁵ De acordo com relatos de informantes, é comum que em cidades do interior a fundação do ministério com surdos se dê em congregações que ocupam posições centrais, para facilitar a integração da igreja com a *comunidade surda* local, por meio de transporte público e fácil acesso.

Seria uma grande redução considerar que os *ouvintes* de trajetória protestante estão nesses locais e eventos unicamente com fins de evangelização. Muitas vezes, possuem outros objetivos, tais como a aquisição e ampliação do léxico atribuído à *libras*, o estabelecimento de laços de sociabilidade com *surdos* e outros intérpretes e também a atuação política. Justamente por serem *ouvintes* e por dominarem essa forma de comunicação, ao inserirem-se em uma ampla rede de sociabilidade, eles ocupam a posição de intérprete em diversos contextos e situações não religiosos, ampliando a sua atuação.

Como geralmente os intérpretes presentes nessa rede¹⁴⁶ estão plenamente ajustados a uma concepção de surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística, aprendida em suas congregações de origem, eles desdobram para outros locais a mesma disciplina que conforma sua atuação religiosa. Assim, em diversas instâncias não religiosas, o intérprete geralmente atua intermediando interações entre pessoas que se defrontam como *surdas* e *ouvintes*, marcando a *língua* e *cultura* como diferença constitutiva entre elas. Como exemplo, quando o *surdo* realiza uma compra qualquer em um shopping, o intérprete torna-se o intermediador dessa interação. O *surdo* que poderia realizar essa interação utilizando-se do português, como geralmente faz em casa com a família, com a presença do intérprete, passa a se expressar em público por meio da *libras*, tornando-se ela a sua marca distintiva.

Essa disciplina paulatinamente se irradia para diversos outros domínios, desde os tidos como mais privados até os mais públicos. O intérprete geralmente faz mediações entre as conversas telefônicas de foro íntimo, a interação entre *surdo* e seus familiares *ouvintes* e toda sorte de outras interações que forem necessárias, torna-se inclusive o veículo de comunicação fundamental entre o *surdo* e autoridades oficiais, tais como professores, policiais, guardas, advogados, juízes, políticos e intelectuais.

O processo de colocação em domínios públicos da surdez como particularidade lingüística pela agência de intérpretes não é um processo unicamente protestante. Atualmente é possível identificar a presença de intérpretes como trajetória de testemunha de Jeová ou da Igreja Católica que também atuam de modo voluntário e profissional dessa forma. Contudo, nas diversas instâncias de atuação de representantes políticos e de intelectuais vinculados à surdez/língua de sinais, tanto em manifestações públicas como em eventos acadêmicos, intérpretes de trajetória protestante destacam-se.

¹⁴⁶ A rede nesse caso está para além do circuito que relaciona instituições.

É importante considerar que não é apenas pela atuação de intérprete que a formulação religiosa da surdez como particularidade étnico-lingüística desdobra-se para outros domínios. Por fazer parte da estética do culto protestante a performatização dessa surdez, algo posto inclusive na televisão, progressivamente, de modo bastante generalizado, naturaliza-se a concepção de que *os surdos* são falantes de outra *língua* e dotados de outra *cultura*. Assim, membros diversos das congregações religiosas, inclusive intelectuais e profissionais liberais, aos poucos fazem migrar essa disciplina regulatória da surdez para outras instâncias sociais. Como exemplo, a psicóloga, o médico, o dentista, a nutricionista, o professor, o policial, entre outros, ou seja, membros das congregações protestantes com diferentes atuações profissionais, passam a interrogar-se sobre a qualidade do atendimento que eles mesmos oferecem para essa parcela da população, dotada de particularidade lingüística e cultural. Geralmente, para a resolução da inquietação desses intelectuais e profissionais, eles consultam o intérprete-missionário da congregação local, o especialista na questão, o qual não raro passa a atuar juntamente com esses intelectuais e profissionais, ampliando o raio de sua atuação profissional como intérprete, ao mesmo tempo que dissemina a disciplina geradora dessa surdez.

Desse modo, é possível concluir que a Igreja Católica, Igreja Batista e Testemunhas de Jeová relacionam-se, na dinâmica urbana, cada uma delas de maneira particular com o que os agentes sob análise chamam de *comunidade surda*. A Igreja Católica é a instituição que mais intrinsecamente está vinculada com os territórios fundamentais para a sociabilidade de *surdos*, locais de onde puderam emergir os sinais que atualmente compõem a *libras*, tais como escolas, associações e paróquias. A Igreja Batista constitui um importante local de sociabilidade, teatro, passeios, acampamentos, oportunidade de emprego, serviço gratuito de interpretação, além disso, seus agentes evangelizadores de *surdos* circulam por muitos territórios que formam essa rede. Por fim, as Testemunhas de Jeová constitui uma instituição bastante sectária, contudo fundamental para esquadrihar residências nas quais há *surdos*, garantindo a inserção dessas pessoas nessa rede.

Com foi afirmado na introdução desta capítulo, além disso, *comunidade surda* não é unicamente a categoria utilizada para referir-se aos territórios que compõem o circuito vinculado à língua de sinais. É necessário considerar um outro sentido que tal categoria recebe. Ela é também uma categoria política, quando ativistas políticos, por meio dela, falam

de maneira legítima em nome de uma coletividade formada por sujeitos de direito, a *comunidade surda brasileira*. Certamente a instituição que ocupa essa posição fundamental no Brasil é a FENEIS.

4.2. A representação política da FENEIS na conformação da particularidade lingüística

É necessário considerar que o processo de consolidação da surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística não foi constituído unicamente por agências religiosas, já que uma grande multiplicidade de agentes influenciou para tal. Identificou-se nas pesquisas realizadas em uma série de eventos políticos e acadêmicos, a emergência de uma instituição representativa fundamental. Tanto em manifestações políticas públicas em grandes avenidas¹⁴⁷, bem como em palestras em escolas especiais, instituições universitárias e eventos políticos, ativistas vinculados à FENEIS¹⁴⁸ destacam-se. Essa instituição afirma a surdez como particularidade lingüística em um discurso político, ocupando posição de mediação entre diversas instâncias, a saber, igrejas, escolas, instituições universitárias, mídia, mercado e instâncias do Estado.

Como a própria se define:

“A FENEIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, com finalidade sócio-cultural, assistencialista e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada à Federação Mundial dos Surdos e suas atividades foram reconhecidas como de utilidade pública federal, estadual e municipal”¹⁴⁹

Indubitavelmente, essa é a instituição de maior representatividade dos *surdos*, entendidos como uma totalidade de sujeitos de direitos no interior do Estado-nação e em

¹⁴⁷ Geralmente na Avenida Paulista ocorrem passeatas no Dia do Surdo, em 26/09, e no Dia da Pessoa com Deficiência, em 01/12. Eventos desse tipo também ocorrem em outras capitais.

¹⁴⁸ A FENEIS possui sede no Rio de Janeiro e regionais nas capitais de oito estados (SC, RS, PR, SP, MG, DF, CE, PE e AM).

¹⁴⁹ Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/feneis.asp> Acesso em 14/05/2010.

uma rede transnacional¹⁵⁰. Essa posição central foi constituída em um processo relativamente recente, já que a sua fundação ocorreu em 1987.

Tendo em vista os objetivos desta análise, é de fundamental importância considerar alguns dados sobre a emergência de tal instituição, pois ela explicita um processo político de diferenciação entre as categorias *deficiente auditivo* e *surdo*, bem como uma oposição política entre *surdos* e *ouvintes*, peça chave nos argumentos desta tese. O processo histórico de constituição de formas de representações políticas na surdez ainda não está descrito. Ainda não foram reveladas as razões de fundação de diversas associações de surdos e de pais e amigos de surdos. Contudo, algumas considerações fundamentais da história da fundação da FENEIS foram realizadas por Ramos (2004), a quem alguns dados históricos desse processo estão referidos. Além disso, foram considerados relatórios e atas de reuniões de tal instituição.

É necessário considerar que a FENEIS foi fundada no bojo de um processo político que já vinha se desenhando anteriormente. Em 1983 surgiu a Comissão pela Luta dos Direitos dos Deficientes Auditivos, organização a qual estiveram associados os pastores luteranos Ricardo Sander e Ely Prieto, que atuaram como intérpretes, e o pastor batista Marco Antonio Arriens, que atuou como membro colaborador. Tal comissão promoveu, em Curitiba, no ano de 1987, o II Encontro de Pais e Professores de Surdos, quando seus coordenadores já estavam dirigindo os seus reclamos para os deputados constituintes e a Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, reivindicando o respeito pela *linguagem de sinais* e o debate sobre a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho¹⁵¹. Além dessa organização, outro movimento relevante, ainda dos anos 1980, em São Paulo, foi a Comissão Paulista de Defesa dos Direitos dos Surdos (COPADIS), à qual Myrna Salerno Monteiro, atual professora da UFRJ, esteve associada¹⁵².

A FENEIS foi fundada em uma reunião de associações vinculadas à surdez, em 1987, quando os presentes encerraram as atividades da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), de modo que, a FENEIS, emerge de uma

¹⁵⁰ A Federação Mundial dos Surdos defende os interesses da dita *comunidade surda mundial* em órgãos como ONU, UNESCO, OEA e OIT.

¹⁵¹ Fonte: Jornal do Estado de Curitiba, 08/11/1987.

¹⁵² Fonte http://www.feneis.com.br/page/materias_ufrj.asp Acesso em 28/05/2010.

base formada por essa outra instituição mais antiga, mudando o termo presente em seu nome de *deficiente auditivo* para *surdo*.

A FENEIDA foi fundada em 1977 e emergiu como resultado da confluência de interesses políticos de profissionais da surdez (professores e fonoaudiólogos) e de algumas associações de surdos. De acordo com Ramos (2004), entre as razões que motivaram a fundação da FENEIDA, estava a negativa de pessoas vinculadas à surdez em se integrar à Federação Nacional de Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (FENAPAEs), instituição ligada às APAEs, escolas voltadas para a educação e a reabilitação dos denominados *deficientes intelectuais*.

A FENEIDA foi fechada, por justificativa de falta de apoio político e financeiro de suas filiadas, o que vinha comprometendo suas atividades representativas no interior da surdez e em outras instâncias. Para fundar a nova federação, outros nomes foram sugeridos e votados, a saber, Federação Nacional de Surdos – FNS (um voto), Federação Nacional de Entidade de Luta pelos Direitos dos Surdos – FENS (um voto); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdo – FENEIS (dez votos) e Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos – FENEIDA (um voto, para a permanência do mesmo nome). Desse modo, a categoria que foi escolhida com absoluta maioria de votos foi FENEIS¹⁵³.

Essa reunião fundadora ocorreu no Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro-RJ, e foi realizada com a presença de Associações de Surdos, Colégios Especiais e Associação de Pais e Amigos dos Surdos¹⁵⁴. Representando essas associações, nota-se a presença de agentes religiosos católicos vinculados às escolas especiais. Como exemplo, em nome do Instituto Nossa Senhora de Lourdes (RJ), da Congregação das Irmãs Nossa Senhora do Calvário, estava presente a Irmã Maria Lúcia Pinto Marques (*surda*).

¹⁵³ Dados da Ata da Assembléia Geral da FENEIDA, disponível em <http://www.feneis.org.br/arquivos/Ata%20da%20Fundação%20da%20FENEIDA%20E%20FENEIS.pdf>. Acesso em 14/05/2010.

¹⁵⁴ Entre os presentes estavam: Associação dos Surdos de Minas Gerais (MG); Associação Bem Amado dos Surdos do Rio de Janeiro (RJ); Associação de Pais e Amigos de Audio-Comunicação - Marília (SP); Instituto Nossa Senhora de Lourdes (RJ); Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – Niterói (RJ); Associação dos Surdos de Cuiabá (MT); Centro Educacional de Audição e Linguagem – CEAL e Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo (DF); Associação dos Surdos do Rio de Janeiro (RJ); Associação dos Surdos do Mato Grosso do Sul (MS); Instituto Londrinense de Educação de Surdos ILES (PR); Igreja Pastoral dos Adolescentes Surdos (PR); Verbo Tonal SUVAG (PE); Associação dos Deficientes Auditivos do Distrito Federal (DF) e Instituto de Fala e Audição (MG).

Representando o Centro Educacional de Educação e Linguagem CEAL e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (DF) estava o padre José Rimoldi, da Associação das Obras Pavonianas de Assistência. Em nome do Instituto Londrinense de Educação para Surdos (ILES), o padre Salvador Stragapede, que é o primeiro missionário vindo da Itália da congregação Gualadianos da Pequena Missão para Surdos. Por fim, estava também presente Rejane Assumpção, que também se afirma *surda*, atuante na Pastoral dos Adolescentes Surdos da Igreja Católica de Curitiba (PR). Essas são as instituições mais explicitamente vinculadas à Igreja Católica.

Outra característica importante possível de depreender dessa fundação, é que os colégios especiais presentes estão historicamente relacionados com o *oralismo*, isto é, com uma política pedagógica voltada para a reabilitação, por meio do ensino da fala. É o que ocorre com o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (RJ), o Centro Educacional de Audição e Linguagem – CEAL, o Instituto Londrinense de Educação de Surdos ILES (PR), Verbo Tonal SUVAG (PE) e o Instituto de Fala e Audição (MG). Essas instituições pedagógicas corretivas são, de fato, elementos fundamentais para a associação de pessoas com surdez, de onde emergiram formas de comunicação em sinais, não raro vinculadas à Igreja Católica.

Por um lado, a ata de fundação da FENEIS revela que há continuidades com a FENEIDA nesse momento primeiro de instituição. Os presentes na reunião extraordinária puderam encerrar a federação dos *deficientes auditivos* e fundar outra, a dos *surdos*, porque são membros das duas instituições e são partes do mesmo processo. Além disso, a presidente da FENEIDA, Ana Regina e Souza Campello¹⁵⁵, que a destituiu a pedido dos presentes, é eleita a presidente da FENEIS, ou seja, a presidência permanece a mesma. De modo semelhante, as associações de surdos, de pais e amigos de surdos e de profissionais da área, que faziam parte da FENEIDA, presentes em sua destituição, integram também a nova federação.

Contudo, a emergência da FENEIS a partir da FENEIDA inaugura uma descontinuidade fundamental, que apenas se radicalizaria nos anos seguintes, a saber, uma oposição entre as categorias *deficiente auditivo* e *surdo*. Progressivamente, formula-se um discurso no qual a surdez não se reduz à *deficiência auditiva*. Outra mudança substantiva, é

¹⁵⁵ Campello ocupou a posição de presidente da FENEIS de 1987 a 1991. Anteriormente, estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (da Congregação das Calvarianas), é doutora em educação pela UFSC e professora dessa universidade. Atualmente, contrariando o cânone vigente, afirma-se *surda-muda*.

que, a partir de então, a diretoria da instituição passa a ser composta por uma maioria *surda* ao invés de *ouvinte*, diferenciando-se do modo com a FENEIDA era dirigida, por meio de diretorias com maioria *ouvinte*, como relatam em seu site oficial:

“Em 1983, a Comunidade Surda criou uma *Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos*, um grupo não oficializado, mas com um trabalho significativo na busca de participação nas decisões da diretoria da Feneida. Até então esse direito lhes era negado por não se acreditar na capacidade de que poderiam coordenar uma entidade. Mas, não demorou muito e devido à grande credibilidade adquirida, a Comissão conquistou a presidência da Feneida.”¹⁵⁶

Assim, emerge uma narrativa política específica, que funda os *surdos* como sujeitos de direito. A exemplo disso, Ana Regina e Souza Campello, a presidente eleita, afirma no relatório de 1988¹⁵⁷:

“Consideramos da maior importância as colaborações que recebemos e queremos continuar recebendo das pessoas que ouvem. Mas consideramos também que temos que assumir a liderança de nossos problemas de forma direta e decisiva a despeito das dificuldades que possam existir relacionadas à comunicação.”

Desse modo, na primeira diretoria eleita (1987-1988), dos onze membros que compõem a chapa, oito são *surdos*. Como foi afirmado, a presidente é *surda*. Além disso, são três os vice-presidentes: um *surdo*, que ocupa a vice-presidência das Associações de Surdos, Antonio Campos de Abreu; um *ouvinte*, que ocupa a vice-presidência das Associações de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo, Heloísa Brant; e um segundo *ouvinte*, que ocupa a vice-presidência das Associações dos profissionais da área, Emeli Marques da Costa Leite. Os demais membros que ocupam outros cargos representativos são seis *surdos* e um *ouvinte*. Desse modo, uma diretoria com maioria *surda* passa ser a característica da instituição em sua forma de compor a diretoria (Ramos, 2004).

Desde a sua fundação, a FENEIS somente aumentou a sua posição de federação representante legítima das associações vinculadas à surdez. Emergiu com dezesseis

¹⁵⁶ Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/historico.asp> Acesso em 05/05/2010.

¹⁵⁷ <http://www.feneis.org.br/arquivos/relatorio1988.pdf> Acesso em 14/05/2010.

associações filiadas, em 1987 e, atualmente, de acordo com relatório de 2009¹⁵⁸, conta com mais de cem instituições filiadas. Entre suas entidades filiadas contam Associações, Clubes e Sociedades de Surdos, Associações de Pais e Amigos dos Surdos e dos Deficientes Auditivos, escolas especiais, Institutos Educacionais, APAEs e diversas outras instituições médicas e religiosas e do terceiro setor, inclusive a CNBB. Além disso, é regida de modo absolutamente democrático. Suas associações filiadas têm direito a voto, a participar de reuniões deliberativas, bem como podem compor chapas para concorrer eleições. No Brasil, nenhuma instituição tem a abrangência e capacidade associativa e representativa na surdez que a FENEIS conquistou.

É necessário considerar que, dada a sua representatividade, a FENEIS é a interlocutora legítima para assuntos relativos à surdez no Estado em diversas instâncias, tais como Educação, Saúde, Trabalho e Previdência Social, entre outras. Esse processo iniciou-se desde a sua fundação, quando foi eleito um representante da FENEIS para a equipe da Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão do governo federal, no caso, José Carlos Lavíola (da Associação dos Surdos do Rio de Janeiro). De acordo com o relatório de 1988, a sua receita conta com repasses desse órgão do Estado. Tal posição de interlocutora legítima entre *surdos* e o Estado apenas se fortaleceu, pois atualmente ela integra o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e integra também o Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde.

É comum também que seus diretores integrem diversas comissões para assuntos da *pessoa com deficiência*, representando nesse caso a surdez. Como exemplo, o ex-diretor da FENEIS-SP, Neivaldo Zovico, atual Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da FENEIS, é também Membro da Comissão de Estudos da Acessibilidade de Comunicação e Visual para pessoas surdas e deficientes auditivos – ABNT, além de já ter ocupado o cargo de conselheiro do Conselho Estadual Para Assuntos da Pessoa com Deficiência no estado de São Paulo (2000/2004 e 2006)¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/relatorios.asp> Acesso 05/05/2010.

¹⁵⁹ É importante salientar que os representantes políticos tratam de assuntos relativos à deficiência marcando a surdez como particularidade étnico-lingüística.

A FENEIS é a instituição que expressa de maneira mais acabada o que se constitui como reivindicações da *comunidade surda brasileira*. Ela é proponente de reivindicações para o Estado, assim como é a interlocutora considerada legítima para consultas de toda a ordem que afete os sujeitos que ela representa. Por conta dessa posição estratégica de representação nacional perante o Estado, a FENEIS é a agência que ocupou posição fundamental no processo político pelo reconhecimento da *libras* em termos jurídicos, juntamente com outras instituições, como a Federação Nacional de Pais e Amigos dos Surdos (FENAPAS). Assim, considere-se alguns dados sobre o processo jurídico que levou ao reconhecimento da *libras*.

O trâmite propriamente legal do reconhecimento da *libras* como língua nacional foi bastante complexo, o que ainda não está plenamente descrito. Ele se iniciou em termos legislativos, na instância federal, em 1996, com um projeto de lei¹⁶⁰ da então senadora evangélica do Partido dos Trabalhadores, Benedita da Silva. Tal projeto passou por parecer em diversas instâncias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados: Comissão de Cultura, Educação e Desporto, Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (Diário do Senado Federal, p. 02952, março de 2002)¹⁶¹.

A base científica que ratifica esse processo é a lingüística. Afirma-se no parecer do senador Geraldo Cândido (PT-RJ):

“Assim como afirma Parecer da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida cientificamente como um sistema lingüístico de comunicação gestual-visual, com estrutura gramatical própria e oriunda das comunidades surdas do Brasil. Por parte da academia tomamos por base argumentações científicas colocadas pela Professora Eulália Fernandes, Doutora em Lingüística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que afirma: ‘a Língua de Sinais apresenta, como qualquer outra língua, uma estrutura própria em seus quatro planos, fonológico, morfológico, sintático e semântico-pragmático’”¹⁶².

¹⁶⁰ Projeto lei 131 de 13 de junho de 1996.

¹⁶¹ Parte da tramitação da Lei de *Libras* no Senado Federal pode ser consultada no site do Senado Federal: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=28532 Acesso 05/05/2010.

¹⁶² Parecer 170, de 2002. Disponível em http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=28532 Acesso em 05/05/2010.

Um dado relevante a ser considerado desse processo, é que o próprio termo para nomear a comunicação dos *surdos* brasileiros também se tornou questão de ordem legislativa entre os senadores. Afirma a relatora senadora Marina Silva (PT-AC):

“4. Durante o longo tempo de projeto de Lei n 131, de 1996, nas duas Casas do Congresso Nacional, a definição e a conseqüente distinção entre *língua* e *linguagem* têm chamado a atenção dos senhores parlamentares e motivado alterações registradas nesse processo.

5. A proposição, em sua redação original, já estipulava o uso de *língua*, para a definição da forma de comunicação dos surdos. Por ocasião da apresentação do projeto, a Senadora Benedita da Silva fez questão de deixar consignada a sua opção pela utilização do termo *língua* ao tratar da *Língua Brasileira de Sinais*. Para tanto, especialistas das áreas de lingüística e de educação especial foram ouvidos e seus testemunhos incorporados ao processado”.¹⁶³

E justifica, a mesma senadora, a necessidade de aprovação dessa lei:

“10. Como tivemos ocasião de salientar em etapa anterior da tramitação, entendemos que a aprovação do projeto vem suprir uma lacuna relativa à igualdade de oportunidade de todos os cidadãos para o completo exercício da cidadania. Na verdade, consideramos que o Projeto de Lei do Senado no. 131, de 1996, resgata uma das maiores dívidas sociais do País, que, com a omissão, tem contribuído para a exclusão da numerosa comunidade de surdos”. (idem)

Nesse processo do Senado, a FENEIS em mais de uma vez é referida, assim como outras associações vinculadas à Conferência de Direito e Cidadania dos Surdos (CONDICISUR), evento realizado em São Paulo, em 2001. Além disso, outras associações já tinham solicitado apoio ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), a saber, Associação de Surdos do DF, Associação do Jovem Aprendiz – AJA, Federação Nacional de Pais e Amigos de Surdos – FENAPAS, Centro de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais – CENAP¹⁶⁴.

¹⁶³ Parecer 171, de 2002. Disponível em http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=28532 Acesso em 05/05/2010.

¹⁶⁴ Nesse processo, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) encaminhou aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, respectivamente, Antônio Carlos Magalhães e Michel Temer, um baixo assinado organizado pelas associações referidas, as quais organizaram o I Festival Brasileiro de Arte e Cultura Surda, no ano de 2000, no qual esteve presente. O senador solicitou atenção especial ao pleito por considerá-lo da mais alta importância e justiça.

Nos discursos de plenárias, os senadores que se manifestaram ratificaram o avanço democrático que essa lei significa para essa parcela da população. Além disso, a senadora Heloísa Helena solicitou que o próprio Senado garantisse que a TV Senado tenha intérprete para *libras*, para a transmissão das atividades dos senadores, o que foi imediatamente ratificado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Casildo Maldaner (PT-SC)¹⁶⁵.

É necessário considerar também que esse processo de reconhecimento jurídico da *libras* é bem mais complexo e menos linear, pois, paralelamente a esse trâmite na instância federal, que durou de 1996 a 2002, essa língua foi reconhecida em outras localidades, no plano municipal e estadual. Como exemplo, no estado de São Paulo, a lei estadual 10.958 de 27/11/2001, de autoria de Lobbe Neto (PMDB) e, na capital, a lei municipal 13.304, de 21/01/2002, de autoria de Carlos Bezerra Jr. (PSDB-SP), reconhecem a *libras* nessas instâncias. Do mesmo modo, outros estados e cidades, sobretudo das regiões Sul e Sudeste, também a reconhecem, sendo esse processo bastante plural, como o site da FENEIS, no item “legislação” informa¹⁶⁶.

A FENEIS, além de ser proponente de direitos relativos à *comunidade surda*, é também divulgadora para as suas diversas entidades filiadas da legislação referente à surdez e à deficiência. Não há instituição tão atuante nessa questão quanto ela. Por conta disso, também é uma fiscalizadora tenaz, tendo um importante papel na abertura de processos no Ministério Público quando do descumprimento de qualquer direito que afete um membro da *comunidade* que ela zela. Ausência de intérpretes de *libras* em instituições concessionárias de serviço público são motivos recorrentes para tal ação jurídica.

¹⁶⁵ Garantia esta que gerou reação por parte de surdos oralizados que, em 2002, redigiram a Carta dos Surdos Oralizados para os Senadores reivindicando a legenda em português por ser mais inclusiva do que o intérprete de *libras*.

¹⁶⁶ Tanto a senadora Benedita da Silva como o vereador Carlos Bezerra Jr, proponentes dessas leis, respectivamente na União e no município de São Paulo, são pentecostais, respectivamente, da Igreja Assembléia de Deus e Comunidade da Graça. Ainda é necessário investigar em que medida essa proliferação da legislação vinculada à *libras* contou com a mediação de políticos protestantes. De acordo com relatos de agentes atuantes na FENEIS, há certa relação nesse processo. Nesse caso, batistas não ocupam posição de destaque, já que pregam a rigorosa separação entre Estado e Igreja.

4.3. Intelectuais e a FENEIS no engendramento da surdez como particularidade étnico-lingüística

É necessário considerar que nenhuma instituição ocupa posição tão central na divulgação do que se constitui como a *libras* como a FENEIS. Desde a sua fundação, ela é a instituição laica que constitui um importante local para o ensino dessa língua, característica que mantém, embora atualmente enfrente um mercado bastante plural. Além de pagamentos e doações de suas entidades filiadas e de repasses do Estado, entre suas principais fontes de renda estão os valores cobrados na realização dos cursos dessa língua e de formação de intérpretes. Desse modo, ela é a instituição que de maneira mais sistemática começou a conformação de um mercado vinculado a essa língua, fazendo dela um bem simbólico passível de valoração econômica.

O reconhecimento dessa língua está de tal modo vinculado a essa instituição que, provavelmente, veio dela a expressão *libras*. Como foi demonstrado nos capítulos anteriores, diversas foram as categorias utilizadas para nomear essa forma de comunicação, *linguagem das mãos*, *gestos*, *mímicas*, *Linguagem de Sinais do Brasil*, *língua de sinais dos centros urbanos*, *linguagem de sinais*, *língua de sinais* e *língua de sinais brasileira*. Já no relatório de seu primeiro ano de atividade, em seu balanço financeiro anual de 31 de dezembro de 1987¹⁶⁷, o termo utilizado para nomear a língua é *libras*, o que espelha uma preferência histórica de seus membros por essa categoria.

Na recente trajetória acadêmico-científica de estudos dessa língua, antes de *libras*, outro termo era utilizado, a saber, *Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros*, com abreviação LSCB. Como afirma Ronice Quadros (1997:42): “essa sigla era usada pelos pesquisadores em língua de sinais (Ferreira Brito, 1986, 1991, 1993; Felipe, 1992, 1993; Quadros, 1994 *apud* Quadros, 1997), mas foi substituída por *LIBRAS* – língua brasileira de sinais”. A lingüista Lucinda Ferreira Brito justifica em seu trabalho a alteração da categoria fazendo referência a essa instituição: “a decisão de adotarmos o nome *LIBRAS* é consequência de uma reunião da FENEIS, em outubro de 1993, ocasião em que fizemos uma votação para eleger um dos dois nomes, LSCB e *LIBRAS*, para nossa língua de sinais” (1995:7). Isso justifica o modo pela qual essa categoria se torna o termo legítimo, já que essa

¹⁶⁷ Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/relatorios.asp> Acesso em 05/05/2010.

importante instituição representativa é favorável a ela, contando com o apoio dos intelectuais que são os árbitros legítimos desse processo: os lingüistas das línguas de sinais. Ademais, o termo *libras* logo foi incorporado por congregações batistas, como está expresso nas publicações de 1991 e 2002 de *O clamor do silêncio*.

Apesar de atualmente ser uma grande defensora da *libras* e do *bilingüismo*, quando fundada, a FENEIS estava no registro da *comunicação total*. Campello, a presidente, afirma no relatório de 1988, expressando que naquele momento o manejo dos sinais não estava plenamente separado da oralidade:

“A nossa linguagem, quase todos têm dificuldade de entender, criando assim uma “filosofia oral”, o que não é muito viável para um surdo: a nossa filosofia é a Comunicação Total (que insere leitura labial, leitura escrita, alfabeto manual, fala e todas as formas de comunicação), que é mais íntegro para todas as pessoas surdas e ouvintes, fazendo crescer a compreensão que é fundamental para a nossa linguagem”

168

Contudo, atualmente, o discurso da FENEIS está em grande medida conformado por um discurso pró-educação bilíngüe. Em verdade, a FENEIS constitui uma instância política que absorve trabalhos científicos sobre a *libras* e os traduzem em reivindicações políticas. Intelectuais que se tornaram referências nos estudos da *libras*, tais como, Lucinda Ferreira Brito (professora aposentada da UFPE e UFRJ); Tanya Amara Felipe de Souza (UFRJ e FENEIS-RJ), Lodenir Karnopp (UFRGS e ex-diretora da FENEIS-RS), Ronice Quadros (UFSC) e Eulália Fernandes (UERJ), entre outros, foram colaboradores da FENEIS ou especialistas consultados para o desenho da política de educação especial para a surdez, na Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Sendo assim, são esses intelectuais que muitas vezes fazem mediação entre movimento social e âmbitos do Estado.

A FENEIS também ocupa uma posição fundamental como instância divulgadora de produções acadêmico-científicas sobre lingüística das línguas de sinais e da educação especial voltada para a surdez entre suas associações filiadas e seu público. Ela disponibiliza livros para a venda em seus escritórios, além de publicar em seu site artigos sobre o tema. Também é comum que, do mesmo modo como intelectuais colaboram com ela, inversamente, seus membros fazem o mesmo, colaborando com a produção intelectual.

¹⁶⁸ Disponível em <http://www.feneis.org.br/page/relatorios.asp> Acesso em 05/05/2010.

Como seus membros são representantes legítimos da *comunidade surda*, são os informantes privilegiados para a produção científica sobre *os surdos* e a *libras*. É comum que suas histórias de vida (Leite, 2004; Moura, 2000) e sua sinalização sejam objetos de análise por intelectuais. Como exemplo, a elaboração do dicionário de Fernando César Capovilla e Walkíria Raphael, o *Dicionário enciclopédico trilingüe da língua de sinais brasileira*, contou com informantes da FENEIS e também da Cooperativa Vicente de Paulo Penido Burnier (COPAVI-SP)¹⁶⁹.

Desse modo, o que se estabelece entre intelectuais e representantes políticos da FENEIS é uma relação de intensa troca e circulação que legitima politicamente a surdez afirmada e performatizada como particularidade étnico-lingüística. Em eventos acadêmicos e políticos, geralmente são membros da FENEIS que podem ocupar a posição de porta-vozes da *comunidade surda*, estando sempre amparados no trabalho de intelectuais para a sua afirmação política de minoria lingüística. Assim como, não raro, são os mesmos que contribuem para a produção desses intelectuais. É justamente nessa relação de proximidade que se funda uma linguagem política e científica comum, na qual *os surdos* são afirmados como um *povo* com *língua*, *cultura* e *história*. É reiterada precisamente aquela história canônica etapista referida na Introdução, na qual *os surdos* emergem como uma coletividade mundial ou nacional, vítimas da opressão *ouvinte* durante o período no qual *oralismo* foi hegemônico.

Em verdade, essa dicotomia produção científica e atuação política é meramente analítica, pois intelectual e ativista político são posições que podem ser ocupadas pela mesma pessoa, já que os intelectuais, geralmente, também são ativistas políticos, do mesmo modo com ativistas políticos cada vez mais se inserem em instituições universitárias¹⁷⁰. Desse modo, capital político e científico nesse caso se reforçam mutuamente.

¹⁶⁹Tal trabalho foi produto da tese de livre docência de Fernando César Capovilla no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e ganhou o prêmio Jabuti 2002.

¹⁷⁰ Como exemplo, a atual presidente da FENEIS, Karin Strobel, é doutora em educação pela UFSC e também professora dessa instituição, a mesma presente no acampamento do pastor Arriens, citado no segundo capítulo.

4.4. Movimento social surdo e religião: circulação sistemática

Certamente a FENEIS ocupa centralidade na constituição de um discurso político que afirma a surdez como particularidade étnico-lingüística. É uma organização civil representativa que visa defender os direitos da *comunidade surda brasileira*. No parágrafo 2º de seu estatuto, afirma-se que a “FENEIS não poderá envolver-se em questões de caráter político-partidário ou religioso, nem fazer discriminação de sexo, cor e raça”¹⁷¹, de modo que não há em suas manifestações públicas e informes expressão de qualquer envolvimento formal com partidos políticos e nem instituições religiosas.

Dada a posição que ocupa como instituição representativa dos *surdos* para os *surdos* e, também, considerando os interlocutores fundamentais da instituição, a saber, o Estado (em suas diversas instâncias), a educação em geral (em todos os níveis), a mídia e o mercado de trabalho¹⁷², a FENEIS geralmente professa um discurso político e jurídico, amparado na ciência, jamais fazendo parte de seus informes quaisquer práticas religiosas ou a presença de agentes vinculados a instituições religiosas.

Como exemplo, não faz parte da narrativa política privilegiada afirmar a presença de agentes religiosos católicos na fundação da FENEIS. O que se afirma é que *os surdos* destituíram a FENEIDA e fundaram a FENEIS. O nascimento da FENEIS traz em si a narrativa de uma representação política nacional de supremacia *surda* em relação aos *ouvintes*, o que se constituiu no mesmo processo histórico acadêmico-científico que lança as bases para a afirmação de uma minoria lingüística no interior do Estado-nação, alçando essa parceria entre intelectuais e ativistas políticos da FENEIS em patamares sequer planejados inicialmente.

A FENEIS é uma instituição atuante em múltiplos domínios. Como os seus membros que se designam *surdos* são os portadores desse discurso que afirma e performatiza a surdez como particularidade étnico-lingüística (amparado na lingüística), estes, em sua atuação pública, jamais se expressam em outra língua que não seja a *libras*, já que estão intrinsecamente comprometidos com a performatização pública dessa surdez. Mesmo que saibam falar português, pois suas trajetórias sócio-econômicas permitiram a eles uma

¹⁷¹Disponível em: <http://www.feneis.org.br/page/estatuto.asp> Acesso em 19/05/2010.

¹⁷² A FENEIS é também uma intermediadora para colocação de *surdos* (ou *deficientes auditivos*) no mercado de trabalho, firmando convênios com empresas privadas.

educação e terapias fonoaudiológicas as quais possivelmente lhes deram boa capacidade de oralizar, ainda assim não o fazem em suas interações públicas. Importante considerar que faz parte do discurso político a crítica à obrigatoriedade da oralização, prática vista como opressiva, a forma institucionalizada do *ouvintismo*, nos termos de Skliar (1998). Por conta disso, para que suas falas sinalizadas sejam ouvidas, não podem prescindir da atuação de intérpretes de *libras* no cotidiano de suas atuações públicas, em domínios muito plurais.

Por conta dessa necessidade política da interpretação, agentes de trajetória religiosa atuam junto a essa instituição, contudo, geralmente não se definindo como religiosos, mas como profissionais. É fato que agentes católicos estiveram presentes na constituição dessa federação, como foi demonstrado e está expresso em sua ata de fundação. Além disso, dadas as estreitas relações entre a Igreja Católica e a educação formal nas escolas especiais relativas à surdez, geralmente os representantes políticos da surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística, os quais se designam *surdos*, possuem trajetória religiosa católica, conformada não raro por sua trajetória escolar. Contudo, no processo de consolidação da FENEIS como a representante legítima da *comunidade surda brasileira*, são os agentes de trajetória protestante, que se designam *ouvintes*, que passaram a ocupar posições fundamentais, geralmente como intérpretes, mas também como intelectuais. É bem verdade que, em alguma medida, agentes com trajetória na instituição religiosa Testemunhas de Jeová podem também atuar nesse processo, como intérpretes profissionais, mas, dada a posição explicitamente política da FENEIS, que ocupa a linha de frente nas controvérsias sociais relativas à surdez, testemunhas de Jeová estão menos presentes do que protestantes por conta de seu posicionamento teológico de neutralidade política¹⁷³.

Alguns nomes já referidos nesta análise, ao considerar o processo de constituição dos projetos missionários de luteranos e batistas, se repetem no da atuação do movimento social surdo. O pastor luterano Sander é um nome que sempre esteve vinculado à FENEIS. Já na gestão de 1987 e 1988 ocupou a posição de representante do Rio Grande do Sul, juntamente com Claudia dos Santos Magnus. De 1996 a 2001, colaborou com a FENEIS-RS, na formação de intérpretes. De modo semelhante, o pastor batista Arriens afirma, em sua apostila de formação de intérpretes, ser membro colaborador da FENEIS-PR.

¹⁷³ Agentes católicos que atuam como intérpretes profissionais e posicionam-se bem nesse campo são raros. A Igreja Católica está incorporando essa performance tal como demais instituições laicas somente muito recentemente.

As histórias desses dois pastores assemelham-se em diversos aspectos, pois ambos são agentes fundamentais da constituição da performance da interpretação para a língua de sinais. Estiveram presentes no II Encontro Nacional de intérpretes de língua de sinais organizado pela FENEIS, realizado em 1992, quando foi elaborado o código de ética que faz parte do Regimento Interno do Departamento Nacional dos Intérpretes da FENEIS. O tradutor do código foi Sander, baseado no código de ética original *Interpreting for Deaf People*, publicado em 1965 pelo Registry of Interpreters for the Deaf – RID, entidade que certifica os intérpretes da Língua de Sinais Americana (Russo, 2009: 28). Em tal ocasião, o código de ética foi adaptado por representantes dos estados brasileiros, tendo Arriens feito parte desse processo. Esse é o mesmo código de ética divulgado pela FENEIS, presente na apostila de formação de intérpretes do pastor Arriens – *O pastor do silêncio: uma história cheia de bênçãos* –, publicada também no manual *O clamor do Silêncio*, de 2002, elaborada pela Junta das Missões Nacionais da Igreja Batista e presente também na publicação da lingüista e pedagoga Ronice Quadros (2004:31-33)¹⁷⁴.

A história de vida dos dois pastores ainda guarda outras semelhanças. Ambos foram para os Estados Unidos ainda nos anos 1980, lá tiveram contato com a performance da interpretação e, nos últimos vinte anos, trabalharam em prol de sua disseminação. O pastor Arriens afirma ser membro da RID e tem o histórico de ter formado mais de cinco mil intérpretes. O pastor Sander é o grande divulgador pioneiro da *comunicação total* em todo o país e, mais recentemente, é o ativista político em prol da organização da classe profissional dos intérpretes. Liderou a fundação da Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais do Estado de São Paulo (APILSBESP), da qual foi presidente (2004-2007) e também a fundação da Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), da qual atualmente é presidente e onde milita a favor da legislação que reconhece a profissão, em tramitação¹⁷⁵. Por essa razão, a atuação de ambos os pastores é de fundamental importância para a conformação em diversos planos do que consiste o intérprete de língua de sinais.

¹⁷⁴ Vale lembrar que Ronice Quadros possui trajetória luterana. Essa circulação entre o código de ética é um indicador bastante claro da relação de plena continuidade estabelecida entre a surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística em congregações protestantes, instituições universitárias e FENEIS.

¹⁷⁵ Ricardo Sander tem fomentado a fundação de diversas associações estaduais, já são quinze na federação (SP, MS, DF, CE, RS, RJ, BA, PA, MT, ES, AM, MA, AC, PR, SC/ dados de 2009), bem como é um mediador fundamental entre a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores Intérpretes e

Esses são os nomes protestantes que ocupam posição de destaque, mas, em verdade, há uma miríade de intérpretes que atuam na FENEIS e que possuem trajetória religiosa. Para além de atuar na função de intérpretes, muitos auxiliam em diversas tarefas burocrático-administrativas. Mas, por ser uma instituição laica, geralmente esses intérpretes não se afirmam como religiosos. Foi identificada essa trajetória através da pesquisa de campo para esta reflexão, que se deu em diferentes instituições religiosas, tornando possível perceber a repetição dos agentes envolvidos no processo em diversas instâncias.

Na infinidade de eventos laicos relativos à surdez que tem ocorrido, são os representantes da *comunidade surda*, vinculados à FENEIS, que se pronunciam em *libras*. Em paralelo, são intérpretes de trajetória protestante, majoritariamente, que vão se tornar os mediadores necessários desse processo, atuando na televisão, nas universidades, nas manifestações públicas, nas instâncias jurídicas, na área de saúde, além de qualquer outro âmbito necessário, sendo em grande medida parceiros políticos na performatização da surdez em termos de particularidade étnico-lingüística.

Essa aliança, de modo dinâmico, se intensifica. Do mesmo modo que protestantes atuam vinculados à FENEIS, a FENEIS também pode manter relações de proximidade com congregações protestantes. No caso da FENEIS-SP, durante alguns anos na década de 1990, a Igreja Batista da Liberdade foi local utilizado para os seus cursos de *libras*. Além disso, muitos de seus representantes políticos, ainda que não protestantes, têm também como local de divulgação de movimento social as congregações religiosas, participando de congressos e encontros missionários com palestras sobre temas políticos.

Essa normatividade que afirma a surdez como particularidade étnico-lingüística, elaborada sobretudo em ambientes políticos e acadêmicos, tem uma continuidade explícita com as congregações protestantes. Os mesmos intérpretes que atuam nos cultos dominicais, que freqüentam os acampamentos protestantes pluridenominacionais e que, sobretudo, foram formados pelo pastor Arriens, são os mesmos que estão colocados profissionalmente, nas instâncias acadêmicas e políticas e que, cada vez mais, atuam na mídia, aparecendo cotidianamente nas interpretações televisivas que se tornam obrigatórias.

Guiaintérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) e Associação Mundial dos Intérpretes de Língua de Sinais, com sede em Londres, Inglaterra.

Há uma troca generalizada e sistemática entre instituições religiosas protestantes, instituições universitárias e movimentos social, sendo a FENEIS uma agência mediadora importante. Como foi demonstrado no segundo capítulo, são intelectuais luteranos que, tendo por base teórica trabalhos de norte-americanos, passaram a afirmar o estatuto de língua do que chamaram *Linguagem de Sinais do Brasil*, disseminando essa concepção em igrejas e escolas especiais. Essa proximidade entre práticas protestantes e a produção científica sobre língua de sinais, rendeu outros frutos nas gerações seguintes que passaram a afirmar a surdez como particularidade lingüística. Como exemplo, grupos de pesquisa sobre essa temática passaram a ser formados em instituições universitárias e protestantes passaram a integrá-los. Alguns exemplos precisam ser considerados, ainda que sem a intenção de esgotar esse processo.

Considere-se o caso luterano, que, como foi afirmado, possui um papel de base científica fundamental para a constituição da *comunicação total* no Brasil, levado a cabo por pessoas envolvidas com a Escola Especial Concórdia, de Porto Alegre – RS. Desse meio emerge a intelectual de maior destaque no campo da lingüística das línguas de sinais no Brasil, Ronice Quadros, filha de surdos, pedagoga, lingüista e intérprete de língua de sinais, com ampla publicação sobre o tema. Atualmente Ronice Quadros é professora da UFSC e coordenadora do curso de Letras Libras modalidade à distância com pólos em universidades em todo o Brasil, assim como coordenou a prova de proficiência prolibras em 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. Na mesma área de atuação, é necessário considerar Lodenir Karnopp, que ocupou cargo de direção na FENEIS-RS. Entre pesquisadores da surdez que integraram o grupo de Carlos Skliar, Núcleo de Estudos Surdos em Educação na UFRGS, destacam-se o sociólogo Ottmar Teske, professor da ULBRA, e Madalena Klein, professora da Universidade Federal de Pelotas, coordenadora do grupo Grupo Interinstitucional de Educação de Surdos – GIPES, tendo sido também colaboradora da FENEIS¹⁷⁶.

Há também pesquisadores de trajetória batista que atuam nos estudos sobre surdez e língua de sinais atuantes no âmbito universitário. Certamente o nome de destaque é do psicólogo autor do maior dicionário laico de *libras*, Fernando César Capovilla, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Outros professores universitários

¹⁷⁶ De certo modo, devido à atuação de intelectuais de trajetória luterana, há um deslocamento do poder nessa questão do Rio de Janeiro para capitais da região Sul, sendo certamente Florianópolis, local em que Quadros está radicada, uma capital fundamental para a *libras*.

podem ser citados, a saber, o fonoaudiólogo Felipe Barbosa, professor do Departamento de Lingüística da Universidade de São Paulo e a pastora batista e pedagoga Nídia Regina Limeira de Sá, ex-integrante do grupo de Carlos Skliar, atualmente professora da Universidade Federal do Amazonas. É necessário considerar também os nomes de Andrea da Silva Rosa, doutoranda da UNICAMP¹⁷⁷, Cyntia Teixeira, mestranda do Mackenzie e Vinicius Nascimento, mestrando em lingüística aplicada pela PUC-SP, tendo estes três últimos reconhecida atuação como intérpretes.

Como os grupos de pesquisas científicas sobre língua de sinais tendem a ser bilíngües – português/libras –, não raro, intérpretes de trajetória religiosa integram esses grupos. É o caso, por exemplo, do pastor Sander, que interpretou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade de São Paulo, entre outras, de modo que, mesmo intelectuais de trajetória laica, acabam por não poder prescindir de agentes religiosos em suas comunicações públicas, defesas de tese e dissertação¹⁷⁸.

Se o protestantismo é um celeiro de intelectuais vinculados à surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística, é necessário dizer também que essa relação é de mão dupla: ele também é uma instância de absorção sistemática dos trabalhos acadêmico-científicos vinculados à surdez. Tal como luteranos já tinham feito no início dos anos 1980, os batistas, em suas edições de *O clamor do silêncio*, explicitam a incorporação sistemática e progressiva da lingüística das línguas de sinais e dos estudos surdos, passando, nesse processo, da *comunicação total* para o *bilingüismo*. De igual modo, os materiais do pastor batista Arriens também explicitam a incorporação dos trabalhos das lingüistas Lucinda Ferreira Brito e Ronice Quadros e do pedagogo Carlos Skliar. Essa incorporação de argumentos científicos também faz parte dos relatos de missionários pioneiros, protestantes e testemunhas de Jeová, pois afirmam terem freqüentado cursos, palestras e seminários da lingüista Lucinda Ferreira Brito, ainda nos anos 1990, na UFRJ. Assim, essas atividades missionárias revelam uma absorção sistemática de trabalhos científicos. Mas um ponto importante, afirmado nos capítulos anteriores, precisa ser lembrado. Protestantes foram mais dependentes da incorporação do conhecimento científico sobre surdez e língua de sinais para

¹⁷⁷ A mesma autora citada no capítulo sobre intérpretes da publicação católica referida no primeiro capítulo (Pastoral dos surdos, 2006).

¹⁷⁸ É digna de nota que as defesas de dissertação e tese, bem como aulas e palestras públicas do grupo *Estudos da Comunidade Surda: língua, cultura e história* da USP, do qual faço parte, tiveram geralmente por intérpretes pessoas de trajetória batista e testemunha de Jeová.

legitimar o seu ministério com surdos do que testemunhas de Jeová. Estes últimos, por serem obedientes à centralização do *corpo governante* de sua instituição, não precisaram elaborar em cada congregação local o argumento do projeto missiológico culturalista aplicado à surdez, tal como protestantes realizaram. Assim, a relação de proximidade entre projetos missionários com surdos e ciência está bem mais ressaltada nas experiências de luteranos e batistas.

4.5. O mercado da libras

Antes mesmo do reconhecimento jurídico da *libras*, progressivamente vinha se constituído um mercado relativo a essa língua. Desde o primeiro ano de fundação da FENEIS, tal instituição realiza cursos nessa língua. Além disso, intérpretes de trajetória protestante, paulatinamente, desde os anos 1980 também, passaram a atuar mediante pagamento em atividades externas à congregação religiosa. A exemplo disso, como foi afirmado no primeiro capítulo, a vinda de uma intérprete de trajetória batista para a paróquia católica Nossa Senhora Aparecida de Moema ocorreu de modo profissional mediante pagamento, ou seja, em um processo a partir do qual a atividade de interpretação perdeu o seu caráter unicamente religioso e assistencial e ganhou contornos mercadológicos. A *libras* de bem religioso e dádiva progressivamente tornou-se bem simbólico passível de valoração econômica, mercadoria.

É necessário considerar que o reconhecimento jurídico da *libras* causou impacto em diversas instituições sociais, constituindo de fato um amplo mercado relativo a essa língua. Isso se deu sobretudo em três domínios, a saber, i) agências concessionárias de serviço público em geral e ii) de assistência à saúde e iii) a educação e em seus diversos níveis, como pode ser visto nos parágrafos da Lei 10.436/2002:

“Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – *Libras* como meio de comunicação objetiva e de utilização correntes das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médios e superior, do ensino de Língua Brasileira de Sinais – *Libras*, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.”

Além disso, com relação à educação, é firmado o compromisso do Ministério da Educação em formar cursos de graduação que viabilizem a educação bilíngüe *libras*/língua portuguesa, a saber, cursos de Licenciatura em Letras Libras ou Letras Libras – Língua Portuguesa, bem como cursos de Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa¹⁷⁹.

A primeira ampliação significativa de mercado ocorreu nos cursos de *libras*. Antes mesmo da lei, cursos já existiam, como já foi afirmado, sendo oferecidos pela FENEIS, por associações vinculadas à surdez, bem como por igrejas. Na medida em que se torna uma língua legalmente constituída, a procura por esses cursos, bem como a possibilidade de cobrar por eles, aumentou significativamente. Em conformidade com a legislação, essa língua passa a ser ensinada em empresas concessionárias de serviço público e nos órgãos da administração pública, direta e indireta, pois tais instituições “devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da *Libras*”¹⁸⁰, o que abre um amplo mercado vinculado a essa língua.

Certamente, é o domínio da educação o campo mais profícuo para a atuação no *mercado da libras*. A disciplina *libras*, progressivamente, seguindo o prazo de dez anos para a consolidação dessa reforma institucional, tem feito parte de diversos cursos de graduação, a saber, cursos de formação de professor – magistério e nível superior (Pedagogia), todos os cursos de Licenciatura –, bem como cursos de Fonoaudiologia. Além desses cursos, nos quais a *libras* é inserida de modo transversal, como uma disciplina, emergem outros em que ela é a matéria por excelência, a saber, os cursos de Letras *Libras* e de Tradutor e Intérprete de *Libras*. A Universidade Federal de Santa Catarina possui curso desse tipo na modalidade à distância, coordenado por Ronice Quadros, integrando diversas universidades pólos no Brasil. Desde 2006, integram esses cursos oito instituições de ensino, a saber, a UFAM, a

¹⁷⁹ Decreto Federal 5626/2005. Artigo 11.

¹⁸⁰ Decreto Federal 5626/2005, Artigo 26, parágrafo 1º.

UNB, o CEFET/GO, a UFC, a UFBA, o INES, a USP e a UFSM. A partir de 2008, mais nove instituições passaram a integrar esse projeto, a saber, a UFMG, a UNICAMP, a UEPA, a UFES, a UFPE, o CEFET/RN, a UFRGS, a UFPR e a UFGD, sendo certamente, a maior iniciativa integradora de ensino e pesquisa dessa língua em nível nacional.

Além disso, outras iniciativas privadas passam a emergir. Há cursos de Tradutor Intérprete Libras/Língua Portuguesa na Universidade Metodista de Piracicaba - SP e na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro - RJ. Ademais, diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* em educação especial passam também a tratar dessa questão, em diversas universidades.

Outra atuação que emerge com o reconhecimento jurídico da *libras* é o trabalho de consultorias para Secretarias de Educação Especial, em âmbitos municipal, estadual e federal, bem como cursos de *libras* em escolas especiais e regulares, pois muitas dessas escolas não contavam em seus quadros com professores fluentes nessa língua, o que tem obrigado, para adequação à lei, uma redefinição no modo como professores atuam na educação de *surdos*.

Nesse processo, a atuação do intérprete foi colocada em outros termos. Amparadas pela lei de *libras* e lei de acessibilidade¹⁸¹ e da recente lei que reconheceu a profissão, tornou-se obrigatória a presença de intérpretes, sempre que necessário, em instituições e eventos públicos. Isso ampliou significativamente a atuação do intérprete em todas as instituições concessionárias de serviço público do Estado em seus níveis federal, estadual e municipal, mas também universidades, bancos, hospitais e grandes empresas.

Assim, essa ampla demanda por pessoas fluente em *libras* para atuar como professores, consultores e intérpretes no mercado que emerge foi respondida pela crescente atuação de agentes com trajetória religiosa. Como foi demonstrado no segundo capítulo, o pastor batista Arriens, nos últimos vinte anos, formou um verdadeiro exército de intérpretes, mais de cinco mil, disseminando essa performance no campo religioso cristão como um todo, em congregações protestantes e inclusive paróquias católicas. As testemunhas de Jeová também produziram mais de trezentas congregações em língua de sinais em todo o Brasil, o que também fez disseminar a fluência nessa língua. São esses mesmos agentes, formados em instituições religiosas, que passaram a atuar profissionalmente.

¹⁸¹ Lei Federal 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

A pesquisa empírica que embasa esta reflexão identificou o processo de conformação de um campo de atuação profissional em que as pessoas com trajetória religiosa ocupam posições fundamentais, afirmando-se elas *surdas* ou *ouvintes*. Geralmente, a parceria entre professores *surdos* e intérpretes *ouvintes* no ensino de *libras* inicia-se nas congregações religiosas, o que foi plenamente desdobrado para diversos outros domínios mercadológicos de atuação.

É necessário considerar alguns exemplos empíricos para demonstrar como agentes com trajetória religiosa conformam esse processo em diversas instâncias tidas como não religiosas¹⁸². Na Igreja Batista Filadélfia, uma igreja independente, não vinculada à Convenção Batista Brasileira, no bairro Cidade Patriarca, quem ministrava o curso era a Associação Pró-surdos, fundada por um intérprete de trajetória religiosa adventista, treinado pelo pastor Arriens. As aulas eram ministradas por um professor *ouvinte* – reconhecido intérprete de trajetória pentecostal, da Comunidade da Graça¹⁸³ – auxiliado por uma professora *surda*, com trajetória adventista, a mesma instituição do presidente da Associação. Os demais professores dessa associação possuíam trajetória religiosa de testemunha de Jeová.

Naquela ocasião, a Associação Pró-surdos não ministrava cursos exclusivamente em igrejas, mas também para escolas, universidades e empresas. Além disso, mantinha convênio com a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Guarulhos, o que garantia a ela o monopólio de aulas de *libras* para todos os professores da rede pública da cidade.

Tal como essa associação, outras, em todo o Brasil, tem sido fundadas para ministrar cursos de *libras*, prestar consultorias, oferecer serviços de interpretação e colocar *surdos* no mercado de trabalho. De modo semelhante à Associação Pró-surdos, constatou-se a presença majoritária de pessoas com trajetória religiosa em outras renomadas instituições que atuam nesse mercado, como exemplo, o Instituto Nacional de Idiomas – INILIBRAS – Treinamento e consultoria, com sede em Santo Amaro, com agentes de trajetória pentecostal e de testemunhas de Jeová; Educalibras, com sede na Vila Guilherme, com agentes de trajetória protestante e testemunhas de Jeová; Centro Educacional Cultura Surda, com sede no Butantã, com agentes de trajetória de testemunhas de Jeová. Essas instituições possuem ampla inserção em domínios diversos, com destaque para parcerias que são estabelecidas

¹⁸² O que será feito considerando a minha trajetória pessoal de estudante de *libras*.

¹⁸³ A mesma igreja do vereador Carlos Bezerra Jr, que propôs a lei de libras no âmbito municipal (lei 13.304, de 21/01/2002).

com secretárias de educação em diversos níveis do Estado, bem como universidades e grandes empresas.

Identificou-se também que outras agências vinculadas às *deficiências* também têm ganhado bastante visibilidade e, no interior delas, o especialista em surdez geralmente possui trajetória protestante. É o caso, por exemplo, da ONG Vez da Voz, que atua com a inclusão em geral da *pessoa com deficiência*. Na questão da surdez, pela Internet, a ONG apresenta cursos de *libras* e também um telejornal nessa língua. Quem atua nessa questão são dois intérpretes, um de trajetória pentecostal e outra de trajetória batista. Esta mesma intérprete batista, também integra a ONG Mais Diferença – com sede em Pinheiros, com ampla atuação na formulação em políticas de inclusão para *pessoas com deficiência* – além de ser colaboradora voluntária da Associação de Surdos de São Paulo. Outro exemplo pode ser dado: a Associação para Valorização de Pessoas com deficiência – AVAPE, com ampla atuação histórica na área da promoção das *pessoas com deficiência* e que produz, regularmente, por meio de sua TV Sentido, programas demonstrando o cotidiano, a superação, os direitos e o mercado das *pessoas com deficiência*. Um de seus quadros apresentados chama-se “Aprenda LIBRAS”, no qual são ensinados sinais referentes a um campo semântico selecionado. Quem apresenta tal programa, geralmente com a ajuda de um *surdo*, vinculado ao movimento social, é Vinicius Nascimento, de trajetória batista e mestrando em lingüística aplicada pela PUC-SP, pesquisador de língua de sinais. Ou seja, o processo de publicização dessa surdez em diversas instâncias está também vinculada à atuação majoritária de protestantes.

Nesse processo de publicização da *libras* para além das congregações religiosas, nenhum caso é mais paradigmático do que a atuação de uma intérprete de trajetória batista, treinada também pelo pastor Arriens, chamada Rebeca Nemer. Ela é bastante conhecida no meio protestante e para além dele, tendo produzido alguns CDs e DVDs em que canta, dança e interpreta para *libras*, a saber, *Mãos que Cantam e Encantam*, *Sou diferente* e *Tudo de bom*. Participou também como intérprete do filme dirigido por Maurício de Souza *Cine Gibi* (Paramount Filmes, 2004), da Turma da Mônica, o primeiro a ter como opção de legenda a tradução para *libras*. Nesses trabalhos voltados para um público infantil, a intérprete também apresenta o *coral de mãos*, tal como o pastor Arriens e uma miríade de intérpretes.

O que faz Nemer bem conhecida é a sua interpretação do *Hino Nacional* para a *libras*, performance que apresentou nos principais programas da televisão brasileira, publicizando essa língua¹⁸⁴. Entre os programas que participou pode-se citar: Gente Inocente, Leão Livre, A Casa é Sua, Programa do Jô, Fantástico, Xuxa Parque, Planeta Xuxa, Hebe, Eliana, Sem Censura, Flash, Sandy e Júnior, Mulheres, Super Pop, TV Fama, Programa Livre, RG, Matéria Pública, Raul Gil, Roni Von, além de outros programas de TV regionais. No programa do Jô Soares, por sua interpretação do *Hino Nacional*, foi aplaudida por toda a platéia de pé, o que fez dela ainda mais conhecida. Nemer está tão associada a essa performance, que interpretou também para *libras* tal hino na Câmara dos deputados em Brasília¹⁸⁵. Por meio de seu site oficial, Nemer afirma ter o seu trabalho divulgado inclusive em Portugal e Estados Unidos. Não menos importante, além disso, é essa intérprete que iniciou a prática da interpretação televisiva na Igreja Internacional da Graça de Deus do Missionário R.R. Soares, em 2000.

Certamente esse é o caso de divulgação da *libras* mais centrado no carisma individual de uma pessoa, mas a participação de pessoas com trajetória protestante na mídia também se dá de modo impessoal. Desde o reconhecimento dessa língua, propagandas oficiais do Estado, de partidos políticos e também informes recomendando a faixa etária para a audiência também passaram a ser interpretados, sendo utilizando o quadrado em um canto inferior na tela da televisão, seguindo o modelo experimentado por religiosos carismáticos e neopentecostais. Esse foi o momento em que os intérpretes de trajetória protestante, inclusive pastores, também passaram a atuar desse modo na televisão.

Não é apenas por meio de associações e ONGs que pessoas com trajetória religiosa têm presença nesse mercado. Algumas pessoas passaram a atuar fazendo intermediação entre empresas contratantes e intérpretes e professores de *libras*, além de também colocarem *surdos* no mercado de trabalho. Não raro, essa posição de poder é ocupada por pessoas que são líderes no meio religioso, tornando-se líderes também no mercado. Muitos acabam realizando algum tipo de atividade desse tipo no interior do próprio ministério com surdos

¹⁸⁴ Nos anos 1980, o pastor luterano Sander foi também bastante conhecido por tal performance, a tradução do *Hino Nacional*.

¹⁸⁵ Dados informados por seu site oficial <http://www.rebecanemer.com.br/surdos/index.html> Acesso em 18/05/2010. Algumas de suas participações nesses programas podem ser vistas pelo site www.youtube.com

das congregações batista, sendo este um local importante para anúncio de diversas oportunidades profissionais.

Como todo mercado, esse é um processo de intensa negociação por preços tidos como justos pelo oferecimento de cursos, prestação de consultorias, colocação em postos de trabalho e atuação na interpretação. Por conta disso, a organização da classe profissional de intérprete ocupa uma posição de destaque. Como exemplo, os intérpretes envolvidos na fundação da APILSBESP, presididos pelo pastor luterano Sander, tiveram um papel de negociação fundamental no pagamento de trabalho de interpretação, quando da realização do Fórum Nacional da Educação, em 2004. Nesse caso específico, o esforço dos profissionais envolvidos foi fazer com que o pagamento para a tradução para a *libras* fosse compatível com o valor para as demais línguas orais (português, inglês, francês, espanhol, entre outras)¹⁸⁶.

Nesse processo, mesmo instituições que afirmam estar envolvidas com os *surdos* há mais de um século e que nada tem a ver com o protestantismo, de certo modo, não podem prescindir dos agentes com tal trajetória religiosa para o desenho dessa normatividade em suas ambientes. É o caso, por exemplo, do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), existente desde 1857. Nos congressos anuais dessa escola, é notável como os protestantes ocupam essa posição fundamental de mediação entre os intelectuais da surdez e o público *surdo*. Em 2005, a comissão de intérpretes do evento foi coordenada por um intérprete batista e a equipe, proveniente de diversos estados do Brasil, era composta exclusivamente por batistas e uma testemunha de Jeová. No congresso dessa instituição em 2007, Marília Moraes Manhães coordenadora do ministério com surdos da Junta das Missões Nacionais e autora de *O clamor do silêncio*, analisado no segundo capítulo, integrava a equipe. Como também foi afirmado no primeiro capítulo, paróquias católicas e associações de surdos incorporam essa disciplina que institui e consagra os *surdos* com falantes de outra *língua* e dotados de outra *cultura* na medida em que absorvem agentes e práticas provenientes de congregações protestantes.

É mesmo comum que, em eventos científicos, a coordenação da equipe de intérpretes seja realizada por pessoas de trajetória protestante, como foi o caso do 9º Congresso

¹⁸⁶ Como considera Bourdieu (1998) as línguas podem ser equivalentes do ponto de vista lingüístico, mas jamais do ponto de vista sociológico. Elas recebem preços diferentes no mercado de bens simbólicos, o que se traduz em valor econômico diferenciado.

Internacional de Aspectos Teóricos das Pesquisas nas Línguas de Sinais, ocorrido em Florianópolis, em 2006, o maior evento científico da lingüística das línguas de sinais do mundo, que teve por coordenação científica geral Ronice Quadros. A equipe de intérpretes de *libras* foi coordenada pelo pastor e pedagogo Ricardo Sander, também de trajetória luterana, como Quadros.

A concorrência da classe profissional dos intérpretes torna-se um dado constituinte do campo. A organização da classe por meio de associações e por listas de discussão da Internet – como exemplo, a lista de discussão da Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais Brasileira do estado de São Paulo (APILSBESP), entre outras – é fundamental para o fortalecimento de interesses comuns, a defesa da profissão, informes sobre cursos e eventos e o estabelecimento de parâmetros éticos e mercadológicos. Os mais experientes tendem a não aceitar trabalhos que não sejam oferecidos com preços considerados justos à atuação. Contudo, os mais novatos, em busca de projeção e visibilidade, tendem a aceitar trabalhos vistos como não bem remunerados, o que causa atritos entre colegas. Um importante elemento de distinção para atribuição de preço mais alto na prática de interpretação consiste a fluência no que é tido como a *libras*, o uso dos sinais em um manejo distanciado português. De outro modo, o uso do *português sinalizado*, o manejo dos sinais colocados na sintaxe do português, confere um menor preço e pode mesmo prejudicar a carreira do intérprete.

Além disso, em diversas faculdades, após o reconhecimento jurídico da *libras*, são os intérpretes de trajetória religiosa que acabam tendo um papel importante em diversos planos para a definição da disciplina que regula *surdos* como um grupo com particularidade étnico-lingüística. Além de interpretar a aula, cabe a ele também explicar as especificidades desses alunos para professores e funcionários da instituição, argumentando sobre o estatuto de língua da *libras* e o modo como *surdos* utilizam a língua portuguesa como segunda língua, bem como características de sua *cultura* específica. Cabe a ele preparar a disciplina espacial necessária para a inserção de *surdos* em diversas ocasiões e eventos, definindo onde *surdos* e intérprete ficarão posicionados, tal como se deu na congregação religiosa. Desse modo, são relações muito semelhantes às estabelecidas no âmbito religioso que são postas em outros domínios, de modo que o intérprete continua sendo o mediador fundamental em diversos planos.

Ter trajetória religiosa confere capital e habilidade para a atuação pública junto a essa língua. Considerando o caso específico de pessoas que se afirmam *surdas*, foi identificado que há professores de *libras* com trajetória católica, protestante, pentecostal e de testemunhas de Jeová. Nesse caso, a trajetória católica, ainda que somente escolar, confere mais capital social e político nessa rede, do que as de outras instituições religiosas. Contudo, no âmbito propriamente do mercado, a distinção de trajetória de instituição não é absolutamente determinante, visto que todas elas habilitam a seu modo na fala pública em *libras* e, geralmente, oferecem condições primárias para o treino do ensino dessa língua em cursos oferecidos em paróquias e congregações.

De outro modo, considerando o caso específico de pessoas que se afirmam *ouvintes* e atuam como intérpretes, a trajetória religiosa define hierarquias mais fortemente. Protestantes em geral (com destaque para batistas) ocupam posições dominantes no campo profissional dos intérpretes, por uma série de razões, a saber: formularam tal performance em um sentido ético e estético, organizam-se em entidades de classe, atuam fortemente no movimento social interpretando ativistas políticos, militaram pelo reconhecimento jurídico da profissão, são os professores de tal performance, investem em uma prática centrada no carisma individual, desdobrando tal carisma inclusive para a mídia televisiva.

Testemunhas de Jeová, apesar de estarem bem representadas em tal mercado, ocupam posições subordinadas por algumas razões. Em sua atuação profissional como intérpretes, algumas atividades que conferem visibilidade e capital são interditas a elas, a saber: a atuação em controvérsias sociais, a interpretação de políticos (vinculados a partidos políticos, governo e movimento social), do hino nacional e demais ritos cívicos. Além disso, como foi demonstrado no terceiro capítulo, não faz parte das práticas de sua instituição a formação do intérprete, nem mesmo o desenvolvimento do carisma individual quando essa performance é necessária. É bem verdade que o membro individual testemunha de Jeová pode neutralizar todos esses interditos teológicos em nome do dever profissional, outro importante valor religioso seu, passando a interpretar controvérsias sociais, fala de políticos e ritos cívicos. Desse modo, ele pode ganhar capital no mercado ao colocar em risco as posições e sua reputação na congregação religiosa. Por tudo isso, de modo geral, em tais âmbitos protestantes lideram.

É necessário considerar que, geralmente, essa inserção profissional do intérprete, do professor de *libras* e, também, do intelectual ocorre pela omissão da trajetória religiosa. Como geralmente tais agentes estão se colocando em termos profissionais, a trajetória religiosa passa a ser um dado que não precisa ser considerado, sendo, muitas vezes, deliberadamente ocultado. Os intérpretes que atuam na mídia, não raro, afirmam que aprenderam *libras* com amigos *surdos*, ou em cursos da FENEIS, o que não deixa de encontrar respaldo nos fatos. O próprio uso do qualificativo *profissional* para nomear a Federação Brasileira dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias-intérpretes de Língua de Sinais também é assumidamente um reforço na afirmação do profissionalismo dessa atuação, o que deve sobrepor-se ao caráter assistencialista e religioso anterior.

Contudo, o pastor Arriens diante da proliferação da atuação profissional secular com a *libras* e, como consequência, um aparente abandono dos ministérios com surdos, reage em sua prédica pastoral. Em 2007, no seu congresso internacional, o lema do evento foi *Profissionais, porém Sacerdotes*, reforçando a idéia de que a atuação profissional secular é legítima e necessária para a inclusão dos *surdos* – o que ele mesmo faz – tendo atuando historicamente em diversos domínios, políticos e acadêmicos. Entretanto, a atuação profissional não deve em hipótese alguma implicar o abandono da missão, o alcance do *povo surdo*, pois foi ela que possibilitou o crescimento primeiro do intérprete. Mesmo quando este galga postos profissionais e acadêmicos, ele deve lembrar-se de que seu corpo é canal da *palavra maior* e sua atuação é precisamente a operacionalização prática do *effata* proferido por Cristo.

4.6. Considerações finais

O foco fundamental deste capítulo foi a circulação de agentes com trajetória religiosa em domínios não religiosos. A análise iniciou-se considerando como as instituições religiosas Igreja Católica, Igrejas Batistas e Testemunhas de Jeová, objetos desta tese, estão integradas ao que os agentes sob análise denominam *comunidade surda*. Constatou-se que a Igreja Católica desempenha um papel primário no processo associativo de pessoas com surdez, dada a sua relação de longa duração com a educação e as associações civis de

surdos, bem como é uma forte organizadora da distribuição de capital social e político nessa rede. As congregações da Igreja Batista estão bastante integradas a essa rede usuária de formas de sinalização, visto que a circulação é chave no modo como ela concebe a sua missão com surdos. De outro modo, Testemunhas de Jeová posicionam-se de modo mais sectário, apesar de ampliar significativamente essa rede de usuários de língua de sinais, ao esquadrihar residências nas quais há *surdos*, modo como operacionalizam a universalização do cristianismo.

Demonstrou-se que a categoria *comunidade surda* é também política e determinados agentes podem falar de maneira legítima em nome dessa totalidade, sobretudo agentes vinculados à FENEIS. Fundada em 1987, no exato momento de fechamento da FENEIDA, essa instituição bem expressa o momento inaugural no qual a categoria *surdos* passou a implicar sujeitos de direitos diferenciados não coincidentes com os sujeitos de direitos relacionados ao termo *deficientes auditivos*. Fundou-se então uma fronteira simbólica que se radicalizou nos anos seguintes, fazendo do *deficiente auditivo* um outro do *surdo*¹⁸⁷. Além disso, tal instituição desde sua fundação se fez representar em instâncias do governo federal. Iniciou suas atividades com apenas dezesseis associações filiadas e, atualmente, conta com mais de cem. Além disso, é filiada à Federação Mundial de Surdos, o que confere a ela a posição de representante legítima de *surdos* no Brasil.

Neste capítulo, também foi explicitado o intenso trânsito entre ativistas políticos da FENEIS e intelectuais da surdez. Em grande medida, os intelectuais mais representativos da surdez afirmada como particularidade lingüística, de algum modo, cruzaram e colaboraram com tal instituição, bem como são os especialistas ouvidos em instâncias do Estado. De modo complementar, ativistas políticos da FENEIS apropriam-se de tais formulações científicas dos intelectuais para elaborar os seus argumentos políticos, bem como são colaboradores desses mesmos intelectuais. Assim, essa proximidade entre agentes faz com que a surdez como particularidade étnico-lingüística ganhe contornos científicos e políticos.

¹⁸⁷ Essa dicotomia *surdo* versus *deficiente auditivo* é traduzida em termos de reivindicações de direito. Como exemplo, Neivaldo Zovico, ex-diretor da FENEIS, em palestra no Instituto Santa Teresinha, em novembro de 2009, fez a seguinte distinção explicando o que diferencia essas pessoas: o *deficiente auditivo* i) não é usuário da *libras*; está mobilizado em busca de aparelhos auditivos; não participa de associações de surdos; iv) não aceita ser chamado de *surdo*; v) solicita intérprete oro-facial. Do outro lado, o *surdo*: i) é usuário da *libras*; ii) está mobilizado pela defesa da *libras*, da cultura e da *comunidade*; iii) participa de associações de surdos; iv) não aceita ser chamado de *deficiente auditivo* e v) solicita intérprete da *libras*.

Com relação ao cruzamento entre movimento social surdo e agentes com trajetória religiosa, foi demonstrado que apesar de agentes com trajetória católica estarem na base de fundação da FENEIS, em verdade, são os agentes com trajetória protestante que de fato foram peças fundamentais da formulação política da surdez como particularidade étnico-lingüística. Como os ativistas políticos, que se designam *surdos*, discursam e atuam publicamente utilizando a *libras* – em eventos políticos e acadêmicos, em órgãos do Estado e na televisão –, são sobretudo os agentes com trajetória protestante que passaram a atuar profissionalmente como intérpretes nessa questão. Além disso, como também foi afirmado, diversos são os intelectuais posicionados em instituições universitárias que possuem trajetória protestante.

Desse modo, há uma intensa circulação no interior da FENEIS entre ativistas políticos, intelectuais e religiosos. Sendo essas marcações mais posições de agentes do que propriamente grupos de pessoas, visto que geralmente uma mesma pessoa pode ocupar mais de uma posição, o que potencializa, ainda mais, a formulação da surdez como particularidade étnico-lingüística, pois está posta em uma linguagem a um só tempo religiosa, científica, pedagógica e política. É precisamente a densificação desse discurso que garantiu a tradução dessa concepção de surdez em normatividade jurídica. Como foi afirmado também, tal trâmite ocorreu, entre outros meios, pela mediação da então senadora Benedita da Silva, de trajetória religiosa pentecostal.

Por fim, foi considerado a emergência do mercado da *libras*, argumentando como esse bem simbólico tornou-se passível de valoração econômica. Identificou-se que a trajetória religiosa confere habilidades que se traduz em capital nesse mercado. São sobretudo os protestantes que ocupam posições dominantes na atuação profissional, apesar de testemunhas de Jeová estarem também bem representadas nesse mercado.

CONCLUSÃO

Esta tese tratou do processo histórico de constituição da surdez afirmada, performatizada e normatizada como particularidade étnico-lingüística. Partiu-se da hipótese de que a surdez mais do que um dado da natureza, em verdade é o efeito de configurações discursivas de saber-poder. Foi demonstrado o modo com agentes, saberes, práticas, disciplinas e categorias regulam corpos surdos. A análise da emergência dessa forma de regulação da surdez considerou um amplo universo empírico, dados da Igreja Católica, das Igrejas Batistas, das Testemunhas de Jeová e, em menor grau, da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Foi explicitado ao longo da reflexão como essas instituições produziram em seus rituais descontinuidades em termos de audição, *língua* e *cultura* entre pessoas e como essas formulações migraram para outras instâncias traduzindo-se em normatividade jurídica.

O que há de mais persistente na história de longa duração da surdez é um ideal apropriado do milagre bíblico do *effata* descrito no evangelho de Marcos (7.31-37). Em tal passagem, após Cristo pronunciar tal palavra, abriram-se os ouvidos e soltou-se a língua do *surdo-mudo*. Tal ideal de abertura mágica ainda ecoa desenhando todas as práticas disciplinares produtoras da surdez. A emergência de congregações católicas, as quais posteriormente fundaram institutos para o cuidado, educação e catequese de *surdos-mudos*, estão nesse registro. Todas as grandes etapas de educação de surdos referidas nesta análise, *oralismo*, *comunicação total* e *bilingüismo*, foram formuladas como meio de operacionalizar a abertura do corpo surdo para o mundo. As técnicas de reabilitação como a oralização, o aproveitamento de resíduos auditivos por meio de tecnologias, o ensino da leitura labial são práticas provenientes de territórios católicos que, em um processo histórico de longa duração, tornaram-se técnicas seculares, fundamentadas na ciência. O implante coclear é a prática médica mais recente que teatraliza em novos termos, com manipulação biológica do corpo, o milagre cristão. Ainda no contexto religioso, o pentecostalismo não cessa de encenar a cura do *surdo-mudo* em suas congregações, a exemplo da Igreja Internacional da Graça de Deus, na qual em culto televisionado, o missionário R.R. Soares proclamou ter realizado a cura do *surdo* por meio de sua saliva, tal como Cristo. Assim, como foi demonstrado ao longo desta tese, a surdez é múltipla e histórica na exata medida em que o

effata o é. Com intenção conclusiva, cabe retomar como as instituições religiosas consideradas formularam recentemente a surdez como particularidade étnico-lingüística.

É necessário iniciar pela instituição que está na base de todo o processo histórico analisado, a Igreja Católica. Nenhuma outra instituição social ocupa uma posição tão basilar na surdez. O alfabeto manual utilizado no Brasil – popularizado por uma canção da apresentadora infantil Xuxa Meneghel no início dos anos 1980 e, também, pela venda de *santinhos* em troca de esmolas em conduções – possui a sua origem em mosteiros beneditinos da Idade Média. Tal alfabeto, com pequenas modificações, migrou para muitos países do Ocidente cristão. Apesar de ele não ser propriamente a língua de sinais, suas configurações de mãos constituem parte fundamental do processo de constituição dos sinais.

A história da surdez é propriamente a história da educação de surdos. Além disso, essa história, em verdade, é o próprio modo como a Igreja Católica atuou nessa questão. Em qualquer breve narrativa histórica sobre a educação de surdos, os nomes de Ponce de Léon, no século XVI espanhol, ou de abade de l'Épée, no século XVIII francês, surgem como referências obrigatórias. Ademais, em verdade, a relação da Igreja Católica com a educação de surdos é bem mais plural do que essa narrativa linear canônica faz supor. É importante considerar que a Igreja Católica guarda uma relação de longa duração com o que atualmente se denomina *deficiência e educação especial*. Historicamente, ela não está apenas vinculada ao cuidado, educação e catequese de pessoas com surdez, mas também de *leprosos*, *paralíticos*, *cegos*, *alienados*, *mudos*, entre uma série de outros sujeitos tidos como *anormais*. Como foi demonstrado, na Europa, o século XIX foi profícuo para a fundação de congregações católicas especializadas no cuidado, catequese e educação de *surdos-mudos*. Posteriormente, ao longo do século XX, e atualmente no Brasil, pelos menos sete congregações católicas atuam de maneira sistemática na educação de *surdos*, estando presentes em todo o território nacional, a saber, a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, Gualadianos da Pequena Missão para Surdos, Irmãs Salesianas do Sagrado Coração, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, Congregação Sociedade das Filhas do Coração de Maria, Filhas da Providência para Surdos Mudos e Associação das Obras Pavonianas de Assistência. Algumas delas vieram da Europa e atuam também em outros países da América Latina, bem como África e Ásia. Além disso, historicamente, religiosos católicos diocesanos e de outras congregações atuaram também

nessa questão, vinculados direta ou indiretamente com a educação, como foram os exemplos dos padres Eugênio Oates (redentorista norte-americano) e Vicente de Paulo Penido Burnier (diocesano).

É importante considerar que a Igreja Católica está mesmo na base do que se tornou a educação oralista. O objetivo de tal educação era prover os bens de salvação da Igreja por meio dos sacramentos, das orações e da liturgia da missa ao *surdo-mudo*, todos esses bens intrinsecamente orais. Considerando especificamente o caso das escolas no Brasil – mesmo instituições atualmente laicas, como o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Rio de Janeiro, bem como as escolas especiais municipais –, historicamente, elas não prescindiram da atuação de agentes católicos em seus domínios. Em grande medida, foram fundadas tendo a escola especial católica para *surdos-mudos* como modelo.

Assim, importante considerar que, devido ao fato de geralmente pessoas com surdez nascerem em famílias em que todos ouvem e, portanto, separados, a Igreja Católica por meio de escolas é a instituição que está na base de todo processo associativo primário na surdez no Brasil.

Essa posição de relação de longa duração com a surdez e, portanto, de base não é sem efeito. O mais notável a ser considerado é que por associar no sentido mais primário, de garantir sociabilidade entre pares, o processo posterior de associação civil e política está também vinculado à Igreja Católica. Apesar de o processo político de constituição das *associações de surdos-mudos* (posteriormente de *deficientes auditivos* ou de *surdos*) a partir dos anos 1950 não estar descrito, identificou-se nesta pesquisa uma relação de plena continuidade entre a Igreja Católica e essas associações. Portanto, é necessário retomar alguns elementos que explicitam a relação primordial entre associações e Igreja Católica.

Primeiramente, é necessário considerar que as posições de poder das associações são ocupadas por agentes relacionados à Igreja Católica. A exemplo disso, um nome católico destaca-se como grande ícone e articulista político da questão, o padre Vicente de Paulo Penido Burnier. Ele foi presidente por 17 anos da Associação Alvorada Congregadora de Surdos, a primeira associação de *surdos-mudos* do Brasil, fundada em 1953, no Rio de Janeiro. É tal padre referido como um grande unificador das *comunidades de surdos* do Brasil, em grande medida entendidas como sendo as paróquias nas quais há *surdos*. Além disso, tal padre estampa o folder de divulgação da Associação de Surdos de São Paulo,

juntamente com o padre Volmir Francisco Guisso, ambos ora referidos como *surdos*, ora como *deficientes auditivos*.

Há outros elementos que também explicitam a relação da Igreja Católica com as associações. Como exemplo, os freqüentadores da Associação de Surdos de São Paulo, bem como os do Clube dos Surdos de Jundiaí, são os mesmo que estão vinculados às paróquias católicas. Além disso, símbolos religiosos, como imagens de santos, e práticas católicas, como orações e missas, compõem a agenda comemorativa de tais associações. O uso do próprio território da Igreja para a sede da associação ou mesmo o apoio de agentes católicos também são narrativas comumente presentes. Essa relação da Igreja Católica com as associações também se expressa no modo como tais instituições manipulam de maneira intercambiável as categorias *surdo* e *deficiente auditivo*, bem como *surdez* e *deficiência auditiva*. Ademais, o uso do *português sinalizado* como um meio de comunicação legítimo também se apresenta em ambas as instituições.

As associações de surdos possuem um caráter mais recreativo do que político, apesar de, em alguns momentos, também se posicionarem em controvérsias sociais. Contudo, nenhuma outra instituição no Brasil possui a mesma posição representativa política que a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS). Como foi demonstrado no último capítulo, tal instituição emergiu a partir da dissolução da Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (FENEIDA). O padre Burnier, juntamente com outras instituições, inclusive escolas católicas, esteve vinculado à fundação da FENEIDA, em 1977. Na fundação da FENEIS, em 1987, estiveram presentes agentes religiosos da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, Gualadianos da Pequena Missão para Surdos e Associação das Obras Pavonianas de Assistência. Contudo, importante considerar, essa relação entre Igreja Católica e FENEIS está bastante esquecida, plenamente soterrada pela afirmação da agência do grupo *os surdos* como os fundadores da FENEIS e os protagonistas da história. Desse modo, esses elementos evidenciam o papel chave da Igreja Católica para fomentar o associativismo civil na surdez.

Assim, constitui-se uma rede bastante complexa – formada por paróquias, escolas especiais, congregações e associações – de onde pode emergir, no Brasil, o léxico que compõe o que atualmente se denomina *libras*. Tal rede está intrinsecamente vinculada à Igreja Católica. Além disso, apesar de nada pesquisado, o esporte é outro elemento

importante para garantir conexões desses territórios mais diretamente vinculados à Igreja Católica com outros possivelmente mais laicos, como as escolas especiais municipais. Essa rede logo extrapolou o âmbito propriamente institucional, complexificando-se em termos de sociabilidade e circulação. Contudo, como o território católico é anterior e, geralmente, vinculado a camadas médias e altas da sociedade, ele acaba por explicar o estabelecimento de hierarquias no que os agentes sob análise chamam de *comunidade surda*. Assim, é possível afirmar que o vínculo com escolas católicas constitui um organizador da distribuição de capital social e político nessa rede. Quanto mais próximos delas, mais bem posicionados estão os sujeitos na rede sob análise.

Em determinados momentos, o poder do território católico como o mais associativo impõe-se. Festas juninas em instituições católicas e missas comemorativas são exemplares da grande capacidade de tal instituição associar gerações pessoas com surdez que se classificam de modos diferentes, para além de *surdos*, além de demonstrarem manejos diferenciados de sinais, alguns próximos e outros mais distantes da oralidade. Além disso, em tais territórios católicos, sobretudo em momentos festivos, reúnem-se parentes e amigos de pessoas com surdez, profissionais da área, intelectuais de diferentes campos, bem como pessoas com trajetória protestante, intérpretes e pastores. Ou seja, não há equivalentes, em termos de poder associativo, nos territórios protestantes e de testemunhas de Jeová.

Para concluir o modo como a Igreja Católica ocupa uma posição de base nessa história, é importante considerar as publicações pioneiras do padre redentorista norte-americano Eugênio Oates, produzidas com o auxílio do padre Penido Burnier. Oates afirma que a partir de uma vasta pesquisa em todo o território nacional, sistematizou as *mímic*as (ou *gestos*) da *linguagem das mãos*, categorias utilizadas para nomear essa forma de comunicação (Oates [1969] 1988). Essa publicação possui um enorme efeito de cristalização do léxico do que, atualmente, se denomina *libras*, algo que não foi ainda devidamente considerado. Em grande medida, as demais experiências missionárias constituídas no Brasil, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, apropriaram-se dessa publicação para a evangelização e para a produção de novos dicionários.

É digno de nota que em hipótese alguma as publicações de Oates postulam o estatuto de língua da *linguagem das mãos*. Do mesmo modo, em momento algum o padre recomendou o uso das *mímic*as desvinculado do português. Em outra publicação, *No*

Silêncio da Fé, de 1961, livro que traz as principais orações católicas na *linguagem das mãos*, o mesmo apresentou os *gestos* utilizados em estrita concordância com o dito em português. Ou seja, a sinalização não se constituía como algo independente do português, mas como complementar, os sinais estavam postos a serviço da oralidade canônica das orações e sacramentos da Igreja Católica.

Essa relação de longa duração da Igreja Católica com a surdez, bem como a sua posição de base, evidencia-se com notável clareza em suas práticas rituais contemporâneas. Por um lado ela esteve, há muito tempo certamente, vinculada à provisão de bens de salvação pela oralidade. Em um segundo momento, certamente após os anos 1960, a provisão de bens de salvação também passou a se dar pelo o que hoje se denomina *português sinalizado*, a exemplo das publicações de Oates. Contudo, mais recentemente, o discurso da *libras*, o uso dos sinais em separado do português, e dos *surdos*, como um *povo com língua e cultura*, também estão presentes em sua instituição. Por conta disso, seus agentes de poder, a saber, padres, ministros, catequistas e intérpretes, estão, de algum modo, vinculados a todos esses modelos históricos, o que explica o fato de alguns manejarem os sinais mais próximos da oralidade, outros mais distantes, gerando tensões em determinadas paróquias.

Além disso, importante considerar que na Igreja Católica as categorias *surdos-mudos*, *deficientes auditivos* e *surdos*, para além de classificar pessoas, historicamente nomearam escolas, congregações e pastorais, ou seja, domínios da própria instituição, de modo que por vezes essa heterogeneidade de categorias também emerge em suas práticas de maneira conflituosa, atualmente estando presente sobretudo na tensão entre *surdo* versus *deficiente auditivo* e *surdez* versus *deficiência auditiva*. Apesar de a Pastoral dos Surdos do Brasil eleger a categoria *surdo* como legítima, desautorizando o uso de *deficiente auditivo*, com a Campanha da Fraternidade de 2006, na qual a Igreja Católica assumiu o seu compromisso social com a evangelização de *pessoas com deficiência*, a categoria *deficiência* em geral, mas também *deficiência auditiva*, são repostas como legítimas. O que tem gerado tensão, nos domínios da Igreja Católica, curiosamente, análoga à tensão interna aos domínios do Estado entre a surdez como particularidade étnico-lingüística e a *deficiência* em geral.

Assim, como foi argumentado também no primeiro capítulo, desenhou-se um paradoxo exemplar na relação da Igreja Católica com a surdez e língua de sinais. Por um lado, a Igreja Católica está na base da surdez e do processo associativo por meio de congregações, paróquias, escolas especiais, associações, sistematização do alfabeto manual, produção de dicionário, entre outros elementos. Apesar disso, a elaboração da afirmação e performatização da surdez como particularidade étnico-lingüística na qual *os surdos* são um povo com *língua, cultura e história* é algo que lhe é exterior. A normatividade que a categoria *surdo* implica – a saber, uma descontinuidade em relação à categoria *ouvinte* em termos de *língua e cultura*, bem como o uso dos sinais como algo independente do português (o que se impõe como a *libras*) – é algo incorporado pela Igreja Católica na digestão de formulações científicas e protestantes, o que tem redefinindo a fala pública de poder em sua instituição. Assim, nesta Conclusão, é necessário retomar a absoluta descontinuidade que a entrada do protestantismo nessa questão implicou, para que fiquem claras as razões dessa tensão na Igreja Católica.

O final dos anos 1970 e os primeiros anos da década de 1980 é um momento de redefinições no âmbito da surdez. A influência norte-americana já se fazia sentir com a atuação do padre redentorista Eugênio Oates, desde os anos 1940 no Brasil. Tal influência foi intensificada com a multiplicação da atuação missionária voltada para a surdez de outras vertentes do cristianismo, notadamente a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, as Igrejas Batistas da Convenção Batista Brasileira e as Testemunhas de Jeová. Apesar de essas atividades terem se iniciado paralelamente e de modo independente, logo elas vão estabelecer trocas, sobretudo as experiências luteranas e batistas.

A Igreja Evangélica Luterana do Brasil, mais especificamente a sua congregação vinculada à Escola Especial Concórdia, em Porto Alegre – RS, ocupou a posição de dobradiça exemplar nessa história. Por um lado, tal como a Igreja Católica, ela também possui escola especial vinculada à surdez, bem como atuou, de 1966 a 1980, na educação oralista. Além disso, estava de fato integrada a uma rede nacional católica que vincula as escolas especiais relativas à surdez, o que está bem expresso na elaboração do livro *Linguagem de Sinais do Brasil*, de 1983, editado pelos luteranos Harry e Shirley Hoemann e pelo citado padre católico redentorista Eugênio Oates. Os demais autores do livro também são católicos e luteranos. Por outro lado, é essa a instituição que também estabelece mais

claramente descontinuidades com a Igreja Católica nessa questão, o que vai bem caracterizar a entrada do protestantismo na surdez.

Desde os anos 1980, e mais intensamente a partir da publicação de *Linguagem de Sinais do Brasil* em 1983, luteranos lançaram as bases para uma nova elaboração discursiva da surdez, que se dá a um só tempo em uma linguagem científica, religiosa e pedagógica. Um elemento inovador garantiu um crescente distanciamento da Igreja Católica, os religiosos luteranos da questão são intelectuais formados em universidades brasileiras e norte-americanas – são teólogos, psicólogos, pedagogos e lingüistas – e apropriaram-se de maneira inovadora de uma bibliografia norte-americana que já postulava o estatuto de língua natural da *American Sign Language* (ASL), bem como a afirmação da *comunidade surda* como detentora de *cultura* particular. Em consonância com tais teóricos, luteranos inauguram a afirmação do estatuto de língua do que então chamaram de *Linguagem de Sinais do Brasil*¹⁸⁸. Em tal publicação, autores luteranos afirmam ser essa língua a herança cultural da *comunidade de surdos* e, além disso, realizam uma crítica à política pedagógica denominada *oralismo*. Para tanto, em sua formulação teológica, luteranos postulam, inspirados na máxima paulina, na qual se afirma a necessidade de *ser fraco para com fracos*, a necessidade de *ser surdo para com surdos*. É no bojo dessa elaboração científica e religiosa, que luteranos formulam a *comunicação total* no Brasil, afirmando que a surdez deve ser vista como diferença: particularidade lingüística e não deficiência.

No novo modelo pedagógico que se elabora, denominado *comunicação total*, o objetivo da educação deixa de ser o ensino da oralidade e passa a ser o ensino do conteúdo escolar. Para tanto, todos os modos possíveis de comunicação são utilizados, a saber, a fala, a leitura labial, o aproveitamento de resíduos auditivos, a escrita, o desenho, o teatro, a mímica e, também, a língua de sinais. Assim, no contexto luterano, a língua de sinais torna-se um meio legítimo de instrução e comunicação no âmbito escolar. Importante considerar que, contudo, na disciplina conformadora da *comunicação total*, apesar de os sinais serem

¹⁸⁸ Importante considerar que a lingüista Lucinda Ferreira Brito da UFRJ paralelamente também elaborou no início dos anos 1980 a afirmação do estatuto de língua do que posteriormente chamou de *língua de sinais dos centros urbanos*. Na elaboração das pesquisas para esta reflexão não foram identificadas as motivações que aproximaram tal autora da língua de sinais e surdez. Mas de acordo com informantes, essa pesquisadora logo passou a circular em eventos da região Sul, aproximando-se do contexto luterano. Ao longo de sua carreira, teve por público fiel de suas palestras e cursos agentes com trajetória religiosa, protestantes em geral e testemunhas de Jeová.

afirmados como língua, eles não eram manejados em separado do português, pois eram utilizados de maneira complementar à fala.

Outro ponto importante a ser considerado com relação a luteranos, é que desse meio emergem intelectuais de notável notoriedade na surdez, como exemplo, a lingüista Ronice Quadros (UFSC) e diversos outros intelectuais que circulam ao seu redor e no grupo de estudos de Carlos Skliar, quando professor da UFRGS. Além disso, outro nome de suma importância impõe-se, o pastor luterano e pedagogo Ricardo Ernani Sander, um divulgador da *comunicação total* em nível nacional, ativista político atuantes na FENEIS e pioneiro na performance da interpretação. Dada a centralidade de luteranos nesse processo, o poder nessa rede perde a centralidade do Rio de Janeiro e desloca-se, parcialmente, primeiramente para Porto Alegre – RS e, posteriormente, para Florianópolis – SC.

Certamente luteranos são importantes para o desenho dessa nova surdez. Contudo, tal instituição não possui ampla inserção nacional, estando bastante restrita ao Sul do país e algumas cidades dos estados do Espírito Santo e Mato Grosso. É outra instituição que disseminou de fato essa concepção de surdez para todo o território nacional, a Igreja Batista da Convenção Batista Brasileira, a qual possui ampla inserção em grandes e médias cidades de todo o país. Por um lado, batistas dão continuidade ao processo desencadeado por luteranos, por outro, produzem uma disciplina bastante particular. Considere-se tal argumento.

De acordo com relatos de informantes, batistas estão nessa questão desde o final dos anos 1970, com a vinda de missionários norte-americanos para a região de Campinas, no estado de São Paulo. Ainda nos anos 1980, eles se apropriaram do livro católico de Eugênio Oates para aprender *os gestos* necessários à evangelização de *surdos*. Além disso, também incorporaram muitos dos argumentos luteranos. Como exemplo, suas primeiras publicações, o dicionário *Comunicando com as mãos* (1987) e *O clamor do silêncio* (1991), expressam que operavam na *comunicação total*, ou seja, os sinais eram o meio de comunicação privilegiado para evangelizar *os surdos*, embora não fosse único. Além disso, concebiam a missão com surdos inspirados na máxima paulina, buscando *ser surdo para com surdos*, tal como luteranos elaboraram em *Linguagem de sinais do Brasil*.

Tal como realizaram luteranos, batistas também progressivamente se apropriaram da produção científica sobre surdez e língua de sinais. As fundamentais instâncias divulgadoras

de tal missão, como foi analisado, o Ministério com Surdos da Junta das Missões Nacionais e as oficinas do pastor Marco Antonio Arriens, sistematicamente absorvem a produção nacional da lingüística e da pedagogia sobre língua de sinais e surdez. Não menos importante, teorias do teatro, pela mediação de Arriens, compõem também o seu projeto missionário, bem como a lógica da missão transcultural, na qual um *povo* é considerado alcançado a partir da tradução da bíblia e da conversão para o cristianismo de pelo um autóctone. Em síntese, as congregações batistas produziram um amálgama discursivo muito amplo, com elementos da Igreja Católica (o léxico de Oates), a elaboração da *comunicação total* da Igreja Evangélica Luterana, as produções científicas sobre surdez e língua de sinais, teorias do teatro, a lógica da missão transcultural, produzindo, por fim, um projeto missionário no qual *surdos* são um *povo não alcançado* pela missão cristã, com *língua, cultura e história* particulares.

Importante considerar que é no meio batista onde de maneira mais acabada elaborou-se um personagem fundamental dessa história: o intérprete de língua de sinais – sendo ele primeiramente o missionário com surdos e posteriormente o técnico profissional com ampla atuação no mercado laico. Historicamente ausente no meio católico, timidamente presente no meio luterano (com as notáveis exceções de Sander, Quadros e Prieto), o intérprete em verdade é o cerne absoluto da missão batista com surdos. As publicações da Junta das Missões Nacionais, bem como a atuação de Arriens, formulam em grande medida o missionário com surdos como o intérprete de língua de sinais, sendo a sua atuação a melhor maneira possível de garantir que o cristianismo alcance o *povo surdo*. Como a língua de sinais não possui escrita, a multiplicação desses agentes em todas as congregações da nação tornou-se a possibilidade do alcance. Importante considerar que esse é um movimento de leigos e, portanto, não se iniciou da alta hierarquia das congregações. Assim, ele foi disseminado e produzido a partir das agências de jovens batistas que argumentaram e pleitearam a fundação de tais ministérios em suas congregações locais. O que somente se produziu na medida em que o missionário intérprete convenceu pastores e congregação quanto à necessidade de fundar um ministério para salvar *os surdos*, afirmados como um *povo não alcançado*, o que demandou recursos financeiros e espaço nas congregações, em eventos missionários e no palco durante o culto. Ademais, coube também ao intérprete apropriar-se de saberes sobre *os surdos* e, portanto, não raro, apropriou-se da produção

científica sobre surdez e língua de sinais. Foi função também do intérprete, evidentemente, a busca de *surdos* na *comunidade* para a efetivação do ministério. Assim, o intérprete tornou-se a um só tempo o agente mediador, por excelência, com muito poder na congregação local, ao mesmo tempo também um especialista em língua de sinais e *cultura surda* e, portanto, agente chave na elaboração e rotinização da surdez afirmada como particularidade étnico-lingüística nas congregações protestantes.

Importante considerar que a invenção do intérprete batista institui uma disciplina muito específica. Diferentemente da missa católica, o culto protestante é exclusivamente oral, pois suas partes constitutivas são oração, louvor, pregação, leitura e testemunho. De modo que o culto pode ser plenamente experimentado de olhos fechados. Contudo, para garantir a inserção de *surdos*, tudo passou a ser mediado pelo intérprete. Assim, desenhou-se uma disciplina espacial e corporal, na qual as pessoas na congregação dividiram-se entre *surdos* e *ouvintes*, forjando-se assim um jogo de espelho gerador, no qual e somente a partir do qual, qualquer traço atribuído ao *surdo* (ou ao *ouvinte*) fosse indicializado à categoria *cultura surda* (ou *cultura ouvinte*). A *libras*, a gestualidade, a corporalidade, a imagem, a expressão facial, entre outros elementos são referidas aos *surdos*. Inversamente, o português, a oralidade, a palavra, a música, o tom de voz, a intensidade, a prosódia oral, entre outros elementos são referidas aos *ouvintes*. Como foi afirmado na Introdução desta tese, para além dessas marcações mais evidentes, uma série de outras começam a compor *a carne e o sangue* do discurso da *cultura surda*, em verdade traços particulares plenamente aplicáveis à natureza dos *ouvintes*, contudo, plausíveis de serem referidos exclusivamente aos *surdos*, o que instituiu definitivamente uma concepção culturalista na surdez, algo disseminado no senso prático dos agentes sob análise.

A passagem da *comunicação total* para o *bilingüismo* está bem expressa no controle sobre o próprio corpo do intérprete batista. Na publicação do primeiro *O clamor do silêncio*, de 1991, recomenda-se que o intérprete faça uso da articulação, sem vocalização, bem como deveria realizar cursos sobre a *comunicação total*, o *oralismo* e saber aproveitar os resíduos auditivos dos *surdos*. Com a incorporação de trabalhos científicos que pleiteiam o *bilingüismo*, o que está expresso na segunda edição de *O clamor do silêncio*, de 2002, o intérprete passou por um novo processo de regulação. A partir de então, ele teve que unicamente basear sua atividade prática na tradução do que passou a ser visto como dois

sistemas lingüísticos independentes, o português e a *libras*. Tornou-se tabu o uso dos sinais colados na sintaxe do português, bem com o uso da articulação, práticas estas que podem corromper a carreira de um intérprete e causar a completa desvalorização financeira de sua atuação profissional. Assim, de fato, protestantes batistas performatizaram ritualmente – se não diariamente certamente semanalmente – os *surdos* como um *povo* com *língua* e *cultura*. Fez parte desse processo a máxima estetização da *libras*, condição para que a sinalização vista, historicamente, como *macaquice*, pudesse ocupar o palco, o centro do culto dominical, tornando-se um bem religioso, um meio de adoração, louvor e pregação.

Se historicamente no contexto católico são dois padres os nomes bastante referidos no processo analisado – padres Eugênio Oates e Vicente de Paulo Penido Burnier – no contexto protestante os nomes de Ricardo Ernani Sander e Marco Antonio Arriens destacam-se. Em grande medida, os dois atuaram como agentes fundamentais para a formulação da performance do intérprete. Sander é o pioneiro modelo, que ainda nos anos 1980 atuou sistematicamente em diversas instâncias da sociedade brasileira disseminando a *comunicação total* na qual os sinais são elementos importantes. Tornou-se famoso por sua interpretação pioneira do *hino nacional*. É o tradutor do código de ética dos intérpretes, originário dos Estados Unidos da América, posteriormente publicado no site da FENEIS, em *O clamor do silêncio* de 2002, na apostila de formação de Arriens e em Quadros (2004). Mais recentemente, foi o grande articulista político para a fundação de associações estaduais de intérpretes e a fundação da federação nacional (FEBRAPILS) da qual é presidente, esta filiada à Federação Mundial dos Intérpretes de Língua de Sinais, processo de filiação em que foi mediador chave. Além disso, foi um militante fervoroso e vitorioso no reconhecimento jurídico da profissão¹⁸⁹. De outro modo, o pastor Arriens é o grande formador técnico dos intérpretes no país, tendo atuado em praticamente em todos os estados da nação, bem como em outros países. É o exemplo mais bem acabado do amálgama discursivo batista que sintetiza produções científicas dessa nova surdez, teorias do teatro e a lógica da missão transcultural. Assim, pela mediação desses dois agentes, Sander e Arriens, e posteriormente pela atuação de seus milhares de discípulos, o intérprete – primeiramente um agente missionário e posteriormente um profissional laico – é de fato e direito uma produção protestante.

¹⁸⁹ Lei Federal 12.319/2010.

Por fim, é importante considerar que é do meio batista que tal teologia-prática – a performance da interpretação e um projeto missiológico no qual *surdos* são um *povo* com *língua* e *cultura* – irradiou-se para todo o campo religioso brasileiro, para demais protestantes históricos, pentecostais, neopentecostais e fez retornar os sinais em uma nova roupagem para a Igreja Católica. É precisamente essa nova disciplina protestante, fundamentada na ciência, que migrou.

É necessário considerar também o caso das Testemunhas de Jeová, analisado no terceiro capítulo. A sua atividade missionária com surdos também se desenvolveu de maneira paralela a luteranos e batistas. De acordo com relatos, iniciaram suas atividades a partir do início dos anos 1980, em Niterói no Rio de Janeiro e, posteriormente, ela se expandiu para todo território nacional. O que há de particular em suas práticas é que as Testemunhas de Jeová rompem com o modelo de evangelização e congregação de *surdos* centrado no intérprete. De acordo com o modo como tal instituição expande-se, por meio da fundação de novas congregações oriundas da divisão de outras, além disso, somado ao fato de ela ser uma grande tradutora para muitas línguas e publicadora de seus materiais, ela atua nessa questão da surdez fundando congregações em língua de sinais – na qual todos utilizam essa língua, independente dos membros terem surdez ou não –, bem como ela produz as suas publicações em vídeos nessa língua.

Com relação a essa instituição, conclui-se que ela também é uma grande instituidora da surdez como particularidade lingüística no Brasil. Ela forma oradores fluentes em língua de sinais, traduz suas publicações para essa língua e os publica em vídeos, realiza filmes bíblicos nos quais todas as personagens utilizam língua de sinais, reúne milhares de pessoas fluentes em tal língua em grandes eventos, bem como produziu um dicionário específico, reproduzindo em grande medida vários elementos presentes no dicionário do padre redentorista Eugênio Oates. Ademais, não menos importante, ela mapeia todas as residências da região da congregação em busca de *surdos*. O que progressivamente garante que pessoas com surdez, as quais de outro modo não teriam acesso a essa língua, entrem em contato com ela. Todo esse processo desenhou-se nessa instituição de maneira absolutamente centralizada. Se não exclusivamente de cima para baixo, pelo menos perto disso. Diferentemente do modo como protestantes disseminaram tal prática, de maneira bem mais

horizontal, descentralizada, com muito destaque para a agência de leigos, os missionários-intérpretes.

A especificidade das testemunhas de Jeová é que em todo o ritual e em todas as suas publicações não há propriamente a elaboração discursiva de uma missão para um grupo particular, o *povo surdo*, nem mesmo a utilização diversificada da categoria *effata*. Nem mesmo há a apropriação das categorias antropológicas da missão, como *povo*, *nação* e *cultura* para a aplicação particularista na surdez. O que as diferencia bastante de católicos e protestantes. Ainda que essas marcações particularistas possam fazer parte das interações ordinárias entre os seus membros, na fala ritual a marcação *surdo* e *ouvinte* não é operada. A marcação fundamental que estrutura suas práticas é *ser testemunhas de Jeová* e, portanto, *salvo*, *eleito* e *cristão*, ou ser o oposto disso. Ademais, tal marcação se dá por meio do uso de uma língua particular, a qual geralmente não precisa ser sequer nomeada. Como exemplo, no filme bíblico que chamam de *drama*, no qual todos os personagens da bíblia usam língua de sinais, explicitamente ninguém é *surdo* ou *ouvinte*. Assim, um paradoxo desenha-se nesse caso, apesar de as Testemunhas de Jeová serem a instituição que mais fica à parte das controvérsias sociais na surdez e distante das formulações científicas, pedagógicas e estatais do desenho do bilingüísmo, é a que melhor engendrou em termos práticos o que as reivindicações políticas almejam, um contexto bilíngüe de fato, onde língua de sinais e língua oral são utilizadas como línguas independentes e equivalentes, de um ponto de vista lingüístico e sociológico.

No quarto capítulo da tese, a primeira questão posta foi o entendimento do modo como as três instituições consideradas, a Igreja Católica, a Igreja Batista e as Testemunhas de Jeová participam da dinâmica propriamente urbana do que os agentes sob análise chamam de *comunidade surda*. Como já foi afirmado nesta Conclusão, a Igreja Católica é instituição formadora dos territórios fundamentais do circuito em questão. As escolas especiais, as paróquias, as congregações religiosas e as associações organizadas constituem a base fundamental dessa rede nacional de sociabilidade e circulação, intensificada inclusive pelo esporte, a partir da qual pôde emergir os sinais gestuais-visuais como um meio de comunicação. Por conta do papel histórico da Igreja Católica na formação de territórios, representantes políticos, que se designam *surdos* e falam em nome da *comunidade surda*, geralmente possuem vínculos em sua trajetória com tal instituição, ainda que somente

escolar. Sendo então, a Igreja Católica uma organizadora da distribuição de capital social e político nessa rede.

Sabidamente, a Igreja Católica não é uma instituição cristã proselitista. Ela distribui bens de salvação por meio de seus sacramentos no interior de seus territórios, nesse caso, notadamente, a paróquia, mas também escolas e associações. A Igreja Batista e Testemunhas de Jeová, devido ao proselitismo rigoroso que conforma suas práticas, desenharam uma outra relação com o espaço urbano na busca de *surdos*. A Igreja Batista concebe a *comunidade surda* como composta por aqueles territórios básicos vinculados à Igreja Católica, a saber, a paróquia, a escola especial e as associações – concepção esta que luteranos já tinham formulado. Além disso, batistas ampliam o escopo de aplicação da categoria, incluindo também os pontos de encontros de sociabilidade de *surdos*, tais como bares, shoppings, rodoviárias e praias. Esses seriam sobretudo os locais nos quais os missionários batistas deveriam buscar *surdos* para o alcance do cristianismo. Ademais, também afirmam ser necessário o mapeamento de residências nas quais há *surdos*, inclusive na periferia e no meio rural, mas não de maneira tão organizada como testemunhas de Jeová.

As Testemunhas de Jeová produzem também um projeto rigorosamente proselitista. Contudo, sua cartografia missionária não está pautada por territórios da *comunidade surda*. Em verdade, tal instituição mapeia todo o globo terrestre e constrói divisões nas quais progressivamente, do continente à residência – passando pelo país, região, estado, cidade, bairro, vila e rua –, ela esquadrinha casas nas quais há *surdos*. Assim, ela dissemina, de modo muito particular, essa normatividade da surdez como particularidade lingüística, extrapolando o circuito de territórios vinculados à surdez, alargando tal rede.

O modo como batistas conceberam sua missão fez com que muito rapidamente tais agentes passassem a circular de maneira muito geral nessa rede que denominam *comunidade surda*, visto que o missionário-intérprete precisava buscar *surdos* para a fundação de seus ministérios. Além disso, a própria congregação batista tornou-se um local muito integrado nessa rede para a sociabilidade, apresentações teatrais, cursos de língua de sinais, oportunidades de emprego, conquista do serviço gratuito de interpretação para muitas situações e instituições sociais, organização de acampamentos e viagens, entre uma série de outras atividades. De outro modo, as Testemunhas de Jeová não estão integradas nesses termos com a dita *comunidade surda*. Apesar de ser um local importante também para a

sociabilidade e passeios, contudo, ela adota uma posição sectária diante de espaços urbanos apropriados como pontos de encontro de *surdos*, como bares, shoppings e festas juninas, por exemplo. Além disso, como foi afirmado, o alvo primordial de seu proselitismo é composto por residências nas quais há *surdos*, algo exaustivamente mapeado.

Além disso, é importante considerar que *comunidade surda* também é uma categoria política. Há uma elite de representantes políticos que se afirmam *surdos* e falam de maneira legítima em nome da *comunidade surda*. É precisamente nessa questão que uma instituição destaca-se, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS). O primeiro elemento absolutamente importante de tal instituição é que ela nasce da agência de congregações e institutos vinculados à Igreja Católica, notadamente das calvarianas, gualadianos e pavonianos, e de escolas ligadas ao *oralismo*. Ela é fundada no exato momento de fechamento da Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (FENEIDA), em 1987. No ato inaugural da FENEIS, é o momento no qual de fato *os surdos* são constituídos como um grupo político reivindicador de direitos particulares, estabelecendo uma fronteira simbólica, que se radicalizou nas décadas seguintes, com relação à categoria *deficientes auditivos*. Importante considerar também que exatamente nessa reunião fundante é nomeado um representante da FENEIS para a Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão do governo federal que trata da questão da deficiência. A partir de então, tal instituição tornou-se a grande representante política da questão da surdez no interior do Estado, possuindo mais de cem associações filiadas, sendo ela mesma filiada à Federação Mundial de Surdos. Assim, a FENEIS é a instituição absolutamente representativa e legítima no processo de reivindicação de assuntos vinculados à surdez, seu nome está citado inclusive nos documentos que levaram ao reconhecimento legislativo da *libras*.

A FENEIS tornou-se progressivamente a grande agência mediadora no processo que levou à colocação da surdez como particularidade étnico-lingüística em normatividade jurídica, instância onde religiosos e intelectuais entraram em fusão em um *movimento social surdo* organizado. Apesar de ter uma base católica, a relação da FENEIS com tal instituição aparenta ter ficado no passado, visto que são os agentes de trajetória protestante que passaram a cruzar as suas instâncias. Como os representantes políticos vinculados a ela, os quais se afirmam *surdos*, realizam publicamente discursos em *libras*, a presença de

intérpretes protestantes fez-se necessária desde a sua fundação, de modo que agentes protestantes atuam na FENEIS, realizando inclusive serviços administrativos e de relações públicas da instituição. Como foram religiosos, protestantes e testemunhas de Jeová sobretudo, que instituíram a fronteira simbólica disciplinar entre *surdos* e *ouvintes* em termos de *língua*, para que essa disciplina operasse publicamente, tais agentes religiosos tornam-se elementos imprescindíveis.

Além disso, a FENEIS torna-se também base de apoio empírico da atuação dos principais intelectuais da surdez/língua de sinais, bem como ela é uma divulgadora tenaz da produção de tais intelectuais que afirmam a surdez como particularidade étnico-lingüística. Não menos importante, inversamente, tais ativistas políticos são os principais colaboradores para a produção científica dos intelectuais sobre a natureza da *libras* e dos *surdos*. De modo que, nessa relação entre intelectuais e ativistas políticos, é fundando um discurso científico e político na qual se afirma a surdez como particularidade étnico-lingüística.

Assim, a circulação está plenamente desenhada entre os domínios do religioso, do movimento social e da produção científica da surdez e da *libras*. Nesse caso, os agentes de trajetória protestante destacam-se. Por um lado, como foi afirmado, protestantes incorporam ciência para o desenho de um projeto missionário culturalista, na qual *os surdos* são um *povo com língua, cultura e história*. Por outro, não menos importante, protestantes ocupam posição de dominância no campo acadêmico como produtores de ciência sobre a natureza da *libras* e dos *surdos*. Além disso, protestantes, sobretudo na função de intérpretes, cruzam esse movimento social, garantindo a circulação da disciplina que separa, institui e consagra o *surdo* como ser falante de *libras*. Ademais, os representantes políticos colaboram com intelectuais e religiosos, bem como atuam como intelectuais e religiosos. Em verdade, como já foi afirmado, religioso, intelectual e ativista político são mais posições de agentes do que propriamente pessoas, pois uma mesma pessoa pode ocupar mais de uma dessas posições.

Nesse processo, por uma série de razões, protestantes posicionam-se de modo dominante, em relação às testemunhas de Jeová, na produção científica da surdez como particularidade étnico-lingüística em instituições universitárias, no cruzamento do movimento social e no mercado que emerge, no qual a *libras* torna-se um bem simbólico passível de valoração econômica. Primeiramente, protestantes foram bem mais dependentes historicamente da incorporação da ciência para a fundação de seus ministérios com surdos

do que as Testemunhas de Jeová, visto ser esta última uma instituição bem mais centralizada. Assim, protestantes de maneira mais plural modelaram a sua missão de acordo com a lingüística das línguas de sinais e estudos surdos. Como decorrência, agentes com trajetória protestante também passaram a produzir ciência sobre o tema, ocupando posições em instituições universitárias, trajetória que não é motivada por testemunhas de Jeová. Em segundo lugar, testemunhas de Jeová são desmotivadas teologicamente a atuar profissionalmente em instâncias políticas e em controvérsias sociais, o que, de certa forma, as impede de atuar no *movimento social surdo* e no trato direto com políticos posicionados em partidos e governo. De outro modo, protestantes lideraram esse movimento político e social no enfrentamento direto de uma série de controvérsias sociais. No âmbito da passagem jurídica da reivindicação formal da *libras* para a lei, políticos pentecostais destacaram-se, como é o caso da então senadora Benedita da Silva e do então vereador Carlos Bezerra Jr. Por fim, além disso, dada a centralidade da figura pessoal do intérprete na missão batista com surdos, ao tornar-se um profissional no mercado laico, devido ao seu carisma individual treinado na congregação, ele está plenamente habilitado para a atuação nos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, bem como em eventos públicos de toda ordem. O que também não é o caso de testemunhas de Jeová, que não realizam o seu trabalho de evangelização de *surdos* centrado na figura carismática do intérprete. Assim, apesar de estarem também atuando no mercado, no movimento social e possivelmente em instituições acadêmicas, as testemunhas de Jeová ocupam posições de subordinação, vindo em grande medida na esteira do processo conformado e liderado por protestantes.

Por fim, importante considerar que tal formulação da surdez como particularidade étnico-lingüística traduziu-se em normatividade jurídica, por meio da lei federal 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto Federal 5626/2005, coroando o processo histórico analisado. O estabelecimento de uma fronteira simbólica entre pessoas que se diferenciam pela audição pôde definitivamente se dar de maneira legítima em termos de *língua* e *cultura*, de acordo com a formulação dos agentes sob análise. *Pessoa surda* passou a ser aquela que expressa sua *cultura* por meio da *libras*, sendo esta, uma língua legítima dotada de gramática própria. Tal formulação, progressivamente, a partir do desenho institucional imposto pela referida jurisdição, se traduz em realidade sociológica.

Como foi afirmado na Introdução, o objetivo desta tese foi compreender a formulação discursiva da surdez como particularidade étnico-lingüística. Ao logo desta análise, o processo de afirmação dessa surdez foi concebido como a sua performatização prática, implicando uma determinada forma de regular e normatizar corpos em uma disciplina. Tal produção não implicou de modo algum o fim de outras formulações da surdez ainda vigentes, tais como a *mudez*, a *surdo-mudez*, a *deficiência auditiva* ou a *surdez no modelo médico*. Tratou-se unicamente de bem compreender o processo no qual *língua*, *cultura*, *povo*, *comunidade*, *grupo* e *história*, categorias antropológicas, passaram a ser utilizadas nos domínios da surdez. Tal formulação foi compreendida como algo muito complexo, cruzando muitas instâncias, domínios e camadas sociais. A configuração engendrada estabilizou-se recentemente, pois ela foi a um só tempo religiosa, científica, pedagógica, política e, por fim, jurídica.

Apesar de ao longo da tese o aspecto religioso de tal surdez ter sido ressaltado, em verdade, esse é um efeito da própria história da formulação dessa surdez, do que propriamente de sua *essência*. A crítica histórica que fomentou esta análise fez com que fossem eleitos alguns agentes e instituições como peças fundamentais do processo de performatização prática da surdez. Como foi afirmado na Introdução, o norte desta tese foi não tomar como causa aquilo que, em verdade, é o efeito dessa história. Assim, *surdos*, *cultura surda*, *comunidade surda*, *etapas da educação de surdos*, *libras*, entre outras entidades afirmadas pelos agentes sob análise, em verdade, são os efeitos da história analisada. Na formulação e performatização práticas de tais entidades, são os agentes religiosos os mediadores fundamentais da questão. São eles que bem operaram o efeito teoria de que fala Bourdieu, pois traduziram para a prática disciplinar o que a ciência produziu teoricamente. Contudo, essa produção jamais é unicamente religiosa, pois em verdade, a razão de sua grande produtividade – o modo como possui função performativa, traduzindo-se em realidade sociológica – está em ser múltipla, isto é, científica, pedagógica e política, como bem inauguraram os luteranos nos anos 1980, até tornar-se jurídica e, por fim, natureza.

Assim, esta tese conclui retornando à perspectiva foucaultiana inspiradora máxima da reflexão que se seguiu. É possível afirmar que no século XXI está bem estabelecida uma nova gerência da população surda no interior do Estado-nação. Tal população é gerida na

medida em que a multiplicação de governos – aparentemente religiosos, mas sempre também científicos, pedagógicos e políticos – sobre corpos surdos alinha-se a uma razão única de Estado, fundada na ciência lingüística. Trata-se agora de uma *língua*, de um *grupo* e de mais uma *cultura* nacionais. Desse modo, a governamentalidade de Estado na surdez opera na medida em que ela se apropria progressivamente da disciplina reguladora de corpos surdos, algo que de fato e de direito agentes com trajetória religiosa afirmaram e performatizaram em suas práticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. *História da Língua Brasileira de Sinais em Campo Grande - MS*. Artigos. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2005. Disponível em:<<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo15.pdf>>.

ALMEIDA, Priscila Alves de. *Os sinais da fé: o caso das Testemunhas de Jeová no processo de diferentes concepções de surdez*. Relatório Final de Iniciação Científica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Ronaldo. *Traduções do fundamentalismo evangélico*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2002. 184f

_____. Religião na metrópole paulista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vol. 19 (56), p. 15-27, 2004.

_____. Tradução e mediação: missões transculturais entre grupos indígenas. In: MONTERO, Paula (org). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, p. 277-304, 2006.

ARRIENS, Marco Antonio. *O pastor do silêncio*. Uma história cheia de bênçãos. [s.l] [s/e] [s/d].

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

ASSIS SILVA, César Augusto. O caso dos surdos e da libras: algumas considerações etnográficas sobre o discurso da etnicidade relativo à surdez. *Ariús : Revista de Ciências Humanas e Artes (UFCG)*, v. 14, p. 51-60, 2008.

ASSIS SILVA, César Augusto; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Entre a “cultura surda” e a cura da surdez: análise comparativa das práticas da Igreja Batista e da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. *Revista Cultura y Religión*, Vol. 2, N. 3, 2008.

ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE SÃO PAULO. Folder de divulgação. [s.l] [s/e] [s/d].

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BAKER, Charlotte; BATTISON, Robbin (Ed.). *Sign language and the deaf community: essays in honor of William C. Stokoe*. Silver Spring: National Association of the Deaf, 1980.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras iniciações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1997.

BÍBLIA SAGRADA. *Nova tradução na linguagem de hoje*. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Lição sobre Lição*. Portugal. Estratégias Criativas. 1982

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, Renato (org) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. Lei Federal 10.436, de 24 de abril de 2002. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, 2002.

_____. Decreto Federal 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, 2005.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. *Católicos, protestantes e espíritas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário enciclopédico trilíngüe da língua de sinais brasileira*. Vol I e II. São Paulo: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, FENEIS, Brasil Telecom, 2001.

CAPOVILLA, Fernando César. A evolução nas abordagens à educação da criança Surda: do *Oralismo* à Comunicação Total e desta ao Bilingüismo. In: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário enciclopédico trilingüe da língua de sinais brasileira*. Vol I e II. São Paulo: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, FENEIS, Brasil Telecom, 2001.

CARTA DOS SURDOS ORALIZADOS AOS SENADORES. [s.l] [s/e] [s/d] (mimeo).

CLUBE DOS SURDOS DE JUNDIAÍ. Folder de divulgação. [s.l] [s/e] [s/d]

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Campanha da Fraternidade 2006*: Manual / Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO. *Pierre Bonhome – Testemunho de fé e de esperança*. [s/l]. Éditions Du Signe, 2003.

_____. *Vida do Padre Bonhome*. [s/e] [s/l] [s/d].

_____. *Só nos dois. Eu e você*. [s/e] [s/l] [s/l].

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ASPECTOS TEÓRICOS DAS PESQUISAS NAS LÍNGUAS DE SINAIS. *Congresso Internacional de Aspectos Teóricos das Pesquisas nas Línguas de Sinais* (6 a 9 de dezembro de 2006). Florianópolis: Lagoa Editora, p. 248, 2006.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DIGIAMPIETRI, Maria Carolina Casati. *Narrativas de mães ouvintes de crianças surdas: oralidade, metáfora e poesia*. 2009. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

DINIZ, Débora. *Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre surdez*. Cad. Saúde Pública, jan/fev, Vol. 19, p. 175-181, 2003.

_____. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense. 2007. (Coleção primeiros passos, N. 324).

DUARTE, Antônio Mário S. *Comunicando com as mãos*. [s/e] [s/d].

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

ERIKSSON, Per. *The history of deaf people*. A source book. Trad. James Schmale. Örebro, Suécia: Daufur Deaf History, 1993.

FAILLACE, Sandra Tosta. Testemunhas de Jeová. In: LANDIM, Leilah (org.) *Sinais do Tempo: Diversidade Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos do ISER – Instituto de Estudos da Religião, n. 23, 1990.

FAUSTO-STERLING, Anne. “Dualismos em duelo”. In: *Cadernos pagu*, nº 17/18, p. 9-79. 2001/02.

FELIPE DE SOUZA, Tanya Amara. *A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)*. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro. 1998.

FERNANDES, Eulália. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

_____. *Língua de Sinais e desenvolvimento cognitivo de crianças surdas*. Espaço: Informativo Técnico-Científico do Instituto Nacional de Educação de Surdos, 13, p. 48-51, 2000 .

FERNANDES, Rubem César *et al.* *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad. 1998.

_____. Os vários sistemas religiosos em face do impacto da modernidade. In: BINGEMER, M. C. (Org.) *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo: Loyola: 1992.

FERREIRA BRITO, Lucinda. Comparação de aspectos lingüísticos da LSBC e do português. In: Conferência no *II Encontro Nacional de Pais e Amigos de Surdos*. Porto Alegre, 27 a 29 de novembro, 1986. Porto Alegre. 1986.

_____. Convencionalidade e Iconicidade em Língua de Sinais. In *Anais do I Congresso Assel Rio*. Rio de Janeiro. pp. 157-166. 1991.

_____. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.

_____. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, 1995.

FOUCAULT, Michel. [1979]. *A microfísica do poder*. Machado, Roberto (org. e tradução). Rio de Janeiro: Graal. 2005.

_____. *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. [1971]. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *A arqueologia do saber*. [1969] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GAMA, Flausino José da. *Iconographia dos Signaes dos Surdos-mudos*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1875.

GASBARRO, Nicola. *Missões: a civilização cristã em ação*. In: MONTERO, Paula. *Deus na aldeia: missionários, índios e medicação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

GEDIEL, Ana Luisa Borba. VICTORA, Ceres Gomes. Sinais do corpo- Sinais com o corpo – Sinais através do corpo. In *VII Reunião de Antropologia do Mercosul – UFRGS*, Porto Alegre, Brasil, 2007. GT 46 – Técnicas Corporais, performances e identidades, 2007.

GESUELI, Zilda Maria; KAUCHAKJE, Samira. SILVA, Ivani Rodrigues. *Cidadania, surdez e linguagem*. São Paulo: Plexus, 2003. 247 p.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002. 456 p.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*. Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set/dez. 2008.

GROS, Christian. O movimento indigenista do nacional populismo ao neo-liberalismo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 22, p. 164-180, jan/jun. 1995.

GROSZ, Elizabeth. “Corpos reconfigurados”. In: *Cadernos pagu*, nº 14, p. 45-86. 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tomaz T. SILVA (org). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, p.37-129, 2000.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HEREDIA, Fabiola. La cultura sorda es así, lo siento...: una etnografía sobre los usos del cuerpo en la comunidad sorda. In *VII Reunião de Antropologia do Mercosul – UFRGS*, Porto Alegre, Brasil, 2007. GT 46 – Técnicas Corporais, performances e identidades. 2007.

HOEMANN, Harry; OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley. *Linguagem de sinais do Brasil*. Porto Alegre. 1983.

IGREJA BATISTA. *Comunicando com as mãos*. Ilustrado por Judy Ensminger. São Paulo: [s/e], 1987.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28, junho 1995.

JACOB, César Romero. WANIEZ, Philippe HEES, Dora Rodrigues. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora PUC-Rio. São Paulo, SP: Edições Loyola. Brasília, DF: CNBB. 2003. 240p.

JUNTA DAS MISSÕES NACIONAIS DA CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. *Guia prático de evangelização para surdos*. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais. 2002

_____. *Guia prático de evangelização para surdos*. 2a edição revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Junta de Missões Nacionais. 2008.

_____. *O clamor do silêncio*. (Atualizado e revisto). Rio de Janeiro: [s/e], [s/d].

_____. *O clamor do silêncio*. Manual de sinais bíblicos. Rio de Janeiro: [s/e], 1991.

KLIMA, E. S.; BELLUGI, U. *The signs of language*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. *The invention of primitive society: transformations of an illusion*. London, NY: Routledge, 1988.

LADD, Paddy. *Understanding deaf culture: in search of deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.

LANE, Harlan. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. (Coleção Horizontes Pedagógicos).

_____. *When the mind hears: a history of the deaf*. Nova York: Radom House, 1984.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEITE, Tarcísio de Arantes. *A segmentação da língua de sinais brasileira (libras): um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos*. 2008. 280 f. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

_____. *O ensino de segunda língua com foco no professor: história oral de professores surdos de língua de sinais brasileira*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2004.

MAGALHÃES JR, Adriano Augusto de Castro. *Fogo sobre Terra Brasileira: o impacto do pentecostalismo no protestantismo histórico brasileiro*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In MAGNANI, José Guilherme. TORRES, Lilian. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp. 2000. p 13-53.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n. 49, 2002.

_____. Antropologia Urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, Vol.15, n. 1, maio, p. 81-95, São Paulo, 2003.

_____. Vai ter música? – para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe*, vol. 1. 2007.

_____. *Os sinais da diferença: etnografia no circuito dos surdos na cidade de São Paulo*. Relatório. (mimeo). 2008

MAGNANI, José Guilherme Cantor; ASSIS SILVA, César Augusto de; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. "As festas juninas no calendário de lazer de jovens surdos na cidade de São Paulo". IN: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina de Souza (Org.). *Questões Ambientais e Sociabilidades: 34º Encontro de Estudos Rurais e Urbanos* (16 a 18 maio 2007). São Paulo: Humanitas, 2008. 256 p.

MANHÃES, Marília Moraes; FAIRCHILD, Ray; BLACKABY, Henry T.; KING, Claude V. *Conhecendo Deus e fazendo sua vontade: experiências com Deus – para surdos*. Rio de Janeiro: Juntas de Missões Nacionais. 2005.

MANHÃES, Marília Moraes; FAIRCHILD, Ray. *Caminho para salvação – 7. Estudos para Surdos*. Rio de Janeiro: Junta das Missões Nacionais, 88p., 2007.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Loyola. São Paulo. 1999.

MARIZ, Cecília. Estudos sobre pentecostalismo: uma perspectiva brasileira. *Estudios sobre religión*. Asociación de Cientistas Sociales de la Religión en el Mercosur. v.7, p. 2-4. 1999.

MAUREL, P. *Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário de Gramat*. Desde suas origens, 1833, até 1900. São Paulo: Edições Loyola. 1999.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MCCLEARY, Leland Emerson *et al.* *História da Comunidade Surda de São Paulo: narrativas e narratividades*. Proposta de Projeto Temático. Versão Provisória. Escola do Futuro/Núcleo de Estudos em História Oral/USP. 05 de novembro, 2001.

MCCLEARY, Leland Emerson. *Technologies of Language and the Embodied History of the Deaf*. Sign Language Studies. Vol. 3, n. 2, Winter. 2003.

_____. Uma perspectiva sociolingüística sobre educação de surdos: pidgins e crioulos. Florianópolis: *Caderno de Resumos ABRALIN*, Vol. 2, 1999.

MELLO, Anahi G. O modelo social da surdez: um caminho para a surdolândia? *Mosaico Social – Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais da UFSC*, Florianópolis: Fundação Boiteux, N. 3, ano 3, p. 55-75, dez, 2006.

MENDONÇA, A. G. VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1995.

_____. Um panorama do protestantismo atual. In: LANDIM, Leilah (org.) *Sinais do Tempo: Tradições Religiosas no Brasil*. Rio de Janeiro: Cadernos do ISER – Instituto de Estudos da Religião, n. 22, 1989.

MONGRELET. B. *Padre Pierre Bonhome*. Sua vida, sua história. [1892] São Paulo: Edições Loyola. [s/d]

MONTERO, Paula. (Org) *Entre o mito e a história: o V Centenário da Descoberta da América*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, p. 31-66. 2006.

_____. *Introdução – Missionários, índios e mediação cultural*. In: MONTERO, Paula (org) *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, p. 9-29. 2006.

_____. Max Weber e os dilemas da secularização: o lugar da religião no mundo contemporâneo. In: *Novos Estudos Cebrap*, mar, n. 65, p. 34-44, 2003.

_____. Religiões e dilemas da sociedade brasileira. In: Miceli, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: ANPOCS; Brasília,DF: CAPES, 1999.

MONTERO, Paula. ALMEIDA, Ronaldo. O campo religioso no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, Henrique (org). *Brasil no limiar do século XXI: alternativas*

para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2000.

MORAL, Silvia Janaina. *Quebrando o silêncio: um breve documentário sobre o mundo dos surdos*. Itu: Ottoni Editora, p. 153, 2005.

MOREIRA, Renata Lúcia. *Descrição da dêixes de pessoa na língua de sinais brasileira (LSB): pronomes pessoais e verbos indicadores*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

MOURA, Maria Cecília de. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro, São Paulo: Revinter, FAPESP, 2000.

OATES, Eugênio. *Linguagem das mãos*. Aparecida: Santuário, 1988 [1969].

_____. *Os Dez Mandamentos*. Aparecida Santuário. 1973.

_____. *No silêncio da fé: catequese e oração na linguagem das mãos*. Aparecida: Santuário, 1990 [1961].

OLIVEIRA, Paulo de Sousa. *Estratégias de uma missão: Salomão Ginsburg e a construção do ideário batista (1890-1927)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

PADDEN, C. & HUMPHRIES, T. *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

PADDEN, Carol A.; HUMPHRIES, Tom L. *Inside Deaf Culture*. Harvard University Press, 2005.

PADDEN, C. The deaf community and the culture of deaf people. In C. Baker e R. Battison (eds). *Sign Language and the deaf community: Essays in honor of William C. Stokoe*. Silver Spring, Md., National Association of the Deaf, 1974.

PASTORAL DOS SURDOS. *Pastoral dos surdos rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Reino do Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2006.

PEIRANO, Mariza. *Rituais: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

PEQUENA MISSÃO PARA SURDOS. *A Bíblia dos Surdos*. [s/e] Londrina. 1994.

_____. *Eu falo com Deus*. [s/e] Londrina. [s/d].

_____. *Jesus me ama*. Catecismo de iniciação para surdos. [s/e] Londrina. [s/d].

_____. *Vem Senhor Jesus*. Catecismo para os surdos. [s/e] Londrina. [s/d].

PIANTÁ, Ronice. *Uma alternativa de comunicação*. [s/e] [s/l]. 1990.

PINHEIRO, Márcia Leitão. O proselitismo evangélico: musicalidade e imagem. *Cadernos de Antropologia e Imagem*. 1998. vl 7, n. 2, 1998, p. 57-67.

PRIMEIRA IGREJA BATISTA EM GOIÂNIA. MINISTÉRIO DYNAMIS. *Crescimento cristão I*. [s/e], [s/d].

PERSPECTIVA – Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 1-350, jul./dez. 2006.

POMPA, Cristina. Para uma antropologia histórica das missões. In: MONTERO, Paula (org). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*”. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. São Paulo, Edusc, 2002.

PRANDI, Reginaldo. *Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. 2ª Edição. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de Surdos: a aquisição de linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília, DF: MEC, 94p, 2004.

RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade. In: *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RAMOS, Regina Clélia. *Histórico da FENEIS até o ano de 1988*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004 (artigo)

REILY, Lucia. O papel da Igreja nos primórdios da educação dos surdos. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 12. n. 35. Agosto, 2007.

ROCHA, Solange. *O INES e a Educação de Surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: INES. 2007.

ROSA, Andrea da Silva. A presença de intérprete de Língua de Sinais na mediação social entre surdos e ouvintes. In: GESUELI, Zilda Maria; KAUCHAKJE, Samira. SILVA, Ivani Rodrigues. *Cidadania, surdez e linguagem*. São Paulo: Plexus, 2003. 247 p.

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: notes on the political economy of sex. In: REITER, Rayna Rapp (ed.) *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly review, 1975.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus, AM : EDUA, 388p, 2002.

RUSSO, Angela. *Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: uma posição discursiva em construção*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre. 2009

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1989].

SANDER, Ricardo. *A história dos intérpretes do RS. (mimeo)*.

_____. Avanços e conquistas na atualidade. *1º Encontro dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua de sinais de MS* (09 e 10 de dezembro de 2005). Campo Grande-MS: APILMS, 2005.

SANTANA NETO, João Pedro de. Os gestos que me dizes! A construção das identidades dos indivíduos surdos, pelos seus discursos. In *13º Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste*. 03 a 06 de setembro de 2007, UFAL, Maceió. 2007.

SANTANA, Ana Paula & BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, Vol. 26, n. 91, p. 565-582, agosto, 2005.

SKLIAR, Carlos (Org.) (Org) *A surdez: um olhar sobre a diferença*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. (Org.) *Atualidade da Educação Bilíngüe para surdos: interfaces entre pedagogia e lingüística*. Vol. 2, Porto Alegre: Mediação, 1999a.

_____. *Atualidade da Educação Bilíngüe para surdos*. Vol 1: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999b.

_____. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos (Org.) *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial*. Porto Alegre: Mediação, p. 153, 2000.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A Educação dos surdos no Brasil*. Campinas: Autores Associados. Bragança Paulista: EDUSF, 1999. 128p.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. *Libras. Língua Brasileira de Sinais. Surdo, você é importante!* São José dos Campos. [s/e] [s/d].

SOUZA, Regina Maria de. *Que palavra que te falta?: Lingüística e Educação: considerações epistemológicas a partir da surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STOKOE, William. *Sign Language structure*. Reedição. Silver Spring, Maryland, Linstok Press, 1960.

_____. Sing language and the monastic use of lexical gestures. In UMIKER-SEBEOK, Jean. SEBEOK, Thomas A. (Orgs). *Monastic sing languages*. New York: Mouton de Gruyter, p. 323-338. 1987

STOKOE, William.; CASTERLINE, Dorothy.; CRONEBERG, Carl. *A dictionary of American Sign Language on linguistic principles*. Ed. Revista Silver Spring, Maryland: Linstok Presss, 1976.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais e necessidade de mães. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995.

_____. No Limite de uma Certa Linguagem. *Mana*, vol.5, n. 2, Outubro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press. 1988.

TAMBIAH, Staley. “A Performative Approach to ritual”. In TAMBIAH, Staley *Culture, Thought and Social Action*. Cambridge, Mass., Haward University Press, 1985.

TEIXEIRA, Cyntia Moraes. *Instituto Santa Teresinha: onde os surdos aprendem a ouvir e os mudos a falar*. Trabalho Interdisciplinar. Centro de Ciências e Humanidades da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2008.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ. *Linguagem de sinais*. Cesário Lange: Associação Torre de Vigia de *Bíblia*s e Tratados, 1992.

_____. *O que Deus requer de nós*. Cesário Lange: Associação Torre de Vigia de *Bíblia*s e Tratados, 1996.

_____. Beneficie-se da Escola do Ministério Teocrático. Cesário Lange: Associação Torre de Vigia de *Bíblia*s e Tratados, 2001.

_____. Anuário das Testemunhas de Jeová de 2010 – com o relatório do ano de serviço de 2009. Cesário Lange: Associação Torre de Vigia de *Bíblia*s e Tratados, 2010.

TYLOR, Edward. [1870] A linguagem gestural. In Ponto Urbe. Vol 4, jul, 2009.

WAGNER, Roy. *The Invention of Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

WARTH, Martim C. WARTH, Naomi H. A "comunicação total" na religião. In HOEMANN, Harry; OATES, Eugênio; HOEMANN, Shirley. *Linguagem de sinais do Brasil*. Porto Alegre. [1981] 1983.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILCOX, Sherman & WILCOX, Phyllis Perrin. *Aprender a ver*. Petrópolis: Arara Azul, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

XAVIER, André Nogueira. *Descrição fonético-fonológica dos sinais da língua de sinais brasileira (Libras)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2006.